



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LUANA DEOGRÁCIA DO NASCIMENTO FERNANDES

**MEMÓRIAS ANCESTRAIS: PROJETO DE CENTRO EDUCATIVO A VISITANTES
DO SÍTIO MIRADOR (PARELHAS-RN)**

PAU DOS FERROS

2026

LUANA DEOGRÁCIA DO NASCIMENTO FERNANDES

**MEMÓRIAS ANCESTRAIS: PROJETO DE CENTRO EDUCATIVO A VISITANTES
DO SÍTIO MIRADOR (PARELHAS-RN)**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Damião Esdras Araujo Arraes,
Prof. Dr.

PAU DOS FERROS-RN

2026

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

F363m Fernandes, Luana Deográcia do Nascimento.
Memórias ancestrais: projeto de centro
educativo a visitantes do Sítio Mirador (Pareilhas-
RN) / Luana Deográcia do Nascimento Fernandes. -
2026.
154 f. : il.

Orientador: Damião Esdras Araujo Arraes.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2026.

1. Patrimônio arqueológico. 2. Sítio Mirador. 3.
Educação patrimonial. 4. Paisagem cultural. 5.
Seridó. I. Arraes, Damião Esdras Araujo, orient.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LUANA DEOGRÁCIA DO NASCIMENTO FERNANDES

**MEMÓRIAS ANCESTRAIS: PROJETO DE CENTRO EDUCATIVO A VISITANTES
DO SÍTIO MIRADOR (PARELHAS-RN)**

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Bacharela em
Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 17/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Damião Esdras Araujo Arraes, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Monique Lessa Vieira, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro Examinador

Eduardo Raimundo Dias Nunes, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro Examinador

DEDICATÓRIA

A minha família, que sempre foi minha base e inspiração (presentes).

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus pelo dom da vida, amor incondicional e sua misericórdia. Por ter me dado uma família e amigos maravilhosos, pelos dons concedidos a mim que foram necessários para chegar até aqui. Obrigada, Senhor, pela força que me deste quando pensei que não aguentaria os esforços, renúncias e noites sem dormir.

A minha mãe, Lenilda do Nascimento, obrigada por nunca medir esforços para me apoiar, de inúmeras maneiras, mesmo em meio às dificuldades que surgiram pelo caminho. Lolita, que muitas vezes renuncia a seu próprio conforto em detrimento do bem dos demais. A senhora é um grande exemplo de mãe, de ser humano e de santidade. Obrigada por sempre estar ao meu lado, me cuidando e ensinando, por tudo, te amo mainha.

Agradeço a meu pai, Lenilson Fernandes, por ter me criado e sempre me incentivar a estudar e buscar o melhor. Obrigada ao senhor, que como pedreiro me apresentou à construção civil, esse mundo no qual decidi seguir carreira. Amo o senhor, meu pai.

Agradeço a meus irmãos mais velhos, Lenilson Junior, Lenyelle Fernandes e Laize Fernandes por ajudarem na minha criação, por toda a influência que exerceram sobre mim, apoio e todos os momentos de irmandade que vivemos, vocês sempre foram minha inspiração. A Lela e Lalá deixo meu agradecimento especial por terem plantado a ideia de cursar Arquitetura em minha cabeça. Amo todos vocês. Agradeço a meus cunhados Jaiara Daiane e Janduí Junior por toda cumplicidade, apoio e amizade no decorrer dos anos, amo vocês.

As minhas queridas sobrinhas e irmã caçula, Letícia Gabriela, Luiza Manuela, Lavínia Fernandes e Lívia Lúcia, as crianças da minha vida, que tornaram muitos momentos mais leves e amáveis com sua doçura durante minha caminhada.

Obrigada a meu namorado Allan Denis com quem compartilhei toda minha jornada acadêmica, por todo apoio emocional, por me consolar em meio a desabafos, aplaudir minhas conquistas e me proporcionar tantos momentos incríveis e risadas maravilhosas, te amo meu bem.

Aos meus amigos Jane Flávia, Daniel Lima, Isa Rita, Stephany Hannele, Natan Teles e Erica Torres, obrigada por todo companheirismo, risadas, lágrimas e fofocas compartilhadas. Em especial, agradeço a Maysa Rodrigues, que se tornou minha dupla na faculdade e na vida, por ser minha companheira fiel, obrigada por tudo e por sempre ter visto potencial nesse tema mesmo quando eu pensei que não tivesse. Vocês foram minha família nesses anos todos, amo vocês.

Agradeço a minha família como um todo, por todo apoio e momentos compartilhados, em especial a minha avó Lídia Ângela, que é um exemplo de mulher e forneceu grande suporte durante meu curso.

Agradeço especialmente a meu Orientador Esdras Arraes por suas ideias e contribuições que foram essenciais neste trabalho de conclusão de curso, além de sua leveza e simpatia como orientador. Obrigada por ter me instigado a visitar o sítio Mirador pela primeira vez com suas maravilhosas aulas em THAU I. Agradeço, também, ao grupo L'Amôaé – Laboratório de Estudos Decoloniais pela imagem gentilmente disponibilizada do Parque da Serra da Capivara.

Agradeço a Universidade Federal Rural do Semiárido por ter oferecido subsídios para minha formação acadêmica, assim como todo corpo docente que colaboraram com meu aprendizado nesses cinco anos. Em especial, agradeço a Banca Examinadora, Monique Lessa e Eduardo Nunes, pelas contribuições enriquecedoras para esse trabalho.

Por fim, agradeço a todos que deixei de citar aqui, mas que sei que contribuíram direta ou indiretamente com esse momento decisivo e desafiador na minha vida. Obrigada a todos, sem vocês isso não seria possível.

RESUMO

O patrimônio arqueológico constitui uma fonte fundamental para o conhecimento acerca de grupos humanos pretéritos. O sítio Mirador, localizado em Parelhas, destaca-se nesse contexto por sua importância histórica e paisagística. Contudo, a preservação desses bens enfrenta algumas dificuldades relacionadas a carência de informações e fiscalização. Nesse sentido, propõe-se o estudo preliminar de um Centro Educativo a visitantes com objetivo de unir funções educativas, expositivas e de acessibilidade, buscando proporcionar o conhecimento de maneiras diversas e inclusivas ao público. Para isso, desenvolveu-se a pesquisa de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando métodos como revisão bibliográfica, levantamento de campo, aplicação de questionários e análise da área de intervenção. O trabalho também contemplou o estudo dos povos pré-cabralinos no Rio Grande do Norte, com ênfase no Seridó, a importância do sítio Mirador para a população de Parelhas, as medidas que promovem sua proteção e o papel da educação patrimonial no contexto da conservação dos bens arqueológicos. Os resultados evidenciam a importância do sítio Mirador para população e para as pesquisas voltadas a arqueologia, além da necessidade de aplicar ações de educação patrimonial e incentivar o turismo cultural responsável de modo a aproximar o público do bem, gerando pertencimento. Com isso, a proposta arquitetônica foi desenvolvida buscando proporcionar espaços que reúnam difundir conhecimento, potencializar o turismo e valorizar, mediante o projeto, o bioma e a cultura locais.

Palavras-chave: patrimônio arqueológico; sítio Mirador; educação patrimonial; paisagem cultural; Seridó.

ABSTRACT

Archaeological heritage constitutes a fundamental source of knowledge about past human groups. The Mirador archaeological site, located in the municipality of Parelhas, stands out in this context due to its historical and landscape significance. However, the preservation of such heritage faces challenges related to the lack of information and monitoring. In this regard, this study proposes the preliminary design of a Visitor Education Center aimed at integrating educational, exhibition, and accessibility functions, seeking to provide knowledge through diverse and inclusive approaches. To achieve this objective, a qualitative and exploratory research methodology was adopted, employing literature review, field surveys, questionnaires, and site analysis. The study also encompassed the investigation of pre-Columbian peoples in the state of Rio Grande do Norte, with an emphasis on the Seridó region, the importance of the Mirador site for the population of Parelhas, the measures adopted for its protection, and the role of heritage education in the conservation of archaeological assets. The results highlight the importance of the Mirador site for both the local population and archaeological research, as well as the need to implement heritage education initiatives and promote responsible cultural tourism in order to bring the public closer to the site and foster a sense of belonging. Consequently, the architectural proposal was developed to create spaces that disseminate knowledge, enhance cultural tourism, and value the local biome and culture through architectural design.

Keywords: archaeological heritage; Mirador site; heritage education; cultural landscape; Seridó.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Parque Nacional da Serra da Capivara. Imagem registrada em fevereiro de 2024 e gentilmente cedida pelo L'Amõaé – Laboratório de Estudos Decoloniais.....	19
Figura 2	– Mapa de localização do terreno.....	25
Figura 3	– Vista da serra das Queimadas (serra do Boqueirão).....	25
Figura 4	– Vista panorâmica do Lajedo de Soledade.....	40
Figura 5	– Painel rupestre do Lajedo Soledade – Apodi/RN.....	40
Figura 6	– Vestígios paleontológicos.....	41
Figura 7	– Ponta de projétil de Carnaúba dos Dantas	42
Figura 8	– Pontas de projétil de diferentes cidades (Barcelona, Parelhas, Bom Jardim e Currais Novos, respectivamente).....	42
Figura 9	– Grafismo rupestre de significado duvidoso. A) Sítio Arqueológico Casa Santa – Carnaúba dos Dantas; B) C) D) E) F) Furna do Messias – Carnaúba dos Dantas.....	45
Figura 10	– Imagens do Sítio da Baixa do Umbuzeiro.....	51
Figura 11	– Grafismo emblemático de duas figuras maiores e uma menor no centro. A) Xique-Xique II; B) Sítio Mirador; C) Sítio Xique-Xique IV; D) Sítio Casa Santa; F) Sítio Xique Xique II.....	54
Figura 12	– Conjunto de pinturas rupestres da tradição Agreste. A) B) Grafismos emblemáticos de figura estática. C) Grafismos puros.....	55
Figura 13	– Pedra do Ingá. Paraíba, com gravuras da Tradição Itaquatiara.....	55
Figura 14	– Figuras da subtradição Seridó no sítio Xique-Xique I, em Carnaúba dos Dantas.....	57
Figura 15	– Procissão de abertura da festa de São Sebastião.....	62
Figura 16	– Matriz de São Sebastião em Parelhas durante o encerramento da festa.....	62
Figura 17	– Vista do boqueirão de Parelhas ao nascer do sol com a silhueta da serra da princesa.....	63
Figura 18	– Sangrador do açude Ministro João Alves (açude Boqueirão).....	64
Figura 19	– Vista do cruzeiro da serra das Queimadas (serra do Boqueirão).....	64
Figura 20	– Parte da trilha em terra.....	64

Figura 21	– Escadaria de pedras.....	64
Figura 22	– Área de descanso com Mirante.....	64
Figura 23	– Entrada do sítio Mirador.....	65
Figura 24	– A “capela” do sítio Mirador.....	66
Figura 25	– Local descrito como pinturas “horror vacui”.....	67
Figura 26	– Painél pictórico no sítio Mirador.....	67
Figura 27	– Cenas de luta.....	68
Figura 28	– Cenas hitifálicas.....	68
Figura 29	– Grafismo de piroga ou rede funerária.....	69
Figura 30	– Representação de pássaros.....	69
Figura 31	– Pedra da boca vista da entrada do Mirador.....	70
Figura 32	– Vista do boqueirão na Pedra da boca.....	70
Figura 33	– Sítio Pedra do Chinelo.....	73
Figura 34	– Gráfico “Quantas vezes você já visitou o Mirador?”.....	75
Figura 35	– Gráfico “Como você conheceu o Mirador?”.....	75
Figura 36	– Gráfico “Você aprendeu sobre o Mirador na escola?”.....	75
Figura 37	– Gráfico “O que o Mirador representa para você?”.....	76
Figura 38	– Gráfico “Você considera o Mirador importante para a história da cidade?”...76	
Figura 39	– Gráfico “Você acredita que o Mirador faz parte da identidade cultural de Parelhas?”.....	76
Figura 40	– Gráfico “Você conhece outros sítios arqueológicos em Parelhas?”.....	77
Figura 41	– Gráfico “Você acredita que a população conhece bem o Mirador?”.....	77
Figura 42	– Gráfico “Você acha que o Mirador é valorizado pela população?.....	77
Figura 43	– Gráfico “Você acha que o Mirador é bem preservado atualmente?.....	77
Figura 44	– Gráfico “Na sua opinião, o que poderia melhorar no Mirador?”.....	78
Figura 45	– Gráfico “Você acha importante criar projetos culturais ou educativos no Mirador?”.....	78
Figura 46	– Gráfico “Você participaria de atividades culturais ou educativas relacionadas ao Mirador??”.....	78
Figura 47	– Esquema distribuição de espaços Centro cultural de Niamey.....	80
Figura 48	– Imagem do centro cultura de Niamey.....	80
Figura 49	– Maquetes do Museu do Homem Americano.....	82
Figura 50	– Instituto cívico Granthalay.....	84

Figura 51	– Planta baixa do Instituto cívico Granthalay.....	84
Figura 52	– Instituto cívico Granthalay.....	85
Figura 53	– Instituto cívico Granthalay.....	86
Figura 54	– Vista do pátio central da Escola primária de Kollo.....	86
Figura 55	– Vista da Escola primária de Kollo.....	87
Figura 56	– Vista da Escola primária de Kollo.....	87
Figura 57	– Praça Euclides da Cunha em 2013.....	88
Figura 58	– Praça Euclides da Cunha em 2013.....	88
Figura 59	– Perfil da vegetação da praça Euclides da Cunha, segundo disposição da vegetação nos anéis, adaptado dos desenhos da arquiteta Liana Mesquita para estudo da vegetação da caatinga.....	88
Figura 60	– Módulo de referência para pessoa em cadeira de rodas (PCR).....	94
Figura 61	– Dimensão recomendada para acomodar uma PCR.....	95
Figura 62	– Dimensão recomendada para acomodar PCR e pessoa sem órtese.....	95
Figura 63	– Dimensão recomendada para duas PCR.....	95
Figura 64	– Medidas para manobras de PCR.....	95
Figura 65	– Vista superior do modelo de banheiro acessível.....	96
Figura 66	– Encontro de três faixas direcionais.....	98
Figura 67	– Encontro de quatro faixas direcionais.....	98
Figura 68	– Zonas bioclimáticas.....	100
Figura 69	– Região da zona bioclimática quente e seca – 5B.....	100
Figura 70	– Gráfico das temperaturas e precipitações médias.....	101
Figura 71	– Gráfico rosa dos ventos.....	102
Figura 72	– Gráfico da carta solar de Parelhas/RN.....	103
Figura 73	– Análise climática no terreno.....	103
Figura 74	– Moodboard/painel semântico.....	108
Figura 75	– Logotipo - Centro Educativo a Visitantes “Memórias Ancestrais”.....	109
Figura 76	– Mockups do logotipo.....	109
Figura 77	– Zoneamento Centro Educativo a Visitantes.....	112
Figura 78	– Fluxograma do Centro Educativo a Visitantes.....	113
Figura 79	– Planta de platôs.....	114
Figura 80	– Esquema em corte e tridimensional de platôs.....	114
Figura 81	– Planta de implantação.....	115

Figura 82	– Detalhe do jardim de cactáceas.....	116
Figura 83	– Vista do jardim de cactáceas do mirante.....	116
Figura 84	– Planta de layout setor educativo.....	117
Figura 85	– Planta de layout setor expositivo.....	118
Figura 86	– Planta de layout setor administrativo.....	119
Figura 87	– Planta de layout do mirante.....	120
Figura 88	– Paisagem vista do mirante.....	120
Figura 89	– Planta de paisagismo.....	121
Figura 90	– Vista do setor educativo e administrativo.....	123
Figura 91	– Vista do mirante para o jardim de cactáceas e o açude Boqueirão.....	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	–	Mapa de localização do município de Parelhas	23
Mapa 2	–	Rotas de dispersão de povos antigos pelo Rio Grande do Norte.....	43
Mapa 3	–	Mapa do Seridó	46
Mapa 4	–	Rota 1	47
Mapa 5	–	Rota 2	48
Mapa 6	–	Localização dos sítios arqueológicos de Parelhas/RN.....	73
Mapa 7	–	Mapa de tipologias edíficias.....	103
Mapa 8	–	Morfologia viária.....	104
Mapa 9	–	Mapa de vegetação.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Cronologia (resumida) dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Norte..	38
Quadro 2	–	Ambientes e atividades realizadas	45
Quadro 3	–	Quadro síntese de estudos correlatos	88
Quadro 4	–	Informações gerais: Código de Obras do município de Caicó.....	91
Quadro 5	–	Índices urbanísticos – Plano Diretor Mossoró/RN	93
Quadro 6	–	Portes de espécies.....	98
Quadro 7	–	Modelo de tabela para especificação de vegetação.....	99
Quadro 8	–	Programa de necessidades.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
E	Leste
ENE	Leste-nordeste
ESE	Leste-sudeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
RN	Rio Grande do Norte
SE	Sudeste
SSE	Sul-sudeste
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE SÍMBOLOS

©	Copyright
%	Porcentagem
m	Metro
cm	Centímetro
km	Quilômetro
km/h	Quilômetro por hora
$\leq$	Menor ou igual a
$\geq$	Maior ou igual a
°	Grau

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	Patrimônio arqueológico.....	27
2.2	Turismo arqueológico.....	31
2.3	A educação em favor da preservação arqueológica	33
2.4	Panorama geral de tempos ancestrais no Rio Grande do Norte.....	35
2.5	Ocupação ancestral no Seridó potiguar	45
2.6	Registros rupestres no Seridó.....	50
2.6.1	A subtradição Seridó.....	55
3	O SÍTIO MIRADOR: Paisagem cultural.....	58
3.1	Parelhas: território e pertencimento.....	58
3.2	Registros arqueológicos em Parelhas RN: o sítio Mirador.....	63
3.2.1	Registros arqueológicos em Parelhas RN: Pedra do Vem-Vem, Pedra do Chinelo e Olho d'água das Gatas.....	71
4	PERCEPÇÕES E NARRATIVAS: O Mirador sob a ótica da população...	74
5	ETAPAS PRÉ-PROJETUAIS.....	78
5.1	Estudo de projetos correlatos.....	78
5.1.1	Centro cultural de Niamey.....	78
5.1.2	Museu do homem americano.....	80
5.1.3	Instituição cívica de Granthalay.....	82
5.1.4	Escola primária do Kollo.....	84
5.1.5	Praça Euclides da Cunha.....	86
5.1.6	Quadro síntese de estudos correlatos.....	88
5.2	Aspectos legais.....	90
5.2.1	Plano diretor e código de obras.....	90
5.2.2	NBR 9050/2020.....	93
5.2.3	NBR 16537/2016.....	96
5.2.4	NBR 16636-4/2023.....	97
5.3	Aspectos ambientais.....	99
5.4	Análise morfológica: Mapas temáticos.....	102
5.4.1	Mapa de tipologias edíficias.....	102

5.4.2	Mapa da morfologia viária.....	103
5.4.3	Mapa de vegetação.....	104
6	ESTUDO PRELIMINAR: CENTRO EDUCATIVO A	
	VISITANTES.....	106
6.1	Conceito e partido arquitetônico.....	106
6.2	Painel semântico e formulação da identidade visual.....	107
6.3	Programa de necessidades, zoneamento e fluxograma.....	108
6.4	Estudo preliminar.....	112
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
	REFERÊNCIAS	125
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	131
	APÊNDICE B – PRANCHAS DE PROJETO.....	139

1 INTRODUÇÃO

A definição primeira de patrimônio refere-se a bens de valor material transmitidos por herança e, conforme o estudo já considerado clássico de Françoise Choay (1992), esse termo passou por mudanças de significado no curso da história, passando a abranger bens de interesse e posse para toda sociedade (Choay, 1992). O arquiteto Carlos Lemos (2000) apresenta outras questões em seu opúsculo *O que é o patrimônio cultural*. Ele explica que, segundo Hugues de Varine-Boham, o patrimônio pode ser dividido em três categorias: a primeira condiz a tudo aquilo que pertence ao meio ambiente, elementos naturais; o segundo grupo corresponde às técnicas existentes, ou seja, ao saber-fazer praticado pelas diferentes sociedades. São integrantes do terceiro grupo qualquer artefato composto da união dos elementos naturais com o saber-fazer, que engloba desde um machado de pedra polida até a construção de uma igreja (Lemos, 2000).

O patrimônio arqueológico pode ser compreendido como “locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento” (Iphan, s.d)¹. As informações contidas nesses territórios possuem significativa importância, pois permitem a coleta de dados acerca dos povos que habitaram lugares preexistentes em tempos remotos, sua cultura e modo de vida. Tais elementos contribuem para que as gerações atuais e futuras reconheçam sua história, identidade e formação da memória coletiva, como destaca Pedro Funari:

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos actores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (Funari, 2007, p. 60).

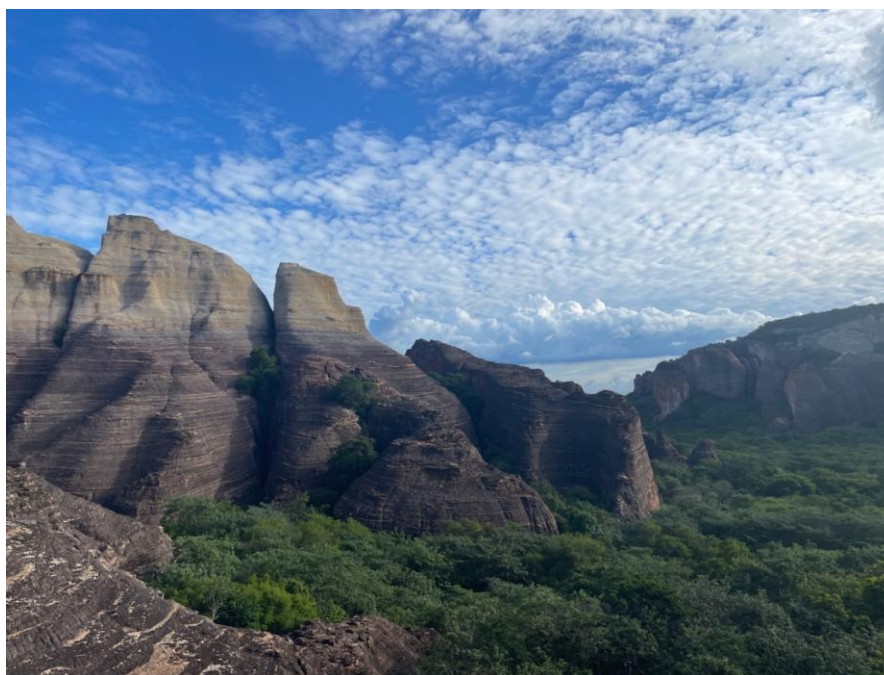
O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável pela gestão desses bens, cuja proteção é assegurada mediante a Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961 e pela Constituição Brasileira de 1988, que reconheceu os bens arqueológicos como patrimônios da União, incluindo-os no conjunto do Patrimônio Cultural Brasileiro (Brasil, 1988). O IPHAN, por meio da unidade administrativa do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), realiza o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) em todo o território nacional, de modo que, atualmente, existem mais de 26 mil sítios cadastrados

¹ O trecho foi retirado do site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na matéria intitulada “Patrimônio Arqueológico”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>. Acesso em: 18 set. 2025.

(Iphan, s.d.). Além disso, a instituição também é responsável pela coordenação dos sítios e criação de políticas de preservação.

Os sítios pré-colombianos se destacam no campo da arqueologia, sobretudo na região Nordeste do Brasil, que abriga um rico acervo com 4.767 sítios cadastrados (Iphan, s.d)², entre os quais se encontra o Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí (Figura 01). Descobertas como pinturas rupestres, peças confeccionadas pelos antigos habitantes, ossadas e vestígios de fogueiras, entre outros artefatos de atividade humana, compõem o material utilizado pelos arqueólogos em sua missão de investigar e formular hipóteses acerca dos primórdios da história da humanidade. Esse panorama inclui outras áreas dos sertões, como os sítios arqueológicos do Seridó, encontrados no estado do Rio Grande do Norte, em áreas de ancestral ocupação humana.

Figura 1 – Parque Nacional da Serra da Capivara. Imagem registrada em fevereiro de 2024 e gentilmente cedida pelo L'Amõaé – Laboratório de Estudos Decoloniais



Fonte: Arquivo pessoal do L'Amõaé – Laboratório de Estudos Decoloniais, (2024)

Embora qualquer bem arqueológico esteja resguardado por leis federais, há uma insuficiência de fiscalização em diversos sítios. Isso pode ocorrer devido à grande quantidade de bens em escala nacional, o que inviabiliza o monitoramento constante pelos órgãos competentes. Esse problema ainda se deve à falta de interesse das organizações públicas

² O trecho foi retirado do site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na matéria intitulada: “Patrimônio arqueológico – Região Nordeste”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/875/>. Acesso em: 21 out. 2025.

estaduais e municipais, somada ao desinteresse, desinformação ou desrespeito da população em práticas de turismo irregular. Pardi (2007, p. 307) exemplifica essa problemática ao observar que “[...] sítios com grafismos rupestres são alvos fáceis na medida em que são identificáveis pelo leigo, como ocorreu em dezenas de lugares como Matozinhos (MG), Seridó (RN/PB) [...]”.

Diante desses fatores, evidencia-se o esquecimento da sociedade atual com relação às diversas maneiras de os povos ancestrais registrarem seus hábitos, além da constante ameaça de degradação dos bens culturais arqueológicos, como os grafismos rupestres encontrados no Sítio Arqueológico Mirador, localizado na cidade de Parelhas/RN. A destruição desses bens resultaria no desaparecimento dos artefatos e expressões de arte, no enfraquecimento identitário social de uma região, bem como de materiais importantes para a produção de conhecimento para a posteridade.

O Sítio Arqueológico Mirador é um exemplo de patrimônio que passa por processos de degradação ao longo dos anos. Localizado em Parelhas, município da região do Seridó, esses indícios arqueológicos fazem parte da paisagem da Serra das Queimadas e “está formado por um paredão de 40 metros de largura, variando a altura entre cinco e dez metros” com datações radio carbônicas de 9400 anos antes do presente (Martin, 1988, p. 83), apresentando grafismos classificados como da tradição Nordeste, subtradição Seridó, que serão abordados no terceiro capítulo.

O Mirador exibe uma grande diversidade geológica, abrigando metaconglomerados com seixos de gnaisses, xistos e quartzitos em matriz quartzosa de granulometria média e cor verde a cinza (Ferreira, 2010, p. 47). Além disso, integra o projeto Geoparque Seridó, reconhecido em 2022 como Geoparque Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (Unesco, 2025).

O histórico dessa área transparece atividades que contribuíram para sua degradação, como se verificou em escavações arqueológicas realizadas na década de 1980, as quais “ao final da campanha o abrigo foi em parte depredado pelos próprios donos da fazenda onde o mesmo se localiza, na vã procura de ouro” (Martin, 1996, p. 103). Em 2013, durante uma intervenção do IPHAN, foram identificados rastros de pichações e acúmulo de lixo que comprometiam a conservação do patrimônio (Iphan, 2013)³. O pouco pertencimento da sociedade ao bem arqueológico, somado à carência de infraestrutura e políticas públicas

³ O trecho foi retirado do site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na matéria intitulada: “Obras possibilitam visitas em sítio arqueológico no Rio Grande do Norte”. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/536/obras-possibilitam-visitas-em-sitio-arqueologico-no-rio-grande-do-norte?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 set. 2025.

voltadas à educação patrimonial, fiscalização e ao acompanhamento das visitas, intensificou o processo de degradação do sítio.

Atualmente, após medidas de preservação tomadas pelo IPHAN em 2013, o lugar se encontra em melhor estado, contudo, ainda existe o risco de deterioramento, dada a mínima fiscalização realizada na paisagem arqueológica do Mirador. Nesse aspecto, visando à conscientização social sobre a importância e o significado do bem, ações de educação patrimonial envolvendo o sítio e a comunidade devem ser implementadas, pois “o distanciamento entre a sociedade e seus diversos patrimônios pode ser superado através de ações de Educação Patrimonial” (Carvalho; Funari, 2007, p. 136). Isso requer incentivos dos órgãos públicos, envolvimento populacional e infraestrutura adequada.

Nesse contexto, o turismo arqueológico também pode atuar como um meio para sensibilizar a sociedade perante o patrimônio, além de proporcionar o retorno de conhecimentos adquiridos nas pesquisas arqueológicas (Pardi, 2007, 305). Contudo, para que essa aproximação do público ocorra sem comprometimento do bem, é necessário que haja planejamento adequado, no qual ações de educação tornam-se essenciais para promover visitas responsáveis e enriquecedoras.

A segurança e a fiscalização no sítio também são medidas basilares à preservação do patrimônio, possibilitando o controle de visitantes irregulares. A presença de guias turísticos pode agregar à experiência dos visitantes, além de contribuir para a conservação. Essa necessidade se evidencia no estudo do sítio, que apresenta problemas relacionados à falta de infraestrutura destinada a suprir as demandas de conservação e ressignificação do patrimônio histórico-cultural do Sítio Arqueológico Mirador.

Outro fator capital refere-se às limitações enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso às experiências oferecidas pelos sítios arqueológicos. As trilhas, em geral, oferecem elevado grau de dificuldade em decorrência do percurso íngreme e caminhos inacessíveis. Além da falta de infraestrutura adequada, pessoas com deficiência visual enfrentam desafios adicionais para vivenciar o que o sítio proporciona, demandando recursos específicos para sua inclusão. Nesse contexto, a implantação de um **Centro Educativo a Visitantes** nas proximidades do sítio poderia atuar como mediador entre o patrimônio e as pessoas com deficiência, oferecendo suporte para estratégias que possibilitem diferentes tipos de experiência, a fim de propiciar a inclusão de todos a essa atmosfera cultural, em consonância com os princípios da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão a Pessoa com Deficiência).

Dessa forma, com o intuito de promover a preservação do Sítio Mirador ofertando educação, segurança, justiça social e pesquisa, o objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é desenvolver o estudo preliminar de um centro educativo a visitantes nas proximidades do Sítio Arqueológico Mirador, contemplando áreas para exposição, educação e pesquisa, considerando diretrizes de inclusão social, acessibilidade e conforto ambiental, de maneira a permitir, ao mesmo tempo, o respeito aos usos e cultura ancestrais e ao seu entorno paisagístico. Para alcançar esse fim, o trabalho se desdobra nos objetivos específicos: **(i)** Estudar o período pré-cabralino do Rio Grande do Norte, seus territórios, sociedades e paisagens, com ênfase na região do Seridó, onde se localiza o sítio; **(ii)** Compreender a relevância do sítio no contexto da população de Parelhas e do Seridó; **(iii)** Identificar o estado de conservação da área e as medidas políticas e legais já adotadas para sua preservação; **(iv)** Destacar o significado das ações de educação patrimonial na preservação e conservação dos sítios;

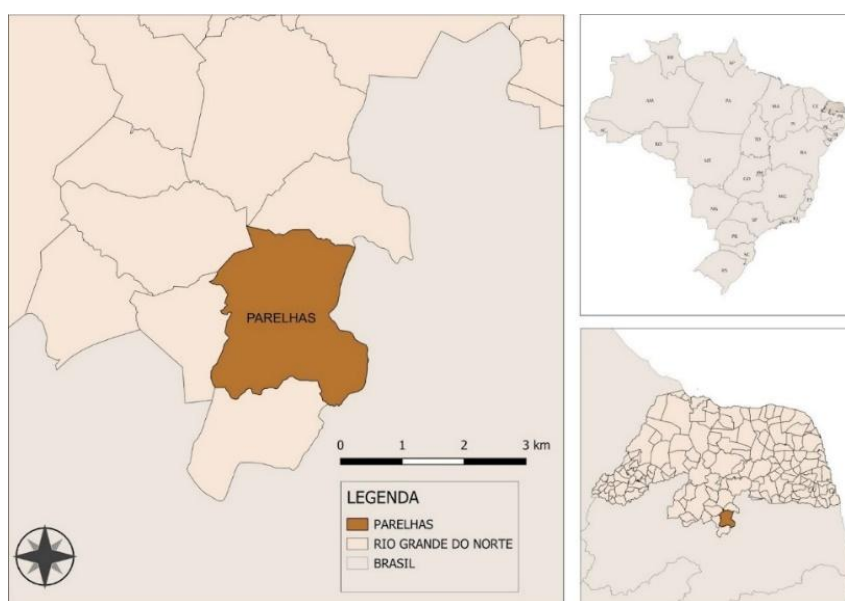
Assim, o trabalho se estrutura em nove capítulos. O capítulo 1 é a própria introdução do trabalho, com indicação da metodologia. O capítulo 2 e seus subcapítulos irão expor o referencial teórico que trará embasamento para a pesquisa. Os primeiros subcapítulos abordam sobre a antiguidade potiguar com foco na região Seridó e seus grafismos. Em seguida o foco será sobre o papel da educação patrimonial na preservação de bens e obtenção de enriquecimento intelectual pelos cidadãos. O capítulo 3 do referencial teórico abordará a cidade de Parelhas, tratando sobre sua história, território, economia e cultura, além de apresentar os aspectos sobre o sítio arqueológico Mirador. O capítulo 4 irá expor os resultados de entrevistas e questionários aplicados à população a fim de descobrir a visão popular acerca do sítio, e a assiduidade das visitas, este também busca expor levantamentos realizados que demonstram o estado de conservação do local atualmente. O capítulo 5 abordará os estudos pré-projetuais realizados para concepção do projeto. O capítulo 6 será a apresentação do estudo preliminar do centro de apoio a visitantes. O capítulo 7 encerra o trabalho apresentando as considerações finais obtidas de acordo com a pesquisa desenvolvida.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e utiliza o método exploratório. A fim de esclarecer a problemática da ausência de suporte educativo e normativo ao patrimônio arqueológico parelhense, sobretudo o Sítio Mirador, o trabalho sublinha a importância da difusão de conhecimento, explorando sua história, memória e situação atual. Além disso, aplica-se o método descritivo na apresentação dos fatos históricos referentes ao sítio arqueológico. Dessa maneira, diferentes metodologias como fontes teóricas, questionários e levantamentos foram aplicados, garantindo o direcionamento para a formulação dos

resultados e propostas apresentados. Ademais, ações de educação patrimonial são significativas ao processo de projeção da arquitetura aqui elaborada; contudo, não serão contempladas neste trabalho, podendo ser desenvolvidas em pesquisas futuras.

O recorte espacial compreende o sítio arqueológico Mirador, localizado no município de Parelhas no estado do Rio Grande do Norte. A cidade pertence à microrregião Seridó, distante 241 km da capital do estado, Natal (Mapa 01). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), Parelhas possui uma área territorial de 513,507 km² (Ibge, 2024), com uma população estimada de 22.242 pessoas (Ibge, 2025).

Mapa 1 - Mapa de localização do município de Parelhas



Fonte: Adaptado do IBGE, (2024)

O sítio Mirador está situado na serra das Queimadas (Figura 3), nas proximidades do açude público João Alves, popularmente conhecido como Boqueirão de Parelhas. Optou-se pela escolha de um terreno nas imediações da entrada do sítio, a aproximadamente 92 metros para a entrada do sítio, com o intuito de manter uma relação objetiva entre o patrimônio arqueológico e o centro de apoio a visitantes. Além disso, a seleção da área fora dos limites do sítio foi motivada visando minimizar interferências sobre o patrimônio e contribuir com a preservação ambiental da área arqueológica. De acordo com o decreto de Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre bens arqueológicos e pré-históricos, toda intervenção realizada em áreas que contenham vestígios arqueológicos está condicionada a autorização prévia do IPHAN. Considerando que a intervenção realizada planejada neste trabalho trata-se de um projeto de interesse patrimonial, considerou-se a aproximação da área viável.

Figura 2 - Mapa de localização terreno



Fonte: Adaptado de Google Earth, (2025)

Figura 3 – Vista da serra das Queimadas



Fonte: Arquivo pessoal de Neya Araújo, (s.d.)

Foi realizado o estudo do entorno em que se encontra o terreno, utilizando-se um raio de 500 metros, partindo de seu ponto central, para realizar as investigações. Desse modo, buscou-se compreender as dinâmicas socioculturais, a infraestrutura disponível, assim como o suporte existente nas proximidades, que pode ser relevante para visitantes da área, como vias de acesso, esgotamento, abastecimento de água e energia, comércio etc.

Na fundamentação teórica foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, revistas e leis nacionais, entre os quais é válido citar alguns autores. Em termos dos estudos acerca dos períodos antigos no Nordeste e, precisamente dos sítios arqueológicos seridoenses, foram empregadas obras de autores como Gabriela Martin (1985,1997, 2003, 2008, 2020),

Ane Marie Pessis (1992, 2020), Niède Guidon (1992), Valdeci dos Santos Júnior (2019, 2024), Alano Martins (2019, 2024), Pedro Paulo Funari (2023), Helder Macedo (2014) e Cláudia Borges (2008).

Quanto ao patrimônio arqueológico, seus conceitos e diretrizes legais, foi consultada a Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, as Cartas Patrimoniais de Lausanne (1990), Bagé (2007) e Nova Delhi (2017). Igualmente são centrais os documentos e artigos publicados pelo IPHAN e outros órgãos de proteção e educação patrimoniais, como a revista “Patrimônio arqueológico: um desafio da preservação”, na qual encontram-se textos inspiradores de Maria Lucia Pardi (2007), Maria Conceição Laje (2007) relativos a observações sobre as dificuldades encontradas na preservação dos sítios arqueológicos. A pesquisa se fundamenta em obras de Hebert Coutinho et. al (2023), Maria de Lurdes Horta et. al. (1999), entre outros/as que abordam temas relacionados à educação patrimonial, à musealização da arqueologia e à função cultural desses territórios.

Com relação às normas vigentes para projetos arquitetônicos, foi consultado o Plano Diretor (Lei Complementar nº 08 de 1º de novembro de 2007) e Código de Obras (Lei nº 4.722/2014.) da cidade de Caicó, visto que Parelhas ainda não dispõe desses documentos legislativos. Somam-se as diretrizes expostas nas normas como ABNT NBR 9050/2020, ABNT NBR 15220, ABNT NBR 16636-4, acerca de acessibilidade, conforto ambiental e projeto paisagístico, contribuíram de maneira singular no processo projetual.

Com o objetivo de compreender a relevância do sítio arqueológico em perspectiva social, um questionário foi desenvolvido (Apêndice 01) e aplicado mediante a plataforma *Google Forms*. Busca-se com esse instrumento heurístico entender as necessidades pedagógicas relativas a enfrentar o esquecimento, promover a memória de ocupação humana ancestral no Seridó e demandas existentes quanto à propaganda de conhecimentos básicos, senso de preservação e orientação às visitas públicas.

Inicialmente, foi realizado o levantamento da área escolhida por meio do software *Google Earth Pro*, no qual delimitou-se o perímetro do terreno. Posteriormente, o software Qgis foi utilizado para aferir as curvas de nível e as coordenadas do terreno, gerando a planta planialtimétrica georreferenciada.

Foram realizadas pesquisas a respeito dos dados climáticos da cidade de Parelhas com auxílio do site Meteoblue e o software Sol-ar que gerou a carta solar da cidade. Esses dados foram coletados com intuito de adequar o projeto ao clima e condições locais.

Ademais, foi realizado o levantamento *in loco*, realizado dia 12/04/2026, observou-se a topografia, a vegetação local e o visual paisagístico da área onde será idealizado o projeto

do centro de visitação. Ainda foram analisados os meios de acesso ao local e as características de seu entorno. Esses dados foram registrados por fotografias realizadas na altura do observador. Essa etapa auxilia na compreensão ampla do ambiente, abraçando as dimensões físicas e simbólicas do lugar, de modo que seja possível conceber um projeto que respeite a paisagem, a história e a memória do Sítio Mirador.

Realizou-se a análise de projetos relacionados à temática desenvolvida de museus arqueológicos e ambientes que fazem alusão ao centro de apoio a visitantes, sendo escolhidos três projetos arquitetônicos distintos o Centro Cultural de Niamey, o Museu do Homem Americano, a Instituição cívica de Granthalay e a Escola primária de Kollo. Esses foram utilizados como referência para formulação da proposta, direcionando as decisões acerca do programa de necessidades, soluções projetuais e materiais empregados. Esses aspectos foram absorvidos e adaptados de acordo com as particularidades e necessidades encontradas mediante a pesquisa, bem como as características observadas na área em que será implantado.

Com base nas pesquisas, levantamentos realizados e dados analisados mediante a transcrição das entrevistas e geração dos gráficos de acordo com os questionários, foi possível produzir o estudo preliminar do centro de apoio aos visitantes. Essa fase foi realizada em diferentes partes, iniciando pelo zoneamento do espaço e confecção de fluxograma, e, posteriormente, concepção da planta baixa. Após realizados ajustes necessários, foram desenvolvidos os demais desenhos técnicos exigidos para essa etapa. Ademais, foi confeccionada a maquete 3D do projeto, que possibilitou análise da volumetria e adequação com o entorno, influenciando diretamente quanto a escolha dos materiais. Por fim, o foram geradas imagens renderizadas do projeto, possibilitando visuais realistas da proposta desenvolvida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Patrimônio arqueológico

Segundo Pedro Ignácio Schmitz (1988), durante uma reunião na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1988, o conceito de patrimônio arqueológico foi discutido e consolidado, ficando definido como todos os vestígios materiais e simbólicos deixados pelas populações que ocuparam o território anteriormente à formação do Estado atual, sendo considerado a herança coletiva herdadas pelas gerações presentes, permitindo a obtenção de conhecimento acerca de seus modos de vida. Quanto ao que se refere à salvaguarda do patrimônio arqueológico, a Carta de Lausanne (1990), que trata sobre a proteção e a gestão desses bens, afirma que:

O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (Icomos, 1990, p. 2).

Nesse aspecto, pode-se considerar que o patrimônio arqueológico reúne a materialidade de remanescentes culturais dos primeiros povos a habitar um território, visto que, segundo um dos primeiros conceitos de cultura defendidos por Edward Tylor (1871), e discutidos na obra de Roque Laraia (2003), a cultura, “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor, 1871 apud Laraia, 2003, p.25).

Quaisquer sinais da permanência humana, como registros e gravuras, restos mortais, indícios de modificações no ambiente ou de interação com o meio, são considerados como patrimônio arqueológico e fazem parte da cultura ancestral (Schmitz, 1988, p. 13). Nesse sentido, para além da materialidade desses vestígios, o patrimônio arqueológico pode ser inserido em uma perspectiva mais ampla, que considera sua relação com o território e a interação do ser humano com o meio natural. Assim, convém destacar o conceito de paisagem cultural, exposto na Carta de Bagé (2007), que detém uma abordagem mais abrangente do patrimônio, sendo este “o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza” (Iphan, 2007). Desse modo, determinados exemplares,

como o Sítio Mirador, inserem-se nesse contexto, o que evidencia sua relevância cultural e paisagística.

Desse modo, o patrimônio arqueológico constitui o material do qual dispomos para entender o possível sobre a cultura, a vida e a história dos povos que viveram em tempos bastante recuados. Pode-se considerar que este é parte da história de toda população e está ligada às suas identidades, pois se trata dos primeiros passos da história de um lugar, embora ainda existam grupos que não o reconheçam dessa maneira. O patrimônio arqueológico “constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado” (Icomos, 1990, p. 1), em razão de seu alto significado cultural foram desenvolvidos mecanismos de preservação, como leis, cartas patrimoniais e órgãos de preservação que possibilitam a permanência desse bem na memória da sociedade contemporânea como da posteridade.

As cartas patrimoniais funcionam como diretrizes que auxiliam a preservação patrimonial. Sobre o tema, há as recomendações expressas na Conferência Geral da UNESCO, de 1956, em Nova Delhi, e na já citada Carta Patrimonial de Lausanne, de 1990. As disposições de Nova Delhi encorajaram os países membros a resguardar seu patrimônio por meio de normas:

Considerando que a história do homem implica no conhecimento das diversas civilizações; que é preciso, portanto, em nome do interesse comum, que todos os vestígios arqueológicos sejam estudados e, eventualmente, preservados e coletados. [...] A Conferência Geral recomenda aos Estados membros que apliquem as disposições seguintes e que adotem, sob forma de lei nacional ou de qualquer outro modo, medidas que visem a tornar eficazes nos territórios sob sua jurisdição as normas e princípios formulados na presente recomendação (Unesco, 1956, p. 1-2).

No Brasil, a primeira lei a tratar da preservação do patrimônio arqueológico foi a Lei Federal nº 3.924, de 1961, esta apresenta, em seu artigo 2º, o que pode ser considerado bem arqueológico. A lei destaca que o aproveitamento econômico da destruição e mutilação dos bens é considerado crime; além de afirmar que qualquer bem arqueológico se configura como bem pertencente à União. Conforme o artigo 7º, “As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4º e 6º desta Lei, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União.” (Brasil, 1961, p. 2). Ademais, a Lei cria diretrizes acerca das pesquisas a serem realizadas nos bens arqueológicos, referentes a escavações arqueológicas realizadas por particulares, escavações realizadas por instituições especializadas da União, descobertas fortuitas, entre outras disposições (Brasil, 1961, p. 2).

Os bens arqueológicos também estão resguardados pela Constituição Federal de 1988. O artigo 20 da Carta Magna os caracteriza como bens da União; já o artigo 23 estabelece que os proteger pertence à União. Além disso, de acordo com o artigo 216, os sítios arqueológicos e paleontológicos são incluídos como parte do patrimônio cultural brasileiro, e, portanto, confirmando a proteção dos bens pelo Estado (Brasil, 1988).

Por sua vez, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA “apresenta os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados no IPHAN, com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos” (Iphan, s.d.). Tal instrumento normativo constitui um meio para catalogação dos sítios; porém, sem assegurar as medidas de segurança e fiscalizações constantes aos bens.

Embora a legislação nacional assegure os dispositivos de preservação formal do patrimônio brasileiro, torna-se inviável o gerenciamento e cumprimento pleno de suas medidas, devido a amplitude territorial do país e o vasto contingente de áreas a serem preservados, pois hoje em dia há mais de 26 mil sítios arqueológicos cadastrados no Brasil (Iphan, s.d). Essa questão é problematizada por Pardi (2002, p. 95), em suas palavras: “não se pode esperar que o governo federal fiscalize dinamicamente todos os sítios do território nacional, sendo que este acompanhamento poderá se dar apenas com a contribuição ativa e efetiva da instância municipal”. A incidência dessa afirmação se comprova no fato de que, dos mais de 26.000 sítios, apenas 11 são inscritos no Livro do Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico (Iphan, s.d), recebendo, nesse sentido, maior atenção em detrimento dos demais. Pardi então frisa que é essencial a participação efetiva das gestões municipais no processo de preservação.

No contexto de Parelhas, o cenário de desinteresse regional torna-se evidente uma vez que a Fundação José Augusto, órgão responsável pelo patrimônio cultural potiguar, registra o tombamento apenas do Sobrado de Parelhas, enquanto importantes exemplares como a paisagem cultural do Sítio Mirador, permanecem carentes da proteção e reconhecimento no âmbito do tombamento estadual.

No entanto, o que ocorre é que existe “o desinteresse dos órgãos públicos, que muitas vezes não reconhecem o valor daquele patrimônio e não exercem ações para sua proteção e visitação adequada” (Fideles, 2015, p. 32). Aliado à carência de auxílio recorrente por parte dos órgãos municipais, a falta de reconhecimento e pertencimento da população ao bem arqueológico é outro fator a ser dado o devido relevo. Em muitos cenários, a falta de identificação com o patrimônio e a ausência de conhecimento acerca do assunto acabam por não corroborar com a preservação dos bens arqueológicos. Por vezes, ocasiona atos diversos,

intencionais ou não, que contribuem com a degradação dos bens. No trecho a seguir, Pardi (2002) elucida essa ideia, exemplificando o que ocorre em algumas áreas arqueológicas brasileiras:

Numerosas cavernas de fácil acesso, como a Casa de Pedra na Chapada dos Guimarães, têm seu valor arqueológico integralmente destruído por coletas, escavações e grafites sobre pinturas. A despeito dos esquemas existentes, sítios em dunas têm frequentemente seu material coletado por visitantes desavisados, [...] ou ainda passeios de moto cross e passeios de buggy em Genipabu ou nos sambaquis (SC). [...]. As culturas complexas do Amazonas nos legaram cerâmicas de grande beleza plástica, que infelizmente têm valor de mercado e são objeto de interesse há várias gerações. [...] Sítios com grafismos rupestres são alvos fáceis na medida em que são identificáveis pelo leigo, como ocorreu em dezenas de lugares como Matosinhos (MG), Seridó (RN/PB) e o sítio conhecido como Sítio das Araras (Pardi, 2007, p. 307).

Essas questões dão a ver que a dimensão social é basilar na preservação patrimonial. Contudo, para que isso ocorra de maneira satisfatória é preciso evocar nos indivíduos o sentido de pertencimento ao bem. Por isso, a educação patrimonial seria, em tese, um dos mecanismos a minimizar os danos causados pela desinformação. Nesse contexto, a aproximação social com o seu patrimônio é uma das chaves para alterar o panorama atual:

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio (Icomos, 1990, p. 5).

A tarefa de unir o público ao patrimônio se mostra um desafio, pois o público precisa conhecê-lo para cuidar. Mas como realizar o encontro entre pessoas e patrimônio mediante interações harmoniosas? Esse paradoxo é ressaltado por Lage (2007, p. 95): “Salvaguardar o patrimônio cultural e ao mesmo tempo apresentá-lo ao público torna-se por vezes um grande paradoxo. Devem-se criar condições de visitação e, ao mesmo tempo, de proteção ao sítio, tendo em vista o impacto causado pelo público.” Dessa maneira, a conservação do patrimônio arqueológico deve ser planejada de modo que ocorra a união entre o cumprimento da legislação existente e a promoção de políticas públicas que forneçam meios de aproximar a população dos bens patrimoniais signos de memória e história, ao mesmo tempo que garante sua preservação. A educação patrimonial e o turismo cultural podem, em alguma medida, ser aliados na busca por essa meta.

2.2 Turismo arqueológico

O turismo cultural, de alguma forma criado pelo processo de homogeneização do consumo da globalização, surgiu como uma maneira de os indivíduos buscarem identidade e aproximação com seu patrimônio em meio a um ambiente em que tudo se mostrava “igual” (Almeida & Ferreira, 2017). O turismo cultural é uma dimensão paradoxal: ao mesmo tempo ensina, divulga e permite o acolhimento social ao bem patrimonial, pode ser uma das causas de sua degradação e perda de significado simbólico. Em termos positivos, ele instiga as pessoas a preservar e valorizar a memória coletiva, além de possibilitar a propagação e obtenção de conhecimento.

O turismo arqueológico está inserido nessa perspectiva, sendo uma vertente do turismo cultural que procura inserir a comunidade no contexto histórico em que viviam seus antepassados, contribuindo com o processo de construção de pertencimento e identidade (Pardi, 2007). As visitas realizadas podem ser benéficas, proporcionando lazer, conhecimento e novas experiências, como também podem favorecer as dinâmicas de compreensão do patrimônio. Esse fator ocorre visto que, apresentar o bem ao público constitui a maneira mais direta de fazê-lo entender a importância de preservá-lo (Icomos, 1990).

É importante mencionar o impasse existente nessa abordagem, pois, enquanto as visitas a esses locais podem ser convenientes, estas podem acarretar danos, não só a materialidade do patrimônio arqueológico, mas ao contexto paisagístico em que se insere. Ulpiano Meneses, no capítulo “A paisagem como fato cultural” do livro “Turismo e paisagem”, levanta essa questão afirmando que “o risco que o turismo de massa traz à paisagem é real. Casos trágicos [...] levaram a afirmar-se que o turismo de massa é um dos principais riscos de dano a paisagens, em nossos tempos” (Meneses, 2002, p. 60). Essa preocupação torna-se ainda mais evidente nos usos turísticos do patrimônio arqueológico, uma vez que a “arqueologia é uma ciência social, que se desenvolve sobre um objeto fragmentário e bastante sensível” (Pardi, 2007, p. 305).

Meneses (2002) aponta que o turismo e a paisagem possuem um inegável potencial para enriquecimento dos indivíduos. Contudo, essa capacidade não ocorre de maneira espontânea, pois depende da forma como o turismo é organizado e o interesse das pessoas em promovê-lo de maneira eficiente (Menezes, 2002, p. 60). Esse fato se aplica tanto à instância gestora, em termos de subsidiar a realização dessas atividades com segurança, quanto aos próprios visitantes, que devem adotar uma postura responsável.

Para que haja conciliação satisfatória entre turismo e patrimônio, é preciso elaborar um turismo sustentável, isto é, “[...] um instrumento de ordenamento territorial que tem como princípios a rentabilidade económica [sic], o respeito pelo meio ambiente, os ecossistemas, a justiça e equidade social – distribuição social da riqueza” (Perez, 2007, p. 273). Assim, deve-se garantir, antes de implementar o turismo em determinadas áreas, que este ocorra de modo respeitável com as preexistências naturais e culturais, favorecendo a integridade dos bens e a preservação do meio ambiente e promoção de boa experiência aos visitantes.

O turismo sustentável exige regras a serem seguidas. No trecho a seguir, Pardi (2007) expõe algumas recomendações:

Evitar a visita isolada, a coleta de material de qualquer espécie, o pisoteio dos solos sensíveis ou as beiradas de poços de escavação, evitar preencher de giz ou jogar água ou outros produtos em petróglifos ou pinturas, lascar material lítico sobre um sítio, não fazer fogueiras ou fumar, evitar fotografar com flash pinturas pouco iluminadas e outros conforme o contexto (Pardi, 2007, p. 325).

Além disso, o conhecimento prévio também é uma ferramenta essencial para garantir que o turista entenda o valor sociocultural do bem e assim adquira uma postura de respeito e proteção.

A interpretação é um elemento essencial à conservação e gerenciamento do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo de visitantes visando também a proteção do objeto da visita, é também um processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais (Murta e Goodley, 1995 apud Pardi, 2007, p. 317).

Para que isso ocorra com responsabilidade é preciso planejamento. Idealizar como guiar o público antes da visita, de modo que este esteja previamente educado, e durante a visita, para que esta ocorra de maneira prazerosa e educativa, como elucida Funari e Jaime Pinsky: “a inclusão do patrimônio arqueológico no elenco das potencialidades de uso turístico pelo município deverá ser precedida de legislação específica que discrimine, inclusive, as garantias quanto à sua proteção e preservação.” (Funari e Pinsky, 2001, p. 101). Além disso, os autores destacam que atividades de turismo necessitam de planejamento, ressaltando que geralmente os municípios não estão organizados para tanto, de modo que o auxílio das universidades no âmbito de criações de pesquisas e estratégias para estender os estudos à comunidade (Funari e Pinsky, 2001, p. 101).

Nessas circunstâncias, espera-se que os municípios forneçam subsídios para alcançar esses objetivos, como incentivo de fiscalização recorrente, oferta de suporte para treinamento de guias locais, que serão elementares para garantir o cumprimento das regras estabelecidas e para difusão do conhecimento, além de áreas destinadas a educação patrimonial, que se mostra aliada fundamental do turismo na busca pela preservação e valorização de bens arqueológicos. Todos esses fatores demonstram que existe a necessidade de uma infraestrutura adequada disponível para tais atividades, de modo que estas sejam realizadas com conforto e segurança.

Um exemplo relevante no Rio Grande do Norte é o Lajedo Soledade, em Apodi, cujo acervo geológico, paleontológico e arqueológico encontrava-se ameaçado pela exploração de calcário destinado à fabricação de cal (Bagnoli, p. 240, 1994). Diante desse cenário, em 1991, o geólogo Bagnoli foi motivado a convocar mobilizar um grupo de ambientalistas para realizar uma “missão de salvamento” no local (Bagnoli, p. 240, 1994). Entre as primeiras medidas tomadas estavam a sinalização de uma trilha turística, treinamento de crianças da comunidade para atuarem como guias e construir um pequeno museu/biblioteca que, posteriormente, foi ampliado para um centro de visitação turística. Essas medidas foram tomadas visando conciliar a conservação do patrimônio e a geração de oportunidades econômicas ocasionadas pelo ecoturismo (Bagnoli, p. 241, 1994).

Contudo, atualmente Parelhas não dispõe de infraestrutura adequada para abranger as atividades de educativas e contemplativas requeridas. O equipamento cultural mais próximo, a Casa de Cultura Popular (Palácio Florêncio Luciano), que, apesar de desempenhar um importante papel no município, é responsável por atender de maneira ampla diversas manifestações culturais, tais como exposições fixas e temporárias, local para atores, músicos e artesãos, etc, de modo que a estrutura se torna insuficiente para as demandas observadas do sítio arqueológico, além de apresentar considerável distância do local (cerca de 5,1 km). Tais fatores evidenciam a carência da cidade com relação a um espaço voltado inteiramente para educação e atividades para visitantes do Mirador.

2.3 A educação em favor da preservação arqueológica

Como exposto anteriormente, para assegurar a aproximação respeitosa da comunidade com os bens arqueológicos e geológicos é preciso que haja consciência do significado histórico e simbólico desses bens. Nesse sentido, a Arqueologia Pública pretende justamente aproximar o público do patrimônio arqueológico, sendo mecanismo fundamental para difundir conhecimento à sociedade (Coutinho et. al., 2023).

Arqueologia Pública envolve uma necessária articulação com as comunidades, isto a partir da socialização do conhecimento e do incentivo a preservação do patrimônio arqueológico. Além disso, essa vertente tem um papel fundamental na mediação ética das relações entre passado e presente, abordando sobre a preservação e as apropriações do patrimônio e acerca do papel do conhecimento arqueológico (Coutinho et. al., 2023, p. 45).

Inserida no âmbito heurístico e metodológico da arqueologia está a educação patrimonial, um dispositivo que vem sendo muito utilizado para preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com a definição estabelecida pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Iphan, a educação patrimonial consiste em:

[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio et al., 2014, p.19).

A ação da educação patrimonial vai além da comunicação de conhecimento científico. Trata-se de um processo contínuo que promove o entrelaçamento do indivíduo com o patrimônio. A interação, além de difundir conhecimento, visa que os indivíduos se apropriem, interpretem e conheçam o universo sociocultural que os rodeia, gerando, em alguma medida, o almejado pertencimento e respeito às expressões materiais e imateriais de tempos ancestrais. De acordo com Horta et al (1996), educar a sociedade estabelece uma das bases de preservação sustentável de bens culturais ao distribuir o conhecimento crítico e estimular a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio.

Com isso, a Arqueologia Pública deve desenvolver mecanismos de aprendizado, os quais, seguindo a metodologia da educação patrimonial, possibilitem o aprendizado das comunidades de maneira prática, participativa e com benefícios para ambos os lados, tanto o público como os estudiosos (Coutinho et. al., 2023). Nesse sentido, ação educativa é fundamental, e estimula a aproximação entre pessoas e os agentes responsáveis por estudar determinado bem, o que proporciona interação de conhecimentos e respeito pelos diversos saberes:

Aproximar as sociedades de suas culturas: O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens (Horta et. al., 1996, p. 4).

A difusão de conhecimento por meio da Arqueologia Pública, aliada a atividades de educação patrimonial, tem potencial de aproximar o público de seu patrimônio de maneira sustentável e proveitosa. É possível destacar, ainda, que esse processo se faz necessário no planejamento de um turismo sustentável, garantindo que o público tenha interesse e respeito pelos seus bens patrimoniais.

Diante do exposto, pode-se afirmar que seria primoroso, para o município de Parelhas, a construção de um Centro Educativo a Visitantes para o Sítio Mirador, destinado à exposição, aplicação de metodologias de educação patrimonial e acolhimento de visitantes. Dessa maneira, o turismo sustentável junto com a educação patrimonial e a fiscalização direta ofertada pelos serviços municipais e do Centro constituiriam um conjunto de ações com incidência direta na salvaguarda e reconhecimento do patrimônio arqueológico e geológico parelhense.

2.4 Panorama geral de tempos ancestrais no Rio Grande do Norte

Inicialmente, é válido citar que o termo pré-história foi concebido no século XIX na Europa, a fim de designar a história existente antes da invenção da escrita. Nas Américas, esse termo foi utilizado para caracterizar tudo que antecedeu a colonização europeia, isto é, antes de 1492 com a chegada de Cristóvão Colombo (Funari, Noelli, 2023). Contudo, esse termo é considerado, atualmente, equivocado, visto que sugere que as sociedades anteriores à escrita seriam inferiores culturalmente, além de que, nas Américas, sabe-se que existia escrita mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus (Funari, Noelli, 2023, p. 16). Diante desse desafio nominal, que escapa em alguma medida os objetivos deste trabalho de conclusão de curso, utiliza-se esse termo para se referir aos períodos mais remotos da ocupação do território brasileiro até a colonização, com intuito de facilitar a compreensão do leitor. Poderemos ainda o classificar como período pré-cabralino, pré-colonial ou tempos ancestrais.

O Rio Grande do Norte integra, desde as primeiras décadas do século passado, a região Nordeste do Brasil. Um estado que apresenta material arqueológico relevante para a compreensão da ocupação humana em tempos ancestrais nesse recorte regional. Antes de abordar suas especificidades tais como as maneiras de ocupação e caça, possíveis rotas de locomoção, datações obtidas, entre outras, convém lançar luz nos estudos que explicam como o ser humano ali chegou.

Segundo diferentes pesquisadores, os registros mais antigos do *homo sapiens sapiens* são provenientes do continente africano. Como destacam Funari e Noelli (2023, p. 39) “De fato, hoje a maioria dos estudiosos considera que o *Homo sapiens sapiens* – que, como foi

explicado, surgiu apenas na África – não seria muito anterior a 130 mil AP”⁴. Existem teorias acerca de como a humanidade teria conseguido chegar às Américas. A tese mais aceita da comunidade científica continua sendo de que houve migrações transcontinentais por meio da passagem do estreito de Bering (Funali, Noelli, 2023).

A travessia foi possível devido à redução no nível dos oceanos no quaternário, atravessando da Ásia até a Austrália, de modo que o povoamento se deu no extremo norte da América e, posteriormente, seguiu até a América Central e do Sul (Guidon, 1992, p. 37). De acordo com a arqueóloga brasileira Niède Guidon (1992), essa hipótese implica que “Por essa suposição axiomática toda datação da presença humana no continente americano deve ser mais antiga no hemisfério Norte e, portanto, qualquer datação mais antiga do que a data limite dos 12 mil anos não pode ser válida para a América do Sul.” (Guidon, 1992, p. 38).

Entretanto, há controvérsias quanto a veracidade dessa teoria, e suposições de outros meios pelos quais os povos ancestrais conseguiram à parte sul do continente americano. Como expõe a arqueóloga Martin (2013), em razão de vestígios de fogueiras com material lítico associado encontrados no Sítio da Pedra Furada, no Piauí, pela arqueóloga Niède Guidon, em 1992, foram obtidas uma datação radiocarbônica de 48.000 anos AP. Esse achado obrigou “os pré-historiadores americanistas a reformular teorias tradicionais que consideravam o povoamento pré-histórico da América.” (Martin, 2013, p. 67).

A teoria que explica como se deu essa chegada, antes das datas propostas pela suposição da Beríngia, é exposta por Niède Guidon no livro *História dos índios no Brasil*. Guidon (1992) sugere que, além do acesso pela via terrestre, os grupos humanos poderiam ter aportado à costa brasileira por vias marítimas, utilizando-se de pequenas embarcações. Além dos achados com datações mais antigas que os 12.000 anos aceitos, outras evidências sustentam essa proposição, como vestígios de grupos humanos na Austrália há pelo menos 50.000 anos antes do presente, sugere que nessas datações o homem já dominava a navegação (Guidon, 1992, p. 38).

[...] durante épocas de mar baixo, os rosários de ilhas que existem no Pacífico deviam ser mais extensos, o que facilitaria a navegação de grupos que avançariam colonizando ilha por ilha. [...] pensar na existência de pequenas embarcações para navegação costeira que poderiam, por causas naturais como tufões e tempestades, se desgarrar e ir dar a uma ilha. O grupo povoaria a ilha e aí viveria durante séculos ou milênios até que um novo acidente o levasse um pouco mais adiante (Guidon, 1992, p. 38).

⁴ “O termo internacional AP “antes do presente”(BP before present), mundialmente usado a partir de 1950, ano em que Willard Frank Libby (1908-1980) obteve a primeira datação radiocarbônica na Universidade de Chicago.” (Martin, 2013, p. 67)

Essa teoria ainda não é completamente aceita pela comunidade científica, pois “Os vestígios de ossos humanos não remontam, em todo o Brasil, além de 12000 anos e para datações mais antigas falta-nos o elemento chave a presença física do homem a confirmar definitivamente sua existência no solo nordestino” (Martin, 2013, p. 57). Os outros indícios de sua presença no território, como restos de fogueira e material lítico, são frequentemente contestados, como exposto no trecho: “Por um lado, muitos pesquisadores consideram que as mais antigas fogueiras de Pedra Furada, assim como as pedras, são naturais, não se devem à ação humana. Para eles, portanto, o sítio não seria tão antigo.” (Funali, Noelli, 2023, p. 52). Porém, com o avanço das pesquisas, torna-se cada vez mais plausível a teoria proposta por Niède Guidon.

De maneira que, por meio terrestre ou marítimo, o ser humano chegou ao território que seria o Brasil em datas que correspondem ao Pleistoceno Superior (entre 100 mil e 12 mil anos A. P.), o qual “possuía um clima mais frio do que o atual, os grupos que migraram para as terras brasileiras encontraram na bacia do Amazonas suporte suficiente para a sobrevivência de seus integrantes, mas também, um ponto dispersor para outras regiões” (Borges, 2008, p. 59). Borges (2008) destaca ainda que, segundo o geógrafo Aziz Ab’Saber (1991), os grupos que migraram para o Brasil eram continentais, o que facilitou que estes se encaminhassem para o interior, “chegando ao Piauí, ao Vale do São Francisco, passando pelo sudeste de Goiás, até chegar ao Vale do Uruguai” (Borges, 2008, p. 59). Acredita-se que alguns dos antigos habitantes do atual Rio Grande do Norte possam ter vindo do Piauí, conforme os estudos de Borges (2008):

O Piauí tem uma presença humana confirmada por Niède Guidon em torno de 45 mil anos A.P., com grupos de caçadores-coletores que se abrigaram na região e daí se expandiram por outros territórios, entre eles, o atual Estado do Rio Grande do Norte. Isso teria se dado por volta de 11 mil anos A.P., segundo datações obtidas pelos pesquisadores Armand Laroche e Gabriela Martin (Borges, 2008, p. 66).

Diante desse quadro, as pesquisas arqueológicas constataam algumas evidências acerca de como e quando foi povoado o território do Rio Grande do Norte. De acordo com evidências materiais, pode-se afirmar que a área potiguar possui grande quantidade de sítios arqueológicos pré-coloniais, sendo 275 cadastrados atualmente no CNSA (Iphan, s.d.)⁵. A ocupação ocorreu de forma progressiva, porém consistente, de modo que tanto o litoral quanto o interior foram habitados por grupos humanos pré-cabralinos (Borges, 2008, p. 64). Por

⁵ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php (pesquisar pelo estado do Rio Grande do Norte). Acesso em: 03/04/2026

outro lado, as cronologias encontradas sugerem que a ocupação ocorreu de maneira assíncrona, como exposto por Borges (2008, p. 64):

A ocupação do Rio Grande do Norte deu-se de forma gradativa e efetiva por praticamente todo o território, ou seja, tanto o litoral quanto o interior foram habitados por grupos humanos pré-históricos em diferentes épocas e com diferentes níveis tecnológicos e culturais.

A partir dos vestígios arqueológicos diversos (material lítico, pinturas rupestres ou material orgânico como enterramentos e fogueiras estruturadas (Santos Junior, Martins, 2024, p. 6), os pesquisadores obtiveram datações que revelam que os primeiros habitantes estiveram na região correspondente ao estado a partir do início do Holoceno (cerca 11 mil anos A.P). No sítio Pedra do Balcão foram encontrados vestígios a uma profundidade de 2 metros, os quais, segundo o professor Laroche, podem corresponder à datação mais antiga encontrada, de até 10270 anos AP (Laroche, 1988 apud Santos Junior, Martins, 2024, p. 2); enquanto nos sítios Mirador (Parelhas) e Pedra do Alexandre (Carnaúba dos Dantas), as datações obtidas foram de até 9400 anos AP, mediante enterramentos humanos (Martin, 2013). As datas com indícios mais recentes apontam que esses grupos permaneceram na região até o período colonial brasileiro (Santos Junior, Martins, 2024, p. 6). O quadro abaixo expõe alguns dos sítios e suas respectivas datações em ordem cronológica:

Quadro 1 - Cronologia Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Norte

(*Continua*)

Nº	Município	Sítio Arqueológico	Datações	Referência citada
1	Caiçara do Rio do Vento	Pedra do Balcão	Até 10270 AP	Laroche 1988
2	Angicos	Sítio Angico - Fazenda Bom Sucesso	9000–8000 AP	Bertrand, 2008; Prous, 2019
3	Carnaúba dos Dantas e Parelhas	Pedra do Alexandre e Mirador Parelhas	± 9400 AP	Mutzenberg 2007; Martin et al. 2008

Quadro 1 - Cronologia Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Norte

(Conclusão)

4	Caraúbas - chapada do Apodi	Fazenda Pedra Pintada	5040 $\pm$ 198 / - 119 a 2540 $\pm$ 158 AP	Santos Júnior et al., 2018
5	Angicos	Fazenda Flores	4150 AP	Santos Júnior, 2013
6	Carnaúba dos Dantas	Sítios Líticos a céu aberto	3760 $\pm$ 811 AP	Nogueira, 2017
7	Assu-Macau	Paleocascalheiras no rio assu	3380 BP a 800 AP	Silva-Mendes, 2008
8	Santana dos Matos	Serra do Papagaio III	2778 AP	Santos Júnior & Oliveira, 2018
9	Jucurutu	Percutores Líticos com gravuras	2090 AP a 670 AP	Santos Júnior, 2022
10	Carnaúba dos Dantas	Casa Santa	479 $\pm$ 27 AP (530–455 cal AP)	CSIC-2062; Martin et al. 2008

Fonte: Adaptado de Santos Junior e Martins, (2024)

Além dos sítios arqueológicos citados destaca-se o Lajedo Soledade, localizado no município de Apodi, região Oeste do Rio Grande do Norte, consagrado como a maior exposição de rocha calcária da bacia potiguar. O surgimento da rocha se deu a cerca de 90 milhões de anos, época em que um mar raso cobria a região. Posteriormente, com o recuo das águas, agentes naturais moldaram o calcário formando cavernas e ravinas (Bagnoli, 1994, p. 239). Somado a paisagem singular, foi possível encontrar três tipos de vestígios arqueológicos

no local: grafismos rupestres, material lítico de pedra polida e fragmentos cerâmicos. (Porpino et. al., p. 406, 2009)

Figura 4 - Vista panorâmica do Lajedo de Soledade



Fonte: Porpino, et. al., (2009)

Os vestígios mais expressivos encontrados no local são os grafismos rupestres, existentes na forma de pinturas e gravuras. Esses exemplares estão distribuídos nas ravinas e aparecem, principalmente, na cor vermelha, com raras ocorrências de amarelo e preto, em que a maior parte são representações abstratas, com ocorrência de algumas figuras zoomorfas (Porpino, et. al. p. 407, 2009). Apesar de alguns pesquisadores terem indicado a tradição agreste, pesquisas posteriores apontam que os povos responsáveis pelos grafismos pertenciam, possivelmente, a grupos locais. (Porpino, et. al. p. 407, 2009)

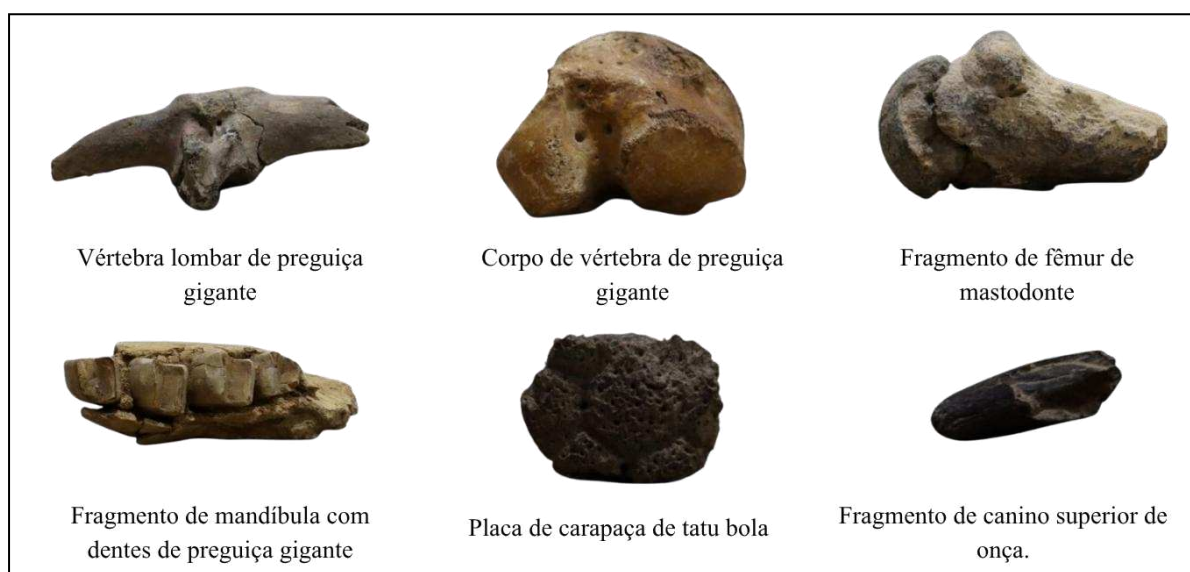
Figura 5 – Painel rupestre do Lajedo Soledade – Apodi/RN



Fonte: Disponível em: <https://www.lajedodesoledade.org.br/>

O Lajedo Soledade também se destaca no âmbito paleontológico, visto que foram encontrados diferentes fósseis no local, entre eles icnofósseis do icnogênero *Thalassinoides*, gastrópodes e dentes de peixes, que testemunham a existência de vida marinha no passado. Além disso, vestígios de animais de pequeno, médio e grande porte (megafauna) também foram encontrados, o que possibilitou a identificação de animais como *Megatheriidae* (preguiça gigante), *Glyptodontidae* (gliptodonte) e *Dasypodidae* (tatus).

Figura 6 – Vestígios paleontológicos



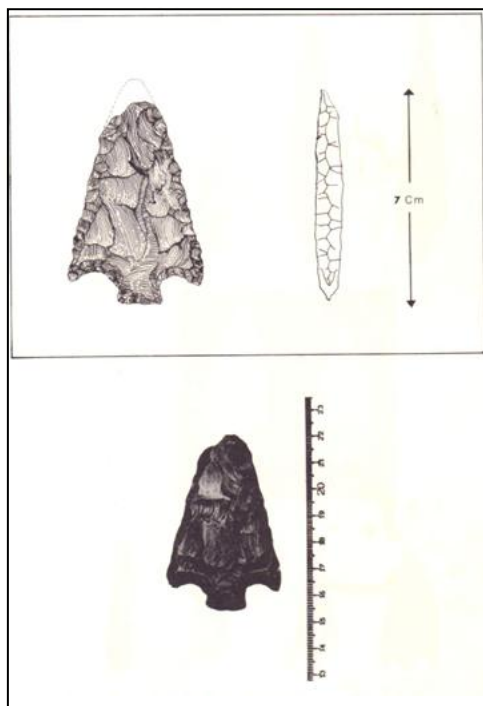
Fonte: Disponível em: <https://www.lajedodesoledade.org.br/>

Com relação aos vestígios cerâmicos, muitos fragmentos podem ter sido carregados pelas águas da chuva, de modo que não foi possível estabelecer nenhuma relação cronológica com os grupos autores dos registros rupestres. Quanto aos artefatos líticos, foram encontrados poucos exemplares do período da pedra polida, o que indica grupos de agricultores. (Porpino, et. al. p. 407, 2009). Embora esses vestígios sejam menos numerosos que os grafismos, estes representam um conjunto de evidências da indústria lítica do Rio Grande do norte, que, por sua vez, auxiliam na compreensão de estratégias de subsistência dos povos antigos.

No contexto da indústria litológica do Rio Grande do Norte, as pontas de projétil bifaciais são objetos presentes nesse cenário (Martin, 2013, p. 178). Estas foram encontradas em grande variedade no Rio Grande do Norte, sobretudo na microrregião do Seridó, tendo como matéria prima o quartzo hialino, sílex, calcedônia e arenito solidificado (Martin, 2013, p. 178). Vale ressaltar que esses projéteis foram descobertos por garimpeiros e destinados ao Museu Histórico Lauro da Escóssia, em Mossoró, de modo que não foi possível aos arqueólogos coletar mais informações sobre onde e como estes artefatos foram encontrados,

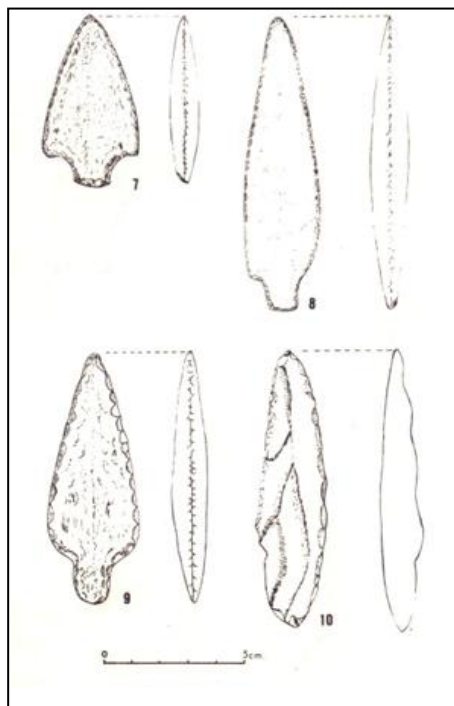
impossibilitando maiores informações (Martin, 2013, p.178). Martin (1982) comenta que os projéteis foram também achados nas cidades de Parelhas, Carnaúba dos Dantas, entre outras do Seridó.

Figura 7 - Ponta de projétil de Carnaúba dos Dantas



Fonte: Martin, (1982)

Figura 8 - Pontas de projétil de diferentes cidades (Barcelona, Parelhas, Bom Jardim e Currais Novos, respectivamente).



Fonte: Martin, (1982)

Em Carnaúba dos Dantas, no sítio arqueológico Pedra do Alexandre, registrou-se a presença de material lítico caracterizado por lascas de sílex, furadores e raspadores de quartzo, além de um machado polido, coletado na primeira camada de ocupação, datada de 2860 anos AP (Martin, 1996, p. 46). A disponibilidade de matéria prima é explicada pela mina de feldspato e quartzo, existente nas proximidades do sítio, além dos sílex serem encontrados na forma de seixos dispostos ao longo das margens do Rio Carnaúba (Martin, 1996, p. 46).

Na região central do estado, no sítio Serrote dos caboclos (Pedro Avelino), o local encontrado era destinado, possivelmente, à captação de matéria prima e a produção de instrumentos, visto que este encontra-se implantado em uma grande cascalheira de sílex (Sousa Neto et. al., 2005, p. 190). Enquanto a matéria era principalmente o sílex, seguido por quartzito e quartzo, filito e o basalto, que constituía um fragmento de lâmina de machado polido (Sousa Neto et. al., 2005, p. 190)

Spencer e Albuquerque (1994) descrevem sítios-oficinas, no litoral oriental do Rio Grande do Norte, os quais são caracterizados pela existência de grande número de lascas e por instrumentos já finalizados como “os raspadores [...] raspadores frontais e laterais, núcleos totalmente esgotados” (Spencer; Albuquerque, 1994, p.179). Ademais, segundo Silva (2003), que também descreve os sítios arqueológicos de dunas, os artefatos líticos foram reutilizados diversas vezes, esse reaproveitamento era necessário, possivelmente, devido à escassez de matéria prima adequada na região, visto que algumas das matérias primas não são provenientes de áreas de dunas (Silva, 2003, p. 72).

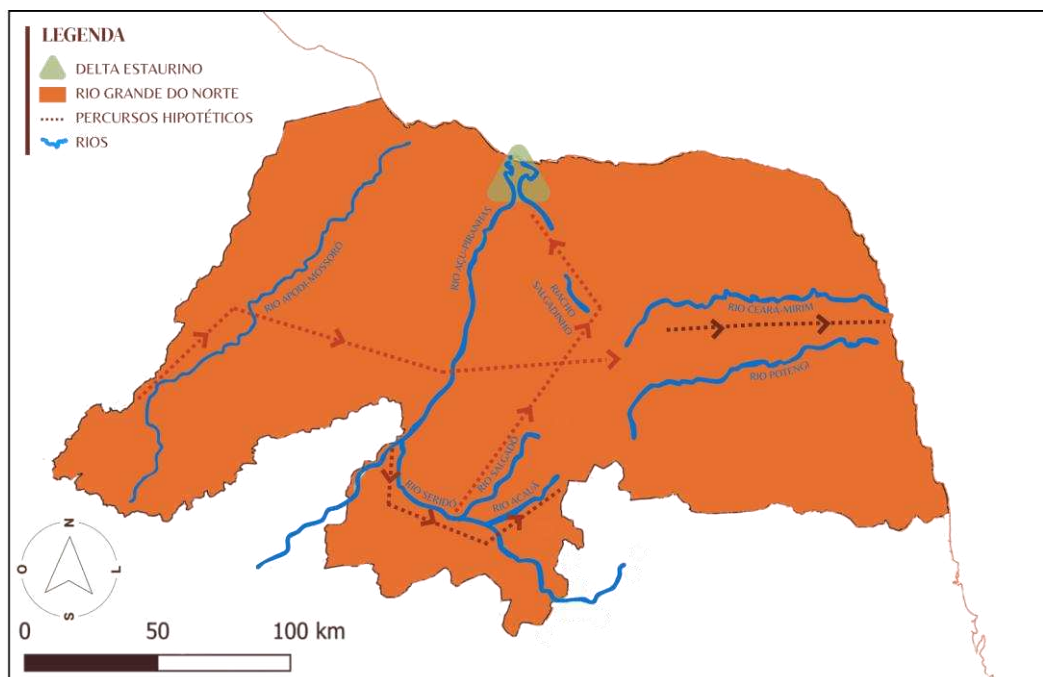
Diante dessas informações, é possível considerar a diversidade de objetos líticos encontrados no Rio Grande do Norte e fabricados por indígenas de sociedades caçadores e coletores. Dentre os artefatos achados boa parte era destinada à caça, como as pontas de projétil bifaciais, raspadores, furadores e machados. Esses objetos poderiam exercer funções distintas da caça como o tratamento de pele de animais ou de madeira. A arqueologia indica que houve a alteração no modo de confecção das ferramentas, pois foram encontrados tanto objetos de pedra lascada, como artefato mais retocados, as pontas de projétil bifaciais e os objetos de pedra polida, demonstrando maiores habilidades dos fabricantes.

Sendo o silexito uma das principais matérias primas utilizadas para confeccionar objetos líticos, Santos Júnior e Martins (2024) informam que essa rocha seria, além de outros fatores, uma das motivações que impulsionou as rotas migratórias. Mas, os cursos d'água foram o principal caminho de condução das travessias territoriais entre os povos originários:

O caminho natural das comunidades primitivas para os deslocamentos eram os cursos de água que, normalmente, só possuem fluxos hídricos em toda sua extensão nos períodos chuvosos. As duas grandes bacias hidrográficas do estado, Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, eram as rotas naturais desses grupos pretéritos das regiões Central e Oeste potiguar, respectivamente, em direção à costa, principalmente, nos períodos de secas ou quando da alternância dos ciclos frutíferos (caju, por exemplo) (Martins, Santos Júnior, 2024, p. 5).

As rotas margeando os rios seguiam o Riacho Salgadinho até encontrar o Rio Salgado, depois rumava em direção Nordeste até desaguar no Rio Açu-Piranhas próximo do delta estuarino. Neste lugar existe uma série de sítios arqueológicos dunares com vestígios de silexitos (Martins; Santos Júnior, 2024). Outra possível rota seria através dos rios Ceará-Mirim e Potengi (Martins; Santos Júnior, 2024). Enquanto na área correspondente ao Seridó o caminho natural são os afluentes que desaguam no Rio Piranhas/Açu e seguem em direção Sul recebendo as águas do Rio Seridó, indo em direção Leste e encontrando o Rio Acauã, chegando à Região Seridó, que também apresenta artefatos líticos em silexito (Martin, 2013).

Mapa 2 – Rotas de dispersão de povos antigos pelo Rio Grande do Norte

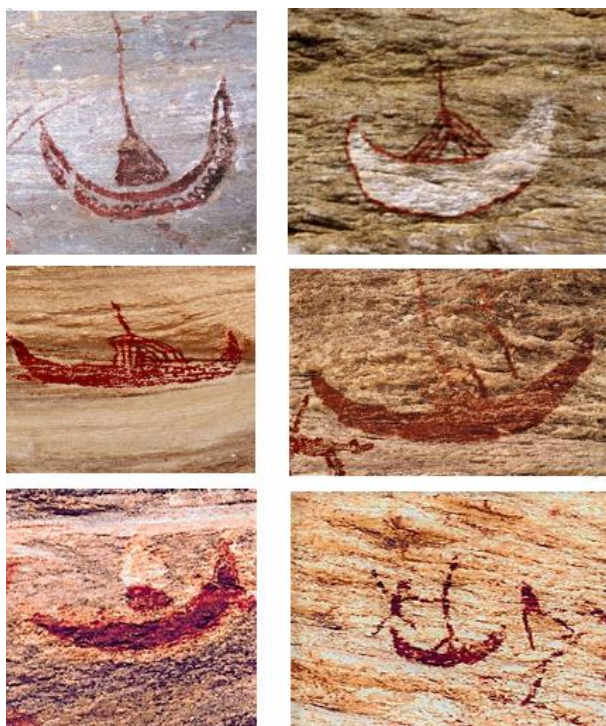


Fonte: Adaptado de Santos Junior e Martins, (2024).

Um ponto interessante citado por Martins e Santos Júnior (2024) diz respeito à arte rupestre para explicar como ocorriam essas migrações pelo território do Seridó por meio de caminhos fluviais. Representações de embarcações monóxilas são comuns. Martin (2013, p. 49) aponta que as embarcações poderiam indicar a existência de rios perenes e mais volumosos, diferente de como são encontrados na atualidade, isto é, temporários e com aumento do volume aquífero depois da época das chuvas.

Na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, a presença de pirogas com remeiros nas pinturas rupestres, sugerem rios caudalosos que hoje são intermitentes, mas somente estudos de paleo-clima com estratigrafias polínicas poderão dar os indicadores cronológicos das épocas mais úmidas nessa área específica (Martin, 2013, p. 60).

Figura 9 - Grafismo rupestre de significado duvidoso. A) Sítio Arqueológico Casa Santa – Carnaúba dos Dantas; B) C) D) E) F) Furna do Messias – Carnaúba dos Dantas



Fonte: Martin e Pessis, p. 36, (2020)

Essa teoria de embarcações, porém, não encontra fundamento em artefatos arqueológicos nas áreas correspondentes às pinturas encontradas. O único achado arqueológico referente a embarcações foi uma canoa monóxila, encontrado na Lagoa de Extremoz, no município de Extremoz, que obteve datações de 700 anos AP (Rios et. al., 2015). Por isso, outros significados são atribuídos a esse grafismo singular, como uma rede que faz parte de alguma cerimônia fúnebre.

Baseada na falta de dados que demonstrem a prática da navegação fluvial indígena na região do Seridó e apoiada em informações etnográficas, Anne-Marie Pessis põe em dúvida que esses grafismos representem pirogas, inclinando-se a identificá-los com redes. A prática funerária de enterrar os mortos em redes depois da cerimônia fúnebre, quando carpideiras choram o defunto, é outro dos seus argumentos (Martin, 2003, p. 19).

Observa-se então que diversos povos se distribuíram por todo o território do atual estado do Rio Grande do Norte. Mediante arqueologia da paisagem, Martins e Santos Júnior (2024) teorizaram sintetizações que descrevem possíveis padrões de assentamento dos povos pré-coloniais e seus hábitos. Considerando que os assentamentos dos grupos primitivos estão “diretamente relacionados aos aspectos geográficos dos ambientes dessas ocupações,

sendo possível sintetizar as características geoambientais desses assentamentos” (Martins, Santos Junior, 2024). Essas informações estão dispostas no quadro 2 e apresenta os principais ambientes ocupados pelos grupos ancestrais e as principais atividades que eles desenvolveram em cada contexto.

Quadro 2 - Ambientes e atividades realizadas

Ambiente	Tipo de grupo	Atividades realizadas	Produção material
Litoral	Grupos marisqueiros e horticultores.	- Pesca; - Agricultura; - Caça de pequena fauna.	- Utensílios cerâmicos; - Artefatos líticos.
Áreas Serranas	Grupos ceramistas.	Agricultura - Atividades extrativistas (coleta de frutos); - Caça de pequena fauna.	- Utensílios cerâmicos; - Artefatos líticos; - Arte rupestre (simbolismo).
Baixa altimetria (planícies na depressão sertaneja e tabuleiros pré-litorâneos; margens de cursos d'água)	Grupos ceramistas, pesqueiros e extrativistas.	- Agricultura; - Pesca; - Atividades extrativistas; - Caça de pequena fauna.	- Utensílios cerâmicos; - Artefatos líticos; - Arte rupestre;(simbolismo).

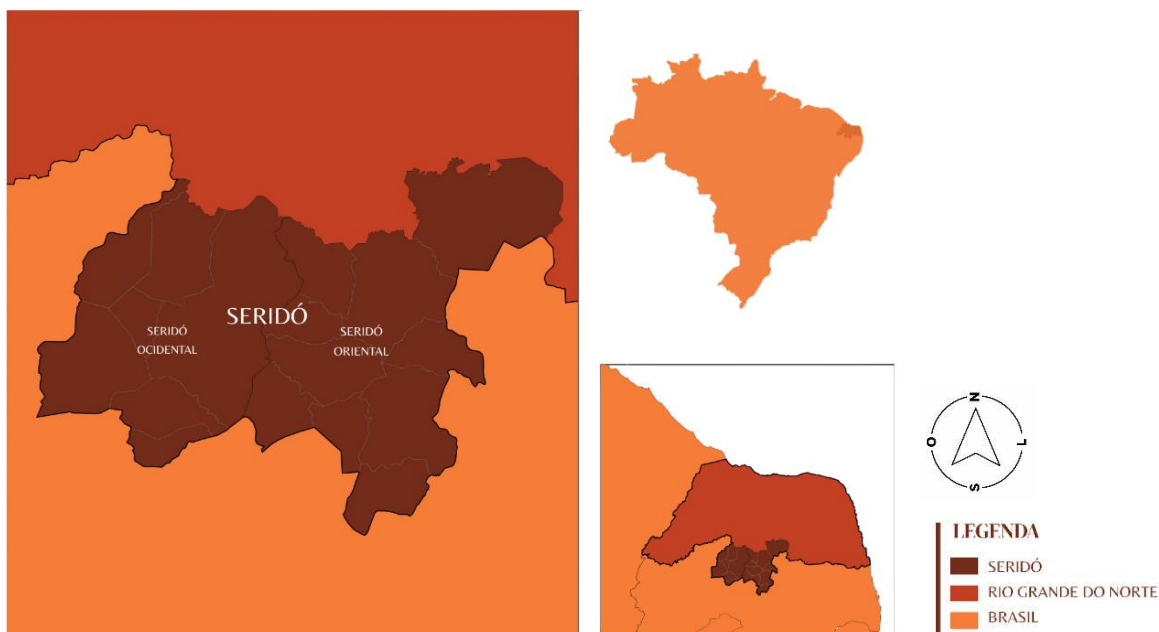
Fonte: Adaptado de Martins e Santos Junior, p. 4, (2024)

2.5 Ocupação ancestral no Seridó potiguar

A microrregião do Seridó situa-se geograficamente na porção Centro-Sul do estado do Rio Grande do Norte, tendo como limítrofe ao Sul o estado da Paraíba. É ladeado pelo planalto da Borborema e pela Serra de Santana. Faz parte da bacia hidrográfica Açu-Piranhas, tendo como eixo o Rio Seridó, que distribui suas águas para seus afluentes. Compreende ao

todo 20 municípios do estado do Rio Grande do Norte, além de Picuí e Pedra Lavrada, na Paraíba (Martin, 2013; Borges, 2008).

Mapa 3 - Mapa do Seridó



Fonte: Adaptado do IBGE, (2024)

Na década de 1980, as pesquisas arqueológicas levadas a cabo por Martin (1980), foram motivadas pela identificação e registros de pinturas rupestres sítios arqueológicos encontrados em Carnaúba dos Dantas e Parelhas. Após estudos na área de prospecção, constatou-se que se tratava de pinturas correspondentes a grande **tradição Nordeste**, encontrada pela primeira vez no Piauí, posteriormente sendo denominada de uma subtradição de grafismos chamada **Subtradição Seridó**, as quais serão abordadas nos tópicos seguintes (Martin, 2013).

Com relação ao primeiro povoamento do Seridó do Rio Grande do Norte e observado na arte dos povos originários, Martin (2013) propõe duas possibilidades: a primeira sendo de que grupos pertencentes à Tradição Nordeste teriam vindo do Sul do Piauí até o Seridó. A motivação dessa migração ocorreu devido a mudanças climáticas em escala global entre o fim do Pleistoceno e início do Holoceno, tornando a temperatura mais quente e ocasionando uma série de mudanças no ambiente, como descrito por Borges (2008) na sentença abaixo:

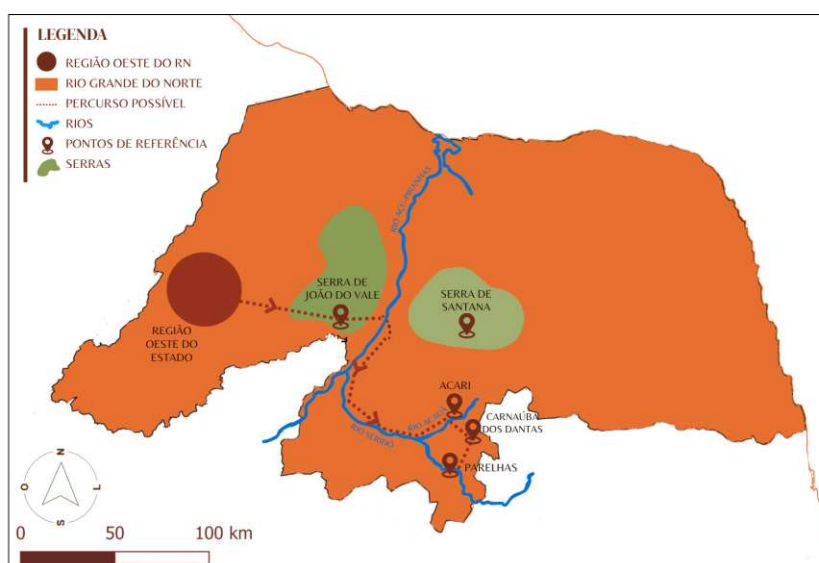
Comparando com o período anterior, o Holoceno caracteriza-se por uma fase mais quente, as savanas deram espaço ao cerrado, à caatinga e ao agreste. Esse aquecimento promoveu a substituição das áreas de pastagens pelo surgimento da floresta Atlântica, acarretando no desaparecimento total dos animais de megafauna e na proliferação de animais de médio e pequeno porte (Borges, 2008, p. 71).

As comunidades foram instigadas pela necessidade de sobrevivência a buscar locais que oferecessem melhores condições. A mobilidade dos grupos de maneira mais rápida era possível devido a pouca quantidade de integrantes, de modo que “os grupos maiores começaram a se dividir em conjuntos menores, que, no decorrer das sucessivas gerações, foram adquirindo suas próprias identidades diferenciadoras, sem por isso renunciar à marca originária dada pelos ancestrais comuns” (Martin, Pessis, 2020, p. 25). Os indícios visuais encontrados pelos arqueólogos dão a ver a circulação de motivos artísticos da área que hoje abriga o Parque Nacional Serra da Capivara chegaram até o Seridó potiguar. Acredita-se que sociedades ancestrais se espalharam pela atual região nordeste seguindo os meandros das margens dos rios Parnaíba e São Francisco (Martin, Pessis, 2020).

A segunda hipótese é de que a região teria sido povoada de maneira diacrônica, isto é, diferentes grupos ocuparam a região e representados por outras tradições rupestres: Agreste ou Itaquiara (Martin, 2013, p. 113). A presença da tradição Nordeste há pelo menos 10.000 anos AP e a presença de grafismos Itaquiarias e Agreste demonstram que diferentes grupos étnicos viveram no território do Seridó (Martin, 2013, p. 113). As duas hipóteses não se excluem, mas se complementam. Borges (2008, p. 67) relaciona duas rotas, seguindo a geografia norte-rio-grandense. Os grupos oriundos do Piauí teriam adotado essa rota para chegar até o Seridó (mapa 04):

A primeira rota seria proveniente da região oeste do Estado, seguindo o curso do rio Piranhas-Açu e seus afluentes – Seridó e Acauã, entre a Serra de Santana e a Serra de João do Vale, até chegar à região serrana dos atuais municípios de Acari, Parelhas e Carnaúba dos Dantas.

Mapa 4 – Rota 1

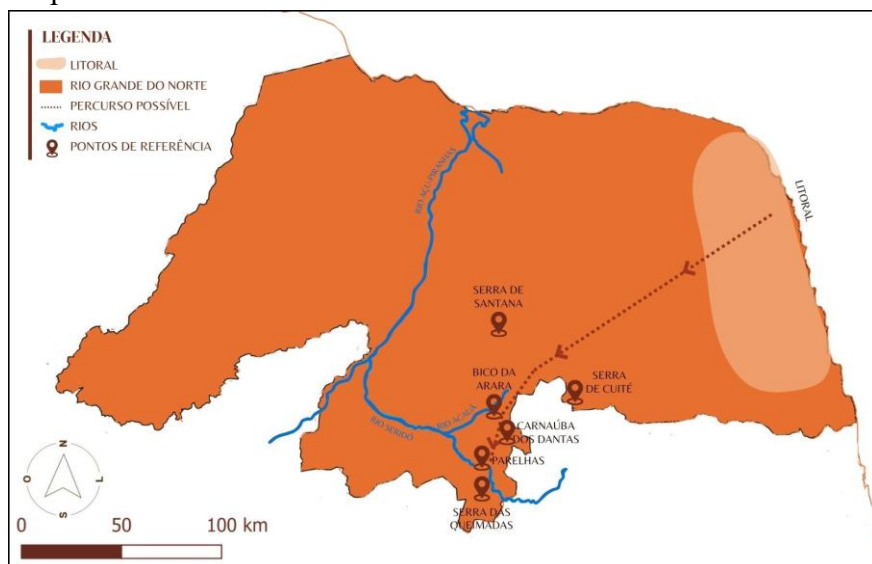


Fonte: Adaptado de Borges, p. 67, (2008)

Enquanto a segunda rota (mapa 05):

Teria saído do litoral em direção sudeste, passando entre a Serra de Santana e a Serra do Cuité, até chegar à região composta pelas Serras: Timbaúba, Bico da Arara, Forte do Pedro, Izidro e Queimadas, exatamente onde se localiza os municípios de Carnaúba dos Dantas e Parelhas.

Mapa 5 – Rota 2



Fonte: Adaptado de Borges, p. 67, (2008)

A escolha da paisagem e do território Seridó pelas sociedades antigas justifica-se “pela existência de numerosos pontos d’água e pelo fato de constituir uma área de brejos, que tem características climáticas mais favoráveis e melhores condições de sobrevivência” (Martin, Pessis, 2020, p. 30). É interessante destacar que os brejos, sendo qualquer setor úmido em área de clima semiárido, proporcionam solos mais férteis nos quais é possível o cultivo de diversas frutas e outros víveres dos trópicos úmidos (Martin, 2013). Os diversos painéis rupestres encontrados no Seridó indicam “a possibilidade de ocupações contínuas desses espaços pelos grupos humanos pré-coloniais e coloniais em períodos cronológicos também diferenciados” (Santos Jr. et.al., 2020).

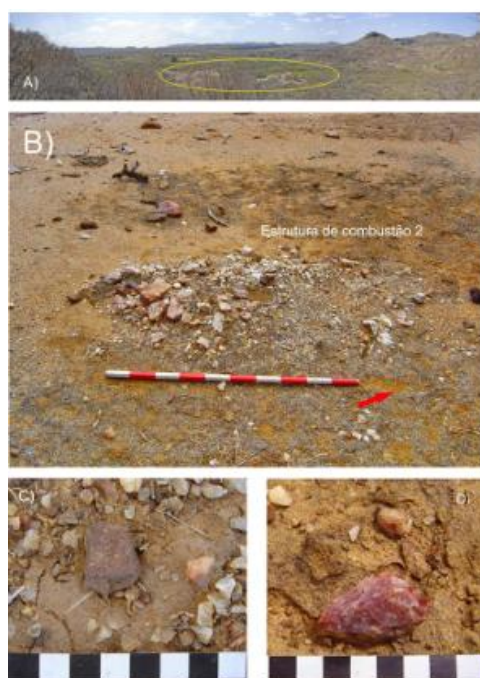
Excetuando as informações obtidas mediante a arte rupestre, existem alguns meios que, embora em menor quantidade, traduzem algumas características do modo de vida dos habitantes ancestrais. As descobertas em sítios como Pedra do Alexandre (Carnaúba dos Dantas) e Mirador (Parelhas), nos quais foram encontradas peças de enxoval fúnebre e restos mortais humanos, com datações de aproximadamente 9400 anos AP (Martin, 2013), sugerem que o local era utilizado não como moradia, mas como um cemitério, como deduz Gabriela Marin (2013, p. 102). Essa configuração de pinturas rupestres e grupos caçadores-coletores é

comumente encontrada em abrigos sob-rocha, os quais são predominantes no Seridó e no Nordeste, mas elas não indicam a existência de utilidade habitacional (Martin et. al. 2008). Mais uma vez, recorremos a Martin para elucidar essa característica do uso ancestral do território e da paisagem:

Foram lugares cerimoniais e cemitérios a julgar pelas evidências arqueológicas até agora registradas. Um dos elementos que me levou a levantar a hipótese de que se trata de lugares cerimoniais foi a constatação de que em vários dos abrigos, especialmente entre os que apresentam maior número de grafismos (Martin, 2013, p. 102).

Entretanto, alguns sítios com função habitacional foram identificados, como os sítios Baixa do Umbuzeiro e Riacho das Relíquias. O sítio baixa do umbuzeiro se localiza no vale do Rio da Cobra, no município de Carnaúba dos Dantas, caracteriza-se como um abrigo a céu aberto e nele “os vestígios encontrados correspondem a estruturas de combustão (compostas por concentrações circulares de blocos de quartzo piro-fraturados), fragmentos cerâmicos e material lítico lascado e polido” (Martin et. al., 2008).

Figura 10 – Imagens do Sítio da Baixa do Umbuzeiro



Legenda: A) Vista de 180° do vale do Riacho da Cobra, onde se localiza o Sítio da Baixa do Umbuzeiro, a área delimitada em amarelo significa a extensão estimada do sítio; B) Estrutura de combustão 2, Sítio Baixa do Umbuzeiro, a seta em vermelho aponta para o Norte; C) Material cerâmico simples, associado à Estrutura de Combustão 1, Sítio Baixa do Umbuzeiro; D) Material lítico lascado, Sítio Baixa do Umbuzeiro. Carnaúba dos Dantas – RN – Brasil

Fonte: Martin et. al. (2008)

A disposição de estruturas de quartzo, que parecem ter sido organizadas intencionalmente, sugeriu que o sítio tenha sido habitacional, como exposto em:

A área delimitada como o sítio arqueológico, apresentou uma concentração de seis (06) estruturas de quartzo em melhor estado de conservação. A disposição espacial

das mesmas sugeriu uma organização intencional e tornou possível sua classificação como acampamento habitacional (Borges, 2010, p. 186).

O sítio Riacho das Relíquias está localizado às margens do riacho homônimo, também em Carnaúba dos Dantas, e possui configuração próxima daquela encontrada na Baixa do Umbuzeiro. Um sítio a céu aberto com vestígios de material lítico, cerâmico e estruturas de combustão. Esse fato pode indicar um padrão de assentamento recorrente no vale do Rio Carnaúba. (Martin et. al., 2008, p. 6)

Porém, apesar da contribuição de alguns achados como os citados acima, o acervo de registros rupestres configura uma fonte primordial que possibilita a criação de hipóteses acerca da história ancestral do Seridó potiguar, pois “na área do Seridó, os registros rupestres, devido a sua maior representatividade, foram utilizados como principais parâmetros para a classificação cultural em associação aos componentes culturais evidenciados em alguns sítios escavados” (Martin et. al. 2008, p. 2). Com isso, baseando-se nas técnicas e características dos registros, tornou-se possível classificar as representações elaboradas por povos originários e separar os horizontes culturais identificados, estes são nomeados na pesquisa arqueológica de **tradição e subtradição**.

2.6 Registros rupestres no Seridó

Em 2019, os registros rupestres encontrados na área arqueológica do Seridó quantificavam um total de 136 sítios arqueológicos. Nestes, apresentam-se duas modalidades de representação artística: gravuras e pinturas; a primeira aparece com maior frequência que o segundo, em geral, na microrregião do Seridó Ocidental⁶; já as pinturas prevalecem no Seridó Oriental⁷, embora existam também gravuras. (Santos Jr. et. al., 2020, p. 175).

De acordo com Santos Jr. et al (2020, p. 179), no Seridó Ocidental predomina a técnica de gravuras “localizados nas rochas próximas aos olhos d’águas, em lajedos graníticos rentes ao solo/sub-horizontais localizados nas margens de riachos ou em suas formações rochosas laterais”. Os grafismos foram encontrados tanto em formações rochosas laterais, quanto em formações rentes ao solo sujeitas a maior degradação, deslocamento de camadas da rocha, o que pode ocasionar a perda de parte das gravuras (Santos Jr. et. al., 2020). Uma das técnicas utilizadas para a fabricação dos registros era a raspagem, que consiste em realizar movimentos em um ou dois sentidos sobre a rocha, com um objeto que provoque a abrasão da

⁶ Corresponde aos municípios de: Caicó, Jardim de Piranhas, Ipueira, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas, Ouro Branco e São Fernando (Martins et. al., 2020, p. 176)

⁷ Corresponde aos municípios de: Parelhas, Carnaúba dos Dantas, Acari, Santana do Seridó, Jardim do Seridó, Currais Novos, São José do Seridó e Cruzeta (Martins et. al., 2020, p. 176)

mesma, arranhando-a. Outra seria o picoteamento, executada por meio de pequenos impactos contínuos sobre o material rochoso, criando vários pontos que foram a gravura. (Pessis, 2002; Valle, 2003; Santos Júnior, 2014 apud Santos Jr. et. al., 2020)

Na microrregião do Seridó Oriental, a preferência pela elaboração de grafismos em superfícies rochosas verticais é próxima da do Seridó Ocidental; mas os grafismos aparecem, também, em grutas ou semi-abrigos (Santos Jr. et. al., 2020, p. 182). As técnicas mais utilizadas ali são de raspagem simples com picoteamento, que obtiveram polimento pela ação natural da água com o tempo. Os motivos estéticos representados são, majoritariamente, abstratos (Santos Jr. et. al., 2020, p. 182). Nessa microrregião as pinturas aparecem com maior frequência e apresentam temáticas reconhecíveis que apresentam formas antropomórficas e zoomórficas.

Diante dessas diferenças citadas entre os registros encontrados nas áreas arqueológicas do Seridó, é válido abordar como esses grafismos são classificados de acordo com suas formulações estéticas. Essa distinção ocorre mediante as tradições rupestres, um termo geral definido por Guidon e Pessis (1992) como:

Para definir a classe mais geral, designada tradição, foram considerados os tipos de figuras presentes, as proporções relativas que existem entre os diferentes tipos e as relações que se estabelecem entre os grafismos que compõem um painel. A formulação dos tipos é o resultado da síntese de comportamento de vários parâmetros de natureza proxêmica, cognitiva, técnica, kinésica e cenográfica, observados nos conjuntos de todas as manifestações gráficas existentes na unidade regional (Guidon, Pessis, 1992. p. 21).

Assim, foram identificadas no Seridó três tradições: i) Tradição Nordeste, ii) Tradição Agreste e iii) Tradição Itacoatiara (Martin et. al. 2008, p. 2). A tradição Nordeste se faz presente de maneira abundante no Seridó, que representa um dos maiores acervos gráficos do Nordeste. Seus primeiros registros encontrados são provenientes do Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí (Martin, Pessis, 2020). A arte rupestre torna-se, assim, evidência material que sustenta a hipótese de que os povos ancestrais do Seridó vieram do Piauí. Um ponto importante a ser destacado é que as manifestações dessa tradição ocorrem em uma área específica do Seridó, que compreende os municípios de Parelhas, Carnaúba dos Dantas (Rio Grande do Norte), Picuí e Pedra Lavrada (Paraíba), essa área é considerada como fronteira estilística e possivelmente étnica dessa subtradição Seridó (Martin, Pessis, 2020).

Conforme os trabalhos de Martin e Passis (2020), a figura dessa tradição caracteriza-se por apresentarem pequeno tamanho, raramente ultrapassando 10 cm, e cenas que representam luta, caça, dança e sexo, geralmente em movimento. Há, igualmente, imagens antropomórficas

e zoomórficas. A cor mais utilizada é o vermelho, podendo aparecer também o preto, amarelo, branco e cinza. O verde e o azul apareceram somente no Parque Nacional da Serra da Capivara. Diversos fatores contribuíram para a identificação da Tradição Nordeste como horizonte cultural tais como “a diversidade das figuras, as características técnicas, a maneira como as pinturas se distribuem sobre o suporte, a existência de cenas emblemáticas e o reconhecimento dos temas escolhidos” (Martin, Pessis, 2020, p. 20). As cenas emblemáticas citadas trata-se de gravuras, de uma mesma tradição, muito semelhantes e que são identificadas em diferentes abrigos (Martin, Pessis, 2020).

Duas figuras humanas de costas entre si, separadas por um grafismo na forma de tridígito é uma dessas figuras emblemáticas[...], assim como duas figuras humanas que protegem ou seguram uma criança ou figura humana de menor tamanho que, às vezes, se estiliza na forma de um fardo e que representam, claramente, um ato de entrega [...] são cenas que se encontram em abrigos a distâncias de mais de mil quilômetros (Martin, 2013, p. 255).

Figura 11 - Grafismo emblemático de duas figuras maiores e uma menor no centro. A) Xique-Xique II; B) Sítio Mirador; C) Sítio Xique-Xique IV; D) Sítio Casa Santa; F) Sítio Xique Xique II



Fonte: Martin e Pessis, p. 38, (2020)

A Tradição Agreste apresenta menos riqueza de temas e técnicas gráficas, geralmente com grafismos de grande tamanho, com figuras isoladas e sem formar cenas. Quando formadas apresentam poucos indivíduos ou animais e são acompanhados por grafismos puros. O grafismo emblemático presente na tradição Agreste é a de uma figura antropomorfa, de aspecto grotesco, estático e geralmente isolada (Martin, 2013, p. 277). Enquanto os povos da

Tradição Nordeste tinham um contexto geográfico rico, pintando os abrigos sob rocha nas encostas das serras, nos vales das quais corriam rios caudalosos, os povos da Tradição Agreste habitavam pés-de-serra, várzeas e brejos, sempre próximos a olhos d'água ou caldeirões, onde se acumulava a água das chuvas nos períodos de estiagem (Macedo, 2014, p. 86).

A origem da tradição Agreste ainda é desconhecida devido à falta de levantamentos sistemáticos nas áreas arqueológicas que apresentam esse estilo, embora todos os estados do Nordeste tenham abrigos ou lajedos que pertencem a essa tradição (Martin, 2013, p. 277). A cronologia existente para essa tradição é de cerca 5 mil anos AP para o Piauí e de 2 mil anos AP para Pernambuco (Macedo, 2014, p. 86).

Figura 12 - Conjunto de pinturas rupestres da tradição Agreste. A) B) Grafismos emblemáticos de figura estática. C) Grafismos puros



Fonte: Martin, (2013)

A Tradição Itaquatiara de pinturas indígenas sobre pedras distribui-se pelo território nacional, sempre à margem ou no leito de cursos d'água. Essa tradição pode apresentar diferentes conforme o lugar em que se encontra, de modo que ela se desmembra na “Grande Tradição Amazônica”, em outra tradição emblemática que se estende da fronteira da Bolívia até Minas Gerais, e a “Grande Tradição Itaquatiara” que representa o Nordeste do Brasil (Martin, 2013). Seu painel mais emblemático encontra-se na Paraíba, na Pedra do Ingá.

Figura 13 - Pedra do Ingá. Paraíba, com gravuras da Tradição Itaquatiara



Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>

A Tradição Itaquatiara, no Nordeste, apresenta majoritariamente grafismos puros, mas há registros de figuras antropomorfas. Para Martin (2013, p. 298), “há marcas de pés, lagartos e pássaros em grandes paredões, sempre próximos d’água, e desenhos muito complexos, que, na imensa solidão dos sertões, têm-se prestado, muitas vezes, às mais fantásticas interpretações”. A Tradição Itaquatiara é considerada a mais emblemática do Brasil, mas, por se encontrar próxima de cursos d’água torna-se difícil a descoberta de vestígios que se relacionem a seus registros (Martin, 2013).

Os registros itaquatiaras são relacionados à cosmogonia dos cultos às águas. Muitas das gravuras evocam “possíveis representações de astros são frequentes, assim como a existência de linhas onduladas que parecem imitar o movimento das águas.” (Martin, 2013, p. 298). Nesse aspecto, devido à seca ser um fator frequente no Nordeste, imagina-se que os povos dessa tradição tinham a água como divindades (Martin, 2013).

2.6.1 A subtradição Seridó

Inseridas no conjunto das tradições, há as **subtrações**. A subtradição Seridó designa as manifestações da região Nordeste localizadas no Seridó (Martin, 2003). Essa subtradição possui uma cronologia em que se destacam dois momentos: i) o período arcaico, caracterizado pela maior semelhança com as características mais antigas da tradição; e ii) o período recente, no qual são vistas algumas mudanças, como o preparo das tintas, que se adapta a porosidade das rochas do local, a representação das figuras um pouco maior que as anteriores, os traços delineadores das figuras se tornam mais grossos e a dominância de tonalidades mais acentuadas e com maior contraste (Martin, Pessis, 2020, p. 32-33). Novamente segundo os

estudos de Martin e Passis (2020, p. 40), no período arcaico, assim como na serra da capivara, ocorriam mais registros da interação de figuras humanas com animais, enquanto no período recente os painéis são destinados a retratar relações humanas, numa variedade de atividades (Martin, Pessis, 2020, p. 40).

Um dos principais traços artísticos da subtradição Seridó é representar as figuras humanas com certa ênfase em sua cavidade bucal, a representação da cabeça de perfil lembra a forma de uma castanha de caju (Martin, Pessis, 2020, p. 33). Essa representação não é exclusiva do Seridó, tendo aparecido na África e na Ásia, no Piauí e em Minas Gerais, mas na região seridoense esta é vista mais repetidamente e com maior variedade (Martin, Pessis, 2020). A figura dos homens “cabeça de caju” faz parte de outra classificação, o **estilo carnaúba**, descrito por Martin (2003), a fim de estabelecer fronteiras estilísticas.

Figura 14 – Figuras da subtradição Seridó no sítio Xique-Xique I, em Carnaúba dos Dantas



Fonte: Martin, (2013)

Martin e Pessis (2020), destacam também que há uma evolução nas técnicas de pintura em comparação com a da serra da capivara:

Há um domínio da técnica na representação das relações espaciais entre as figuras, na disposição das mesmas na representação da distância e da profundidade, respeitando-se certas regras da perspectiva que permitem identificar a existência de pontos e ângulos de observação muito precisa. O que é apenas esboçado cenograficamente na

Serra da Capivara atinge uma expressão muito refinada no Seridó (Martin, Pessis, 2020, p. 44).

A delimitação artística e geográfica dessa subtradição e das outras tradições encontradas nos registros rupestres espalhados por vários sítios arqueológicos da atual região Nordeste brasileira auxilia na identificação de etnias que podem ter frequentado os mesmos lugares de vida: “A abundância de itaquatiaras ao longo dos cursos d'água e a presença de registros rupestres de outras tradições, formando às vezes palimpsestos sobre as pinturas mais antigas, indicam a presença de grupos étnicos diversos que deslocaram os anteriores.” (Martin, 2013, p. 166).

Por outro lado, de acordo com Macedo (2014), existem alguns sítios em que a Tradição Agreste aparece se sobrepondo a grafismo da subtradição Seridó. Isso é indício de que uma determinada etnia desenhava grafismos agrestes posteriormente, pois sabe-se que tradição Agreste tem datações de 5 mil anos e 2 mil anos, ou simultaneamente aos povos da subtradição Seridó, o que ainda não foi desvendado.

Com isso, pode-se observar o grande acervo rupestre existente nessa região, assim como sua importância para formulação de teorias acerca dos povos que habitavam a região no período pré-colonial. As pinturas evidenciam uma sociedade homogênea de caçadores-coletores:

A arte rupestre da Subtradição Seridó fornece-nos importantes dados antropológicos acerca daquela sociedade, sendo os temas mais representados a caça, a dança, a luta e o sexo (este, em menor quantidade). São comuns as cenas hitifálicas, onde antropomorfos copulam e outros se masturbam, aparecendo também cenas de estupro. O traço firme, o emprego de instrumentos finíssimos na elaboração dos grafismos rupestres e o uso de padrões para representar as figuras humanas [...] denotam a existência de uma sociedade de caráter homogêneo, onde todos os indivíduos partilhavam dos mesmos anseios, usos e costumes (Macedo, 2014, p. 110).

Assim, os dados apresentados demonstram a grande complexidade artística e cultural existente nos povos da subtradição Seridó, que habitavam o território em tempos pretéritos. A riqueza iconográfica expressa nos temas dos painéis e as técnicas de pintura executadas, evocam o valor inestimável que esse patrimônio carrega, sendo fundamental para gerar hipóteses acerca da ocupação humana ancestral no Nordeste do Brasil. Contudo, a área vem sofrendo com diversas ações naturais e humanas que colocam em risco esse patrimônio frágil e irrecuperável. Por isso, a implementação de políticas de preservação e valorização se mostram indispensáveis para que esse legado permaneça acessível para as gerações futuras.

3 O SÍTIO MIRADOR: Paisagem cultural

3.1 Parelhas: território e pertencimento

A ocupação do território, que hoje chamamos de Seridó Potiguar, por sociedades não indígenas se deu por volta de 1670, com a concessão da primeira sesmaria. Contudo, o processo de povoamento só se consolidou de fato após os violentos conflitos que os historiadores chamam de “Guerra dos Bárbaros” (Dias, 2025, p. 27). Esses episódios ocorreram do final do século XVII ao início do século XVIII, com objetivo de expulsar os povos indígenas habitantes dos sertões das capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba, culminando em um grande genocídio indígena (Santos Junior, 2022, p. 2).

De acordo com Macêdo (1989), em 1688, a Coroa portuguesa enviou, em auxílio dos colonos, um reforço militar composto por sertanistas experientes de São Paulo na escravização indígena, entre os quais estava Domingos Jorge Velho, que ficou conhecido, posteriormente, como o carrasco do Quilombo dos Palmares (Macêdo, 1989, p. 13). Assim, tem-se notícia da primeira passagem de Jorge Velho contra os indígenas no território de Parelhas descrita no trecho: “Domingos Jorge Velho veio, com o seu terço de paulistas, de seus currais do S. Francisco, por terra, mergulhou pelo boqueirão de Parelhas, no chamado “Sertão do Acauã” (Macêdo, 1989, p. 13).

Diversos confrontos ocorreram nessa temporalidade, como a batalha na Serra da Rajada, na qual morreram cerca de 1500 indígenas e 300 foram aprisionados. Em 1695, o capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, realizou um tratado de paz com o chefe dos janduís, Taiá Açu, por meio do qual a Coroa restabeleceu o controle do Seridó e possibilitou a continuidade da concessão de sesmarias (Dias, 2025, p. 28). Após a expulsão dos povos indígenas, o então capitão-mor da capitania exigiu que os sesmeiros ocupassem efetivamente suas terras, sob a pena de perderem o direito a concessão, como preconiza as leis régias. Assim, muitos colonizadores vindos de Pernambuco, Bahia e das margens do São Francisco vieram em busca de terras nos sertões (Macêdo, 1989, p. 14).

Nesse cenário, destaca-se o habitante mais antigo do território parelhense de que se tem notícia: Francisco Fernandes de Souza. Por volta de 1700, ele mencionou ter recebido sesmaria um sítio encontrado na serra da Borborema entre o rio Seridó e o rio Cubati (Dias, 2025, p. 34-35). Era comum que a distribuição de terras fosse concedida a pessoas que tivessem subjugado os indígenas e tomado suas terras, que possivelmente ocorreu no caso de Francisco Fernandes de Souza. Posteriormente, outros requerimentos e concessões ocorreram,

de modo que o território atual da cidade de Parelhas foi dividido em cerca de 19 sesmarias (Dias, 2025, p. 34-35).

A partir desse evento, durante o século XVIII, o território do atual município já era ocupado sobretudo por fazendas de criação de gado (Diniz, 2008). Os topônimos das povoações são sugestivos desse processo, pois até hoje encontramos essas localidades configurando a paisagem de Parelhas: “Boqueirão, Almas, Cobra, Barra, Carnaúba, Quintos, Boa Vista, Tanques de Felipe Dias, Preás, Sussuarana, Retiro, Malhada Grande, Corujinha e Timbaúba” (Santos, 2011 apud Dias, 2025).

No entanto, é válido destacar que, segundo fontes orais, a fazenda Boqueirão teria sido fundada por Félix Gomes, em 1850, como exposto por Tertuliano Neto (2012, p. 27): “o primeiro a se instalar em definitivo foi o paraibano Félix Gomes Pereira, por volta de 1850, criando a fazenda Boqueirão às margens do rio Seridó e próximo a serra do mesmo nome.” Apesar da relevância atribuída a esse fazendeiro na memória local, como uma das praças da cidade leva o seu nome, Thales Lordão Dias (2025) destaca que não foram encontrados registros documentais, até o momento, que confirmem essa versão da narrativa.

No decorrer do século XIX, entre 1840 e 1850, o território ainda era uma planície tomada por densa vegetação, cortada principalmente pela estrada do Boqueirão, mediante a qual se podia chegar à povoação de Conceição do Azevedo (atual cidade de Jardim do Seridó, surgida em 1790) (Dias, 2025, p. 46). Além disso, a estrada era uma ramificação da Estrada das Boiadas, que, por sua vez, era parte de um circuito comercial de gado, carne e couro que se interligava com os mercados das províncias do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e outras partes do Rio Grande do Norte (Dias, 2025, p. 46).

Um dos nós viários da estrada do Boqueirão ficou conhecido como “Sítio Almas”, pouso de vaqueiros que transitavam pelos sertões da Paraíba e de Pernambuco. Nesse local, aos domingos ou durante as feiras semanais em Conceição do Azevedo, os donos de fazenda e viajantes se reuniam e disputavam cavalgadas aos pares, que ficaram conhecidas como “parelhas”. A partir da popularização desses eventos, o local de Sítio Almas e redondezas ficou conhecido como Sítio Parelhas, ou “o lugar das parelhas”, denominação que originou o topônimo da cidade e conferiu identidade territorial ao lugar (Dias, 2025, p. 46-47).

Nessa época, pode-se afirmar que o território onde surgiria Parelhas possuía certa estrutura de ocupação. Porém, o marco para fundação da cidade ocorreu por volta de 1856, em decorrência de uma epidemia de cólera morbus que assolava o Brasil desde 1855. O número de mortos no Seridó chegava a níveis alarmantes. Na localidade de Parelhas foi aberta

uma vala próxima a estrada Boqueirão em que se enterravam as vítimas, com uma grande cruz para marcar o ponto (Dias, 2025, p. 50-51).

Segundo a tradição oral, dois moradores foram motivados pelo temor que se instaurou no território, sendo eles Sebastião Gomes e Cosme Luiz. Com isso, fizeram uma promessa a São Sebastião, afirmando que, se a peste fosse vencida, eles construiriam uma capela em sua honra. Após alcançada a graça, a capela, atual matriz de São Sebastião, foi erguida pelos autores da promessa e por moradores locais, em pau-a-pique, marcando o marco inicial do processo de urbanização do município (Dias, 2025, p. 53). Depois, os chãos de terra foram parcelados, começaram a surgir as primeiras casas e a primeira escola na proximidade da capela.

O território de Parelhas passou por diferentes rearranjos, pertencendo inicialmente ao município de Caicó, antes conhecido como Vila do Príncipe; depois, passou a pertencer a Acari, e, posteriormente, a Jardim do Seridó (Macêdo, 1989, p. 17). Segundo Dias (2025, p. 58), “suas conexões sociais, comerciais, econômicas e culturais eram majoritariamente em Conceição do Azevedo (Jardim do Seridó)”.

Em 1920, Parelhas já havia passado a funcionar de maneira organizada, sendo elevada à categoria de vila pela Lei nº 478, de 26 de novembro de 1920. Seis anos depois, foi emancipada, como município, de Jardim do Seridó pela Lei nº 630, de 8 de novembro de 1926. Obteve seu título de cidade um ano depois, pela Lei nº 656, de 22 de outubro de 1927 (Macêdo, 1989, p. 17).

Assim, após décadas marcadas por conflitos, religiosidade, ocupação de terras e cavalgadas, consolidou-se o município de Parelhas, cujos aspectos culturais estão ligados à sua urbanização. Esse fato pode ser observado em um dos acontecimentos mais populares do ano: a festa de São Sebastião. Realizada entre os dias 10 a 20 de janeiro, o evento reúne uma grande quantidade de fiéis nas procissões, novenas e cavalgada em homenagem ao santo, além das festividades populares. Outras expressões da cultura intangível da cidade são as festas dedicadas à Nossa Senhora de Fátima, São Cristóvão e São José.

Figura 15 – Procissão de abertura da festa de São Sebastião



Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

Figura 16 – Matriz de São Sebastião em Parelhas durante o encerramento da festa



Fonte: Arquivo pessoal de Aleff Artemio, (2026)

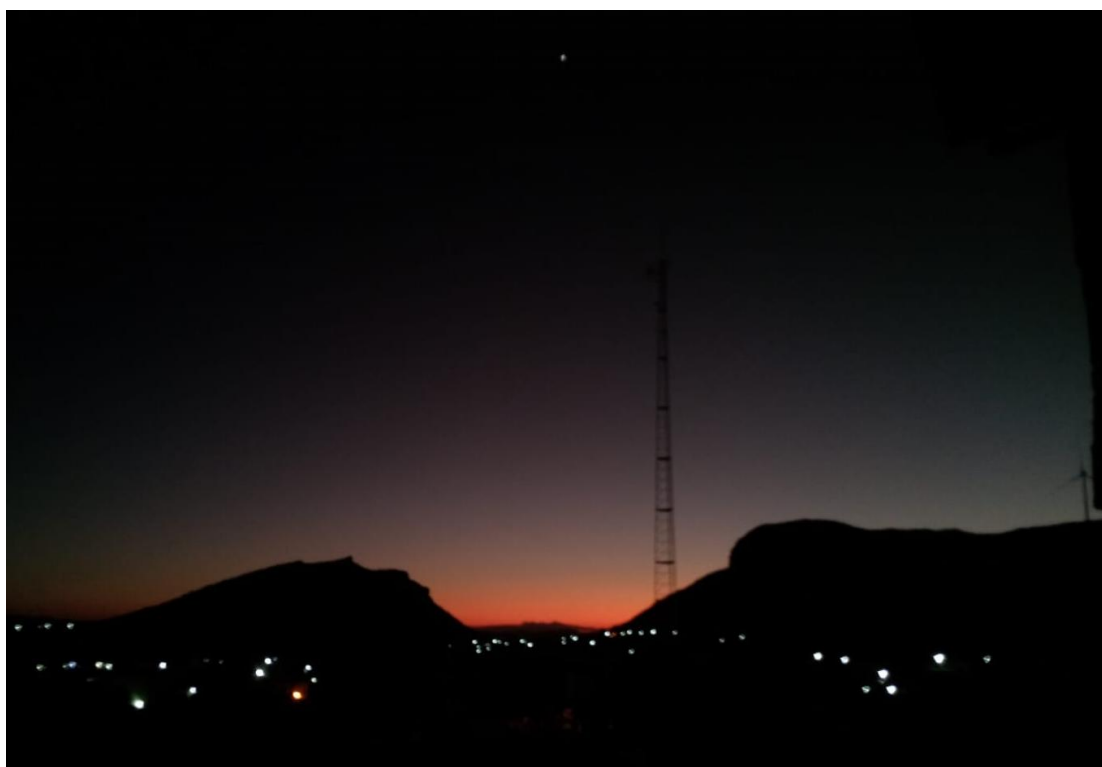
As expressões culturais locais incluem também os festejos de São João, com destaque para o Arraiá da Zona Sul, realizado entre os meses de junho e julho. A feira livre, que ainda se faz presente como marco de socialização e comércio, ocorre atualmente às segundas-feiras, agora em uma localidade distinta da original datada de 1888 (Macêdo, 1989, p. 16). Recentemente, o município ganhou notoriedade no âmbito cinematográfico, tendo servido de cenário para o filme “Bacurau” (2019) e para a série “Cangaço Novo” (2023).

Hoje, a cidade se sustenta economicamente devido à agropecuária, à mineração e a atividades ligadas a olarias, produzindo componentes cerâmicos da construção civil, como tijolos e telhas (Vasconcelos, 1980) e a indústria do vestuário, que, segundo Medeiros et. al. (2019) compõe cerca de 20% de sua economia. Ademais, o turismo também integra o mercado local, sendo uma atividade que associa elementos culturais e naturais existentes no município como:

O Sítio Mirador, a Barragem Ministro João Alves (Barragem Boqueirão), a geoforma da Serra das Queimadas em formato de princesa, Poço da Princesa, Mirante da Serra (Cruzeiro da Serra), Cânions dos Batentes, Capelinha da Serra dos Marimbondos, Altos dos Meninos (no Povoado Joazeiro), Parque temático (Parque dos Dinossauros), Passeios de Jeep, Sítio cidade de pedras, Igreja Matriz e os atrativos culturais. (Martins, 2029, p. 47)

Nesse aspecto, a cultura parelhense também se manifesta na forma das serras que formam o boqueirão, marcantes na paisagem e no imaginário popular. A paisagem funcionou como agente na criação de lendas e contos populares, além de abrigar pontos turísticos como o Açude Boqueirão (Açude público Ministro João Alves), o poço da princesa e o cruzeiro da serra. Sua riqueza paisagística transparece no acervo geológico, conferindo-lhe dois patrimônios ambientais ao Geoparque Seridó: i) sítio Boqueirão e ii) sítio Mirador. Esses elementos constituem a identidade local e contribuem para o sentimento de pertencimento do povo parelhense.

Figura 17 – Vista do boqueirão de Parelhas ao nascer do sol



Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

Figura 18 – Sangrador do açude Ministro João Alves (açude Boqueirão)



Fonte: Arquivo pessoal de Neya Araújo, (s.d)

Figura 19 – Vista do cruzeiro da serra das Queimadas (serra do Boqueirão)

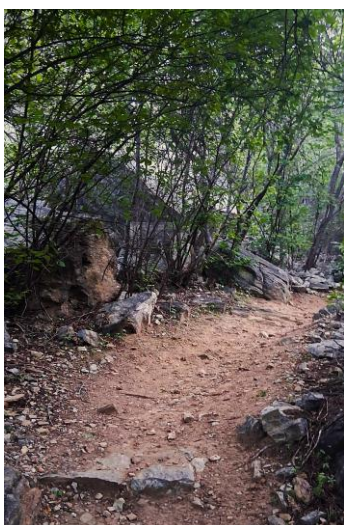


Fonte: Arquivo pessoal de Neya Araújo, (s.d)

3.2 Registros arqueológicos em Parelhas RN: o sítio Mirador

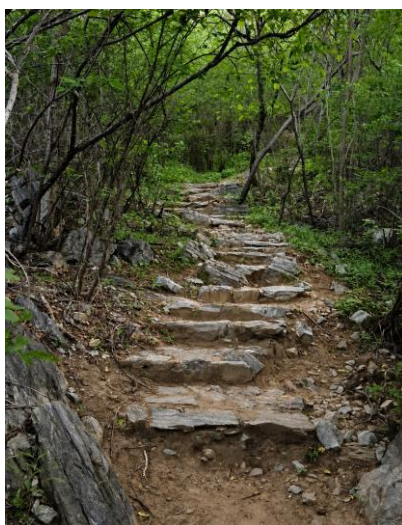
Nessas paisagens está inserido o Sítio Mirador, significativo lugar de cultura e memória, localizado na Serra das Queimadas (chamada popularmente de serra do Boqueirão). O sítio arqueológico é um dos pontos turísticos da cidade mais emblemáticos, pois apresenta elementos tanto naturais quanto vestígios de ações humanas passadas.

Figura 20 – Parte da trilha em terra



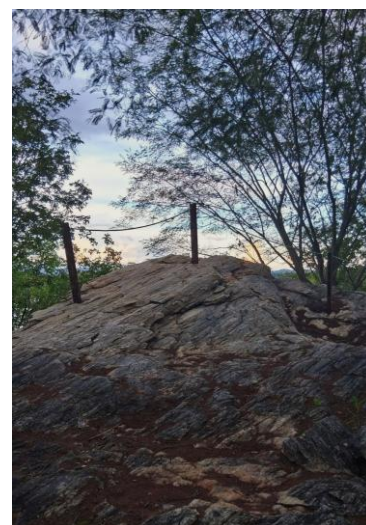
Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

Figura 21 – Escadaria de pedras



Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

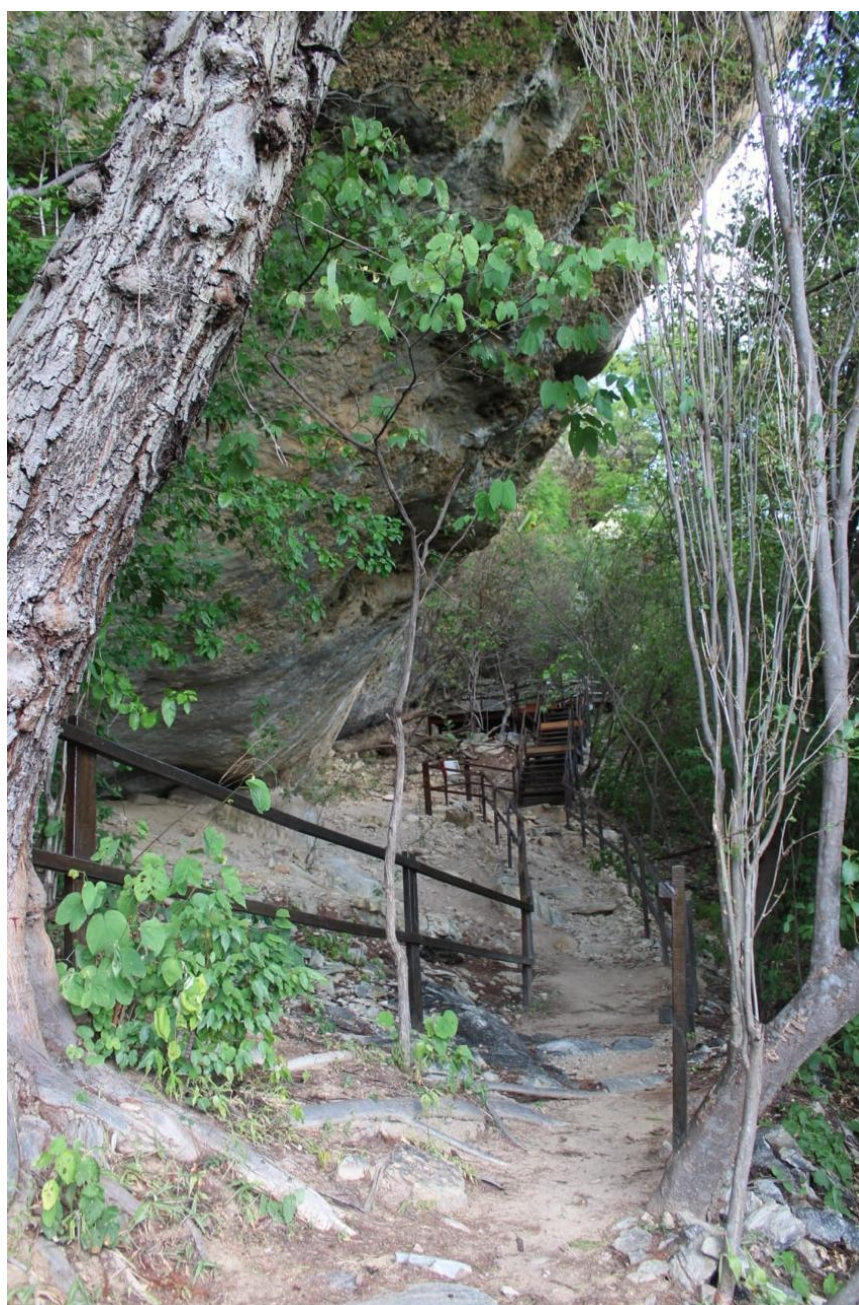
Figura 22 – Área de descanso com Mirante



Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

O Sítio Mirador caracteriza-se como uma barreira rochosa de aproximadamente 40 metros de largura, com alturas que variam de 5 a 10 metros. Tem uma leve inclinação para dentro (figura 23), o que promove proteção dos painéis pictóricos contra agentes naturais em alguns trechos. As pinturas se distribuem pela superfície da rocha em alturas diversas, chegando até cerca de 5 metros. No lado oeste existe uma cavidade que serve de abrigo, que Martin denominou como “capela” (figura 24) (Martin, 1985, p. 83).

Figura 23 – Entrada do sítio Mirador



Fonte: Arquivo pessoal de Neya Araújo, (s.d)

Figura 24 – A “capela” do sítio Mirador



Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

Na década de 1980, a arqueóloga Gabriela Martin e equipe realizaram escavações na “capela”. As atividades descobriram uma necrópole indígena, na qual encontraram-se ossos infantis. Os enterramentos foram realizados a cerca de 30 cm de profundidade. Havia também vestígios de único enxoval fúnebre, contendo contas de colar de osso e concha com os quais foi possível a reconstituição de 3 colares (Martin, 1985, p. 82). A pesquisadora supôs que os restos encontrados não se relacionavam com as pinturas existentes, pois o sedimento entrava em contato com as pinturas, indicando ocupações posteriores (Idem).

As pinturas do sítio são formadas, predominantemente, por figuras antropomorfas em grupos, aparecendo de maneira menos frequente figuras isoladas (Martin, 1985, p. 84). Na capela, os grafismos revelam um efeito chamado “horror vacui” (figura 25), quando se observa a preocupação em preencher toda a superfície do objeto, havendo também a superposição de grafismos nas cores vermelho, preto, amarelo e branco. Além disso, há pouca presença de grafismos puros (Martin, 1985, p. 84).

Figura 25 - Local descrito como pinturas “horror vacui”



Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

Figura 26 – Painel pictórico no sítio Mirador



Fonte: Arquivo pessoal de Laize Fernandes, (2026)

Martin (2013) explica que esse tipo de sítio, assim como outros da subtradição Seridó, pode não ter servido como moradia para seus antigos habitantes indígenas, mas como locais destinados a realização de cerimônias e enterramentos. Em suas palavras: “Esses recintos chamados de “capelas” ou “santuários” foram densamente pintados com superposições da mesma tradição pictórica-cultural e poderiam indicar diferentes momentos de culto sobre uma área especialmente importante.” (Martin, 2013, p. 113).

De acordo com Nascimento e Santos (2013), as pinturas rupestres do Seridó, que inclui o Mirador, eram feitas a partir do mineral ocre, que pode ser encontrado na natureza na forma de seixos ou placas de argila associada a “óxido de ferro chamado hematita (Fe_2O_3) e/ou a um hidróxido de ferro chamado goethita [$\text{FeO}(\text{OH})$]” (Nascimento, Santos, 2013, p. 32), podendo-se desenhar na pedra diretamente com o ocre, a cor obtida com o ocre pode ir de amarelo até o violeta.

A rocha que foi utilizada como “tela” utilizada pelos pintores antigos no Mirador é descrita abaixo:

Metaconglomerado [rocha metamórfica cujo protólito (rocha fonte) foi um conglomerado (rocha sedimentar formada por seixos e fragmentos de rochas preexistentes, de texturas e cores diferentes) e que passou por um aumento de temperatura e de pressão há milhões de anos], que possui coloração em diferentes tons de cinza e verde (Nascimento; Santos, 2023, p. 53).

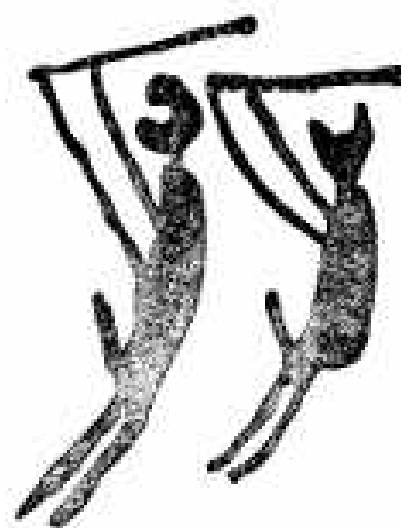
As pinturas encontradas no sítio Mirador foram classificadas como parte da tradição Nordeste subtradição Seridó, que, como já abordado anteriormente, revelam grafismos reconhecíveis, de pequeno tamanho, que apresentam cenas, incluindo emblemáticas, quando se repetem em muitos locais. No local de nosso estudo, pode-se observar a representação de antropomorfos em algumas situações, como cenas de luta (figura 27) cenas hitifálicas (figura 28), emblemáticas, como o objeto ainda indeterminado que é relacionado a uma piroga (figura 27), além da representação de animais, como na (figura 28) que mostra uma revoada de pássaros.

Figura 27 – Cenas de luta



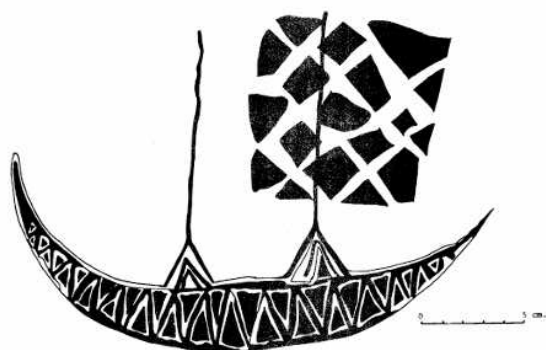
Fonte: Martin, (2013)

Figura 28 – Cenas hitifálicas



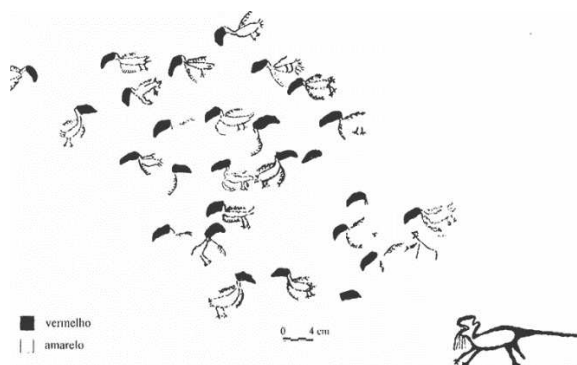
Fonte: Martin, (1985)

Figura 29 – Grafismo de piroga ou rede funerária



Fonte: Martin, (1985)

Figura 30 – Representação de pássaros



Fonte: Martin, (2013)

A diversidade temática das figuras encontradas no sítio Mirador reforça sua importância como marco nos sítios arqueológicos que fazem parte do Seridó potiguar. Como sublinha Martin (1985, p. 84) “apesar da falta de dados materiais nos sítios arqueológicos rupestres do Seridó, a variedade temática das pinturas, permite-nos reconstruir um universo indígena cheio de riqueza antropológica”. Contudo, é válido ressaltar que as pinturas remanescentes estão consideravelmente degradadas em diversos pontos, tendo muitas delas se tornado pouco nítidas diante de intempéries e vandalismos.

Além disso, o Mirador ainda é reconhecido por sua grande riqueza geológica, que o coloca entre os 21 geossítios inventariados que integram o projeto Geoparque Seridó. Ali ocorre uma geoforma de destaque, ocasionada por processos erosivos, e intemperismos como a ação de ventos e chuvas na rocha, que resultaram na conhecida Pedra da Boca (Ferreira; Nascimento, 2010, p. 47), exposta na Figura 31.

Figura 31 – Pedra da boca vista da entrada do Mirador



Fonte: Arquivo pessoal, (2026)

Figura 32 – Vista do boqueirão na Pedra da boca



Fonte: Arquivo pessoal de Lenilson Júnior, (2026)

Diante dessas informações, torna-se válido apontar que a riqueza em elementos naturais e antrópicos representada pela caatinga, formações rochosas, e, respectivamente,

pelos vestígios remanescentes dos antigos habitantes indígenas na região, confere ao Mirador a denominação de paisagem cultural. Essa categoria patrimonial tem se mostrado significativa nas últimas décadas, sendo necessária sua preservação. Existem diversas interpretações que permeiam o termo, embora de modo geral seja compreendido como “fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço” (Ribeiro, 2007, p. 9).

Outras interpretações consideram a paisagem como um artifício por meio do qual é possível compreender a relação do homem com o ambiente ao longo do tempo, funcionando como testemunho das ações de diferentes grupos sociais (Ribeiro, 2007, p. 9). Nesse sentido, o sítio Mirador, como paisagem cultural de teor arqueológico, apresenta a combinação de visuais paisagísticos naturais e as mudanças sociais ocorridas desde 9.400 anos A.P, representadas nas pinturas rupestres. Como define Milton Santos (2012), na paisagem estão condensadas as suas “rugosidades”, os tempos distintos materializados em produtos da ação humana. No Mirador as rugosidades de suas paisagens se revelam nos lugares cerimoniais e fúnebres, depois reapropriados pela colonização das fazendas de gado e, posteriormente, usadas para fins de educação, confraternização e lazer. Esse fator é indispensável para a preservação do Mirador e seu estatuto pedagógico como difusor das complexidades paisagísticas, culturais e ambientais de Parelhas.

3.2.1 Registros arqueológicos em Parelhas: Sítio pedra do Vem Vem, Pedra do Chinelo, Olho D'água das Gatas

Além do sítio Mirador, que recebe mais atenção do público, pesquisadores e instituições diversas, o território parelhense abriga outros sítios arqueológicos menos conhecidos, como o Vem-vem, a Pedra do chinelo e o Olho d'água das Gatas, e possuem registro no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Além desses, o sítio Sol e Lua na comunidade Santo Antônio da Cobra e o sítio Serrote das Cabras, que ainda não foram cadastrados e não possuem registros de pesquisas.

O sítio Pedra do Vem Vem é descrito por Martin (2003) como um bloco de gnaiss isolado na margem de uma ravina, o qual possui pinturas rupestres da tradição nordeste e subtradição Seridó. As escavações realizadas na área não obtiveram resultados, exceto por um fragmento cerâmico com marcas de combustão (Martin, 2003).

O sítio Olho d'água das Gatas está localizado também na Serra das Queimadas, é um abrigo sob rocha, formado por dois blocos de gnaiss, um que se deslocou primeiro e se equilibrou a meia encosta, enquanto o outro, caiu posteriormente a leste do primeiro abrigo.

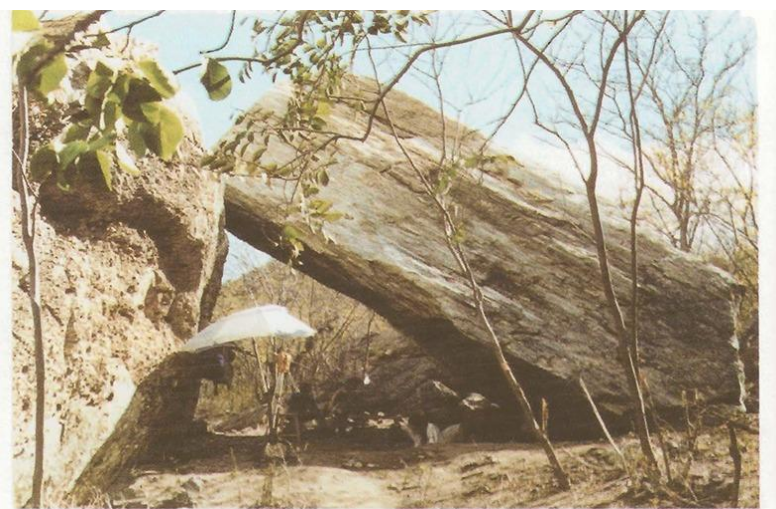
As pinturas rupestres encontradas são da tradição Nordeste subtradição Seridó. Entretanto, estas apresentam características típicas do estilo Serra da Capivara. A vegetação nativa seca e espinhosa promoveu segurança para as pinturas. (Martin, 2003, p. 24)

Foram encontrados 75 artefatos líticos, que, em sua maioria, correspondem a lascas resultantes do processo de lascamento para formação de instrumentos. Os vestígios demonstram que havia pouca técnica na forma de lascamento da matéria prima. Além disso, encontrou-se uma fogueira, três fragmentos cerâmicos, ossos de pequenos mamíferos e um fragmento de gnaiss com pigmento vermelho (Martin, 2003, p. 24).

De acordo com os achados, foi possível estabelecer uma relação entre as pinturas e a ocupação humana, teoriza-se que um lado do abrigo era utilizado para fabricação de instrumentos e realização de pinturas (lado oeste), enquanto o outro lado seria utilizado para preparação de alimentos (lado leste), pois foi onde encontrou-se a fogueira, os fragmentos cerâmicos e os restos de animais (Martin, 2003, p. 25).

O sítio Pedra do Chinelo está na Serra das Queimadas consiste em um abrigo sob rocha, que foi formado por um bloco de gneiss que se desprende da serra e estabilizou-se à meia encosta, este teria se dividido, de modo que um bloco caiu sobre outro em um ângulo de 45° que forma o abrigo (Vidal, 2002, p. 159). No abrigo existe um painel a 50 cm do solo, contendo pinturas rupestres da tradição Nordeste e subtradição Seridó, incluindo um grafismo emblemático que é reconhecido por dois antropomorfos maiores rodeando uma figura menor (Vidal, 2002, p. 160).

Figura 33 – Sítio Pedra do Chinelo



Fonte: Vidal, (2002)

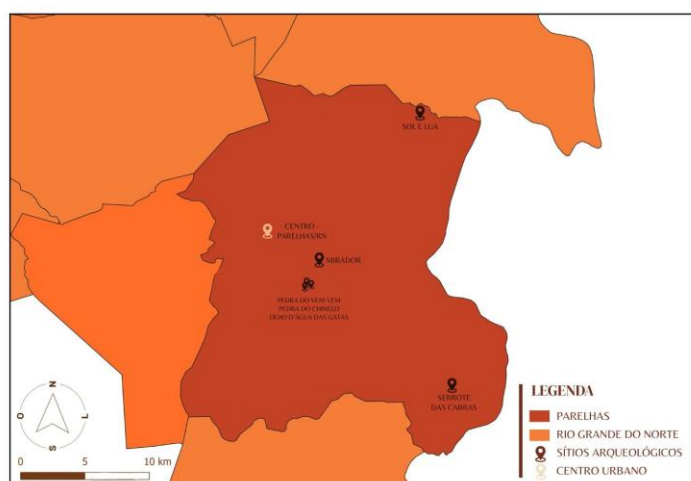
Nos anos de 2001 e 2002 foram realizadas escavações no abrigo, de modo a revelar enterrados ossos humanos de um adulto e uma criança, restos de fogueira, lascas de sílex e

quartzo ialino, restos de fauna (porco selvagem, caeteté e malacofauna), duas peças de pedra polida (um polidor feito a partir de seixo rolado e um alisador feito em diabásio), peças cerâmicas e um tipo de estrutura com pedras enfileiradas, além de uma quantidade de cinzas que mediram 1 metro (Vidal, 2002, p. 163-165).

A diversidade nos vestígios aponta para a teoria de que ocorreram 2 ocupações, em tempos distintos. A primeira sendo formada por um grupo ceramista, que ocupou o local antes da queda dos blocos e utilizou-o como cemitério, uma enxurrada parece ter desordenado os vestígios encontrados em parte do abrigo, considera-se que os fragmentos cerâmicos encontrados podem ter correspondido a um tipo de urna funerária, que foi destruída. (Vidal, 2002, p. 168). A segunda ocupação sucedeu a queda dos blocos, e nesse período foi aceso um grande número de fogueiras (Vidal, 2002, p. 168).

Somando-se a esses, foram encontrados mais dois sítios no território parelhense, o sítio Sol e Lua, localizado no povoado Santo Antônio (Cobra) e o Serrote das Cabras próximo à comunidade Barra. Embora até o momento deste trabalho ainda não tenha sido realizado o cadastro destes no CNSA, estes nomes são encontrados no SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão). Contudo, não foi possível encontrar informações satisfatórias acerca destes. Mediante um vídeo publicado na plataforma Youtube nota-se que o sítio Sol e Lua possui figuras rupestres que representam as figuras que deram origem ao nome do sítio, porém, nota-se também diversas pichações que degradam a paisagem.

Mapa 6 – Localização dos sítios arqueológicos de Parelhas/RN



Fonte: Adaptado do IBGE, (2024)

Diante dessas informações, torna-se evidente a riqueza em acervo arqueológico que o município de Parelhas possui, tais informações são responsáveis por contribuir com a formação de um perfil social e técnico dos povos indígenas pré-cabralianos que povoaram o

território primordialmente. Contudo, esses sítios são pouco conhecidos pela sociedade parelhense, devido seu difícil acesso, que impede as visitas, além de não ocorrer a difusão acerca da existência dos mesmos nas salas de aula, por exemplo. Esses fatores corroboram com a ideia de que se faz necessário difundir esses conhecimentos de formas diversas e eficientes, visando preservar a memória dos povos antigos e apresentar as demais paisagens culturais existentes, divulgando, mas também educando a sociedade quanto a existência de outros sítios arqueológicos.

4 PERCEPÇÕES E NARRATIVAS: O Mirador sob a ótica da população

O projeto do Centro de Educação de Visitantes tem por base aproximar o povo, sobretudo a comunidade parelhense em geral, do seu patrimônio, em consequência disso, fez-se necessário compreender como é a compreensão da população referente ao Sítio Mirador. Um questionário com 28 tópicos foi aplicado, obtendo-se 157 respostas, sendo 68,2% mulheres e 31,8% homens, com faixa etária variada, e que, em sua maioria moram em Parelhas a vida toda (71,2%), os demais moram a um tempo considerável (17,3%) ou visitam (11,5%).

Com isso, os resultados obtidos demonstram que a maior parte conhece o Mirador e já o visitou pelo menos uma vez (18,6%), em que 42,3% já visitaram mais de 3 vezes. Contudo, uma parcela 17,9% ainda não conhece o espaço. O meio pelo qual esses indivíduos foram apresentados ao sítio arqueológico se mostra diverso, sendo a maioria conhecido mediante a escola (42,3%) e por amigos e familiares (42,3%). Nota-se que o turismo e visitas guiadas é pouco abrangente (3,2%), assim, pode-se considerar que seria interessante a organização de guias nos passeios, assim como um ponto de apoio e reunião para os mesmos. Além disso, apesar da escola ser uma das principais conexões com o sítio, 25,5% das respostas afirmam que não estudaram sobre o Mirador na escola, esse fator demonstra uma lacuna no processo de educação patrimonial dos indivíduos e afirma a necessidade de implementá-la com eficiência.

Figura 34 – Gráfico
“Quantas vezes você já visitou o Mirador?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 35 – Gráfico “Como você conheceu o Mirador?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 36 – Gráfico “Você aprendeu sobre o Mirador na escola?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Um fato positivo que foi observado nas respostas demonstra quase unanimidade ao considerar a importância do Mirador e compreendê-lo como identidade cultural e sua importância para a história da cidade. Além disso, demonstram o entendimento mínimo do que são as pinturas rupestres e a importância de preservá-las. Entre os fatores de importância pessoal para cada indivíduo aparecem diversas vezes: as pinturas rupestres, a história, a memória, a cultura, além de pontos como a paisagem e o espaço como ponto de reuniões sociais, como piqueniques (transcrição das respostas no Apêndice 01).

Figura 37 – Gráfico “O que o Mirador representa para você?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 38 – Gráfico “Você considera o Mirador importante para a história da cidade?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

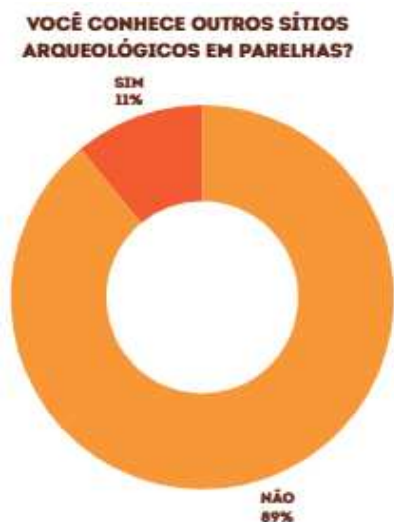
Figura 39 – Gráfico “Você acredita que o Mirador faz parte da identidade cultural de Parelhas?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Com relação aos demais sítios arqueológicos existentes em Parelhas, 89% dos respondentes não os conhecem, o que demonstra uma baixa difusão do conjunto arqueológico existente. Esse cenário é problemático, uma vez que restringe o conhecimento populacional acerca dessa parcela de seu patrimônio cultural. A fim de reverter esse cenário, é essencial promover ações de educação patrimonial e difusão do conhecimento acerca do conteúdo desses sítios.

Figura 40 – Gráfico “Você conhece outros sítios arqueológicos em Parelhas?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Em contrapartida, os resultados indicam incerteza quanto ao reconhecimento e valorização do Mirador pela coletividade. Apenas 18,5% dos respondentes acreditam que a população conhece bem o sítio arqueológico, enquanto 38,2% acredita consideram que não. Ademais, 31,8% avaliam que o sítio não é valorizado pelos habitantes da cidade, enquanto 45,9% demonstram dúvida e apenas 22,3% acredita que ela de fato ocorre.

Figura 41 – Gráfico “Você acredita que a população conhece bem o Mirador?”



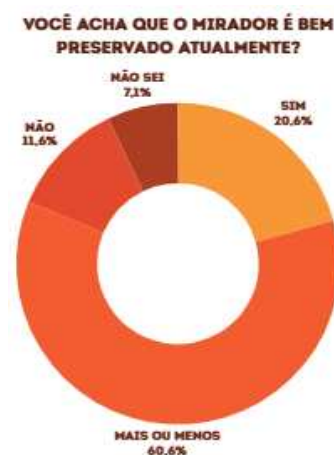
Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 42 – Gráfico “Você acha que o Mirador é valorizado pela população?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 43 – Gráfico “Você acha que o Mirador é bem preservado atualmente?”



Fonte: Autoria própria, (2026).

Esse fato pode ser explicado mediante outras respostas do público, em que grande parte pede por ações de preservação as pinturas rupestres (72,6%), tendo em vista que estas encontram-se bastante degradadas em alguns pontos. Além disso, essa circunstância pode indicar que a um conhecimento apenas superficial do sítio, visto que 59,9% dos respondentes pedem por mais informações históricas.

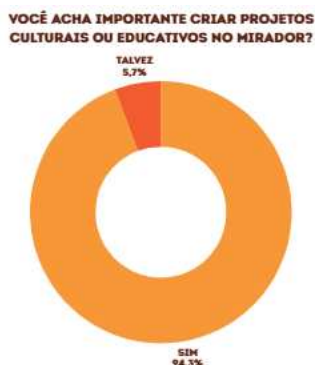
Com isso, pode-se afirmar que a população tem demonstrado preocupação e reconhecimento do sítio. Entretanto, faltam ações que contribuam com o entendimento e a preservação efetiva da paisagem cultural do Sítio Mirador. A população contribui com essa afirmação, pois indica diversos pontos que devem receber intervenção, pedindo por melhor acesso, segurança, sinalização, estrutura para visitante, entre outros pontos, e ainda demonstram, em sua maioria, que é importante realização de ações de projetos culturais e educativos no sítio arqueológico (94,3%) e interesse em participar dessas atividades (58%).

Figura 44 – Gráfico “Na sua opinião, o que poderia melhorar no Mirador?”



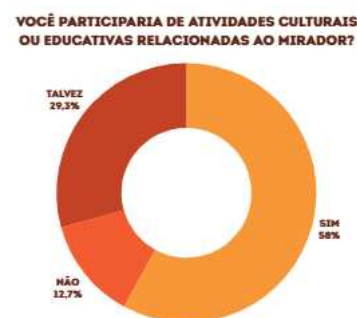
Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 45 – Gráfico “Você acha importante criar projetos culturais ou educativos no Mirador?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 46 – Gráfico “Você participaria de atividades culturais ou educativas relacionadas ao Mirador?”



Fonte: Autoria própria, (2026)

Diante desse contexto, o Centro de Educação de Visitantes será uma estratégia para contornar as lacunas observadas, contribuindo para o conhecimento não apenas do Mirador como de todo contexto arqueológico de Parelhas. O Centro pode contribuir com a preservação do patrimônio arqueológico ao proporcionar espaços destinados a educação patrimonial da população e de turistas. Ademais, outros aspectos também serão abordados no projeto como uma melhor segurança e um ponto de apoio próximo para os visitantes.

5 ETAPAS PRÉ-PROJETUAIS

5.1 Estudo de projetos correlatos

O presente tópico apresenta estudos de projetos arquitetônicos inspiradores na concepção do estudo preliminar de Centro Educativo a visitantes do Sítio Mirador. Para tanto, lançou-se luz em propostas que apresentem características estéticas, funcionais e de conforto ambiental. Embora parte dos projetos analisados possua programa de necessidades diferente do proposto neste trabalho, estes foram selecionados por contribuem em termos diversos para formulação do projeto. Os projetos escolhidos foram o centro cultural de Niamey, Museu do Homem Americano, Instituição Cívica Granthalay e a Escola Primária de Kollo e a praça Euclides da Cunha.

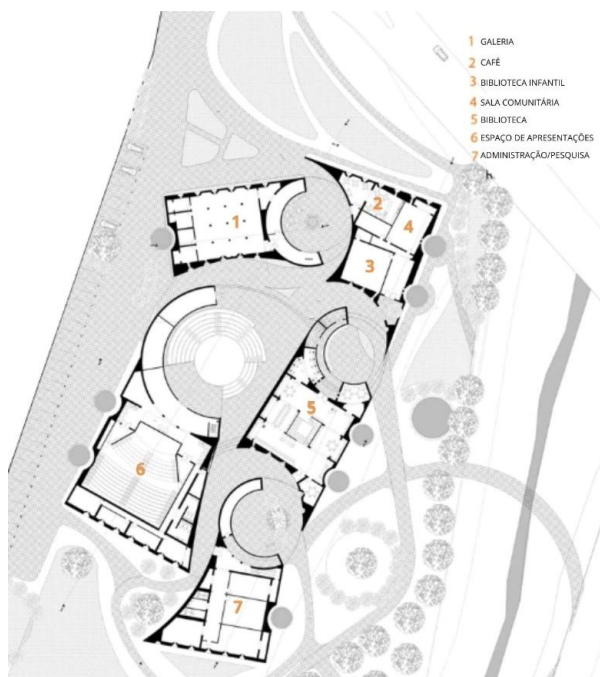
5.1.1 Centro Cultural de Niamey

Projeto da arquiteta africana Mariam Issoufou, o Centro Cultural de Niamey está localizado na capital do Níger (Niamey), no Vale de Gounti Yenna. O projeto teve início no ano de 2019. O centro foi concebido a fim de preencher uma deficiência existente na cidade com relação a espaços e oportunidades culturais (Issoufou, s.d.)⁸. A arquiteta buscou idealizar um projeto que fosse útil ao público, tendo em vista que a cidade precisava de um centro cultural. Ela entrou em contato com jovens artistas da comunidade e incorporou as informações obtidas para gerar a base do programa de necessidades (Sitz, 2019). O espaço foi pensado para que pudesse incluir nigerinos de todas as origens. O propósito do programa arquitetônico buscou fomentar a reflexão acerca da cultura e da tradição para as comunidades locais. (Issoufou, s.d.)

O centro conta com teatro, galerias, instalações comunitárias, um café e uma biblioteca. Esse programa foi dividido em cinco edifícios, de modo que o projeto é uma rede de zonas interconectadas, a distribuição dos espaços em suas respectivas torres pode ser consultada na Figura 47.

⁸ Disponível em: [google.com/url?q=https://www.mariamissoufou.com/5-niamey-cultural-center&sa=D&source=docs&ust=1775158384152301&usg=AOvVaw356H-0Jbenz2Vn194CRY_4](https://www.mariamissoufou.com/5-niamey-cultural-center&sa=D&source=docs&ust=1775158384152301&usg=AOvVaw356H-0Jbenz2Vn194CRY_4). Acesso em 4 de março de 2026.

Figura 47 – Esquema distribuição de espaços Centro cultural de Niamey



Fonte: Disponível em: <https://www.mariamissoufou.com/niamey-cultural-center>

Essa proposta de organização espacial proporciona ao público proximidade com a vida cotidiana, possibilitando à comunidade usufruto do espaço aberto, transitando livremente entre este e o ambiente construído (Issoufou, s.d.). Além disso, as áreas livres buscam acolher diferentes perfis de usuários, democratizando o acesso ao espaço (Sitz, 2019). A forma e a escala dos edifícios foram pensadas de modo a atuar como sombreamento das áreas externas, proporcionando sombra e locais agradáveis para que propiciam o convívio em comunidade. Essa característica favorece a utilização dessas áreas mesmo no clima desértico do Niamey.

Figura 48 – Imagem do centro cultura de Niamey



Fonte: Disponível em: <https://www.mariamissoufou.com/niamey-cultural-center>

A plástica arquitetônica teve como inspiração a tradição construtiva Hausa e Songhai (Issoufou, s.d.), dando voz à memória arquitetônica ancestral de povos do Níger. Assim, as técnicas utilizadas se unem à escala monumental dos edifícios e criam a interligação entre o tradicional e o atual. Conforme a autora: “o projeto está ancorado no presente, mas orientado para o futuro, equilibrando a continuidade com ambição” (Issoufou, s.d.).

Outro aspecto central é a preocupação com as mudanças climáticas e a sustentabilidade (Issoufou, s.d.). As soluções empregadas pelos times incluem a utilização de materiais e técnicas locais, como o tijolo de barro cru (Sitz, 2019). Sistemas de captação de água que são utilizados para irrigar os jardins, mecanismos naturais de resfriamento e utilização de energia solar (Issoufou, s.d.).

5.1.2 Museu do Homem Americano

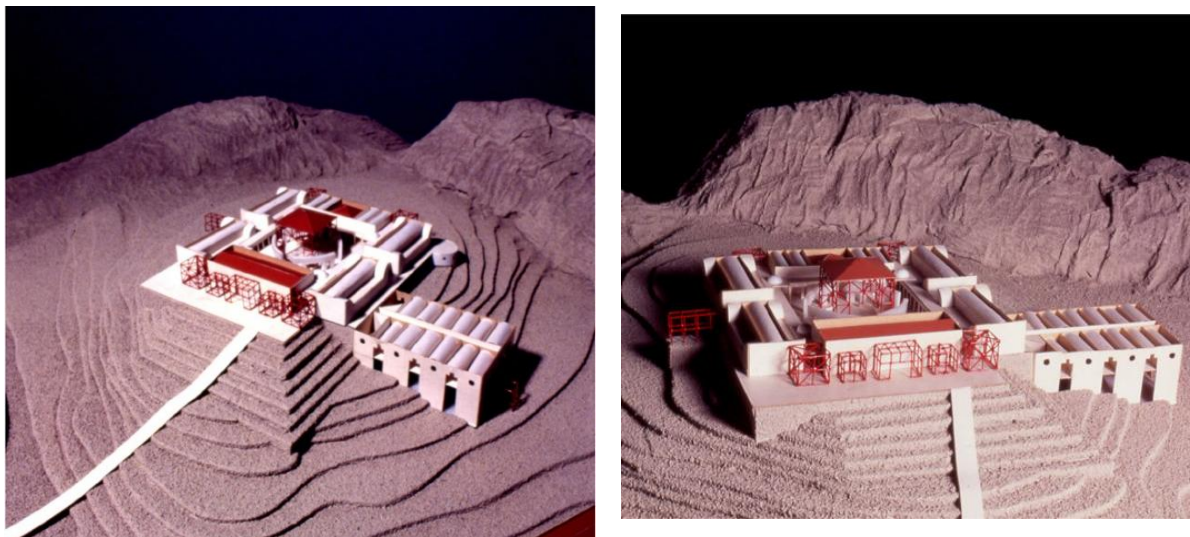
O museu do homem americano está localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, na cidade de São Raimundo Nonato-PI. Em 1987, ocorreu um concurso de anteprojetos para o museu, tendo sido vencido pelo escritório do arquiteto Sylvio E. de Podestá juntamente a Éolo Maia e Jô Vasconcellos (Gonçalves, 2016, p. 52). No entanto, vários problemas surgiram durante a execução do projeto, incluindo reclamações relacionados à origem dos arquitetos, mudança do local original de implantação do projeto, recursos financeiros limitados, entre outras questões. De modo que o projeto original foi modificado sem supervisão dos autores (Gonçalves, 2016, p. 52).

Desde o início da proposta de 1987, buscou-se pensar em um museu não apenas como exposição de peças arqueológicas, mas também como um mecanismo de integração da comunidade local com a região e a herança cultural do homem americano (Podestá, 1987). Os projetistas realizaram diversas pesquisas, incluindo a visita ao terreno e à cidade. Essa ação foi realizada com objetivo de conhecer aspectos tanto antropológicos (os habitantes, a cultura, o clima) quanto logísticos (materiais disponíveis, técnicas construtivas locais) existentes na cidade (Podestá, 1987).

A implantação foi idealizada de forma que, no centro e no ponto mais alto da colina existente no terreno, ficasse a área para exposições. Nesse lugar, o edifício se divide em alas que circundam um pátio central de 30x30 metros. O setor dispõe de livreria, pequeno acervo, controle, lanchonete, instalações sanitárias, salas de exposições (temporárias e permanentes) e auditório. A circulação entre os ambientes é feita por galerias abertas envolvidas pelo pátio externo. Abaixo desse bloco, na cota de nível de 111,5 metros estão os depósitos,

laboratórios de fotografia, fototeca, vestiários e refeitório. Em um nível abaixo, na cota de 110 m encontra-se o anexo do museu que conta com laboratórios, biblioteca, sala de reunião e gabinetes (Podestá, 1987).

Figura 49 - Maquetes do Museu do Homem Americano



Fonte: Disponível em: <https://www.podesta.arq.br/projetos/institucionais/projeto-museu-do-homem-americano/>

O pátio central foi pensado para aproveitar a ventilação e proporcionar sombreamento às áreas de convivência (Podestá, 1987). Além disso, a ventilação natural foi concebida de modo a percorrer as abóbadas do edifício, sendo auxiliada por um sistema de chaminés em que uma deve ser responsável por captar o vento externo e a outra por sugar o ar quente, o sistema deveria eliminar a utilização de sistemas de resfriamento mecânico (Podestá, 1987). Contudo, o ajuste para a adição de ar condicionados se fez necessário posteriormente no projeto construído, uma vez que a existência de insetos e pássaros dificultava a manutenção do prédio (Gonçalves, 2016, p. 52).

Os arquitetos basearam-se na mão de obra e materiais existentes na região, visando economia e a valorização da cultura local. Com isso, optou-se por utilizar tijolos e telhas cerâmicas produzidas na cidade, com técnicas construtivas dominadas por trabalhadores da comunidade, resultando em abóbadas e cúpulas de tijolo (Podestá, 1987). Soma-se, ainda, o emprego de aroeira, madeira abundante na região, indicada para as estruturas dos mirantes, da cobertura do pátio interno e das proteções contra luz solar no hall. As paredes do museu deveriam ser revestidas com cerâmica branca, buscando um contraste equilibrado com a paisagem da caatinga. A proposta teve como objetivo traduzir a passagem do tempo, unindo o presente, o passado e o futuro sem desrespeitar o entorno existente (Podestá, 1987).

Com relação às exposições existentes, a primeira sala oferece um panorama da evolução dos homínídeos, explorando as teorias acerca do povoamento das américas e aspectos da vida dos seres humanos (Araújo, et. al., 2025), além de expor, mediante vídeo, fatos sobre as escavações ocorridas no local, elucidando algumas técnicas (Gonçalves, 2016). A segunda sala é dedicada, majoritariamente, às pinturas rupestres, explicadas de textos e dispositivos como painéis que expõem pinturas em movimento, em conjunto com uma trilha sonora. O espaço também conta com mesas interativas, uma apresenta o mapa em que se pode navegar por todos os sítios arqueológicos com pinturas na região, a segunda conta com dispositivo para simular o processo de escavação (Gonçalves, 2016).

O mezanino oferece a exposição de esqueletos humanos e urnas funerárias encontradas nas escavações (Araújo, et. al., 2025), a exposição conta com vitrines expondo os diferentes tipos de sepultamentos encontrados, textos explicativos e um vídeo (Gonçalves, 2016). A última sala expositiva é destinada à evolução dos objetos confeccionados por seres humanos, indo desde artefatos de povos pré-colombianos até a chegada dos colonizadores europeus (Araújo, et. al., 2025).

5.1.3 Instituição cívica Granthalay

A Instituição Cívica de Granthalay é uma arquitetura pública localizada em Chhatarpur, na Índia. O projeto ocorreu no ano de 2025 pelo escritório Studio Infinity. O edifício possui 1684 m². O objetivo foi conceber um local de aprendizagem para todas as idades e perfis de ocupantes, visando reduzir as carências de espaços de educação no distrito (Archdaily, 2026). A implantação do projeto ocorre em um terreno circundado por quatro ruas, tal condição contribuiu com a escolha da forma circular para o empreendimento, além da clareza na distribuição do zoneamento, fácil circulação e auxílio para um bom desempenho climático (Archdaily, 2026).

Figura 50 – Instituto cívico Granthalay



Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1037918/instituicao-civica-granthalay-studio-infinity>, (2026)

As áreas foram divididas de acordo com as faixas etéreas e a função, permitindo um deslocamento mais fluido entre os ambientes que compõem a edificação. O projeto propôs dois pavimentos inicialmente, que, devido a motivos financeiros, serão realizados posteriormente (Archdaily, 2026). Assim, o programa de necessidades se distribui no pavimento térreo, contando com anfiteatro, área de estar do café ao ar livre, área de estar interna, café literário, sala de arte, biblioteca infantil, banheiro, biblioteca para adultos, recepção / área de espera, sala de reunião, sala de seminários, administração, café / lanchonete, zona pública, estacionamento, floresta urbana (Archdaily, 2026).

Figura 52 – Planta baixa do Instituto cívico Granthalay



Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1037918/instituicao-civica-granthalay-studio-infinity>, (2026)

Essa arquitetura se compromete com a integração à regionalidade e com o conforto térmico, a escolha dos materiais como arenito vermelho, tijolos, blocos de terracota e painéis vazados, aliados a estratégias como corredores cobertos e varandas semiabertas, contribui para um desempenho térmico favorável para a edificação, além de integrar o prédio em sua região (Archdaily, 2026).

Figura 53 – Instituto cívico Granthalay



Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1037918/instituicao-civica-granthalay-studio-infinity>, (2026)

Aliado a isso, outras medidas como captação da água da chuva e adição de placas fotovoltaicas contribuem com o caráter sustentável e autossuficiente do projeto (Archdaily, 2026). O escritório ainda buscou a integração com o contexto paisagístico em que o local foi implantado, propondo a preservação de parte da flora nativa existente, principalmente na figura de uma grande figueira que se destaca ao centro do pátio, cercado por todo o edifício (Archdaily, 2026).

5.1.4 Escola primária Kollo

A proposta da escola primária de Kollo está localizada na pequena vila de Koungou Zarma, no Distrito de Kollo, no Níger. O projeto, também do escritório de Mariam Issoufou, surge como iniciativa para solucionar as dificuldades relacionadas aos locais de ensino na vila, visto as más condições físicas das escolas locais. O terreno em que se encontra a atual escola pertence a um agricultor, que o aproveitava no período de plantio, coincidindo com as férias de verão. Posteriormente, o lote foi doado para construção do novo projeto (Issoufou, s.d.).

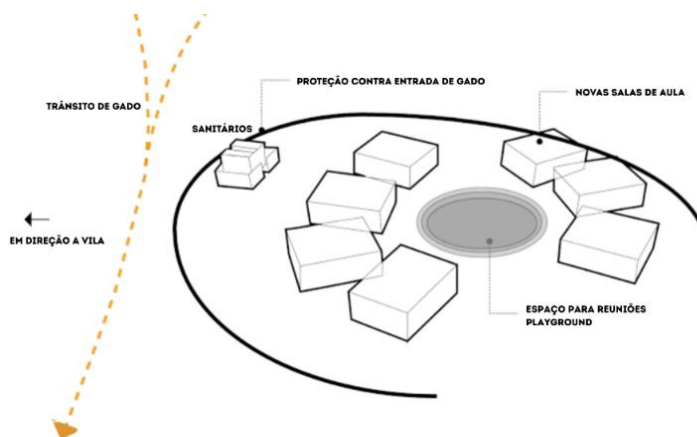
Figura 54 – Vista do pátio central da Escola primária de Kollo



Fonte: Disponível em: <https://www.mariamissoufou.com/kollo-elementary-school>

O projeto dispõe de seis salas de aula, lavabos e um pátio central elíptico. Os blocos de salas de aula foram dispostos separadamente em volta do pátio, de modo que entre elas ainda haja espaço para o agricultor cultivar a terra durante o período de chuvas. O centro servirá também como espaço de convivência, em que apresentações e assembleias da população da aldeia poderão ocorrer fora do horário de aula (Issoufou, s.d.).

Figura 55 – esquema da escola primária de Kollo



Fonte: Adaptado de <https://www.mariamissoufou.com/kollo-elementary-school>

Além disso, abaixo do pátio foi previsto um reservatório, que deve concentrar a água das chuvas provenientes dos telhados da escola, servindo de abastecimento nos períodos mais áridos do ano. Outra medida relacionada a aridez do distrito de Kollo foi a escolha do Bloco

de terra comprimido, que deve auxiliar no resfriamento dos ambientes e fornece conforto térmico aos alunos (Issoufou, s.d.).

Figura 56 – Vista da Escola primária de Kollo



Fonte: Disponível em: <https://www.mariamissoufou.com/kollo-elementary-school>

5.1.5 Praça Euclides da Cunha

A praça Euclides da Cunha (autor da obra “Os sertões”) está localizada na cidade de Recife, capital de Pernambuco, e foi projetada pelo arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx em 1935. O projeto foi concebido como um jardim de cactáceas, no contexto de valorização da flora nativa, sendo o primeiro jardim público essencialmente brasileiro ao utilizar espécies da caatinga, bioma exclusivo do Brasil (Paula et. al., p. 12-13, 2011). Ao conceber o projeto o arquiteto foi contra todos os preconceitos existentes com relação a caatinga como “com relação à diversidade florística, faunística e os aspectos paisagísticos, desprezados por aqueles que desconhecem suas riquezas.” (Paula et. al., p. 14, 2011).

Figura 57 – Praça Euclides da Cunha em 2013



Fonte: Silva, (2014)

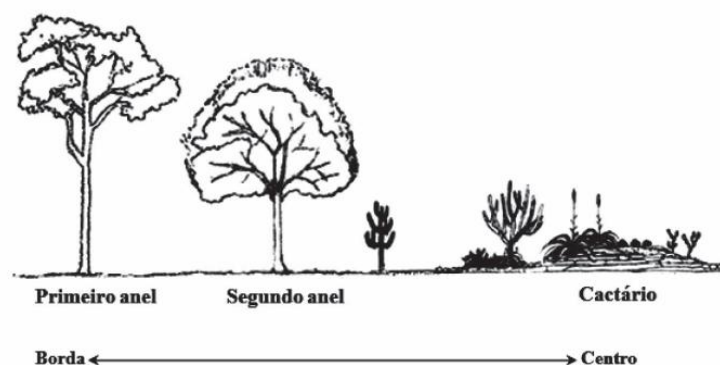
Figura 58 – Praça Euclides da Cunha em 2013



Fonte: Silva, (2014)

Segundo Burle Marx o jardim é composto por duas alamedas de árvores autóctones do sertão que se localizam na parte mais externa da praça, encontrando-se em uma das extremidades e formando um bosque. Esses anéis envolvem o cactário central que deveria contar com o maior número de espécies das famílias da família *Cactaceae*, *Bromeliaceae* e *Euphorbiaceae* (Paula et. al., p. 17, 2011). Entre as espécies utilizadas destacam-se o “umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), ipês (*Tabebuia sp.*), mandacaru (*Cereus jama caru*), coroa-de-frade (*Melocactus bahiensis*), palma (*Opuntia palmadora*), xique-xique (*Pilosocereus gounellei*) e facheiro (*Pilosocereus piauhyensis*)” (Paula et. al., p. 18, 2011).

Figura 59 - Perfil da vegetação da praça Euclides da Cunha, segundo disposição da vegetação nos anéis, adaptado dos desenhos da arquiteta Liana Mesquita para estudo da vegetação da caatinga



Fonte: Laboratório da Paisagem – UFPE em Paula et. al., (2011)

As espécies arbóreas localizadas nas extremidades da praça são hiperxerófilas adaptadas a umidade, elas têm como uma de suas funções proteger as espécies cactáceas no interior da praça dos ventos vindos litoral visto que estas não aguentam umidade. O segundo anel é formado por espécies arbóreas e arbustivas que devem receber o excedente de ventos que passar pelo primeiro anel de vegetação. Dessa maneira, o jardim de cactos no centro fica livre de umidade e recebe luz solar direta.

5.1.6 Quadro síntese de estudos correlatos

O estudo dos projetos apresentados tem por objetivo fornecer ideias e soluções adotadas em diferentes contextos, mas que possuem aspectos em comum com o programa de necessidades para o Centro Educativo a Visitantes do Sítio Mirador. Estes se circunscrevem em adaptar a edificação ao clima semiárido e o programa de necessidades diverso que combine ambientes educacionais e expositivos. Com base nessas informações, foi possível organizar um quadro síntese, apresentado abaixo, que agrupa as inspirações retiradas de cada projeto.

Quadro 3 – Quadro síntese de estudos correlatos

(*Continua*)

PROJETO	INSPIRAÇÃO
Centro cultural de Niamey	- Edifícios separados em zonas que se comunicam; - Espaços abertos que possibilitam o livre trânsito entre os blocos; - Conexão entre o histórico e o atual; - Utilização de materiais locais; - Emprego de tijolos de barro cru; - Sistema de captação de águas pluviais; - Inserção de energia solar.
Museu do homem americano (projeto de Podestá)	- O espaço como mecanismo de integração da comunidade com o patrimônio; - Aproveitamento da topografia e paisagem naturais do terreno; - Circulações implantadas em espaços semiabertos; - Técnicas para aproveitamento da ventilação;

Quadro 3 – Quadro síntese de estudos correlatos

(Continuação)

Museu do homem americano (projeto de Podestá)	- Aproveitamento de materiais e técnicas construtivas locais; - Integração à paisagem da caatinga, com um destaque moderado; - União do passado, presente e futuro;
Museu do homem americano (salas expositivas)	- Uso de vídeos e textos para explicar a evolução do homem, as pinturas rupestres e os rituais que envolvem os sítios arqueológicos seridoenses; - Emprego de mesas interativas que aproximam o visitante aos temas abordados.
Instituição cívica de Granthalay	- Local acessível e convidativo para todas as idades; - Zoneamento claro e divisão conforme as funções; - Integração do projeto à região; - Proporcionar conforto térmico; - Utilização de corredores cobertos; - Elementos vazados; - Mistura de cores e texturas; - Captação de águas pluviais; - Implantação de placas fotovoltaicas;
Escola primária de Kollo	- Integração do projeto com a paisagem rural; - Distribuição de blocos em torno de um centro elíptico; - Pátio como área de convivência; - Aplicação de medidas sustentáveis (utilização de tijolos de barro, captação de águas da chuva).
Praça Euclides da Cunha	- Utilização de espécies nativas da caatinga; - Jardim de cactáceas como ponto central;

Quadro 3 – Quadro síntese de estudos correlatos

(Conclusão)

Praça Euclides da Cunha	- Implantação de espécies como mandacaru, palma, juazeiro e umbuzeiro; - Proporcionar as condições de implantação corretas de cada espécie (local seco e com incidência direta do sol).
-------------------------	--

Fonte: Autoria própria, (2026).

5.2 Aspectos legais

O estudo preliminar do Centro Educativo a visitantes se valeu, em termos normativos, do Plano Diretor e o Código de Obras da cidade de Caicó/RN, visto que Parelhas ainda não possui legislação municipal voltada à regulamentação de projetos arquitetônicos. Enquanto em termos de acessibilidade, consultou-se a NBR 9050/2020 e para elaboração do estudo paisagístico a NBR 16636-4 foi analisada.

5.2.1 Plano diretor e Código de obras

Nesse tópico serão abordadas leis que direcionam a construção civil, a fim criar um ambiente construído agradável, acessível, seguro e esteticamente apreciável. O Plano Diretor do município de Caicó foi criado pela Lei nº 4220 / 2006 e apresenta informações que guiam o desenvolvimento urbano do município (Caicó, Lei nº 4.220, 2006, p. 1). Não obstante, essa lei careca de atualização visto se trata de código normativo datado de 2006. As disposições encontradas no documento trazem generalidades acerca do crescimento da cidade de Caicó. Não expõem diretamente os coeficientes e índices necessários para realização de projetos. Esse fenômeno pode ser compreendido com o trecho: “A Administração Municipal produzirá no prazo máximo de quatro (4) anos, contados a partir da data de publicação desta lei, os planos diretores complementares correspondentes aos seguintes setores: [...] Habitação e condições de moradia; Uso e parcelamento do solo” (Caicó, Lei nº 4.204, 2006, p. 13).

O Código de Obras de Caicó foi instituído pela Lei nº 4.722 / 2014 e dispõe acerca das normas técnicas estruturais e funcionais para elaboração de projetos, com intuito de regular as construções, complementar outras legislações municipais, orientar os projetos e as execuções e melhorar os padrões mínimos de conforto (Caicó, Lei nº 4.722, 2014, p. 1). Segundo o Art. 3º do Código de Obras, toda e qualquer construção, sendo estas no ambiente urbano ou rural, devem seguir as diretrizes abordadas no Plano Diretor e no Código de Obras da cidade

(Caicó, Lei nº 4.722, 2014, p. 1). Após interpretação dos dados expostos em ambos os documentos, foi elaborado o Quadro 04 para melhor apresentar as informações destacadas.

Quadro 4 – Informações gerais: Código de Obras do município de Caicó

(*Continua*)

INFORMAÇÕES GERAIS CÓD. OBRAS CAICÓ/RN	
PÉ DIREITO	Mínimo em áreas de uso prolongado: 2,60 metros.
ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO	Aberturas em ambientes de permanência prolongada: 13% da área do piso.
	Aberturas em ambientes de permanência transitória: 8% da área do piso.
VÃO DE PORTAS (em casos não contemplados por normas de acessibilidade)	60 cm em box de sanitários e chuveiros; 70 cm para acesso a banheiros, vestiários ou depósitos; 80 cm para ambientes de uso prolongado.
CORREDORES	Largura mínima: similar à de escadas e rampas; Acréscimo de 10 cm a cada 10 metros de comprimento.
ESCADAS	Largura: de acordo com o fluxo de pessoas 1,20 m → até 90 pessoas 1,50 m → até 135 pessoas 1,80 m → até 150 pessoas 2,10 m → até 180 pessoas 2,40 m → até 210 pessoas 2,70 m → até 240 pessoas 3,00 m → até 270 pessoas
	Altura do espelho: ≤ 17 cm
	Profundidade do piso: ≥ 28 cm
	Patamar a cada 2,80 metros e/ou ao mudar de direção.

Quadro 4 – Informações gerais: Código de Obras do município de Caicó

(Conclusão)

ESTACIONAMENTO	Largura mínima para pampas e faixas de acesso: 5,50 metros
	Área de manobra: 3% da área total de vagas (mínimo)
	Tamanho das vagas Veículos pequenos: 2,50 x 4,50 m Veículos médios: 2,50 x 5,00 m Veículos grandes: 2,50 x 5,50 m Motocicletas: 1,00 x 2,00 m
	Vagas acessíveis: 5% das vagas
	Vagas para motocicletas: 30% das vagas
	Inclinação de rampas: até 12% para ônibus e caminhões até 20% para automóveis
PASSEIOS PÚBLICOS	Largura mínima: 2,20 m
	Faixa livre mínima: 1,20 m
	Desnível máximo: 15 cm (logradouro com pavimentação) 25 cm (logradouro sem pavimentação)
MUROS (obrigatórios no alinhamento predial)	Altura máxima: 3 m
	Altura mínima: 1,00 m
ÍNDICES URBANÍSTICOS ADICIONAIS	Taxa de ocupação: 80%
	Taxa de impermeabilização: 90%
	Recuos Frente: Mínimo de 2 metros Lateral: não obrigatório até o gabarito de 9 metros. Gabarito > 9 m, recuo de 1,50 metros. Posterior: não obrigatório até o gabarito de 9 metros. Gabarito > 9 m, recuo de 1,50 metros.

Fonte: Adaptado do Código de Obras de Caicó/RN (2014)

É necessário frisar que, embora o Código de obras de Caicó complemente as deficiências do Plano Diretor local, estes ainda não contemplam alguns parâmetros básicos necessários para formulação de projetos arquitetônicos, como índice de aproveitamento e

gabarito. Diante dessa especificidade, empregou-se o Plano Diretor da cidade de Mossoró/RN, instituído pela Lei Complementar nº 012/2006, que também se encontra desatualizado.

Quadro 5 - Índices urbanísticos – Plano Diretor Mossoró/RN

Gabarito (altura do pavimento)	Até 3 metros
Gabarito (quantidade de pavimentos)	Até 21 pavimentos
Índice de aproveitamento	3,0

Fonte: Adaptado do Plano Diretor de Mossoró/RN (2006)

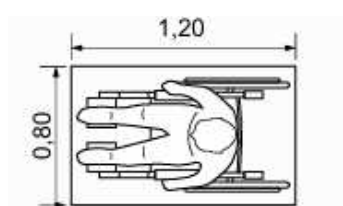
5.2.2 NBR 9050/2020

A NBR 9050/2020, denominada *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, define os critérios técnicos de acessibilidade a edificações, mobiliários e áreas urbanas, com intuito de assegurar o uso pleno e autônomo dos espaços, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim, a adoção desses parâmetros torna-se imprescindível na concepção do Centro Educativo a Visitantes, visto que este deverá atender, de maneira inclusiva, todas as formas de existência.

As dimensões referenciais consideradas variam, de modo que para o deslocamento de pessoas em pé utilizando equipamentos de apoio como bengalas, andadores, muletas, etc., recomenda-se a largura de 0,90 metros, enquanto para indivíduos que não possuem órtese é de 0,60 cm.

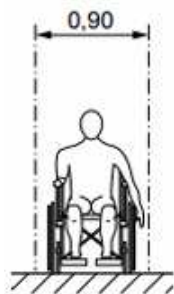
No que se refere ao deslocamento de pessoas utilizando cadeira de rodas, foram destacados alguns parâmetros. O módulo de referência utilizado para um usuário de cadeira de rodas é de 0,80 x 1,20 metros (figura 60). Com relação às larguras para o deslocamento de pessoas em cadeiras de rodas: a dimensão mínima para um PCR é de 90 centímetros. Para acomodar um PCR e uma pessoa sem órtese, é necessária uma dimensão de 1,20 a 1,50 metros (figura 62). Para o deslocamento de duas pessoas com cadeiras de rodas recomenda-se a largura de 1,50 a 1,80 metros (figura 63).

Figura 60 – Módulo de referência para pessoa em cadeira de rodas (PCR)



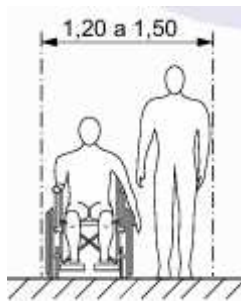
Fonte: ABNT NBR 9050, (2020)

Figura 61 – Dimensão recomendada para acomodar uma PCR



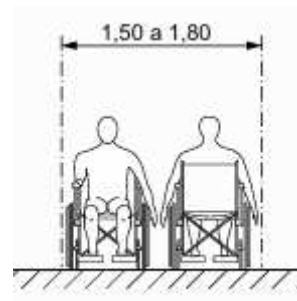
Fonte: ABNT NBR 9050, (2020)

Figura 62 – Dimensão recomendada para acomodar PCR e pessoa sem órtese



Fonte: ABNT NBR 9050, (2020)

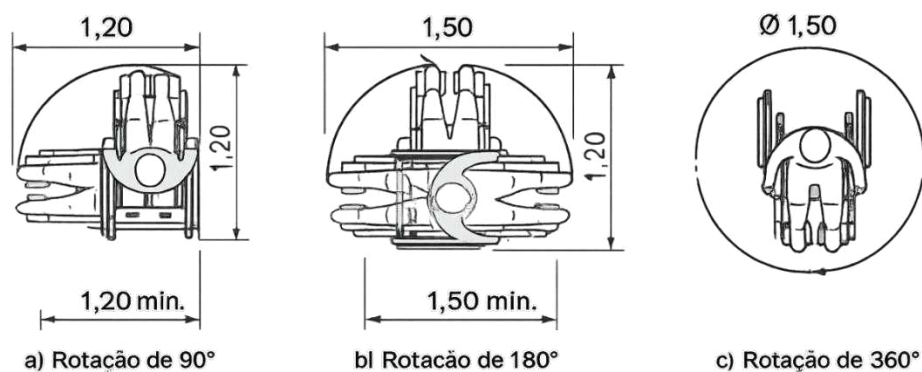
Figura 63 – Dimensão recomendada para acomodar PCR e pessoa sem órtese



Fonte: ABNT NBR 9050, (2020)

Quanto às medidas para manobras nas cadeiras de rodas sem deslocamento: rotação em 90° (1,20 x 1,20 metros), para rotação em 180° (1,20 x 1,50 metros) e para rotação em 360° (círculo com 1,50 metros de diâmetro (figura 64). As manobras que exigem deslocamento apresentam outras especificações, sendo estas: em mudanças de direção em 90° o mínimo indicado é de 1,20 m e o recomendado é de 1,50 m de profundidade e 1,20 m de largura. Para curvas de 90° em sequência, recomenda-se o módulo de 1,90 x 1,50 metros.

Figura 64 – Medidas para manobras de PCR.



Fonte: ABNT NBR 9050, (2020)

Os espaços de uso público, como o projeto aqui elaborado, devem dispor de rotas acessíveis. Essas são caminhos contínuos, livres de obstáculos e devidamente sinalizados, ligando os trajetos internos e externos nas edificações. Seu objetivo é possibilitar o acesso fácil e autônomo de indivíduos aos edifícios. Pode-se destacar que os acessos dos ambientes devem estar ligados à circulação principal, mediante as rotas acessíveis. Com relação a sinalização dessas rotas, que devem auxiliar pessoas com deficiência visual, é indicado a

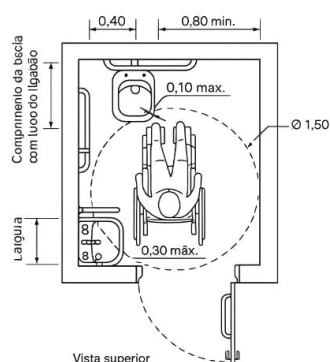
utilização da NBR 16537 (2016) que trata sobre sinalização tátil no piso e será apresentada no tópico a seguir.

Com relação a rampas, a norma destaca que as inclinações indicadas são 5% e 6,25%, o limite máximo de sua inclinação é 8,33%, para que a pessoa em cadeira de rodas (PCR) possa se deslocar de maneira confortável. Rampas com inclinações entre 6,25% e 8,33% devem prever áreas de descanso nos patamares a cada 50 metros. Ademais, a largura das rampas deve estar em concordância com o fluxo de usuários: recomenda-se 1,50 m, ou o mínimo, 1,20 metros. Os patamares das rampas de início e final devem ter dimensão mínima (longitudinal) de 1,20 metros, assim como os patamares intermediários. Pode-se destacar, ainda, a necessidade da inserção de piso tátil no início e fim das rampas, de modo a guiar a pessoa com deficiência visual.

Os corredores devem seguir diferentes dimensões, que variam conforme sua extensão. Em percursos de uso comum com até 4 metros pode-se utilizar 90 centímetros de largura. Para percursos de uso comum com 10 metros utiliza-se, no mínimo, 1,20 metros. Para comprimentos superiores a 10 metros recomenda-se o mínimo de 1,50 metros. Em locais de uso público, é válido ressaltar que a largura mínima é de 1,50 metros em qualquer situação, podendo ser maior conforme a intensidade do fluxo de ocupantes.

No que se refere a banheiros e vestiários, devem ser localizados em uma rota acessível, e a distância percorrida do usuário até o não deve ultrapassar 50 metros. Edificações de uso público devem apresentar, no mínimo, um banheiro acessível para cada gênero em cada pavimento que existam banheiros. Com relação às dimensões indicadas para os ambientes e boxes acessíveis, estas devem permitir que a PCR realize o giro de 360° (figura 65), deve apresentar a área necessária para transferência (utilizando as medidas do módulo de referência) frontal, lateral e diagonal a bacia sanitária. Já as portas, quando no eixo vertical, devem abrir para o lado externo.

Figura 65 – Vista superior do modelo de banheiro acessível.



Fonte: NBR 9050, (2020)

5.2.3 NBR 16537/2016

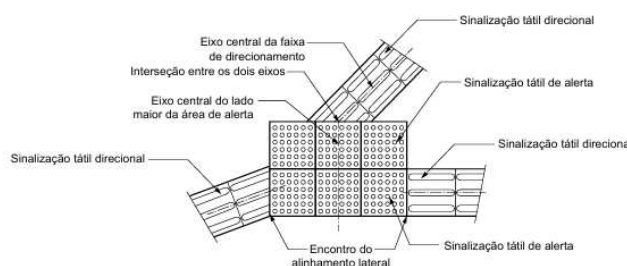
A ABNT NBR 16537:2016 dispõe acerca da acessibilidade por meio da sinalização tátil no piso, estabelecendo diretrizes para a elaboração de projetos e instalação desses elementos. Sua aplicação será relevante na formulação das estratégias de acessibilidade do Centro Educativo a Visitantes, uma vez que uma das premissas do projeto é promover a inclusão e a autonomia de pessoas com deficiência.

Os pisos táteis são necessários em áreas públicas e de uso coletivo, tendo como objetivo orientar pessoas com deficiência visual em situações de mudança de nível ou risco, indicar direções, mudanças de percurso, opções de rotas, início e término de rampas, sinalizar patamares e identificar locais de travessia de pedestres. A norma destaca que os pisos táteis, sejam eles de alerta ou direcionais, devem ser confeccionados com material antiderrapante, possuir relevo perceptível ao toque e apresentar contraste visual em relação aos materiais adjacentes, de modo a serem identificados por pessoas com baixa visão.

Em escadas, o piso tátil de alerta deve ser instalado no início e no término dos lances, com largura mínima de 25 cm em locais de baixo tráfego e 40 cm em áreas de tráfego intenso. A sinalização deve ser posicionada a uma distância segura dos degraus, permitindo que a mudança de nível seja percebida antecipadamente pelo usuário. Nas rampas com inclinação superior a 5%, o piso tátil de alerta deve possuir largura entre 25 cm e 60 cm. Na base, deve ser instalado imediatamente antes do início do declive, enquanto no topo pode ser afastado entre 25 cm e 32 cm do desnível.

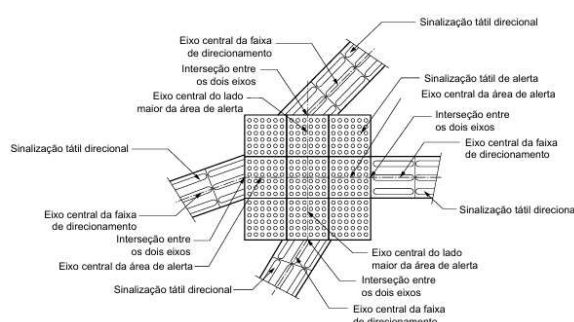
Na intersecção de faixas de piso direcional devem ser inseridas pisos de alerta de modo a indicar o pedestre a ocorrência de mudanças de direção. No encontro de três faixas é indicado promover uma área de sinalização com o triplo de largura do piso direcional e “A área de alerta deve ser posicionada mantendo-se pelo menos um dos lados em posição ortogonal a uma das faixas direcionais” (Abnt nbr 16537, p. 27, 2012). No encontro de quatro faixas direcionais deve ser o triplo da faixa direcional, mas esta será “posicionada nos dois lados da sinalização tátil direcional indicativa dos fluxos existentes[...]. A área de alerta deve ser posicionada mantendo-se pelo menos um dos lados em posição ortogonal a uma das faixas direcionais” (Abnt nbr 16537, p. 28, 2016).

Figura 66 – Encontro de três faixas direcionais



Fonte: ABNT NBR 16537, (2016)

Figura 67 – Encontro de quatro faixas direcionais



Fonte: ANBT NBR 16537 (2016)

5.2.4 NBR 16636-4/2023

A NBR 16636-4 trata sobre *Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 4: Projeto de arquitetura paisagística*. Essa norma apresenta as diretrizes para o projeto de espaços abertos intraurbanos, abrangendo pontos acerca da representação das configurações arquitetônicas e paisagísticas, organização de elementos estéticos e de materiais. O Centro Educativo busca implementar o projeto paisagístico complementar ao arquitetônico, a fim de manter a identidade do Seridó por meio da preservação ambiental e emprego de plantas do bioma caatinga. Essas plantas têm uma teleologia estética clara: harmonizar a arquitetura idealizada ao contexto paisagístico em que se insere, como fez com muita competência Mariam Issoufou em seus projetos na África.

Com relação ao projeto paisagístico, o projetista deve considerar o ciclo de vida das plantas, que se desenvolvem constantemente, alterando sua forma e dimensões ao longo do tempo. Nesse sentido, o planejamento precisa dar importância às especificidades de cada espécie como porte da muda, porte final, porte do tronco, diâmetro da copa, diâmetro na altura do peito e a distância de plantio.

Dessa maneira, o projeto requer a classificação das espécies de acordo com a sua volumetria, que se divide em gramados, forrações, arbustos, arvoretas, arbóreas e palmeiras, cujas características gerais foram dispostas no quadro a seguir:

Quadro 6 – Porte de espécies

(Continua)

Tipo	Altura	Característica principal
Gramados	Inferior rente ao chão	Pisoteável

Quadro 6 – Porte de espécies

(Conclusão)

Forrações	Inferior rente ao chão Até 30 cm	Não pisoteável Distância de plantio até 25 cm
Arbustos	Estrato intermediário de 50cm a 2 m	Não pisoteável Forma conjuntos homogêneos ou plantas de destaque separadas.
Arvoretas	Com arquitetura arbóreas e porte ligado a arbustos	Plantada isoladamente ou em grupos
Árvores	Estrato superior Superior a 6 m	Mudas individuais Plantado a no mínimo 3 m de distância
Palmeiras	Variedade no Brasil Dimensões variáveis de arbustos a árvores	Pode ser formada por multicaule ou unicaule

Fonte: Adaptado da NBR 16636-4, (2023)

A representação gráfica nos projetos de paisagem deve expor claramente as dimensões finais das espécies utilizadas, seu porte tanto em corte quanto em planta, em escala. As distâncias de plantio também devem constar no desenho, enquanto cada elemento deve ser devidamente localizado em planta, indicando os pontos corretos para execução do plantio. Quanto à representação, para as forrações utiliza-se, geralmente, hachuras com diferentes cores e texturas. Para os demais espécimes utilizam-se símbolos, comumente círculos, cujo diâmetro deve corresponder a distância de plantio. Após a representação gráfica do projeto, deve ser elaborada uma tabela contendo informações precisas de cada espécie utilizada e suas quantidades, o modelo está disposto a seguir:

Quadro 7 - Modelo de tabela para especificação de vegetação

Símbolo	Código	Nome botânico	Nome popular	Porte (cm)	Dist. (cm)	Quant. (Und.)	Obs.
-	-	-	-	-	-	-	-

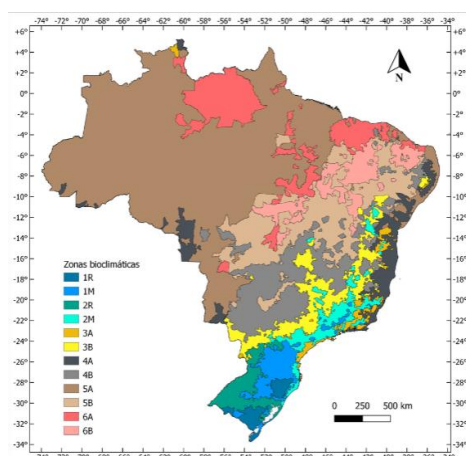
Fonte: Adaptado da NBR 16636-4, (2023)

5.3 Aspectos ambientais

Neste subcapítulo apresenta-se o estudo das características bioclimáticas da cidade de Parelhas, que são indispensáveis no processo projetual, visto que se faz necessário considerar condicionantes como clima, temperatura média, direção dos ventos, carta solar, entre outros aspectos, a fim de adequar o projeto a esse local. Seguindo os parâmetros impostos pelas condicionantes naturais existentes será possível encontrar soluções que contribuam com o conforto ambiental dos ocupantes.

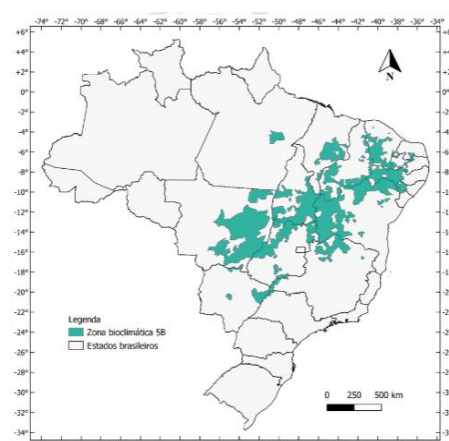
O município de Parelhas apresenta clima semiárido e, de acordo com a NBR 15220-3/2024, faz parte da zona bioclimática 5B (figura 69), caracterizada como quente e seca. O bioma existente é a Caatinga, cuja origem do nome provém do tupi-guarani e significa “floresta branca”. Esse termo é explicado pelo fato de que as espécies que compõem esse bioma são decíduas, de modo que, nos períodos de estiagem, perdem suas folhas para poupar água, conferindo uma aparência acinzentada e esbranquiçada à vegetação (Albuquerque; Bandeira, 1995 apud Araújo; Lima Junior, p. 29, 2017).

Figura 68 – Zonas bioclimáticas



Fonte: NBR 15220-3, (2024)

Figura 69 – Região da zona bioclimática quente e seca – 5B



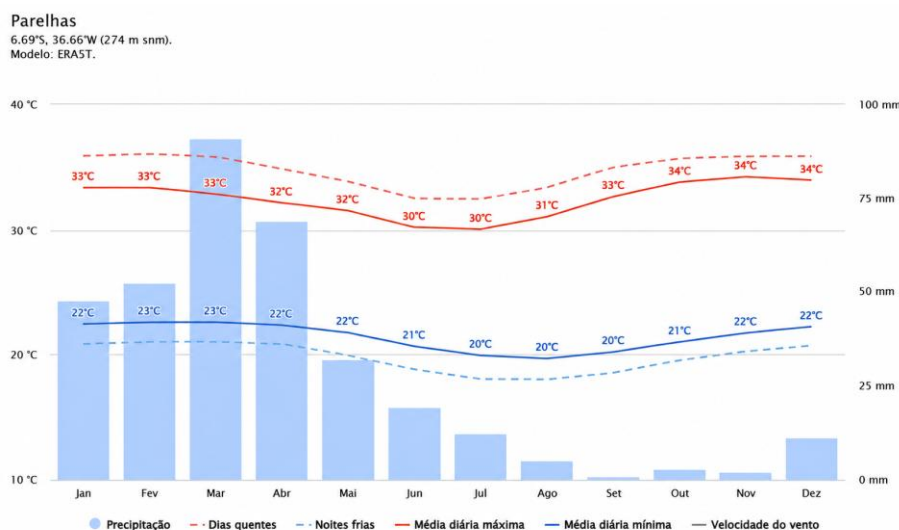
Fonte: NBR 15220-3, (2024)

O Meteoblue é uma ferramenta de consulta de previsão do tempo e dados bioclimáticos que fornece informações de locais em todo planeta, os diagramas climáticos utilizados que foram utilizados para a obtenção dos dados bioclimáticos de Parelhas são baseados em simulações de 30 anos de modelos climáticos.

De acordo com o gráfico das temperaturas (figura 70), é possível afirmar que a cidade apresenta um clima quente ao longo do ano, com as temperaturas máximas médias mais altas nos meses de outubro, novembro e dezembro (média diária máxima de 34°), e menores nos

meses de junho e julho (média diária máxima 30°). As temperaturas mínimas médias apresentam pouca variação entre 20° e 23°, sendo os meses de menores temperaturas julho, agosto e setembro (média diária mínima 20°). Além de elevadas temperaturas durante o ano, pode-se observar uma amplitude térmica considerável em torno de 10° e 13° evidenciando diferenças no cenário diurno e noturno.

Figura 70 – Gráfico das temperaturas e precipitação médias



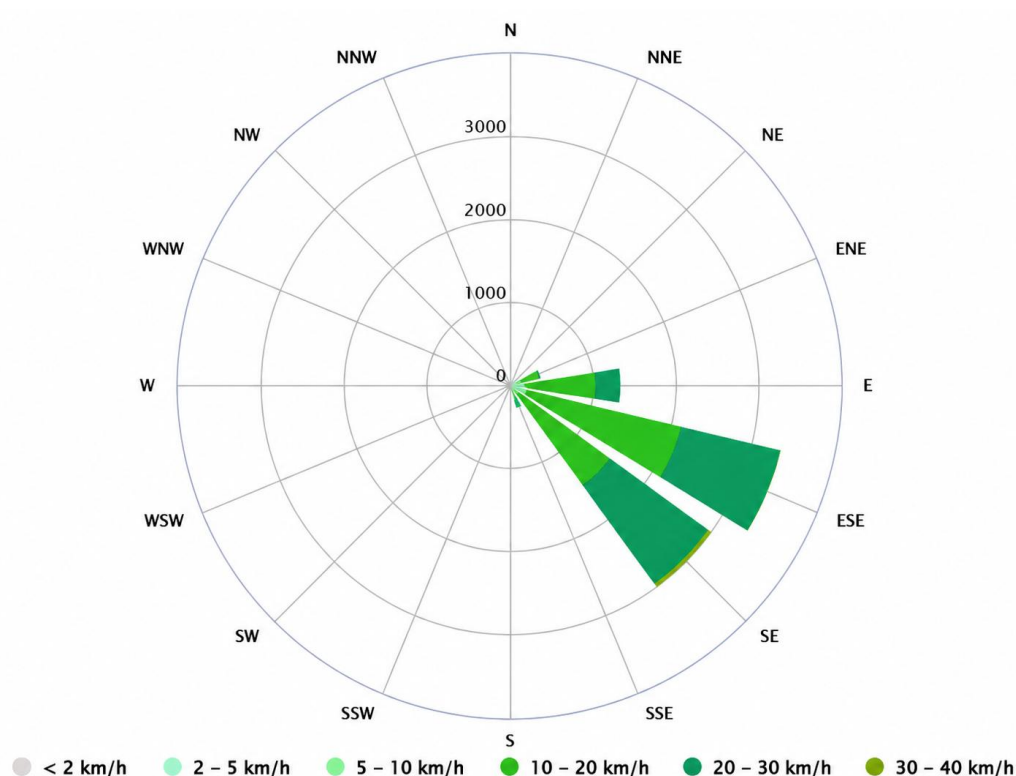
Fonte: Disponível em:

https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/parellhas_brasil_3393017, (2026)

Com relação às chuvas ocorridas no território avaliado, o gráfico apresenta os valores de precipitações distribuídos ao longo do ano. Com base nesses dados, é possível constatar que o período chuvoso ocorre no início do ano, entre os meses de janeiro e abril, sendo as maiores precipitações são registradas nos meses de março (que ultrapassa 80 mm) e abril. Além disso, torna-se evidente o extenso período de seca intensa existente, que inicia no mês de agosto e persiste até novembro, em que ocorrem precipitações mínimas.

Concernente aos ventos da região, pode-se observar na rosa dos ventos (figura 71) uma predominância de correntes de 10 a 30 km/h no sentido leste-sudeste (ESE), seguidos de 10 a 40 km/h no sentido sudeste (SE) e, com menos frequência de 10 a 30 km/h no sentido leste (E). Pode-se avaliar que os valores de ventos ao lado leste-nordeste (ENE) e sul-sudeste (SSE) são mínimos com relação aos do leste-sudeste. Dessa maneira, é possível desenvolver soluções a fim de proporcionar melhor aproveitamento da ventilação natural no projeto.

Figura 71 – Gráfico rosa dos ventos

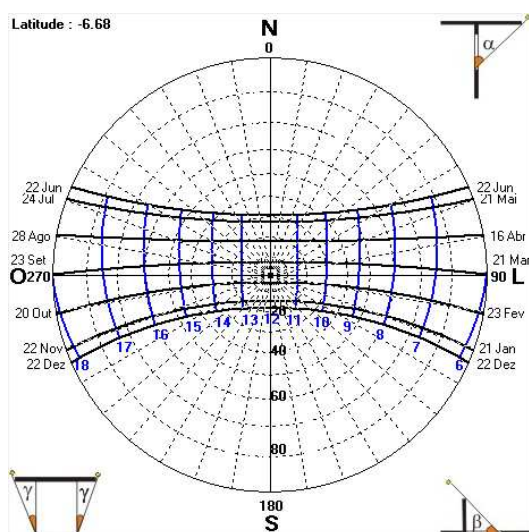


Fonte: Disponível em:

https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/parelhas_brasil_3393017,
(2026)

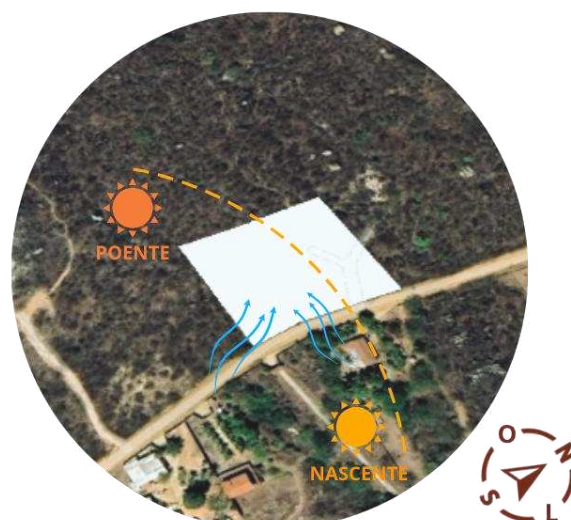
Através do software SOL-AR foi possível gerar o gráfico da carta solar de Parelhas (figura 72), utilizando suas coordenadas geográficas. Esse dado é singular no processo projetual, visto que expõe a trajetória solar ao longo do ano, assim como horários com maior insolação. Tais dados podem guiar o posicionamento das aberturas e locais para sombreamento, contribuindo para um maior aproveitamento térmico da edificação e reduzindo a dependência de fontes artificiais de resfriamento. De acordo com as informações analisadas nesse tópico, foi elaborado um esquema a fim de observar como as características se comportam com relação ao terreno (figura 73).

Figura 72 – Gráfico da carta solar de Parelhas/RN



Fonte: Sol-AR, (2026)

Figura 73 – Análise climática no terreno



Fonte: Autoria própria adaptado de Google Earth, (2026)

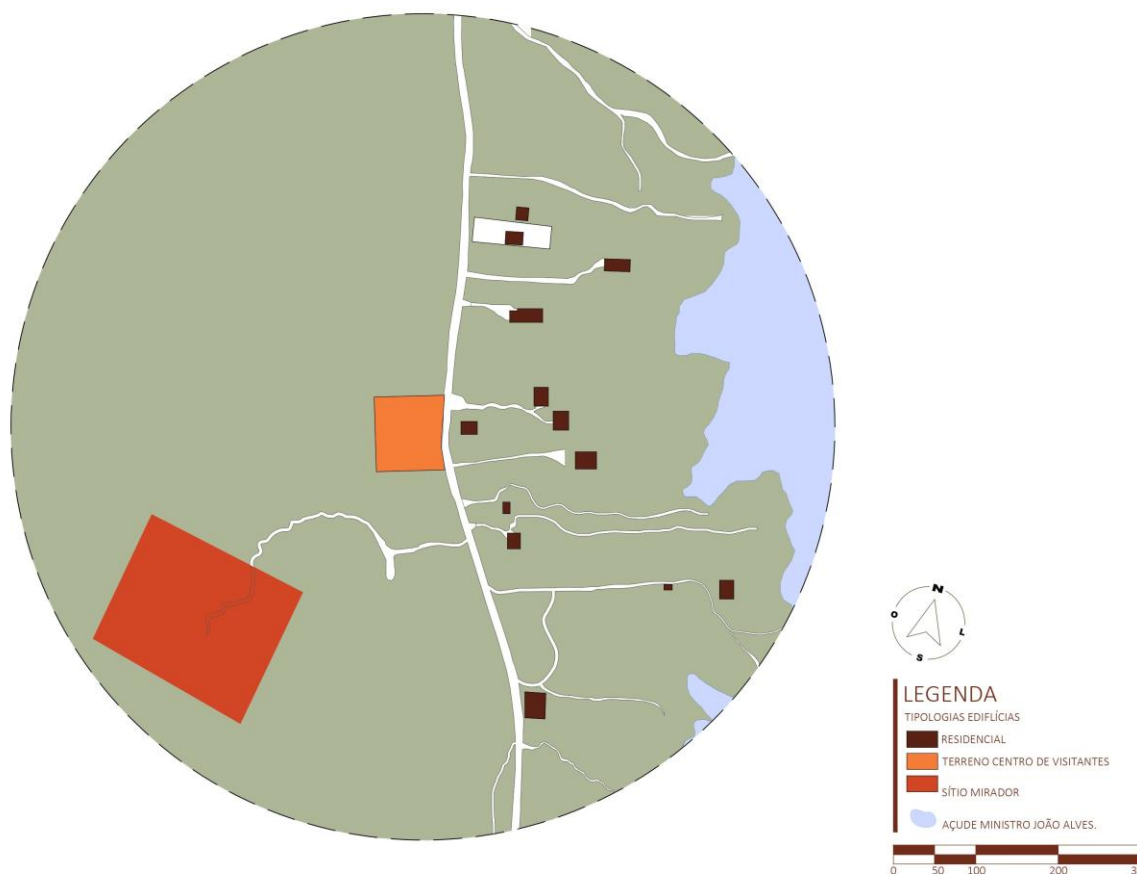
5.4 Análise morfológica do entorno

Visando compreender o entorno imediato do terreno, delimitou-se um raio de 500 metros (cujo centro corresponde ao terreno escolhido) com objetivo de compreender as condicionantes territoriais e funcionais existentes. Considerando o ambiente rural, este trabalho optou por lançar luz em três temas significativos: i) de tipologias edilícias; ii) vegetação e iii) morfologia viária. Esses tópicos foram escolhidos visando entender a ocupação da área, os mecanismos de acesso, além de caracterizar o ambiente rural e a paisagem natural presente.

5.4.1 Mapa de tipologias edilícias

De acordo com o levantamento realizado na área de estudo, foi possível gerar o mapa de tipologias edilícias (mapa 07). Observa-se o uso inteiramente residencial, representado por uma baixa quantidade de residências dispersas em grandes terrenos que se estendem até o açude Boqueirão. Esse levantamento enfatiza o ambiente rural no qual será implantado o projeto, além de evidenciar a importância de um ponto de apoio logístico para os visitantes, próximo ao sítio arqueológico, capaz de fornecer recursos básicos, como locais de alimentação, descanso e higiene.

Mapa 7 – Mapa de tipologias edilícias

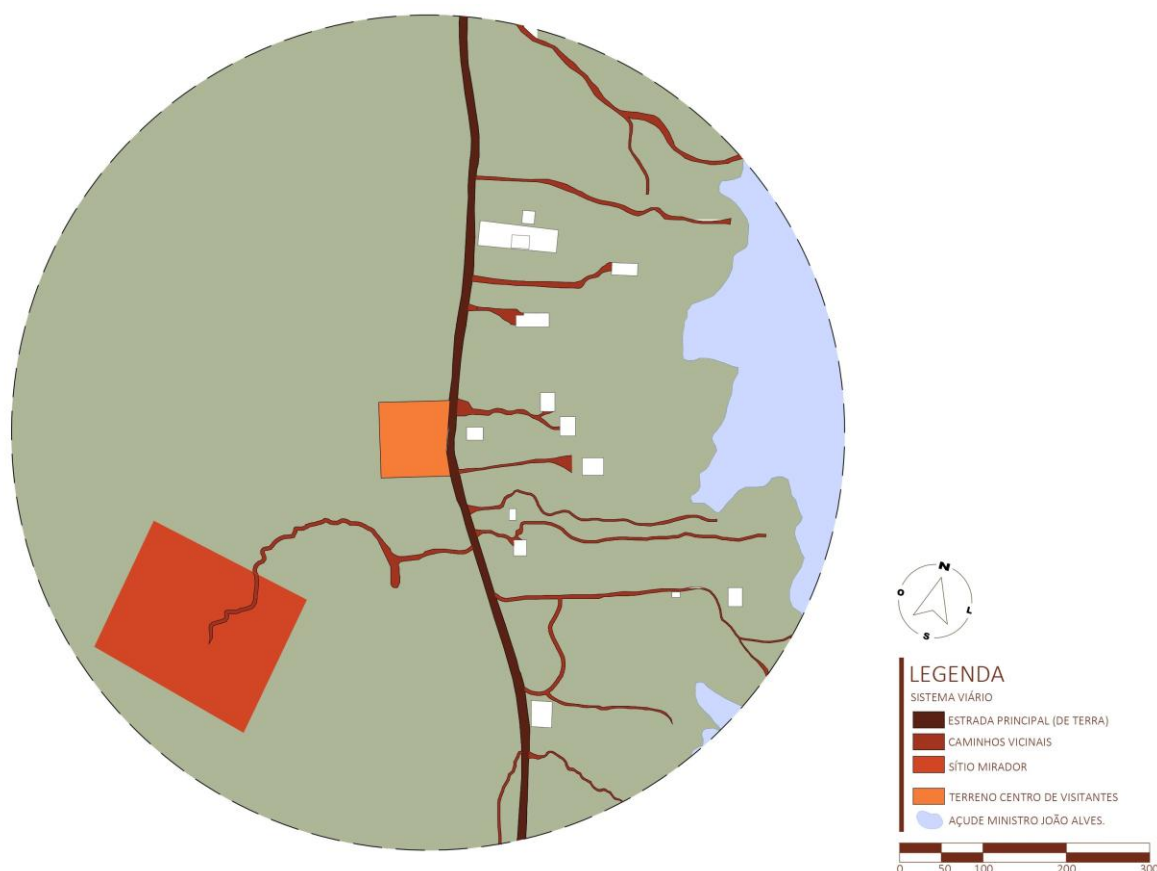


Fonte: Autoria própria, (2026)

5.4.2 Mapa de morfologia viária

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), as vias rurais são classificadas em rodovias e estradas. Mediante o mapa de morfologia viária (mapa 08), pode detectar-se uma estrada principal não pavimentada. Além desta, há caminhos ou trilhas que possuem forma sinuosa e estreita com a função de trânsito interno entre as propriedades, ligando-as também ao açude próximo. Ainda, é possível observar a trilha que leva até o Sítio Mirador, cuja estrada principal é responsável por realizar a ligação entre o fluxo de indivíduos vindos da cidade e/ou das comunidades rurais até o sítio arqueológico. Ademais, nota-se o potencial dessa via para se configurar como o acesso ao Centro educativo a Visitantes.

Mapa 8 – Morfologia viária

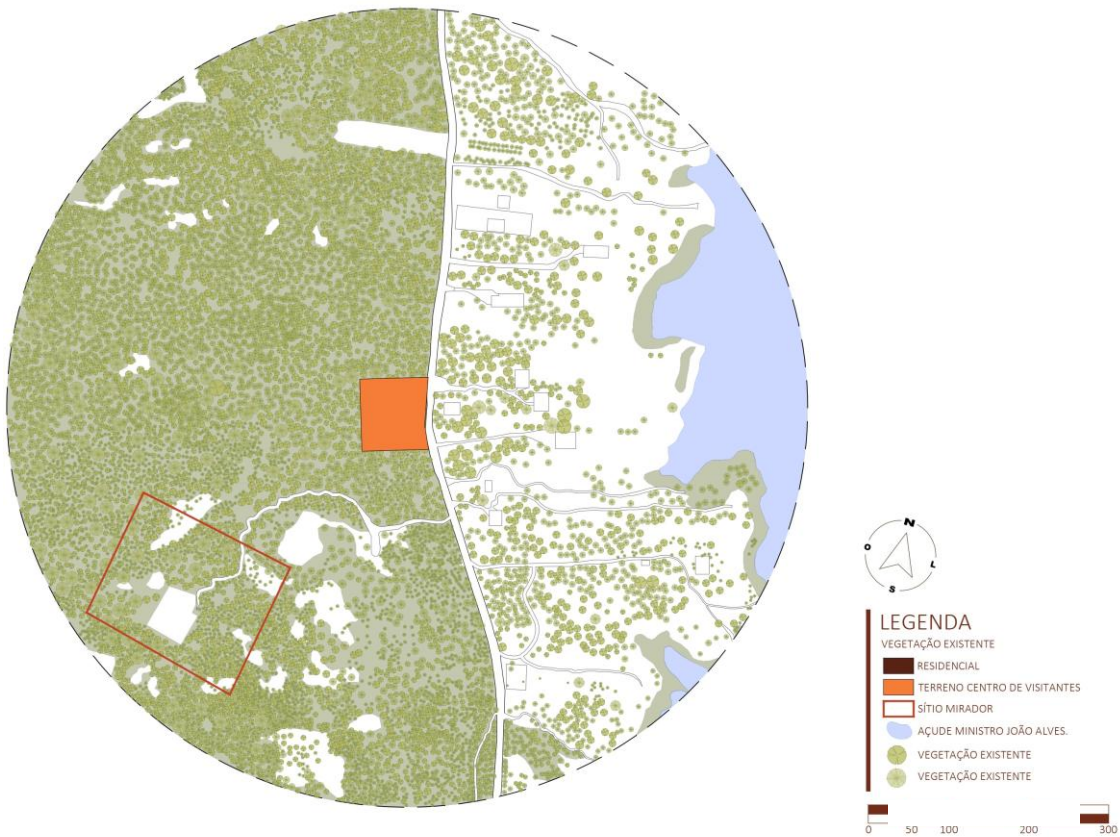


Fonte: Autoria própria, (2026)

5.4.3 Mapa de vegetação

O mapa de vegetação (mapa 9) representa a massa vegetativa consolidada e distribuída em toda a área de estudo. No trecho oeste, que corresponde à Serra das Queimadas, a presença de vegetação é mais acentuada do que na porção leste do mapa, embora esta ainda apresente grande quantidade de espécies. Esse fator representa, para o projeto, a necessidade de se adequar à paisagem natural preexistente, visto que se trata de uma área em que esta é predominante e deve ser preservada com maior atenção. Ademais, considerando o contexto do bioma Caatinga é de grande importância atentar-se a esse aspecto como parte do partido arquitetônico.

Mapa 9 - Mapa de vegetação



Fonte: Autoria própria, (2026)

6 ESTUDO PRELIMINAR: CENTRO EDUCATIVO A VISITANTES

6.1 Conceito e partido arquitetônico

A ideia basilar do projeto consiste em aproximar a população de sua ancestralidade, materializada sobretudo no sítio Mirador e nos demais sítios arqueológicos existentes em Parelhas e no Seridó de maneira complementar. Nesse sentido, o Centro Educativo a Visitantes propõe ambientes voltados a ações educativas e exposições, com objetivo de instruir os visitantes acerca das paisagens culturais que resguardam a memória dos primeiros habitantes do território.

Um aspecto fundamental ao projeto é garantir a acessibilidade a todas as pessoas, em especial a aquelas que, em razão de limitações motoras, físicas ou cognitivas, não conseguem acessar diretamente o sítio arqueológico. Dessa maneira, os espaços de exposição foram pensados de modo a oferecer múltiplas formas de apreensão de conteúdo, incluindo elementos diversos que possibilitem a inclusão, como **maquetes táteis** destinadas a pessoas com deficiência visual. A topografia acentuada do terreno foi incorporada ao partido arquitetônico, mediante a criação de platôs, os quais foram responsáveis pela setorização do programa de necessidades. O emprego de rampas em todos os percursos reforça a preocupação em assegurar o livre acesso de todos ao Centro Educativo a Visitantes.

As estratégias projetuais buscam introduzir funcionalidade, conforto ambiental aos ocupantes e integração com a paisagem (pre)existente. Desse modo, foram adotadas estratégias como a divisão dos setores em blocos, que promovem tanto uma circulação favorável dos ventos quanto uma circulação nítida aos usuários. O uso de alpendres, coberturas em telha colonial e o tijolo de adobe como material principal, fazendo alusão às muitas casas encontradas em diferentes sertões do Brasil, marcam a estética dos edifícios. Além de pátios centrais que acionam melhor circulação de ventos e de iluminação natural.

O conceito do projeto também se apoia na integração estética com a paisagem da Caatinga. Com isso, procurou-se utilizar materiais e técnicas empregadas nos sertões como o barro, que se mesclam à paisagem, além dos cobogós tão usados na arquitetura do Nordeste. O paisagismo é elementar nesse processo, de modo que foram indicadas espécies arbóreas, arbustivas e de forração nativas que compõem a paisagem existente distribuídas pelo terreno, além do jardim de cactáceas, que atua como obra de arte natural e ocupa o ponto central do complexo.

6.2 Painel semântico e formulação da identidade visual

O painel semântico foi desenvolvido de acordo com as ideias iniciais em termos estéticos e visuais empregadas no Centro Educativo a Visitantes. Desse modo, o produto apresenta características da arquitetura tradicional dos sertões, tais como o alpendre, a telha cerâmica, tijolo adobe, piso de barro e cimento queimado. Além disso, a presença dos cobogós, peças muito utilizadas na arquitetura nordestina por proporcionarem a passagem de ventilação e iluminação naturais. Juntamente a isso as pedras naturais, que evocam a naturalidade e a geologia presentes na região, ao mesmo tempo que remetem as casas da cidade de Parelhas, em que estas são comuns.

O painel também apresenta algumas espécies que serão utilizadas no paisagismo do complexo, como o madacaru, o xique-xique e a palma. Esses elementos permitem a relação direta com a paisagem circundante do bioma caatinga e promove a valorização do mesmo, integrando-o ao projeto. Com isso, a estética projetual objetiva associação a paisagem e ao contexto cultural de Parelhas, ao utilizar elementos tradicionais e naturais como base para a estética dos edifícios.

Figura 74 – Moodboard/painel semântico



Fonte: Autoria própria, (2026)

A identidade visual empregada ao projeto adota o título **Memórias Ancestrais**, em referência ao patrimônio arqueológico que será objeto dos espaços desenvolvidos no Centro

Educativo a Visitantes. A logomarca desenvolvida para o complexo reúne elementos fundamentais da paisagem e história de Parelhas, trazendo a silhueta da serra do Boqueirão, forte elemento paisagístico, na sua porção inferior. Ao centro encontra-se um grafismo rupestre antropomorfo com “cabeça de caju”, característica presente na subtradição Seridó e presente nos registros do sítio Mirador. Complementando a imagem, o sol atua como plano de fundo, representando a paisagem do semiárido e a passagem do tempo. Em união, os elementos formam uma figura que simboliza a união entre o patrimônio arqueológico, a paisagem e a identidade local, sintetizando os mesmos conceitos que permeiam o Centro de Educação a Visitantes.

Figura 75 – Logotipo - Centro Educativo a Visitantes “Memórias Ancestrais”



Fonte: Autoria própria, (2026)



Fonte: Autoria própria, (2026)

6.3 Programa de necessidades, zoneamento e fluxograma

Diante do cenário observado nesta pesquisa foi possível sintetizar as necessidades encontradas no que se refere ao Sítio Mirador, a sociedade parelhense e turistas. Com isso, mediante a pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários, verificou-se que o turismo sustentável aliado a práticas de educação patrimonial de preservação ambiental e da paisagem arqueológica tem potencial de estreitar os vínculos sociais com a memória ancestral dos

primeiros ocupantes do Seridó. Talvez essa seja uma das modalidades de preservação que o Centro pretende semear. Ademais, a implantação do edifício deve possibilitar a acessibilidade de pessoas com deficiência a experiências ligadas aos sítios arqueológicos e a paisagem cultural, num constante entrançar de pessoas diversas e paisagens.

Nesse sentido, o programa de necessidades formulado contém os ambientes desejados para compor a edificação. Estes foram separados em setores, a fim de chamar a atenção à funcionalidade de cada ambiente. O primeiro setor é o **administrativo**, com ambientes alinhados à coordenação do espaço, guarda de objetos e apoio para guia turísticos e pesquisadores. O segundo setor é o **educativo**, destinado sobretudo à educação patrimonial, contendo espaços para atividades de aulas, pesquisa, reuniões e atividades práticas. Já o setor **expositivo** tem a finalidade de apresentar, com fatos e artefatos, a memória e a história antiga da população ancestral do Seridó, além de apresentar o geoparque, ligando o espectador ao conceito de paisagem cultural. O setor de **lazer** foi pensado como espaços abertos para descanso e contemplação da natureza, contando também com um ambiente para cafés como apoio aos visitantes. O setor de **serviços** deve fornecer segurança ao espaço com a guarita, com intenção de se estender até o sítio arqueológico. Além disso, a organização do fluxo e guarda de veículos, tanto de visitantes da edificação quanto do sítio arqueológico, com o estacionamento.

Quadro 8 – Programa de necessidades

(*Continua*)

Programa de necessidades	
Setor administrativo	- Hall/recepção - Sala da diretoria - Sala da coordenação educativa - Sala da coordenação de pesquisa - Sala de reuniões - Sala de pesquisa - Sala de guias turísticos - Almoxarifado - Copa/ DML - Sanitários

Quadro 8 – Programa de necessidades

(Conclusão)

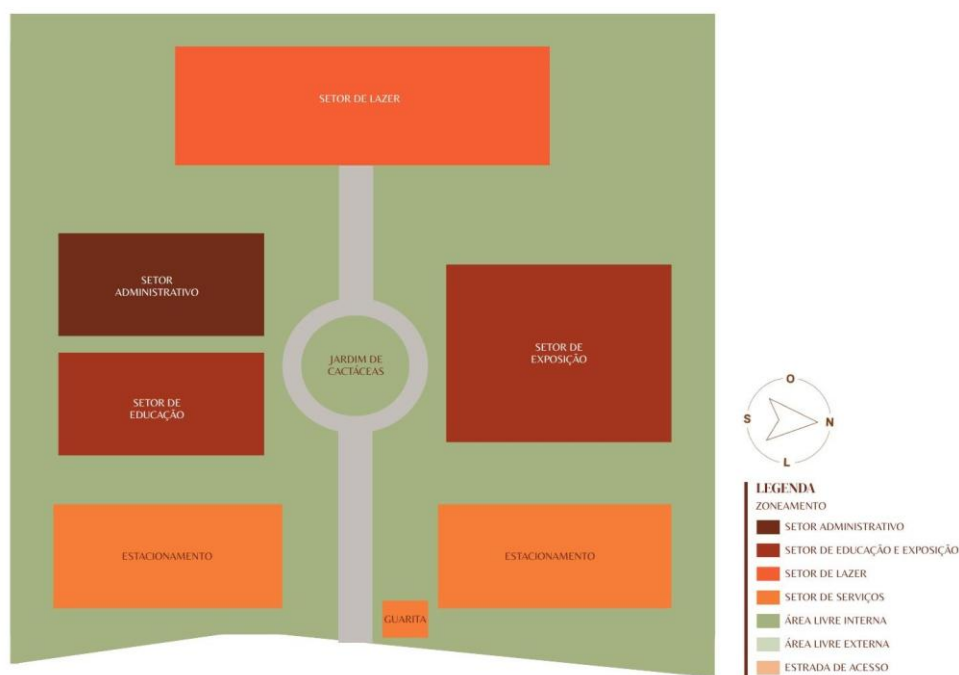
Setor educativo	- Hall de entrada/recepção - Sala multiuso - Salas de educação patrimonial - Laboratório didático - Almoxarifado - Auditório com foyer - Sanitários
Setor de exposição	- Hall de entrada/recepção - Sala de exposição permanente: Arqueologia do Seridó - Sala de exposição permanente: Arqueologia de Parelhas - Sala de exposição: geoparque Seridó - Sala de exposições temporárias - Reserva técnica - Sanitários
Setor de lazer	- Áreas de convivência - Mirante - Café/lanchonete - Sanitários
Setor de serviços	- Guarita - Estacionamento (com motário e bicicletário) - Sanitário

Fonte: Autoria própria, (2026)

De acordo com a função, cada setor foi organizado de modo esquemático no terreno a fim de projetar um fluxo adequado. Dessa maneira, o acesso foi dividido em duas vias, sendo

um principal para pedestres e um para veículos. Partindo deles o caminho guia o ocupante ao jardim de cactáceas central, que será um destaque paisagístico no complexo, a partir deste o indivíduo é guiado por todos os espaços disponíveis. O fluxo foi pensado de modo que os setores de educação e exposição fossem os primeiros à vista, assim, o visitante é instigado a iniciar por eles e, posteriormente, dirigir-se ao setor de lazer, com áreas de descanso e contemplação.

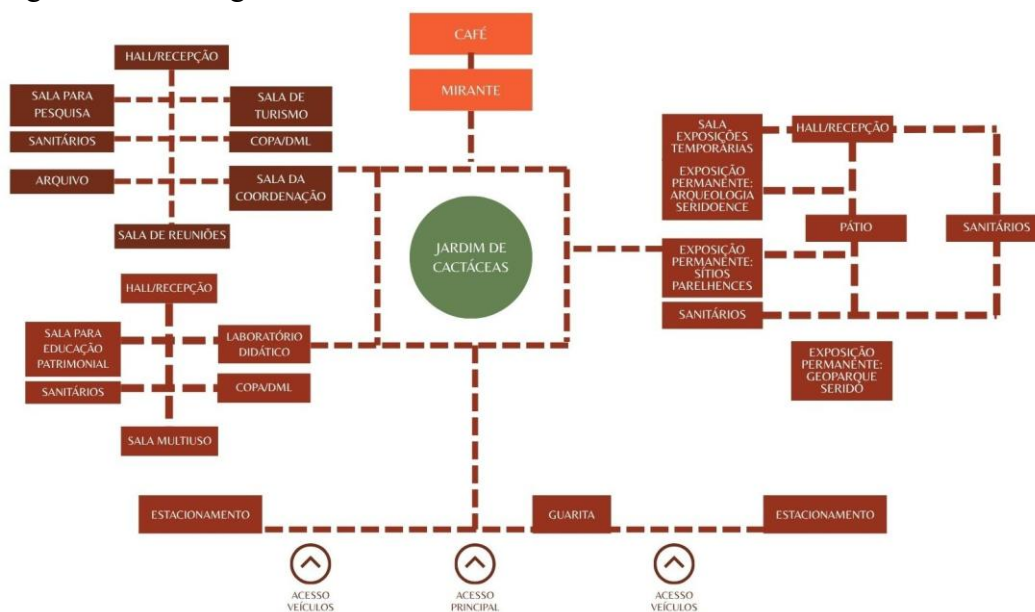
Figura 77 – Zoneamento Centro Educativo a Visitantes



Fonte: Autoria própria, (2026)

Desse modo, com base no programa de necessidades e no zoneamento abordado anteriormente (figura 77), o fluxograma articula a distribuição dos ambientes pensados.

Figura 78 – Fluxograma do Centro Educativo a Visitantes

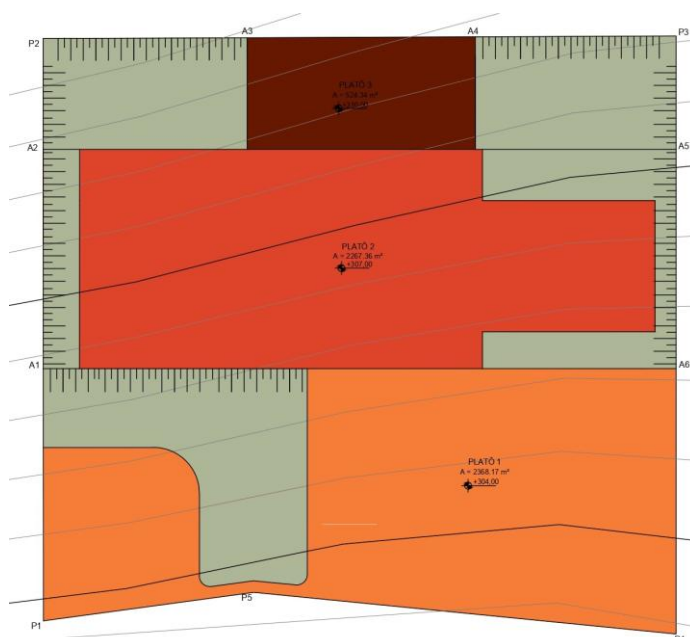


Fonte: Autoria própria, (2026)

6.4 Estudo preliminar Centro educativo a visitantes

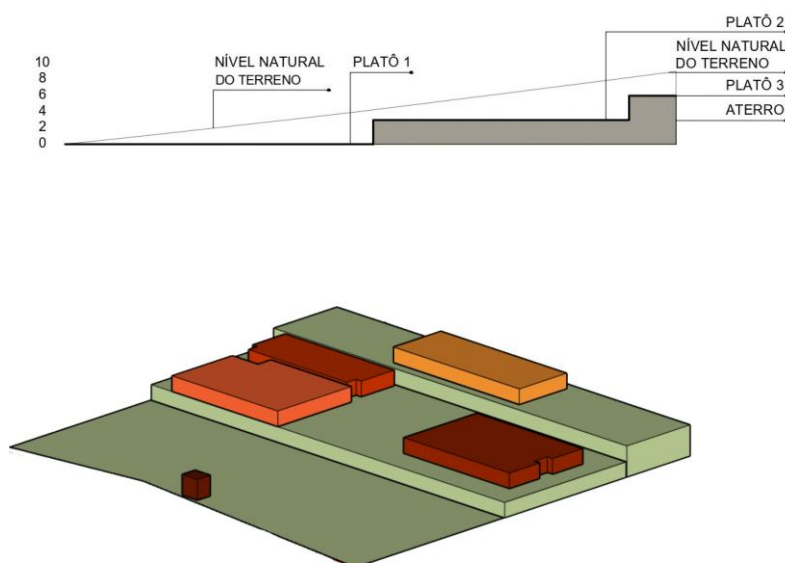
A implantação do estudo preliminar está diretamente ligada à topografia existente no local, visto que o terreno se encontra no sopé da serra do Boqueirão e apresenta um desnível de cerca de 10 metros. Assim, optou-se por dividir a área em três platôs, essa estratégia tende a minimizar a movimentação de terra em comparação à planificação de toda extensão do terreno, sendo complementada pela utilização de taludes e muros de arrimo nas áreas livre de edificações. A escolha por apenas três níveis permite o equilíbrio entre a reduzir movimentações de terra e criar percursos claros e confortáveis a todos os ocupantes, uma vez que a criação de outras plataformas levaria a criação de mais rampas de acessibilidade e muros de arrimo. Como consequência, os percursos se tornariam mais cansativos e complexos. Nesse sentido, o primeiro platô inicia na cota 0, correspondendo ao nível de referência. O segundo platô está elevado 3 metros com relação ao nível 0 e inicia entre as cotas de 3 e 4 metros. O terceiro e último platô está situado 6 metros acima do nível 0, com início entre as cotas de 6 e 7 metros.

Figura 79 – Planta de platôs



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 80 – Esquema em corte e tridimensional de platôs

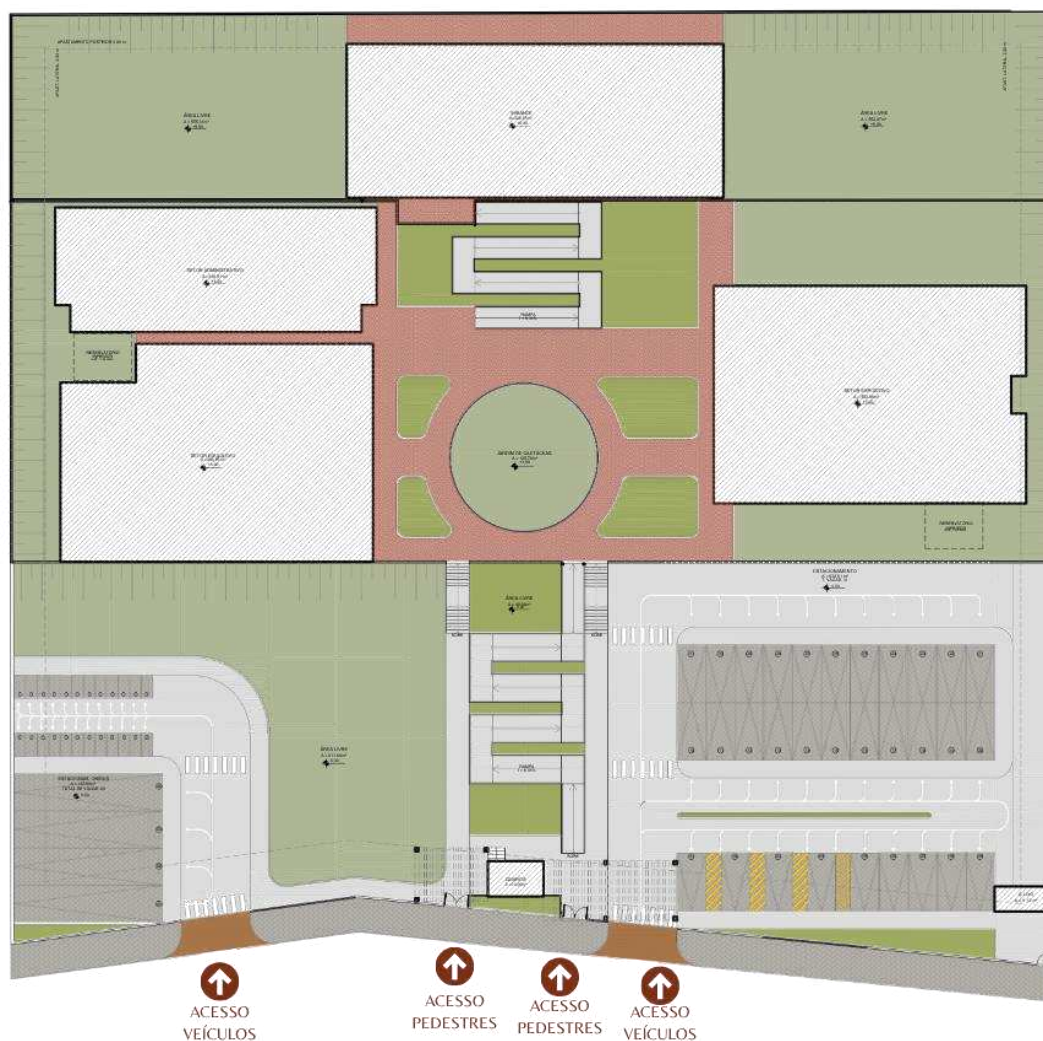


Fonte: Autoria própria, (2026)

Essa divisão também favorece a setorização clara das atividades. O primeiro platô é reservado para receber os visitantes, por estar conectado a estrada de acesso. Nesse nível encontram-se o estacionamento, guarita, áreas verdes e circulações verticais. Ademais, os acessos foram organizados visando a maior otimização dos fluxos: o acesso localizado a extrema direita é destinado a veículos; os centrais aos pedestres; e o da extrema esquerda atende a ônibus, motocicletas e bicicletas. Nesse sentido, os veículos são direcionados aos

estacionamentos e o pedestre é guiado diretamente às circulações verticais (rampa e escadas) posicionadas ao centro do platô, que levam até o segundo nível. Além disso, a área destinada a coleta de lixo foi posicionada próxima a estrada de acesso a fim de facilitar as operações de coleta pelo município.

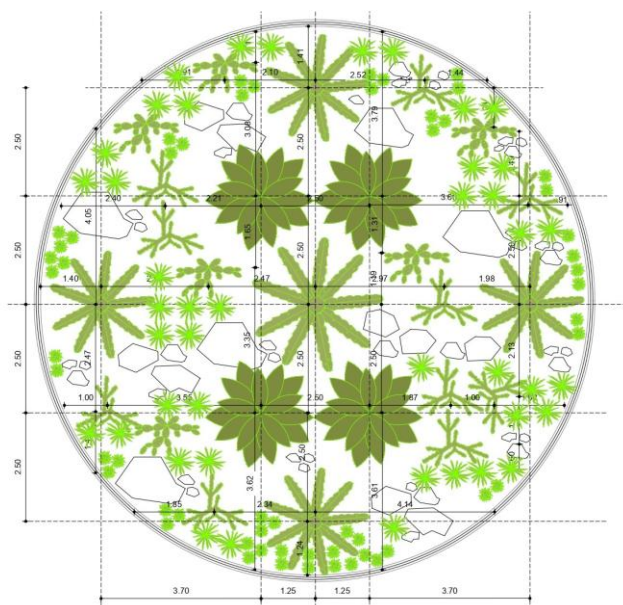
Figura 81 – Planta de implantação



Fonte: Autoria própria, (2026)

O segundo platô é o ponto central do projeto e concentra as principais edificações: setor educacional, expositivo e administrativo. Nesse nível também se localiza o jardim de cactáceas, responsável por articular o complexo arquitetônico. Além disso, evocar a beleza representada pela região do semiárido, valorizando a beleza da caatinga e criando um espaço de contemplação. As edificações foram posicionadas de modo que suas fachadas frontais se voltassem para o jardim de central. Além disso, essa estratégia contribui com a ventilação uma vez que uma das fachadas laterais está orientada para os ventos predominantes da região.

Figura 82 – Detalhe do jardim de cactáceas



Fonte: Autoria própria, (2026)

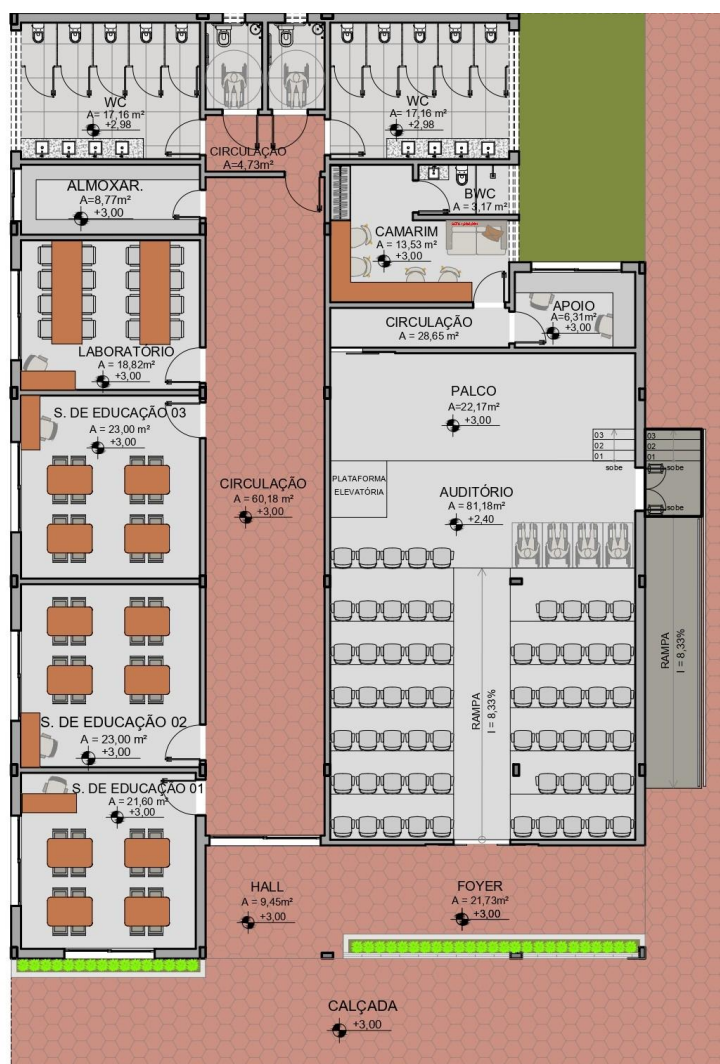
Figura 83 - Jardim de cactáceas visto do mirante



Fonte: Autoria própria, (2026)

O setor educativo é composto por três salas voltados para educação, adaptadas para receber diferentes faixa etárias, além de um laboratório. Esses ambientes são destinados à educação patrimonial, oferecendo espaços adequados para minicursos, oficinas, capacitações, entre outras atividades. A edificação também abriga um foyer semiaberto e auditório com 73 lugares, palco, apoio técnico e camarins, designado para receber palestras, seminários, apresentações culturais e eventos diversos. Complementam o programa a área de apoio com sanitários e almoxarifado.

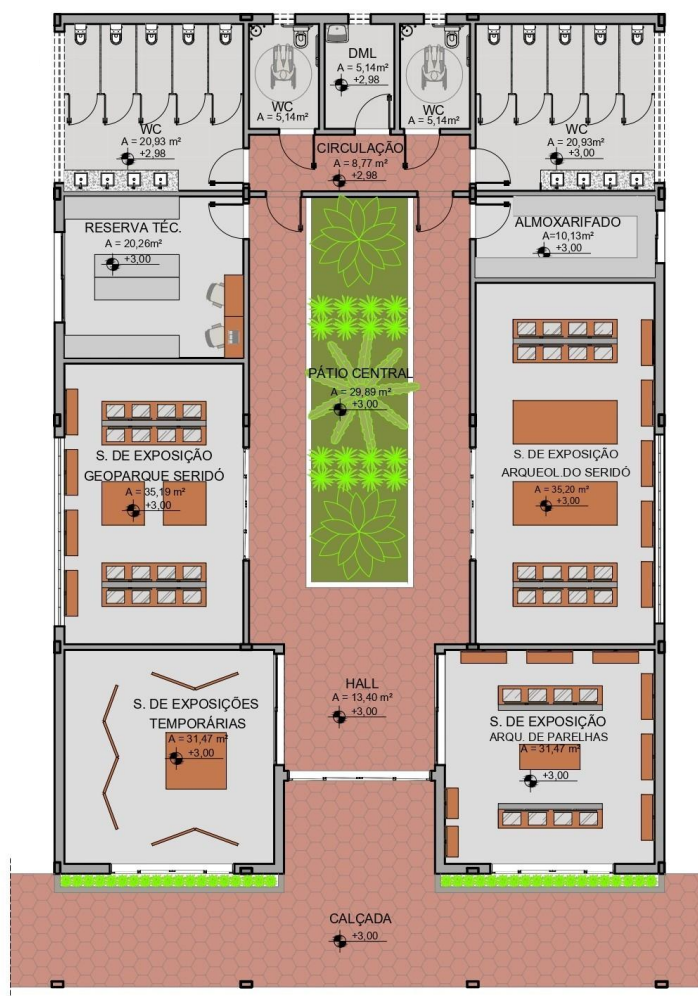
Figura 84 – Planta de layout do setor educativo



Fonte: Autoria própria, (2026)

O setor expositivo é constituído por quatro salas destinadas a exibição de diferentes temáticas. Uma delas destina-se a exposições temporárias, adequado para feiras de artesanato, apresentações escolares e eventos similares. As demais salas abordam temáticas específicas: a arqueologia de Parelhas, que deve conter informações diversas sobre todos os sítios arqueológicos da cidade; a sala para a arqueologia do Seridó voltada para compreender a história antiga do Seridó; e a sala para exposição do geoparque, que busca destacar a geologia e diversidade da microrregião. Cada exposição deve fornecer maneiras diversas para difusão do conhecimento acerca dessas temáticas, utilizando-se de elementos visuais, táteis e auditivos, de modo a proporcionar uma visita rica em conhecimento e inclusiva para todos.

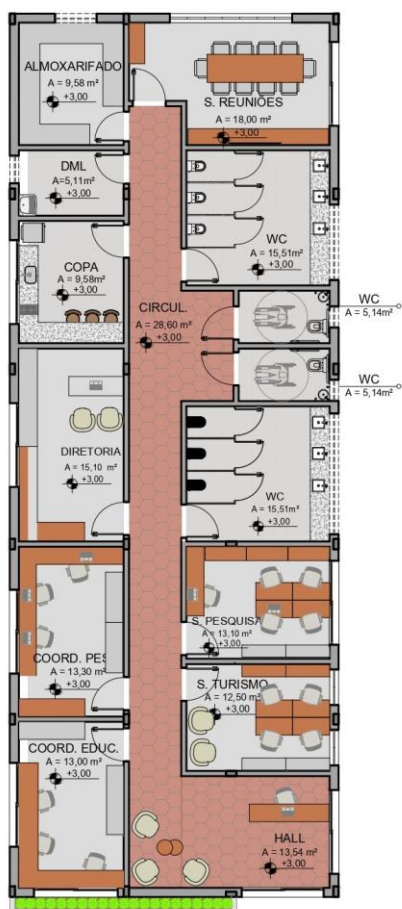
Figura 85 – Planta de layout do setor expositivo



Fonte: Autoria própria, (2026)

O setor administrativo encontra-se ligeiramente deslocado com relação aos outros edifícios, essa estratégia foi adotada a fim de que este obtenha menos destaque, uma vez que se trata de ambientes para uso dos responsáveis pela administração do complexo. O programa contempla salas de coordenação de pesquisa e educação, sala de pesquisa, que fornece infraestrutura para pesquisadores ligados ao sítio Mirador e demais sítios arqueológicos da região. Além disso a sala para guias turísticos, diretoria e a sala de reuniões, e as áreas de serviço e apoio como copa, depósito de material de limpeza (DML), banheiros e almoxarifado.

Figura 86 – Planta de layout do setor administrativo



Fonte: Autoria própria, (2026)

O terceiro e último platô é ocupado pelo mirante, que tem a função de contemplação paisagística, sua fachada está voltada para leste, onde se encontra o açude Boqueirão um dos visuais paisagísticos emblemáticos da cidade. O espaço abriga um café, sanitários e áreas livres equipadas com mesas para lanches. O objetivo deste local é promover descanso, lazer e contemplação aos ocupantes do espaço.

Figura 87 – Planta de layout do mirante



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 88 – Paisagem vista do mirante

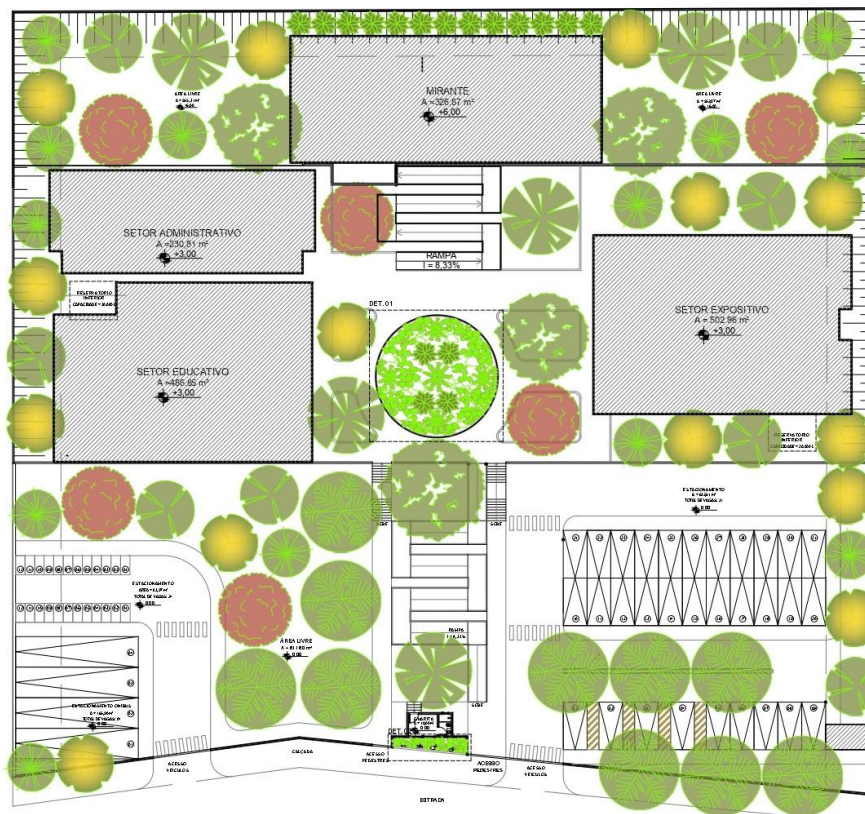


Fonte: Autoria própria, (2026)

O paisagismo do Centro educativo a visitantes foi desenvolvido com objetivo de integrar a arquitetura a paisagem existente da caatinga, além de promover a valorização do bioma existente na região pelo público. Nesse sentido, o projeto paisagístico prioriza espécies nativas ou que se adaptam ao clima semiárido, totalizando uma diversidade de 15 espécies. No estrato arbóreo foram utilizadas o juazeiro, mulungu, craibeira, seriguela, umbuzeiro, carnaúba e barriguda. No estrato arbustivo foram empregadas o agave, mandacaru, xique-xique e palma, plantas características da paisagem do Seridó. A composição também inclui

espécies herbáceas, como a macambira, a espada-de-são-jorge, a barba-de-serpente e o lambari-roxo, as últimas utilizadas como uma composição para a parede verde no mirante.

Figura 89 – Planta de paisagismo



Fonte: Autoria própria, (2026)

O estudo preliminar do Centro educativo a visitante também incorpora estratégias passivas visando o conforto térmico. A orientação das fachadas laterais favorece o aproveitamento dos ventos vindos do leste-sudeste assim como a ventilação cruzada. Esse fenômeno foi mais explorado no centro educativo, em que um pátio interno descoberto permite a maior circulação natural dos ventos.

Ademias, os alpendres desempenham dupla função, além de remeter às casas sertanejas, criam áreas sombreadas adjacentes à edificação reduzindo os ganhos térmicos. Os amplos beirais do telhado possuem a função de sombrear parte das paredes e aberturas, reduzindo a incidência da luz solar sobre. Outra estratégia utilizada consiste na espessura mais robusta das paredes externas possibilitando a inércia térmica, que retarda a transferência de calor externo para a edificação. Somado a isso, foram previstos dois reservatórios inferiores com capacidade para 30.000 litros, com objetivo de armazenar as águas da chuva para manutenção do centro educativo de visitantes em períodos de estiagem.

A escolha de materiais no estudo preliminar busca estabelecer uma ligação direta entre a paisagem circundante e a cultura local. Inserida no semiárido potiguar, materiais como tijolo adobe, telha cerâmica, cobogós, piso de barro e cimento queimado são utilizados tradicionalmente na região. Além disso, os materiais de barro cozido dialogam diretamente com a indústria de cerâmica existente na cidade. Assim, esses materiais se integram a paisagem local e remetem a arquitetura vernacular. O adobe, em especial, favorece o conforto térmico da edificação uma vez que possui elevada massa térmica, favorecendo o desempenho térmico das edificações ao reduzir a transmissão de calor para os ambientes internos.

Nas áreas externas o uso de pedras naturais evoca a relação com a paisagem circundante e remete ao uso recorrente do material em diversas casas da cidade. O piso intertravado é utilizado por sua permeabilidade, ser antiderrapante, durabilidade e baixa necessidade de manutenção. Assim, a escolha dos materiais não desempenha apenas uma função construtiva, como também traduz a paisagem e a tradição no projeto arquitetônico.

Figura 90 – Vista do setor educativo e administrativo



Fonte: Autoria própria, (2026)

Figura 91 – Vista do mirante para o jardim de cactáceas e o açude Boqueirão



Fonte: Autoria própria, (2026)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou a compreensão do patrimônio arqueológico como parte da identidade cultural de um povo, representado por vestígios e locais antigos que remontam a ancestralidade dos grupos humanos. No contexto do Seridó esses bens tem grande relevância, visto que a área detém expressiva quantidade de sítios e sinais de ocupações. Nesse contexto, o estudo contribuiu para analisar aspectos da história antiga do Rio Grande do Norte, sobretudo o Seridó, compreendendo as teorias propostas nesse âmbito e confirmando a importância da difusão de conhecimento como instrumento de aproximação da sociedade com a história antiga.

No contexto do sítio Mirador, foi possível observar durante a pesquisa que este vai além dos painéis rupestres, reunindo anos de história e significado atribuídos por diferentes grupos ao longo do tempo. Desse modo, passou a ser compreendido como uma paisagem cultural, que testemunha as ações humanas sobre o espaço. Ao mesmo tempo, os dados obtidos através dos questionários demonstraram que a população reconhece sua importância, contudo, o estudo também destacou que o conhecimento das pessoas com relação ao sítio é escasso, além de evidenciar necessidades de intervenções como infraestrutura e preservação das pinturas rupestres do sítio.

A pesquisa também lançou luz a complexidade existente na preservação do patrimônio arqueológico, que necessita não apenas de leis protetivas, como também a participação de órgãos públicos e da comunidade. Assim, observou-se que a execução de ações de educação patrimonial contribui com a aproximação e pertencimento dos indivíduos com o patrimônio, gerando reconhecimento de seu valor e senso de proteção. No caso do sítio Mirador, a ausência de incentivos e infraestrutura limita o acesso do público ao conhecimento e pode ocasionar visitas desrespeitosas ao sítio.

Entre as questões evidenciadas pelo estudo, destaca-se a necessidade de ampliar as condições de acessibilidade ao patrimônio arqueológico. O projeto foi pensado para atenuar esse contexto, proporcionando meios alternativos de contato com o patrimônio. Contudo, permanece a reflexão da importância de proporcionar meios de associar áreas arqueológicas a acessibilidade, proporcionando experiências mais diretas as pessoas com deficiência. Nesse sentido, cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo patrimônio e turismo a responsabilidade de investigar e implementar estratégias que atinjam esse objetivo.

Haja vista a necessidade de intervenções foi possível unir as carências existentes e formular o programa de necessidades do Centro Educativo a Visitantes. O projeto foi

desenvolvido buscando sanar as necessidades encontradas, proporcionando espaços acessíveis educativos e expositivos, que valorizem o patrimônio, compartilhem conhecimento e potencializem o turismo cultural na localidade. O projeto também buscou respeitar as características topográficas, paisagísticas, climáticas e culturais do local, desenvolvendo edificações com materiais e técnicas tradicionais do semiárido e incorporando a flora da caatinga no projeto paisagístico.

Assim, a pesquisa permitiu realizar o estudo preliminar do Centro Educativo a Visitantes, além de proporcionar visibilidade acerca dos temas de patrimônio arqueológico, educação patrimonial e preservação. Com isso, espera-se que este trabalho contribua com a visibilidade sítio arqueológico Mirador, influenciando a criação de ações de preservação e levantando discussões futuras acerca do tema. Além disso, espera-se que o Centro Educativo a Visitantes possa atuar como instrumento de valorização do patrimônio arqueológico, da paisagem cultural e da Caatinga.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laura; FERREIRA, Ton. Turismo e arqueologia - um diálogo possível? **Revista de Turismo Contemporâneo**, [s. l.], v. 5, ed. 1, p. 136-155, 7 jun. 2017.
- ARAÚJO, Juliana; MASSARANI, Luisa; SCALFI, Grazielle; SILVA, Juliane. Evidências de aprendizagem no museu: um estudo com adultos em visita ao Museu do Homem Americano, no Piauí. **LES - Linguagens, Educação e Sociedade**, [s. l.], v. 29, n. 60, 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 16537**: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, 27 jun. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 16636-4**: elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos - Parte 4: Projeto de arquitetura paisagística. Rio de Janeiro, 09 jul. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2020** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- BAGNOLI, E. O Lajedo de Soledade, Apodi (RN). Um exemplo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 8(1):239-253. 1994
- BORGES, Cláudia. **Uma análise pré-histórica. O cotidiano de antigos grupos humanos no sertão do Seridó/RN**. 2008. 142 p. Tese (Doutorado em História (Área de conhecimento: História e Sociedade).) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, SP, 2008.
- BORGES, Fábio Mafra. **Os sítios arqueológicos Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro: caracterização de um padrão de assentamento na área arqueológica do Seridó – Carnaúba dos Dantas – RN, Brasil**. 322 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, 26 jul. 1961.
- BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997.
- CAICÓ (RN). Lei nº 4.204/2006, de 17 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Caicó – Rio Grande do Norte, e dá outras providências. Caicó- Prefeitura Municipal de Caicó, 2006.

CAICÓ (RN). Lei nº 4.722/2014, de 26 de setembro de 2014. Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Caicó (RN) e dá outras providências. Caicó-Prefeitura Municipal de Caicó, 2014.

CARVALHO, A. de V.; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia e Patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. Anais do III Encontro de História da Arte, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COUTINHO, Hebert; SILVA, Abrahão; SOUZA, Laize; ROCHA, Luiz Carlos. Reflexões sobre arqueologia pública, educação patrimonial e o “saber de experiência” no ato de educar para o patrimônio. **FUMDHAMentos**, Piauí, v. 20, p. 43-60, 2023.

DIAS, Thales Lordão. **Capítulos da história de Parelhas: a cidade que nasceu de uma prece**. 1. ed. Parnamirim/RN: Biblioteca ocidente, 2025. 553 p. v. 1. ISBN 978-65-01-82998-2.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da ribeira do Seridó**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Rogério; NASCIMENTO, Marcos. **Geoparque Seridó RN**: Proposta, 2010.

FIDELES, Lucimara. **Turismo arqueológico em Parelhas/RN: uma análise comparativa com o desenvolvimento do segmento no município de Carnaúba dos Dantas/RN**. Orientador: Paula Rejane Fernandes. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 41, n. 1-2, p. 23-32, 2001. Disponível em: ojs.letras.up.pt. Acesso em: 22 set. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco. **Pré-história do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023. 142 p.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GEOCIÊNCIAS e Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil. [S. l.], 28 maio 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/node/104598>. Acesso em: 16 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Rosa Maria. **Do outro lado do espelho: Fundamentos teórico-poéticos para o Museu do Homem Americano**. 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, p. 37-52, 1992.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta de Lausanne**: Carta Internacional para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico. Lausanne, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em 06 de out. de 2025.

IGNÁCIO SCHMITZ, Pedro. O patrimônio arqueológico brasileiro. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 11–18, 1988. DOI: 10.24885/sab.v5i1.64. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/64>. Acesso em: 06 nov. 2025.

INSTITUIÇÃO CÍVICA GRANTHALAY / studio infinity [granthalay civic institution / studio infinity] 26 Jan 2026. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1037918/instituicao-civica-granthalay-studio-infinity>. Acesso em: 16 Mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Cidades e Estados: Parelhas (RN), 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/parelhas.html>. Acesso em: 11 out. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio arqueológico, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>. Acesso em: 18 set. 2025.

KOLLO elementary school. [S. l.], s.d. Disponível em: <https://www.mariamissoufou.com/16-kollo-elementary-school>, 2017. Acesso em: 16 mar. 2026.

LAGE, Maria Conceição. A conservação de sítios de arte rupestre. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional* ed. 33, p. 95-109, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA JR., Ivan; ARAÚJO, Sérgio. Monitoramento climático digital em área de caatinga durante o ano de 2023 no município de Parelhas-RN. **Ecologias humanas**, Paulo Afonso/BA, v. 10, n. 11, 30 jun. 2024.

MACÊDO, Antônio Pereira de. Município de Parelhas: história, corografia e estatística. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

MACEDO, Helder. Expedições arqueológicas em Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, Brasil: resultados das prospecções realizadas entre 1996 e 1997. **Cadernos do CEOM**, [s. l.], v. 17, n. 18, p. 82-116, 2014.

MARTIN, Gabriela. Arte rupestre no Seridó (RN): O sítio Mirador do Boqueirão de Parelhas. **Clio-Arqueológica** n.2, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1985, pág. 81-95.

MARTIN, Gabriela. O Cemitério Pré-histórico “Pedra do Alexandre”, Carnaúba dos Dantas, RN. **CLIO - Série Arqueológica**, v.1, n.11. Recife, UFPE, (1995-96), p.43-57.

MARTIN, Gabriela. Fronteiras estilísticas e culturais na Arte Rupestre do Seridó RN. **CLIO. Série Arqueológica**. Recife: UFPE, v. 15, n. 1, p. 14-28, 2003.

MARTIN, Gabriela. Indústrias de pontas de projétil no Rio Grande do Norte. **CLIO, Série Arqueológica** n° 5. UFPR, Recife, p. 81-90, 1982.

MARTIN, Gabriela, et. al. Levantamento Arqueológico Na Área Arqueológica Do Seridó – Rio Grande do Norte – Brasil: Nota Prévia. In: **CLIO – Série Arqueológica**, v. 2, n. 23. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

MARTIN, Gabriela; PESSIS, Anne Marie. As pinturas rupestres da Tradição Nordeste na região do Seridó, RN, no contexto da arte rupestre brasileira. **CLIO Arqueológica**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 18-59, 2020.

MARTINS, Jean. **Diagnóstico da oferta turística no município de Parelhas/RN: uma análise a partir da inventariação turística**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [S. l.], 2019.

MENESES, Ulpiano. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOSSORÓ (RN). Lei Complementar nº 012. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Mossoró e dá outras providências. Mossoró – Prefeitura Municipal de Mossoró, 2006.

NASCIMENTO, Marcos; SANTOS, Onésimo. **Geodiversidade na arte rupestre no Seridó Potiguar**. Natal/RN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2013. 62 p. ISBN 978-85-7334-243-7.

NETO, Tertuliano. **Apontamentos da história de Parelhas**. Parelhas/RN: [s. n.], 2012. 56 p.

NIAMEY cultural center: Arts, Performance and the First Municipal Library in Niger. [S. l.], s.d. Disponível em: <https://www.mariamissoufou.com/5-niamey-cultural-center>, 2019. Acesso em: 4 mar. 2026.

OBRAS possibilitam visitas em sítio arqueológico no Rio Grande do Norte. [S. l.], 10 jul. 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/536/obras-possibilitam-visitas-em-sitio-arqueologico-no-rio-grande-do-norte?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 set. 2025.

PARDI, Maria Lúcia. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, ed. 33, p. 305-336, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A_Preservacao_do_Patrimonio_Arqueologico_e_o_Turismo.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

PARDI, Maria Lúcia. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação**. 289 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do patrimônio cultural - Área de concentração Arqueologia) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

PATRIMÔNIO Arqueológico - Região Nordeste. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/875/>. Acesso em: 21 out. 2025.

PAULA, Eline Silva de; et. al., Veta Lucia. A paisagem da Caatinga: um gesto de Burle Marx na praça Euclides da Cunha. **Paisagem ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 29, p. 9 - 24, 2011.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural: Uma visão antropológica**. 2. ed. El Sauzal (Tenerife, España): Pasos, 2009. 307 p.

PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niède. Registros rupestres e caracterização das etnias pré-históricas. In: *Grafismo Indígena - Estudos de Antropologia Estética*. Studio Nobel, Ed. da USP. 1992, p. 19 - 33.

PODESTÁ, Sylvio. **1987: Museu do Homem Americano**. [S. l.], 1987. Disponível em: <https://www.podesta.arq.br/projetos/institucionais/projeto-museu-do-homem-americano/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

PORPINO, Kleber; JUNIOR, Valdeci dos Santos; SANTOS, Maria de Fátima. Lajedo Soledade, Apodi, RN: Ocorrência peculiar de megafauna fóssil quaternária no Nordeste do Brasil. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**, [s. l.], v. 2, 2009.

RIOS, Carlos, et.al. A canoa monóxila pré-histórica da Lagoa de Extremoz, RN, Brasil. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 30, n. 1, p. 78-91, 2015.

ROCHA, Bárbara de Medeiros, et. al. **Mapeamento e diagnóstico das indústrias do vestuário na cidade de Parelhas/RN: segmento confecção**. Caicó: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2019.

SANTOS JR., Valdeci. A participação de Domingos Jorge Velho durante a "Guerra dos Bárbaros" no final do século XVII: um genocídio oficializado. **Tarairiú: Revista do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 1-16, ago. 2022.

SANTOS JR, Valdeci, et. al. As gravuras rupestres da área arqueológica do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **CLIO Arqueológica**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 170-198, 2020.

SANTOS JR., Valdeci dos; MARTINS, Alano. Distribuição e características das ocupações humanas pretéritas no estado do Rio Grande do Norte. **Tarairiú: Revista do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, Campina Grande, v. 1, n. 24, p. 1-8, 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Marluce Lopes da. **Caracterização dos sítios arqueológicos em dunas do litoral oriental do Rio Grande do Norte**. Monografia de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFPE, Recife, 133 p., 2003.

SITZ, Miriam. **Mariam Kamara revela projeto para o Centro Cultural de Niamey, no Níger**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.architecturalrecord.com/articles/14378-mariam-kamara-unveils-scheme-for-niamey-cultural-center-in-niger>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SOUZA NETO, Luiz; BERTRAND, Daniel; BRITO SABINO, Ana Amélia. Análise da coleção lítica do sítio arqueológico Serrote dos Caboclos, município de Pedro Avelino/RN. **Revista de humanidades**, Caicó/RN, v. 7, n. 16, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta de Nova Délhi**. Nova Délhi, 1956. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2025.

VASCONCELOS, Eribaldo. **Avaliação do comportamento do crédito rural no município de Parelhas - Rio Grande do Norte**. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1980.

VIDAL, Irma Asón. Projeto Arqueológico do Seridó: escavação no Sítio Pedra do Chinelo, Parelhas, Rio Grande do Norte. Primeiros resultados. **CLIO Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 15, p. 157-169, 2002.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS O SÍTIO MIRADOR DE PARELHAS NA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO LOCAL

1 – Qual é a sua idade?

☐ Menos de 15 anos ☐ 15 a 18 ☐ 19 a 25 ☐ 26 a 35 ☐ 36 a 45 ☐ 46 a 60 ☐ Mais de 60

2 – Qual é o seu gênero?

☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Prefiro não informar ☐ Outro

3 – Você mora em Parelhas?

☐ Sim ☐ Não, mas já morei ☐ Não, sou visitante

4 – Há quanto tempo você mora em Parelhas?

☐ Menos de 5 anos ☐ 5 a 10 anos ☐ Mais de 10 anos ☐ Desde que nasci ☐ Sou visitante

5 – Você conhece o Mirador?

☐ Sim ☐ Não ☐ Pessoalmente não

Outras respostas: * Mas já fui lá a muito tempo *Apenas por foto e vídeo

6 – Se sim, o que há de importante lá para você e para a cidade? _____

Respostas escritas:

As pinturas rupestres.

As pinturas rupestres.

O ambiente, as pinturas rupestres que apesar de já estarem pouco falhadas, as pessoas respeitam bastante a história do local.

Pinturas rupestres, que contam um pouco de nossa história e esclarece sobre os antepassados que habitaram ali a muitos anos atrás.

Turismo e história passada da cidade.

O contato com o passado pré-histórico de Parelhas, possibilitando uma análise sobre as origens remotas e povos que habitaram nossa cidade desde longa data.

As pinturas, a vista.

Pra mim é só em saber sobre a existência de um povo que passou pela cidade e que habitou pelos alguns dias e deixou nas rochas em forma de figura sua história de vida. Para cidade na minha opinião é manter viva a cultura a história do povo que passaram.

Pinturas rupestres, natureza, história de Parelhas.

Guarda um pouco da história da cidade.

Os registros de povos primitivo.

As pinturas rupestres e a bela vista.

Tudo lá é muito importante tendo em vista sua conservação, fato histórico e também através das suas pinturas que descreve além dos povos nativos da época sua cultura, forma de viver e principalmente atesta quando tudo isso aconteceu.

Lugar perfeito pra um piquenique com a família e amigos.

O turismo.

A importância é a cultura, os desenhos representam dança, arte, história.

Preservação da história e cultura.

Cultura, lazer, história.

A importância principal reside na preservação histórica e cultural dos nossos antepassados, inclusive funcionando como um recanto de contemplação da natureza.

Acho que além de um local onde mostra a história dos antepassados é um local que a gente se encontra com a natureza.

O Mirador representa a história viva e concreta sobre a veracidade dos nossos ancestrais. É uma riqueza histórica que testemunha o nosso passado.

Vegetação nativa e as pinturas rupestres.

A experiência de poder se conectar com a natureza e ao mesmo tempo conhecer as pinturas rupestres e apreciar um pouco do contexto histórico da cidade.

Faz parte da nossa história.

Memórias, histórias e vivências.

Turismo.

A beleza panorâmica da nossa caatinga, a represa da barragem boqueirão e as pinturas rupestre que são registros dos nossos antepassados.

É um local onde povos antigos viviam e isso é um arquivo de como a vida era antigamente.

Um ponto histórico e turístico da cidade.

Registro histórico que a cidade deveria tratar com muita importância, aquele espaço deveria ser uma reserva florestal, mas a ganância do homem vem destruindo tudo com a exploração de minério.

Carrega uma grande importância histórica e cultural, pois guarda marcas de povos que viveram ali muito antes de nós. Ao mesmo tempo, é um lugar que gosto de visitar para fazer trilhas, aproveitar a natureza e passar um tempo com amigos e família.

É um lugar histórico de importante significado pra cidade, pois seu espaço natural abriga uma cultura riquíssima.

Antepassado. História. Cultura.

Origens.

Querendo ou não faz parte da história da cidade e também ser um ponto turístico por parte das pinturas rupestres.

É uma testemunha da evolução humana, no nosso município.

As pinturas, relata uma história.

Memória de um povo.

Conhecimento dos povos antigos que aqui moravam

O lugar em si, a vista q proporciona, as formações rochosas. Além disso, as pinturas rupestres.

É um ótimo ponto turístico.

As pinturas rupestres, como também toda uma cultura dos nossos antepassados.

Um local com riquíssimo conteúdo para entendermos através de registros ali deixados o processo de evolução dos seres humanos. Os registros ali encontrados é o principal patrimônio cultural que herdamos dos nossos ancestrais.

Muito importante.

A paisagem.

Registros arqueológicos de povos que viveram na cidade muito antes da cidade ser fundada.

As pinturas rupestres, o espaço e a estrutura são ótimos para atividades culturais e de conexão com a natureza. A vista de cima no sítio é belíssima, provavelmente um dos melhores locais para se assistir ao nascer do sol no Boqueirão.

No aspecto turístico, é um ótimo lugar para realizar reuniões entre amigos, para fazer piqueniques, etc. Pelo lado histórico, é de grande importância para conhecimento dos povos que viviam aqui antigamente e como eles viviam. De modo geral é um espaço com muito valor para o município e para a população, devido seu potencial turístico e cultural.

Importância histórica altíssima, rico nos vestígios deixados pelos povos que habitavam esse local a tanto tempo, e que nos deixaram esse vestígios. em forma patrimônio material. Mas nossa prefeitura parece não se preocupar, tanto, com esse patrimônio, pois vejo, que a própria estrutura feita, se não me engano em 2013, não está tão bem cuidada e infelizmente, mal planejada, porque não foi pensado junto com trilha que leva a pedra da "boca", ou "boca do lobo", o que leva os poucos turistas que temos, a ultrapassar os limites, ou mesmo não conhecer a trilha. Outro problema é falta de desenvolvimento para esse tipo de turismo, o turismo histórico, temos poucas pessoas capacitadas para guiar ou até mesmo falar sobre o

local. Eu como graduando em história pela UFRN, vejo a importância enorme que nosso patrimônio tem, e ao mesmo tempo vejo o descaso da nossa prefeitura. Eu conheci o local antes mesmo das estruturas serem feitas, e testemunhei pessoas jogando água para melhor visualização das pinturas, o que ajudou e muito no processo de apagamento dessas pinturas, tanto que hoje em dia é até difícil de visualizar algumas pinturas. Outra ocorrência de uma falta de conhecimento e de valorização desse patrimônio pela população foi a fogueira que fizeram logo abaixo das pinturas, onde tinha uma das mais importantes e maiores. Enfim, não existe um reconhecimento dessa importância pela parte da população, e não existe, pelo menos efetivos, planos de conscientização da população por parte dos órgãos públicos.

Acho um ótimo lugar para visitar com a família, oferecendo uma linda paisagem, além de um forte acervo sobre as populações que habitaram o território de Parelhas, por causa das pinturas rupestres.

Memória histórica, ponto turístico.

Nunca fui mais tenho vontade, só não já fui porque tenho muito pânico de altura. Mas acho a história interessante pra repassar pra essa nova geração que ali a muitos anos passados teve a presença dos índios que isso mim deixar muito curiosa pra ver essas figuras rupestres nas pedras. E também a forma de sobrevivência deles ali. Já que não tinha a modernidade de hoje pra comprar comida, tinham de escapar com qualquer coisa que eles mesmo conseguiam arrumar.

A natureza.

Preservação da natureza.

Estar em contato com a natureza e a exposição das pinturas.

É um ponto turístico que atrai visitantes e conta um pouco da história dos nossos antepassados.

Registros de civilizações antigas que habitaram na cidade e que ajudam a contar um pouco da história local, além de se caracterizar como o mais rico patrimônio cultural de nossa cidade.

Pinturas rupestres e seu valor histórico.

Histórias contadas através das pinturas rupestres.

O conteúdo histórico, a tranquilidade e a beleza do local.

Trazer turismo.

O Sítio Mirador é importante porque preserva pinturas rupestres e vestígios de povos pré-históricos, ajudando a contar a história mais antiga da região.

A origem dos antepassados e sua cultura de vida indígenas.

Lá tem as pinturas rupestre, tem muita coisa legal pra apreciar.

Pinturas rupestre e a vista lá de cima.

Ponto turístico que preserva a cultura dos povos antigos.

Resgate da história indígena e ponto turístico para a cidade.

História, ancestralidade.

A preservação do ambiente, a paisagem, é um privilégio ter um lugar tão lindo para nós.

Faz parte da história do município de Parelhas e possui uma grande importância turística para a cidade.

Fratura arqueológica cultural.

A paisagem muito bonita e as pinturas dos povos antigos.

Conheço, mas nunca visitei.

É um importante ponto turístico e patrimônio da cidade.

Turismo.

O sítio Mirador é um grande acervo cultural para a cidade, onde possui as famosas pinturas rupestres.

Falta esse trabalho de reconhecimento para o turismo de Parelhas e regiões.

Conexão com a própria história, recordações e cultura.

Cultura.

História e turismo para a cidade.

A importância da sua história para nossa cidade, tendo em vista que fomos privilegiados com a presença dos índios em nossas terras.

As pinturas deixadas por nossos antepassados.

É um ponto turístico e histórico importante para a comunidade local.

A cultura, ir lá e ver que teve povos antes de nós e saber que eles se comunicavam em desenhos.

A história por trás do Mirador, que conta um pouco da importância que nossas terras foram para os indígenas.

Espaço que representa identidade e orgulho local, pra mim faz parte da nossa história. Quanto a cidade acredito que é um espaço de turismo e lazer importante.

Relembrar a história dos nossos antepassados.

O sítio arqueológico Mirador é importante porque retrata a vida cotidiana do povo indígena, que descreviam o dia a dia deles com pinturas em pedras. Isso faz com que a cultura prevaleça sempre viva de geração a geração.

A vista, e como ali já foi moradia no passado.

A preservação dos nossos ancestrais.

Contexto histórico e marcas históricas.

Turismo ecológico e lazer local.

Cultura, turismo.

Importante ponto turístico da cidade que nos reporta à história do lugar.

Figuras rupestres um histórico para cidade.

Apesar de não conhecer o Mirador, sei da importância histórica e ambiental, visto que preserva a natureza e as pinturas rupestres que lá existem.

Preservação da memória, a cultura e a história local. É importante para o turismo da cidade.

Um resgate a história do nosso povo, lugar de reserva indígena muito relevante de conhecer.

7 – Quantas vezes você já visitou o Mirador?

☐ Apenas uma vez ☐ 2 a 3 vezes ☐ Mais de 3 vezes ☐ Nunca visitei

8 – Como você conheceu o Mirador?

☐ Escola ☐ Família ☐ Amigos ☐ Internet/redes sociais ☐ Turismo/visitas guiadas ☐ Nunca ouvi falar.

Outras respostas: * Quero muito conhecer. * Pesquisa * Conheço a um bom tempo, fiz um trabalho científico sobre o mesmo.

O que o mirador representa para você?

☐ Um ponto turístico ☐ Um local histórico ☐ Um lugar de lazer ☐ Um patrimônio cultural ☐ Não sei dizer

9 – Você considera o Mirador importante para a história da cidade?

☐ Muito importante ☐ Importante ☐ Pouco importante ☐ Não é importante ☐ Não sei opinar

10 – Você acredita que o Mirador faz parte da identidade cultural de Parelhas?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

11 – Você sabia que existem pinturas rupestres no Mirador?

☐ Sim ☐ Não

12 – O que você acredita que sejam as pinturas rupestres?

☐ Desenhos feitos por povos antigos ☐ Arte moderna ☐ Símbolos religiosos atuais ☐ Não sei

13 – Você considera as pinturas rupestres importantes?

☐ Muito importante ☐ Importantes ☐ Pouco importante ☐ Não são importantes ☐ Não sei

14 – Por que você acha que elas são importantes?

☐ Porque representam a história antiga da região ☐ Porque atraem turistas ☐ Porque fazem parte da cultura local ☐ Porque ajudam nos estudos arqueológicos ☐ Não acho importante

15 – Você acredita que as pinturas rupestres precisam ser preservadas?

☐ Sim, com muita prioridade ☐ Sim ☐ Talvez ☐ Não ☐ Não sei

16 – O que motivou sua visita ao Mirador?

☐ Turismo ☐ Passeio com família/amigos ☐ Estudo escolar ☐ Curiosidade ☐ Nunca visitei

Outras respostas: *Através de fotos, pessoas, etc. * Mas tenho vontade e curiosidade de ir só tenho medo de altura * Seção de fotos.

17 – Você recomendaria a visita ao Mirador para outras pessoas?

☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

18 – Você aprendeu sobre o Mirador na escola?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não lembro

19 – Você acha que as escolas deveriam ensinar mais sobre o Mirador e as pinturas rupestres?

☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

20 – Você conhece outros sítios arqueológicos em Parelhas?

☐ Sim ☐ Não

21 – Se sim, quais? _____

22 – Você acha que o Mirador é bem preservado atualmente?

☐ Sim ☐ Mais ou menos ☐ Não ☐ Não sei

23 – Na sua opinião, o que poderia melhorar no Mirador?

☐ Melhor acesso ☐ Mais sinalização ☐ Informações sobre a história ☐ Estrutura para visitantes ☐ Preservação das pinturas ☐ Segurança

Outras respostas: * Tudo isso e mais algumas coisas * Era para ter sempre uma guia local ☐ Placas de preservação tipo não jogar lixo, etc. * Não conheço a localidade * Fiscalização nas visitas

24 – Você acha importante criar projetos culturais ou educativos no Mirador?

☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

25 - Você participaria de atividades culturais ou educativas relacionadas ao Mirador?

☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

26 - Você acredita que a população de Parelhas conhece bem o Mirador?

☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

27 - Você acha que o Mirador é valorizado pela população?

☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez



CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

AUTORA DO PROJETO



Sou Luana Deogr cia, graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Rural do Semi- rido, tenho 23 anos e sou natural de Parelhas, cidade onde será implantado o projeto. Neste trabalho, busco aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação para desenvolver uma proposta que valorize uma parte singular do patrimônio cultural e histórico do município, destinada a comunidade local, por meio de uma intervenção voltada ao fortalecimento da sua identidade cultural.



DEOGR CIA I
ARQUITETURA E URBANISMO

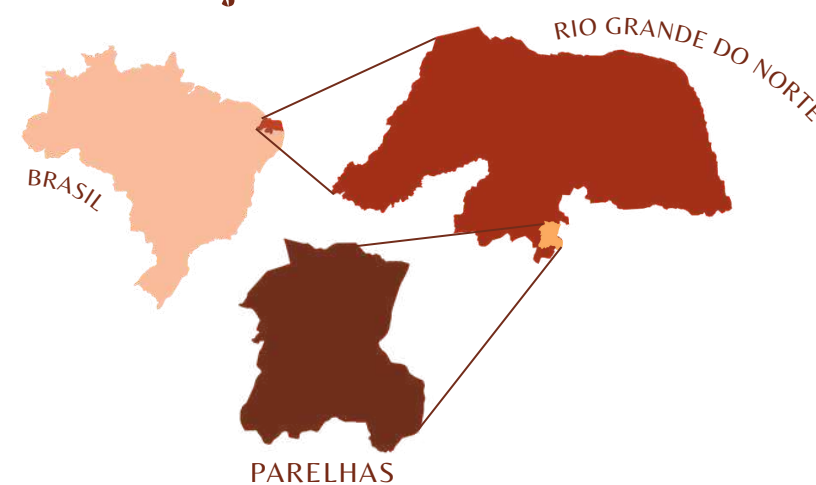
IDENTIDADE VISUAL

A identidade visual do projeto está diretamente ligada à história e simbologia do lugar. O emblema é composto por três elementos principais: a silhueta da Serra do Boqueirão, representando a paisagem marcante da região; um grafismo rupestre encontrado no Sítio Mirador, que retrata uma figura com a denominada "cabeça de castanha de caju", característica presente na Subtradição Seridó; e o sol nascente, que integra os demais elementos, simbolizando conexão entre a paisagem natural e o patrimônio cultural presente no território.



MEMÓRIAS ANCESTRAIS: CENTRO EDUCATIVO A VISITANTES

LOCALIZAÇÃO



Parelhas é um município do estado do Rio Grande do Norte, localizado na subregião do Seridó. Sua identidade cultural é marcada por manifestações tradicionais como a festa de São Sebastião a paisagem marcante da Serra do Boqueirão, o Sítio Mirador e o Açude Boqueirão, além de sua inserção no Geoparque Seridó, fatores que fortalecem a identidade local e o sentimento de pertencimento da população.

TERRENO



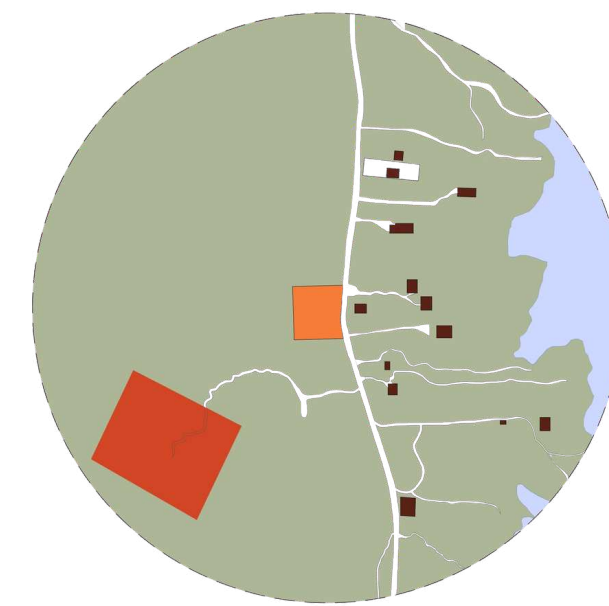
FONTE: Adaptado de Google earth, 2026



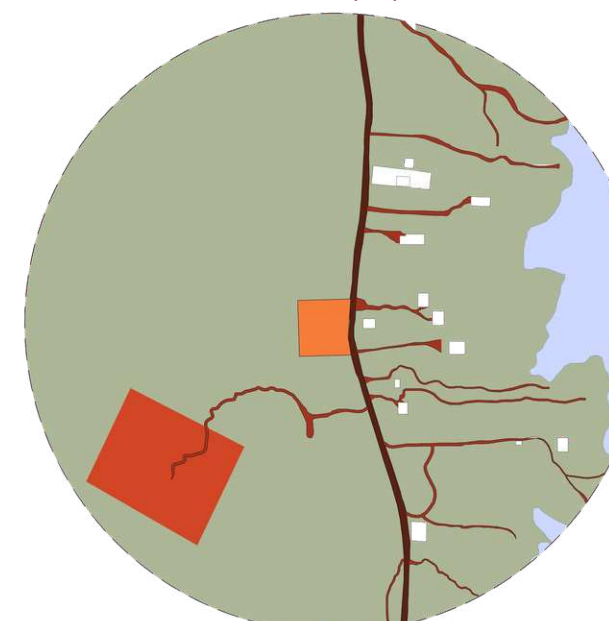
FONTE: Adaptado de Google earth, 2026

O terreno escolhido possui 7401,10 m 2 fica a ceca de 92 metros da trilha que leva até o sítio Mirador, optou-se pela escolha desse local com o intuito de manter uma relação objetiva entre o patrimônio arqueológico e o Centro Educativo a Visitantes. Situado no início da Serra do Boqueirão, o terreno apresenta um desnível de aproximadamente 11 metros, característica que se tornou um fator determinante para o desenvolvimento do projeto.

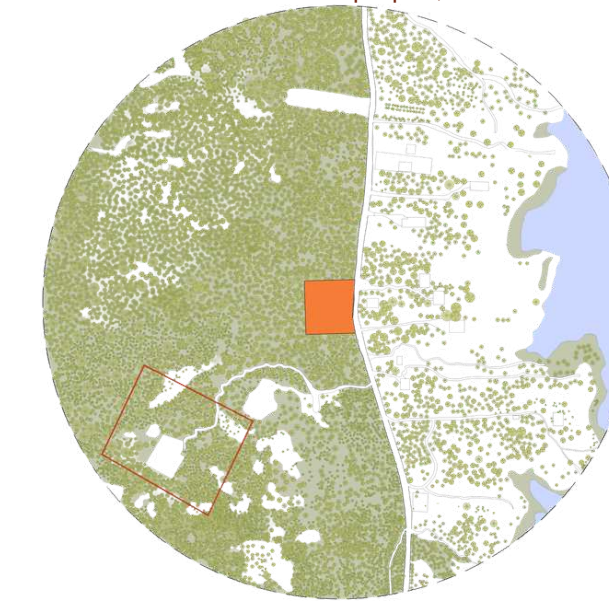
ANÁLISE DO ENTORNO



FONTE: Autoria própria, 2026



FONTE: Autoria própria, 2026



FONTE: Autoria própria, 2026

TIPOLOGIAS EDILÍCIAS

Observa-se o uso inteiramente residencial, representado por uma baixa quantidade de residências dispersas em grandes terrenos que se estendem até o açude Boqueirão. Esse levantamento evidencia a importância de um ponto de apoio logístico para os visitantes, próximo ao sítio arqueológico.

LEGENDA

- RESIDENCIAL
- TERRENO CENTRO DE VISITANTES
- SÍTIO MIRADOR
- AÇUDE MINISTRO JOÃO ALVES

MORFOLOGIA VIÁRIA

Detectou-se uma estrada principal não pavimentada, com potencial para ser o acesso ao Centro educativo a Visitantes. Além desta, há caminhos ou trilhas que possuem forma sinuosa e estreita com a função de trânsito interno entre as propriedades próximas. Ainda,   possível observar a trilha que leva até o Sítio Mirador.

LEGENDA

- RESIDENCIAL
- TERRENO CENTRO DE VISITANTES
- SÍTIO MIRADOR
- AÇUDE MINISTRO JOÃO ALVES

VEGETAÇÃO

Representa a massa vegetativa consolidada e distribuída em toda a área de estudo. Esse fator representa, para o projeto, a necessidade de se adequar à paisagem natural preexistente, visto que se trata de uma área em que esta é predominante.

LEGENDA

- RESIDENCIAL
- TERRENO CENTRO DE VISITANTES
- SÍTIO MIRADOR
- AÇUDE MINISTRO JOÃO ALVES
- VEGETAÇÃO EXISTENTE
- VEGETAÇÃO EXISTENTE

ESTUDO DE PROJETOS CORRELATOS



MUSEU DO HOMEM AM RICANO

O Museu do Homem Am ricano foi projetado em integração com a topografia local, utilizando o relevo natural para organizar os espaços em diferentes níveis. A proposta valorizou materiais e técnicas regionais, buscando harmonizar a arquitetura com a paisagem da caatinga e fortalecer a identidade do lugar.



INSTITUIÇÃO CÍVICA DE GRANTHALAY

A Instituição Cívica de Granthalay foi concebida com foco na integração ao contexto local, adotando uma implantação circular que favorece a organização espacial e o desempenho climático. O projeto valoriza materiais regionais, aliados a estratégias passivas de conforto térmico, e busca integração com a paisagem.

ESCOLA PRIMÁRIA DO KOLLO

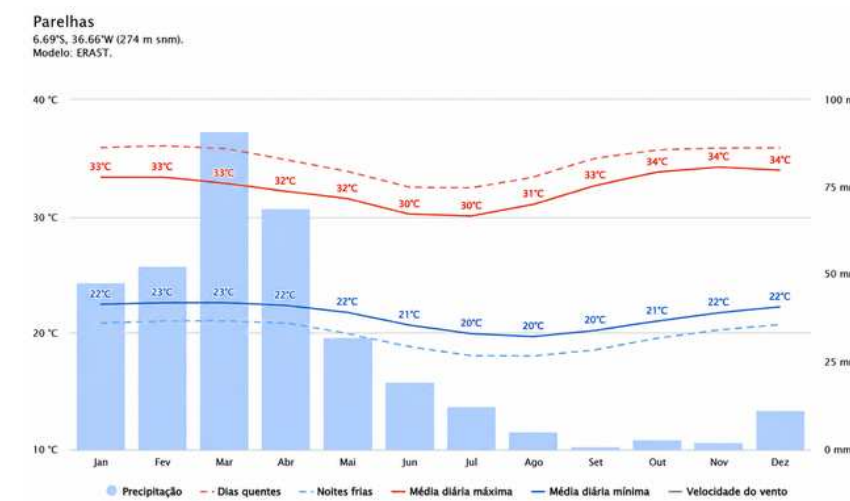
A Escola Primária de Kollo foi projetada em integração com o contexto local, utilizando blocos de terra comprimida para proporcionar conforto térmico e incorporando estratégias sustentáveis, como captação de água da chuva, além de favorecer a relação entre arquitetura, paisagem e comunidade.



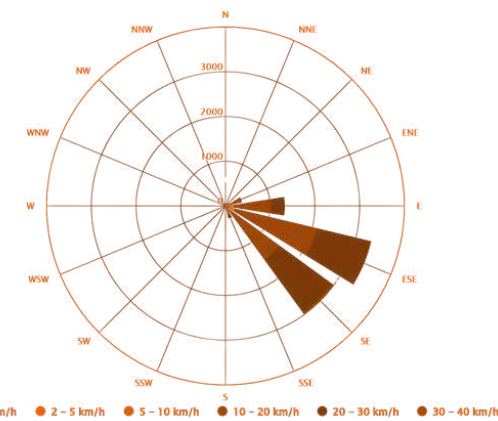
PRAÇA EUCLIDES DA CUNHA

A Praça Euclides da Cunha, foi o primeiro jardim público brasileiro a valorizar a flora da caatinga. Sua composição utiliza espécies nativas organizadas em anéis de vegetação que protegem o cact rio central da umidade e dos ventos litorâneos, demonstrando a adaptação das soluções paisagísticas às características ambientais do bioma.

ANÁLISE CLIMÁTICA



FONTE: Meteoblue, 2026



FONTE: Meteoblue, 2026

PROGRAMA DE NECESSIDADES

SETOR ADMINISTRATIVO

- Hall/recepção
- Sala da diretoria
- Sala da coordenação educativa
- Sala da coordenação de pesquisa
- Sala de reuniões
- Sala de pesquisa
- Sala de gu s turísticos
- Almoxarifado
- Copa/ DML
- Sanitários

SETOR DE LAZER

-  rea de convivência com mirante
- Café/lanchonete
-  reas sombreadas

SETOR EDUCATIVO

- Hall de entrada/recepção
- Sala multiuso
- Salas de educação patrimonial
- Laboratório didático
- Almoxarifado
- Auditório com foyer
- Sanitários

SETOR EXPOSITIVO

- Hall de entrada/recepção
- Sala de exposição permanente: Arqueologia do Seridó
- Sala de exposição permanente: Arqueologia de Parelhas
- Sala de exposição: geoparque Seridó
- Sala de exposições temporárias
- Reserva técnica
- Sanitários

SETOR DE SERVIÇOS

- DML
- Depósitos
- Guarita
- Estacionamento (com mot rio e bicicletário)
- Almoxarifado

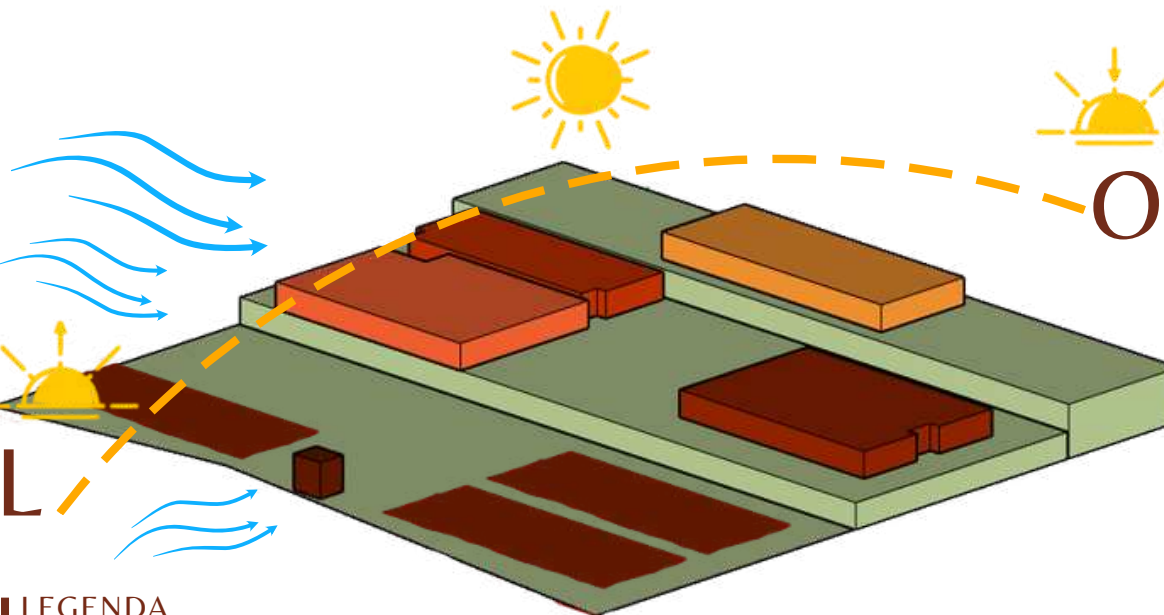
PARTIDO E CONCEITO

O partido arquitetônico do projeto fundamenta-se na valorização da ancestralidade local e na aproximação da população ao patrimônio arqueológico, especialmente ao Sítio Mirador. A proposta organiza os espaços em setores distribuídos por meio de platôs que acompanham a topografia acentuada do terreno, utilizando rampas para garantir acessibilidade universal. Além disso, ambientes educativos e expositivos foram planejados para proporcionar diferentes formas de interação e apreensão de conteúdo, assegurando inclu  o e acesso amplo ao conhecimento.

O conceito do projeto busca integrar arquitetura, paisagem e identidade regional, adotando soluções que promovem conforto ambiental e diálogo com a paisagem da Caatinga. A divisão dos setores em blocos favorece a ventilação e a clareza dos percursos, enquanto elementos como alpendres, pátios centrais, cobogós, coberturas em telha colonial e o uso do adobe fazem referência às técnicas e   arquitetura tradicional dos sertões. O paisagismo complementa essa integração por meio da utilização de espécies nativas e da criação de um jardim de cactáceas como elemento central do conjunto.



ZONEAMENTO



LEGENDA

- GUARITA E ESTACIONAMENTO
- SETOR EDUCATIVO
- SETOR EXPOSITIVO
- SETOR ADMINISTRATIVO
- SETOR DE LAZER



CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETOS:
CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES:
Memórias ancestrais

DISCENTE:
Luana Deogr cia do Nascimento Fernandes

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Damão Edas Ara s

ASSUNTO:
Levantamento teórico

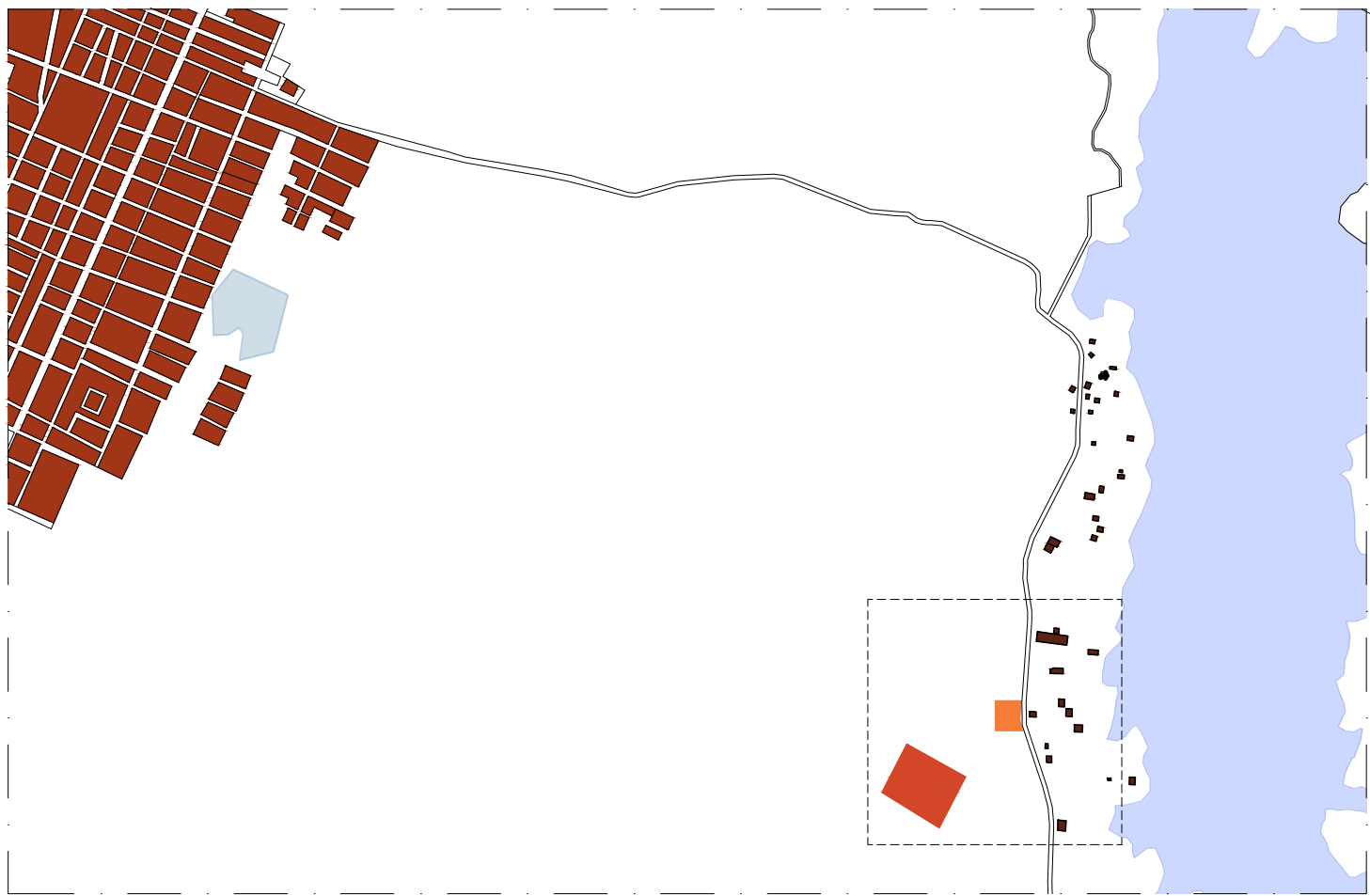
ESCALA:
Sem escala

DATA:
JUN/2026

ARQUITETURA E URBANISMO

DEOGR CIA
ARQUITETURA E URBANISMO

01/09



01 PLANTA DE SITUAÇÃO - CONTEXTO AMPLIADO
ESCALA: 1/10000



02 PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA: 1/4200

LEGENDA

PLANTA DE SITUAÇÃO - CONTEXTO AMPLIADO

- EDIFICAÇÕES
- PERÍMETRO URBANO
- TERRENO CENTRO DE VISITANTES
- SÍTIO MIRADOR
- AÇUDE MINISTRO JOÃO ALVES
- AÇUDE DIX-SEPT ROSADO

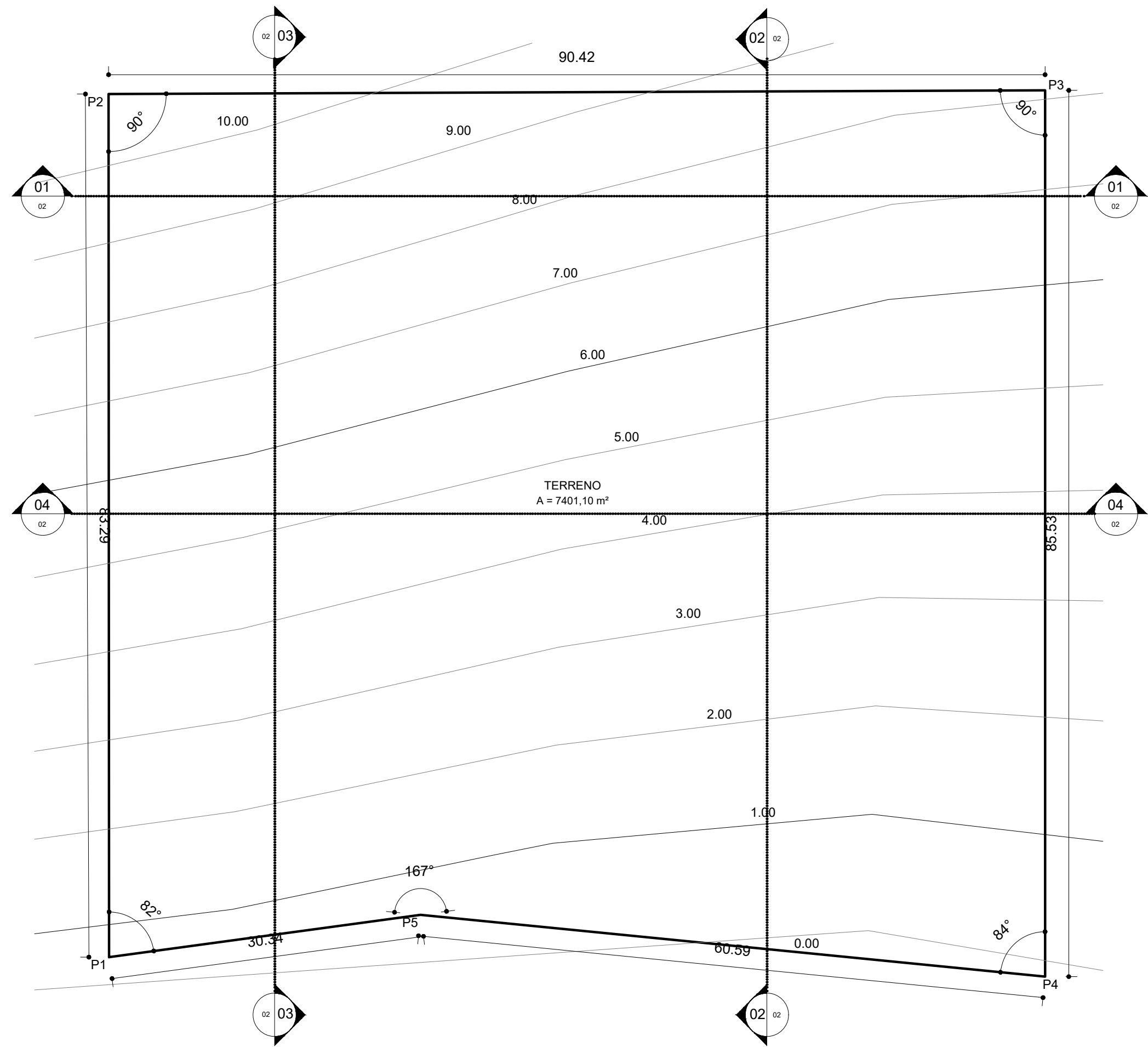
LEGENDA

PLANTA DE SITUAÇÃO

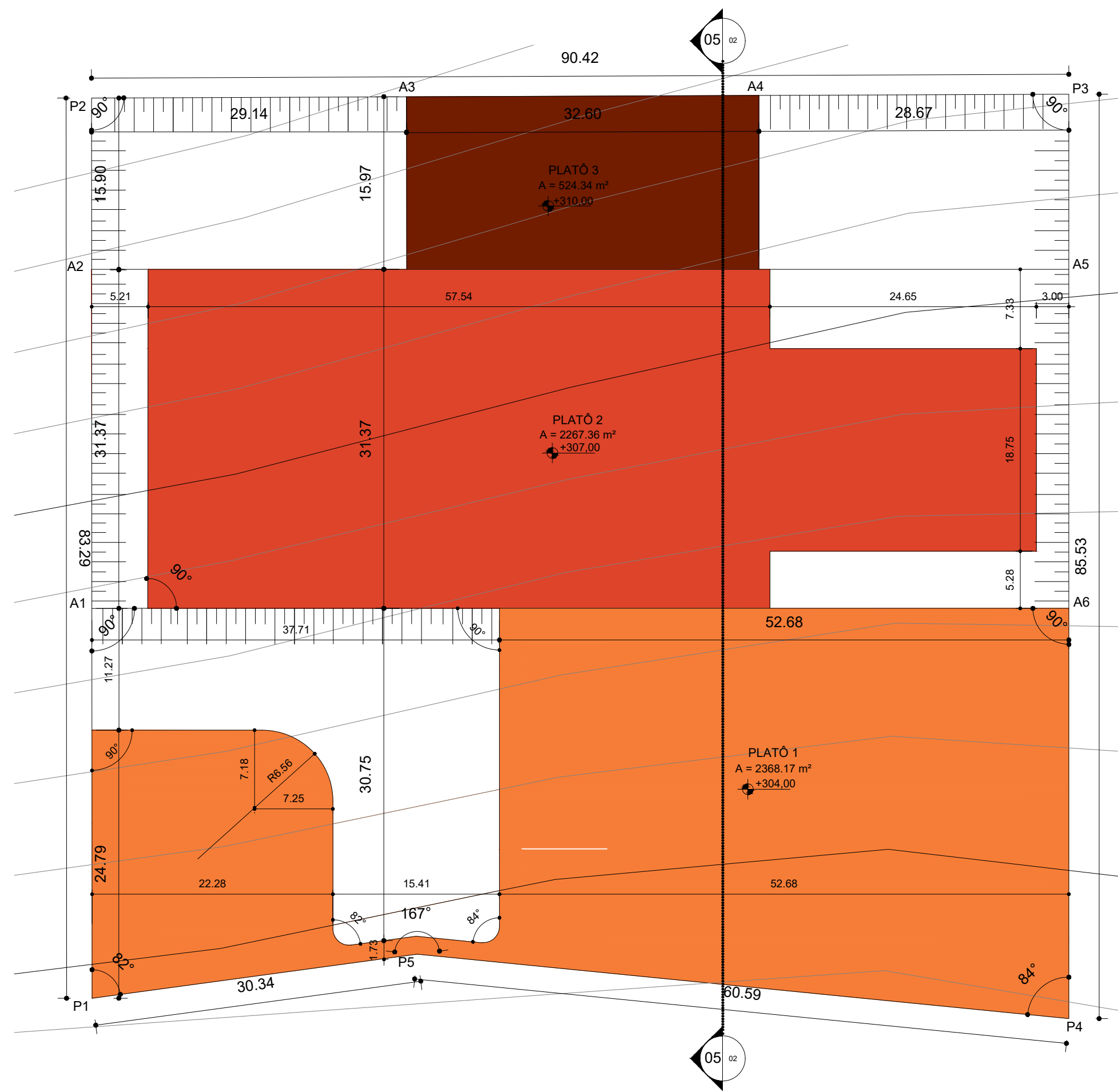
- RESIDÊNCIAS
- TERRENO CENTRO DE VISITANTES
- SÍTIO MIRADOR
- AÇUDE MINISTRO JOÃO ALVES

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

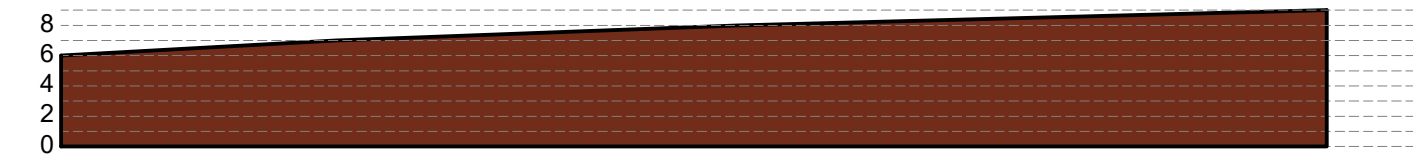
PONTO	LATITUDE	LONGITUDE
P1	6°42'31.89"S	36°37'54.14"O
P2	6°42'31.98"S	36°37'56.86"O
P3	6°42'29.02"S	36°37'56.98"O
P4	6°42'28.92"S	36°37'54.13"O
P5	6°42'30.91"S	36°37'54.31"O



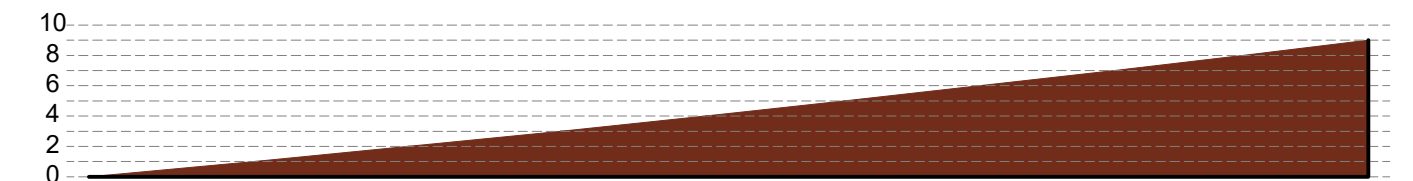
03 PLANTA PLANIALTIMÉTRICA
ESCALA: 1/400



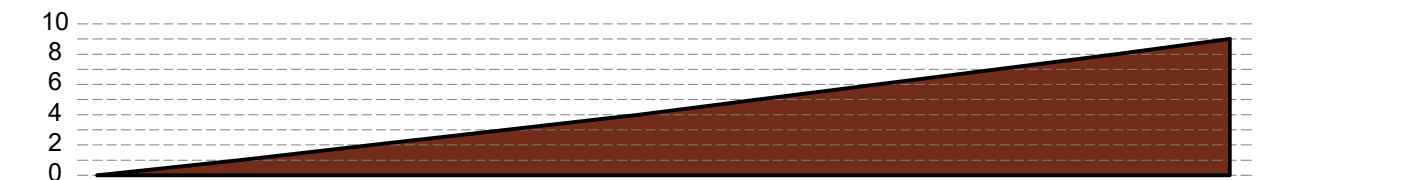
04 PLANTA DE PLATÔS
ESCALA: 1/400



05 PERFIL LONGITUDINAL - CORTE 01
ESCALA: 1/500



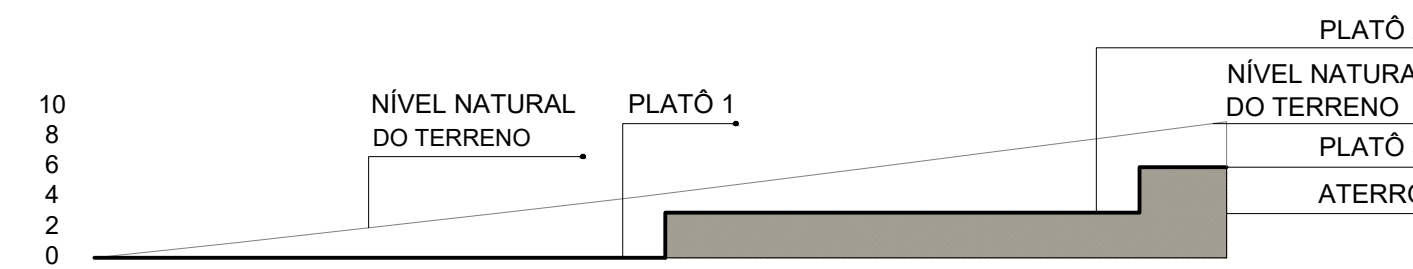
06 PERFIL TRANSVERSAL - CORTE 02
ESCALA: 1/500



07 PERFIL DO TRANSVERSAL - CORTE 03
ESCALA: 1/500



08 PERFIL LONGITUDINAL - CORTE 04
ESCALA: 1/500



09 PLATÔS E PERFIL DO TERRNO - CORTE 05
ESCALA: 1/500

QUADRO DE ÍNDICES URBANÍSTICOS		
ÁREA DO TERRENO		7401,10 m ²
ÁREA CONSTRUÍDA		1360,12 m ²
ÍNDICES	PARÂMETROS EXIGIDOS	PARÂMETROS APLICADOS
TAXA DE OCUPAÇÃO	80%	18,38%
TAXA DE PERMEABILIDADE	20%	37,95%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	3,0	0,1838



CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES
Memórias ancestrais

DISCENTE:
Luana Deográcia do Nascimento Fernandes

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Damão Edrias Arraes

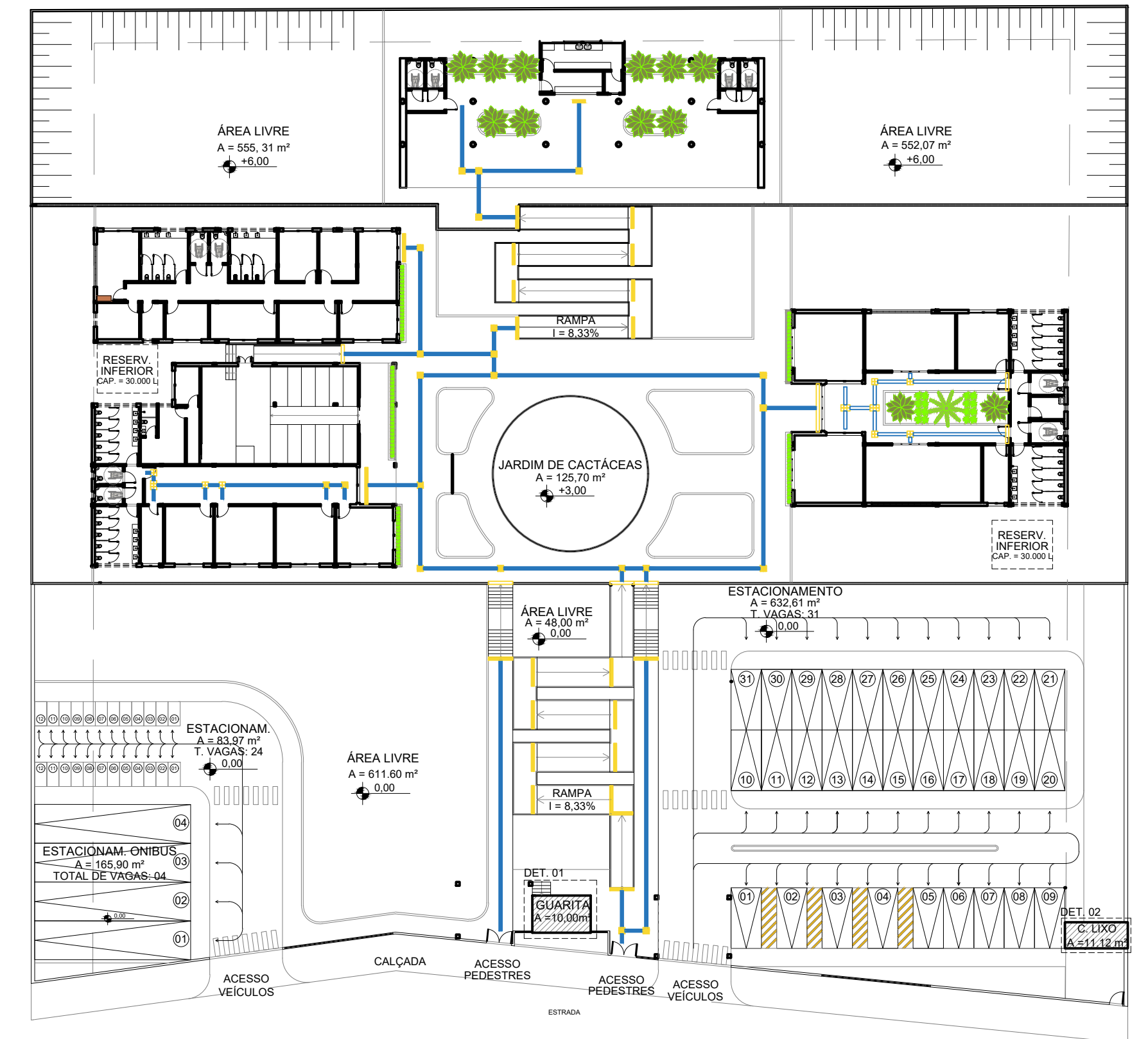
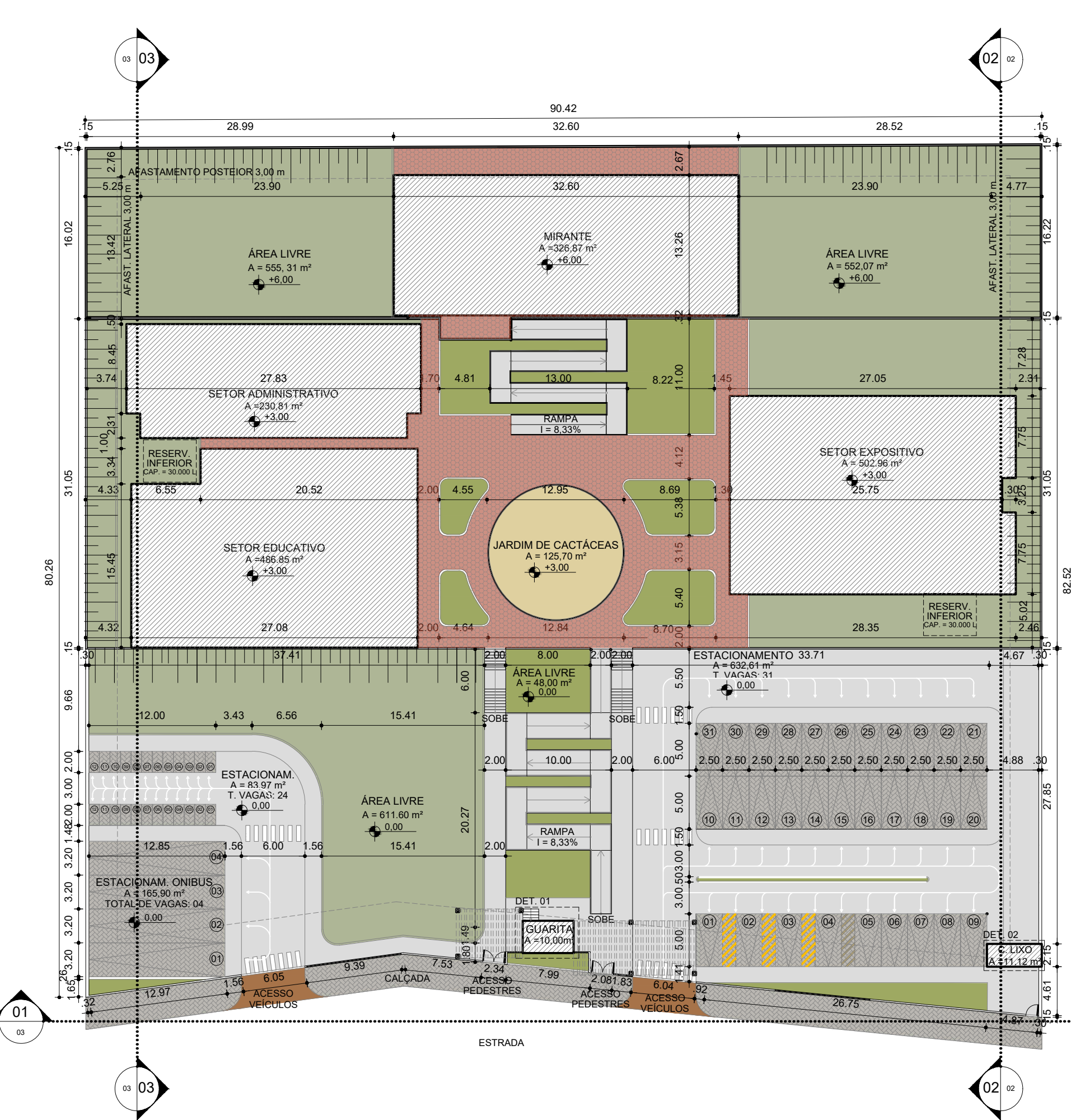
ASSUNTO: Planta de situação,
planta planialtimétrica,
planta de platôs e perfis topográficos.

ESCALA: Indicada

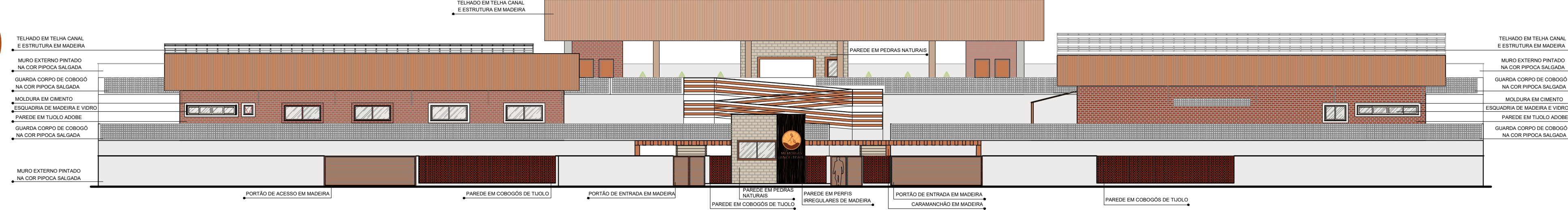
DATA:

MAI/2026





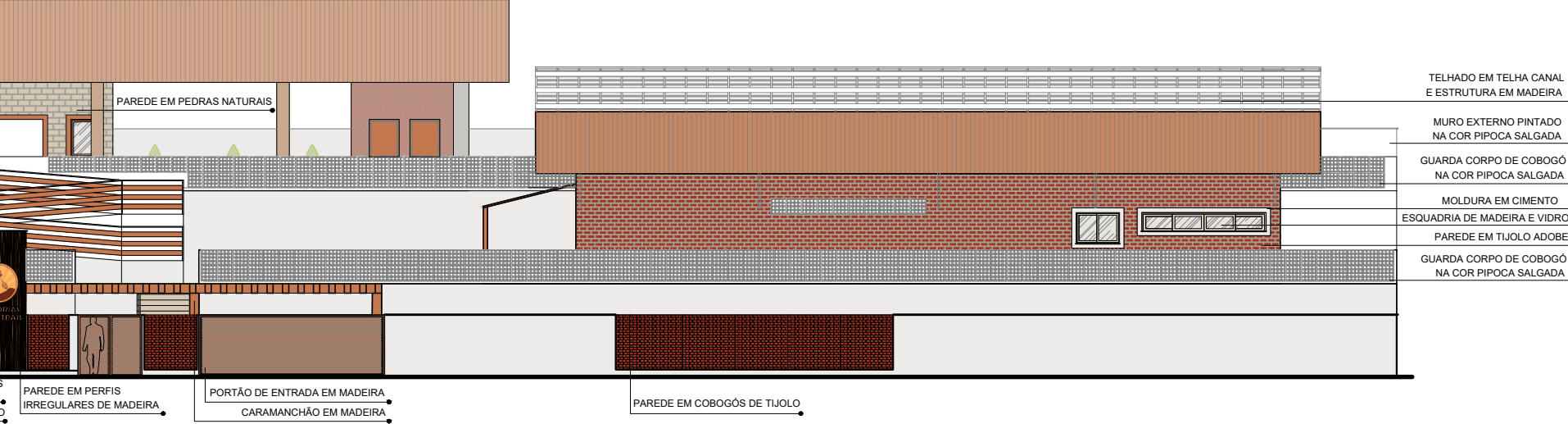
11 PLANTA DE ACESSIBILIDADE - PISO TÁTIL
ESCALA: 1/400



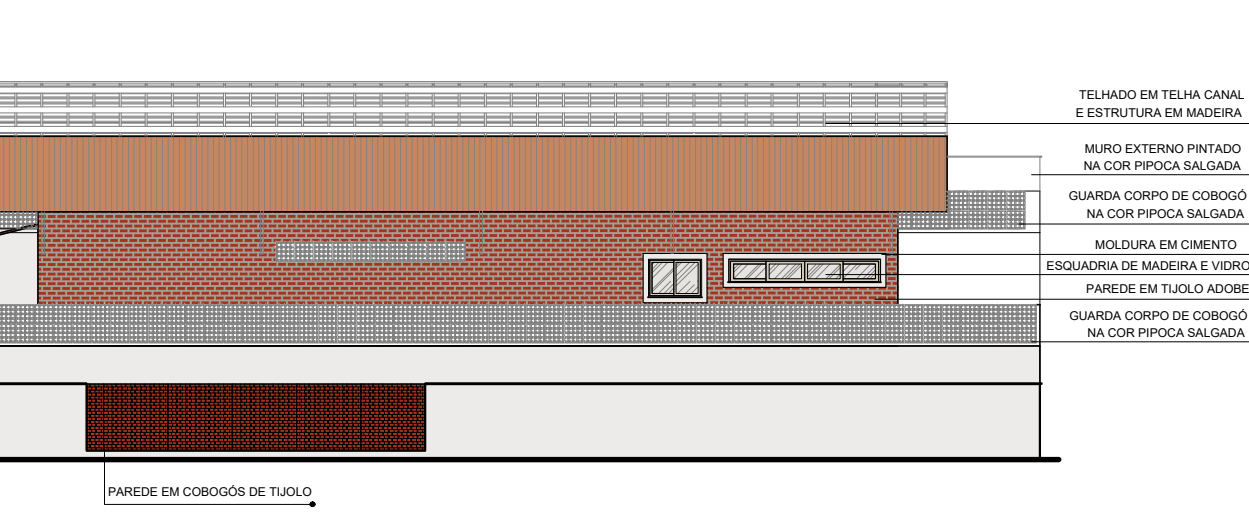
15 PLANTA BAIXA - C. DO LIXO
ESCALA: 1/100



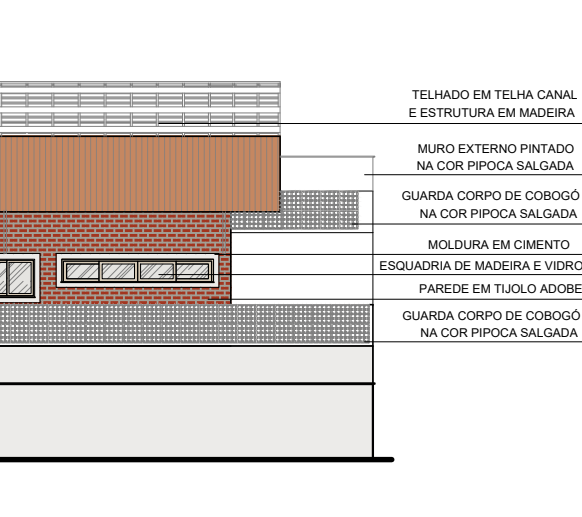
16 PLANTA LAYOUT - C. DO LIXO
ESCALA: 1/100



17 COBERTURA - C. DO LIXO
ESCALA: 1/100



18 PLANTA BAIXA - GUARITA
ESCALA: 1/100



19 PLANTA DE LAYOUT - GUARITA
ESCALA: 1/100



20 COBERTURA - GUARITA
ESCALA: 1/100

CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES:
Memórias ancestrais

DISCENTE:
Luana Deogràcia do Nascimento Fernandes

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Damiano Edras Araires

ASSUNTO:
Planta implantação, planta de acessibilidade - piso tátil, fachadas/corte e detalhes guarita e casa do lixo.

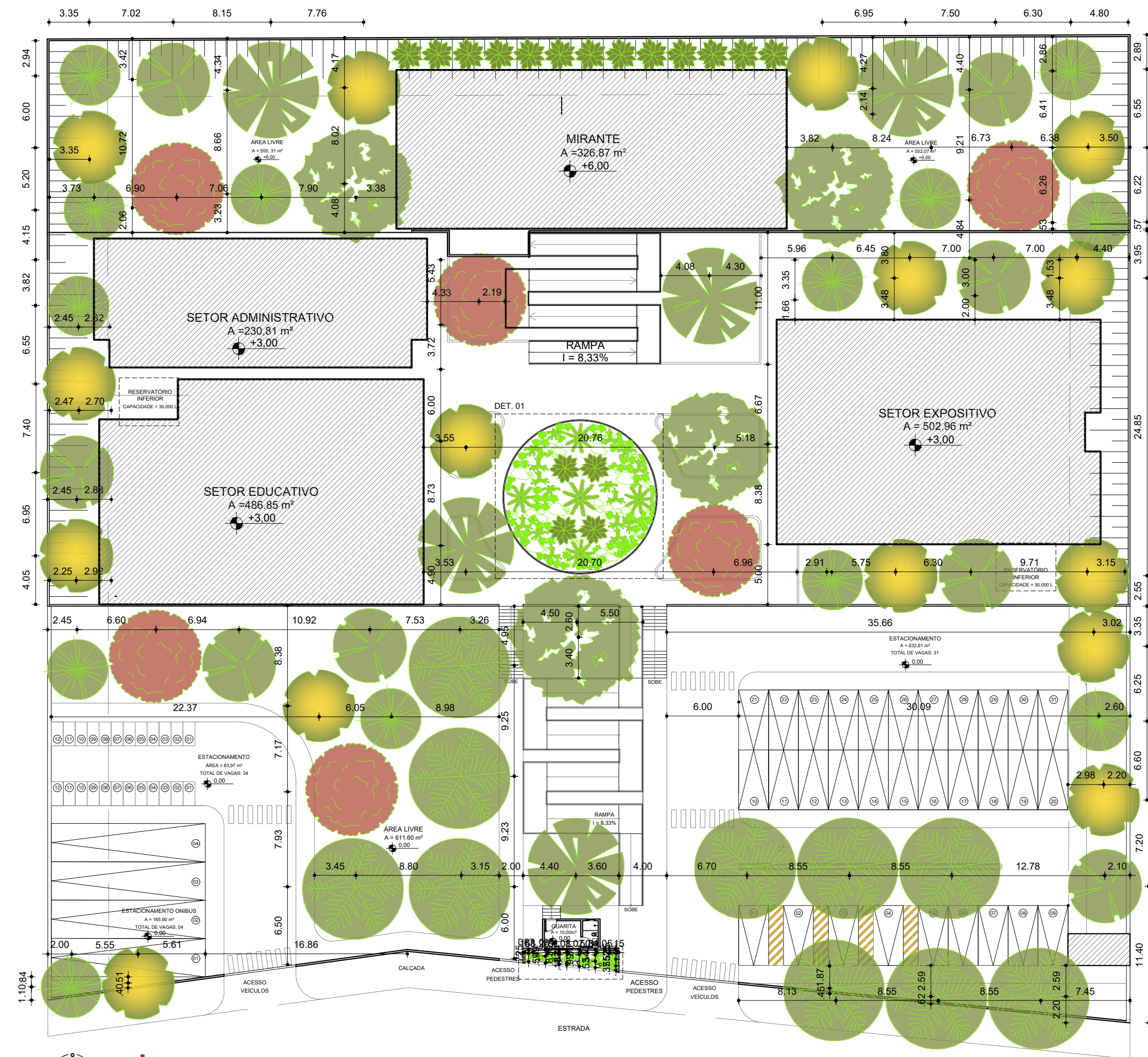
ESCALA:
Indicada

DATA:
JUN/2026

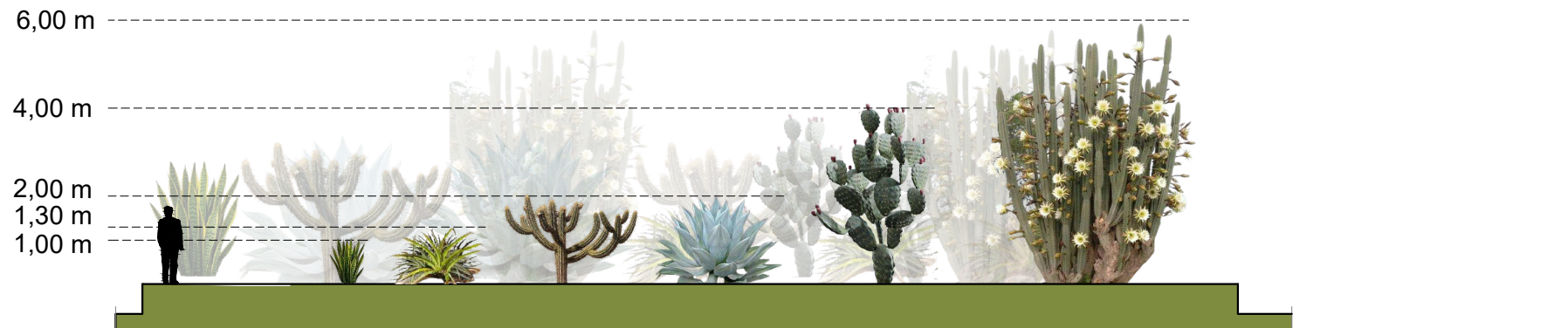
03/09

ARQUITETURA E URBANISMO

DEOGRÁCIA
ARQUITETURA E URBANISMO



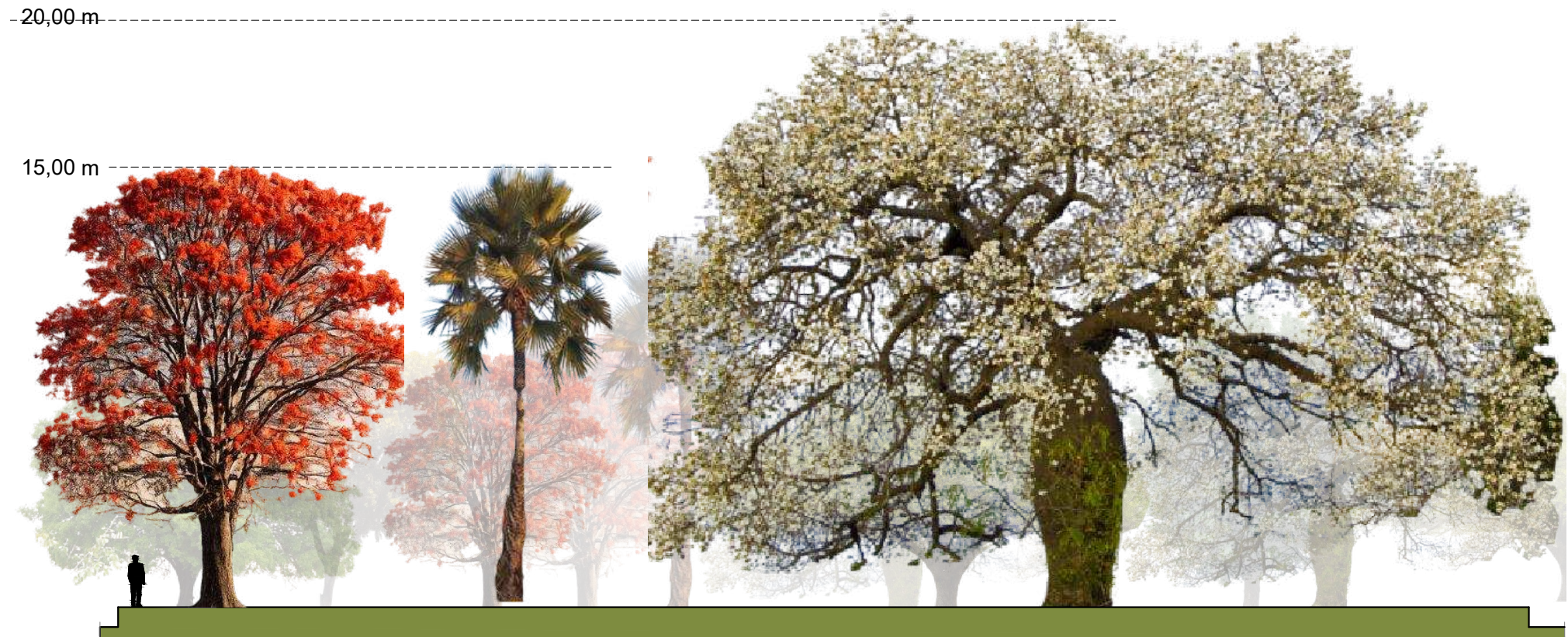
21 PLANTA DE PAISAGISMO
ESCALA: 1/250



22 PERFIL CACTÁCEAS
ESCALA: 1/200



23 PERFIL ARBÓREAS
ESCALA: 1/200



24 PERFIL ARBÓREAS
ESCALA: 1/200

MEMORIAL DE ESPÉCIES						
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PORTE	DIÂM. DA COPA	QUANT.	DISTÂNCIA	SÍMBOLO
Mulungu	Erythrina verna	Arbóreo	4 a 8 m	6	INDICADA	
Barriguda	Ceiba glaziovii	Arbóreo	6 a 12 m	4	INDICADA	
Juazeiro	Ziziphus joazeiro	Arbóreo	5m a 8 m	5	INDICADA	
Craibeira	Tabebuia aurea	Arbóreo	4m a 6m	18	INDICADA	
Seriguela	Spondias purpurea	Arbóreo	5m	25	INDICADA	
Umbuzeiro	Spondias tuberosa	Arbóreo	4m a 6m	9	INDICADA	
Carnaúba	Copernicia prunifera	Arbóreo	10m	10	INDICADA	
Agave	Agave americana	Arbustivo	2,5 a 3 m	33	INDICADA	
Mandacaru	Cereus jamacaru	Arbustivo	até 3 m	6	INDICADA	
Xique-xique	Pilosocereus gounellei	Arbustivo	1,45 m e 3,27m	12	INDICADA	
Macambira	Bromelia laciniosa	Herbáceo	66 a 74 cm	-	0,70 m	
Espada de São Jorge	Dracaena trifasciata	Herbáceo	0,15 a 0,30 m	75	0,30 m	
Palma	Opuntia palmadora	Arbustivo	1,5 m	9	INDICADA	
Barba de serpente	Ophiopogon jaburan	Herbácea	0,2 a 0,4 m	440	INDICADA	
Lambari roxo	Radscantia zebrina	Herbácea	0,15 a 0,20 m	440	INDICADA	
Grama esmeralda	Zoysia japonica	Forragem	-	-m²	-	

	MULUNGU Nome científico: Erythrina verna Tipo: Arbóreo Altura: 8 a 15 m Diâmetro da copa: 4 m a 8 m		XIQUE-XIQUE Nome científico: Pilosocereus gounellei Tipo: Arbustivo Altura: 1 a 2 m Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m
	BARRIGUDA Nome científico: Ceiba glaziovii Tipo: Arbóreo Altura: 10 a 20 m Diâmetro da copa: 6 m a 12 m		MACAMBIRA Nome científico: Bromelia laciniosa Tipo: Herbáceo Altura: 0,70 m a 1,30 m Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m
	JUAZEIRO Nome científico: Ziziphus joazeiro Tipo: Arbóreo Altura: 6 a 10 m Diâmetro da copa: 5 m a 8 m		ESPADA DE SÃO JORGE Nome científico: Dracaena trifasciata Tipo: Herbáceo Altura: 0,6 a 1 m Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m
	CRAIBEIRA Nome científico: Handroanthus albus Tipo: Arbóreo Altura: 6 a 10 m Diâmetro da copa: 4 m a 8 m		BARBA DE SERPENTE Nome científico: Ophiopogon jaburan Tipo: Herbáceo Altura: 0,3 a 0,6 m Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m
	SERIGUELA Nome científico: Spondias purpurea Tipo: Arbóreo Altura: 4 a 7 m Diâmetro da copa: 5 m		LAMBARI ROXO Nome científico: Pilosocereus gounellei Tipo: Arbustivo Altura: 2 a 4 m Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m
	UMBUZEIRO Nome científico: Spondias tuberosa Tipo: Arbóreo Altura: 4 a 7 m Diâmetro da copa: 4 m a 6 m		PALMA Nome científico: Pilosocereus gounellei Tipo: Arbustivo Altura: 2 a 4 m Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m
	CARNAÚBA Nome científico: Copernicia prunifera Tipo: Arbóreo Altura: 12 a 15 m Diâmetro da copa: 10 m		GRAMA ESMERALDA Nome científico: Zoysia japonica Tipo: Forragem Altura: até 0,15 m Diâmetro da copa: —
	AGAVE Nome científico: Agave americana Tipo: Arbustivo Altura: 1 a 2 m Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m		
	MANDACARU Nome científico: Cereus jamacaru Tipo: Arbustivo Altura: até 6 m (comum: até 3 m) Diâmetro da copa: até 3 m		

PISO DE BARRO	INTERTRAVADO	PEDRAS IRREGULARES	CIMENTO QUEIMADO	PEDRAS NATURAIS
PARADE VAZADA DE TIJOLO	COBOGÓ	TELHA COLONIAL	TIJOLO ADOBE	



CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES:
Memórias ancestrais

DISCENTE:
Luana Deográcia do Nascimento Fernandes

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Damiano Edmar Arraes

ASSUNTO: Planta de paisagismo,
perfis das espécies,
tabela de especificação das espécies.

ESCALA: Indicada

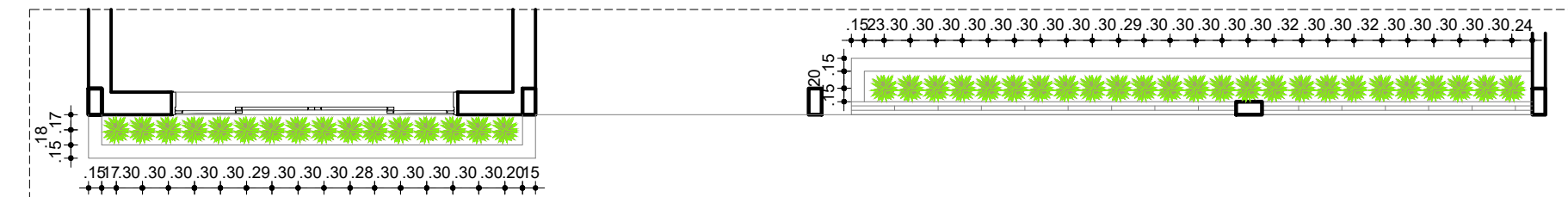
DATA:
JUN/2026

ARQUITETURA E URBANISMO
04/09

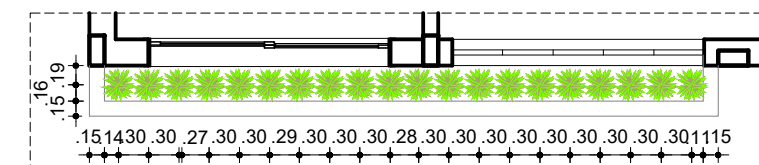
DEOGRÁCIA
ARQUITETURA E URBANISMO



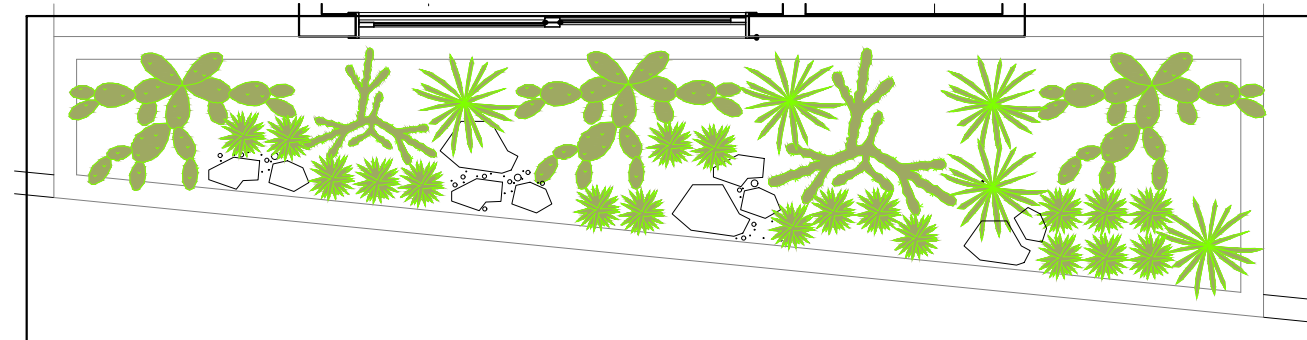
25 DET. 03 - CANTEIRO CENTRO DE EXPOSIÇÕES
ESCALA: 1/250



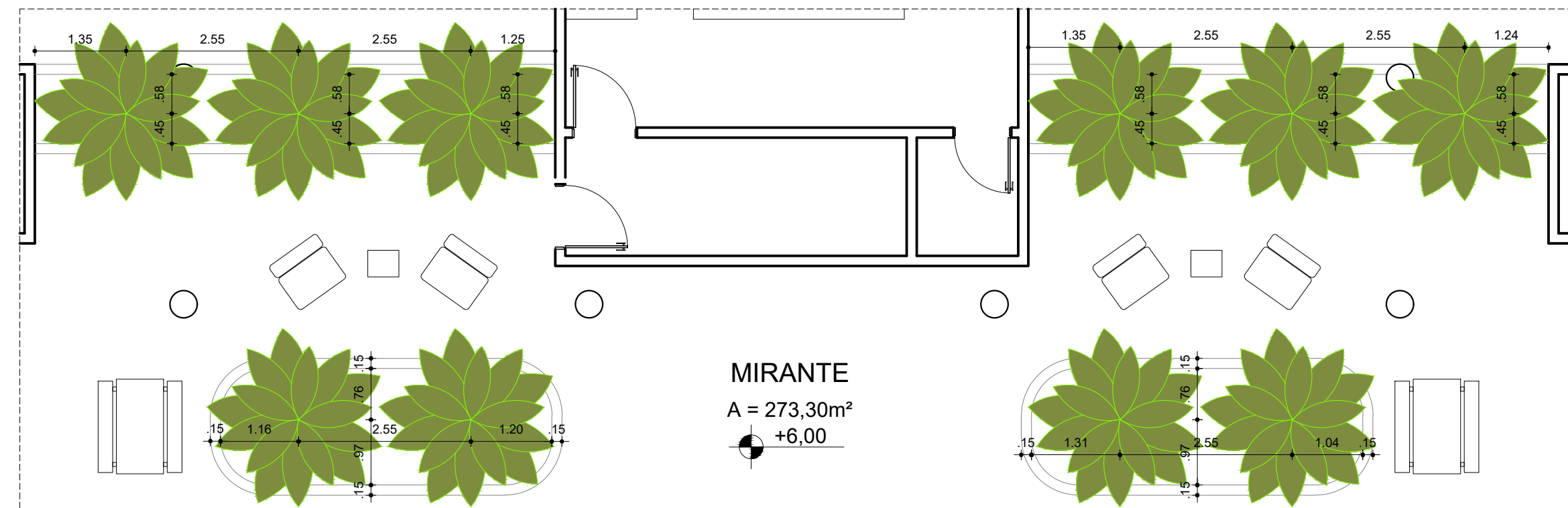
26 DET. 04 - CANTEIRO CENTRO EDUCAÇÃO
ESCALA: 1/250



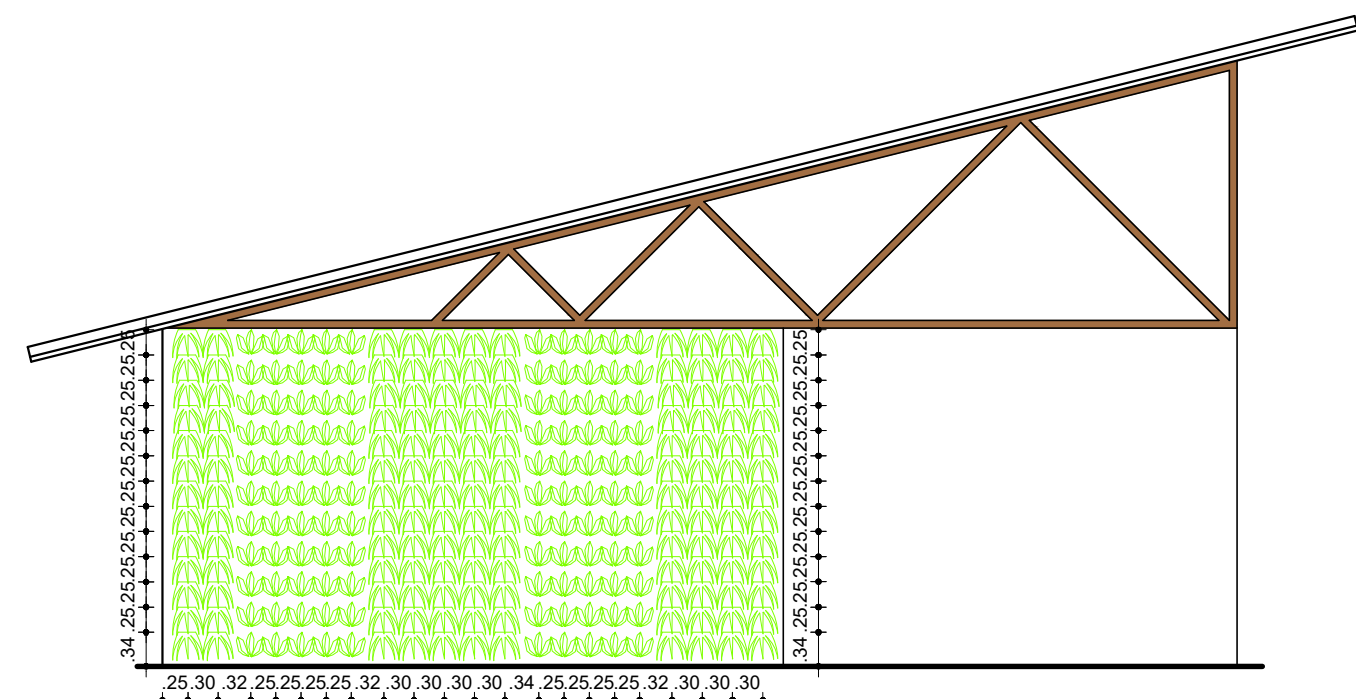
27 DET. 04 - CANTEIRO ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/250



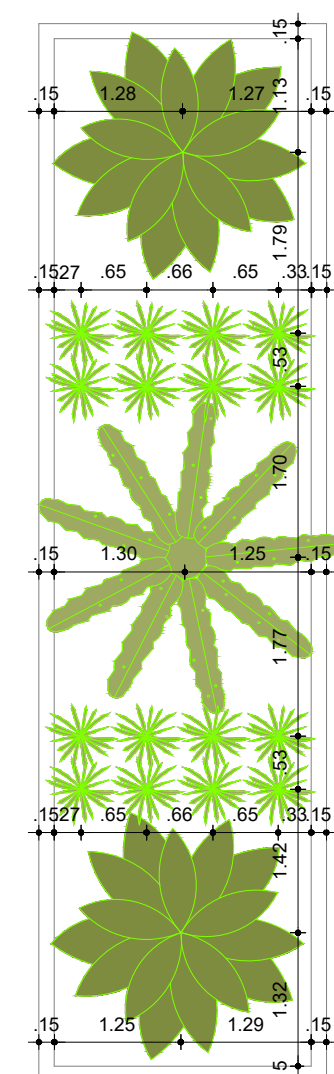
29 DET. 05 - JARDIM GUARTIA
ESCALA: 1/250



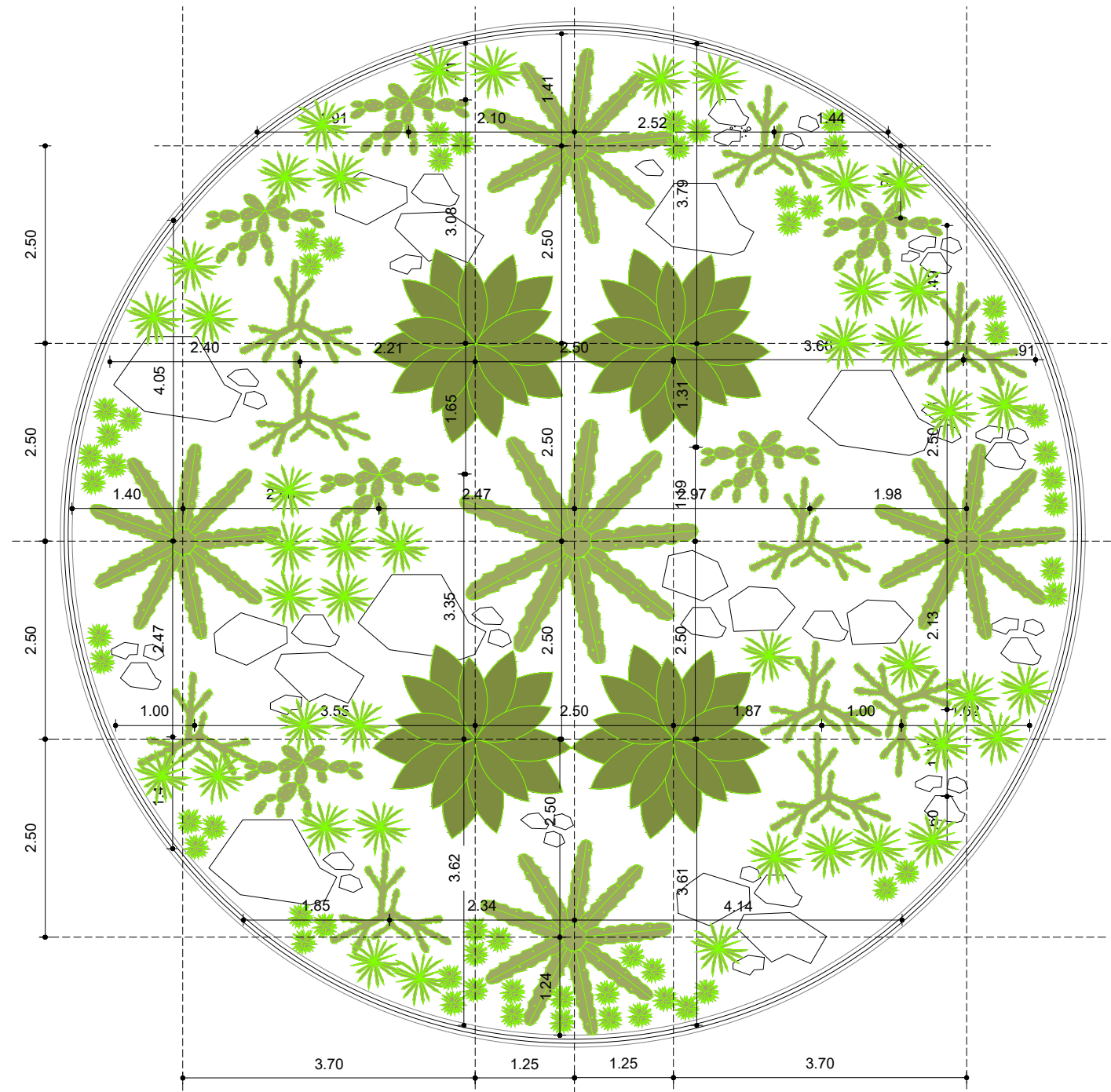
28 DET. 06 - CANTEIROS MIRANTE
ESCALA: 1/250



30 DET. 07 - JARDIM VERTICAL MIRANTE
ESCALA: 1/250

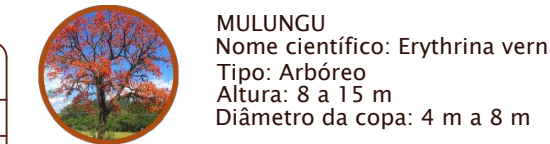


31 DET. 08 - JARDIM VERTICAL MIRANTE
ESCALA: 1/250

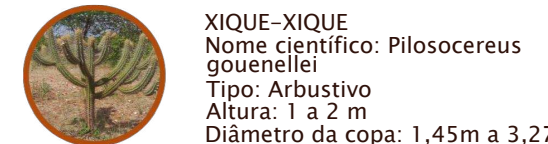


32 DET. 09 - JARDIM DE CACTÁCEAS
ESCALA: 1/75

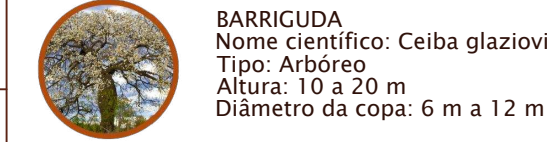
MEMORIAL DE ESPÉCIES						
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PORTE	DIÂM. DA COPA	QUANT.	DISTÂNCIA	SÍMBOLO
Mulungu	Erythrina verna	Árboreo	4 a 8 m	6	INDICADA	
Barriguda	Ceiba glaziovii	Árboreo	6 a 12 m	4	INDICADA	
Juazeiro	Ziziphus joazeiro	Árboreo	5m a 8 m	5	INDICADA	
Craibeira	Tabebuia aurea	Árboreo	4m a 6m	18	INDICADA	
Seriguela	Spondias purpurea	Árboreo	5m	25	INDICADA	
Umbuzeiro	Spondias tuberosa	Árboreo	4m a 6m	9	INDICADA	
Carnaúba	Copernicia prunifera	Árboreo	10m	10	INDICADA	
Agave	Agave americana	Arbustivo	2,5 a 3 m	33	INDICADA	
Mandacaru	Cereus jamacaru	Arbustivo	até 3 m	6	INDICADA	
Xique-xique	Pilosocereus gounellei	Arbustivo	1,45 m e 3,27m	12	INDICADA	
Macambira	Bromelia laciniosa	Herbáceo	66 a 74 cm	-	0,70 m	
Espada de São Jorge	Dracaena trifasciata	Herbáceo	0,15 a 0,30 m	75	0,30 m	
Palma	Opuntia palmadora	Arbustivo	1,5 m	9	INDICADA	
Barba de serpente	Ophiopogon jaburan	Herbácea	0,2 a 0,4 m	440	INDICADA	
Lambari roxo	Radscantia zebrina	Herbácea	0,15 a 0,20 m	440	INDICADA	
Grama esmeralda	Zoysia japonica	Forragem	-	-m²	-	



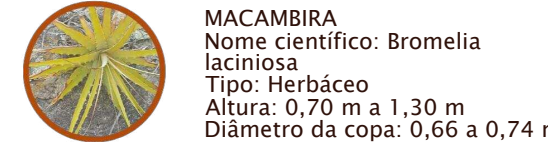
MULUNGU
Nome científico: Erythrina verna
Tipo: Arbóreo
Altura: 8 a 15 m
Diâmetro da copa: 4 m a 8 m



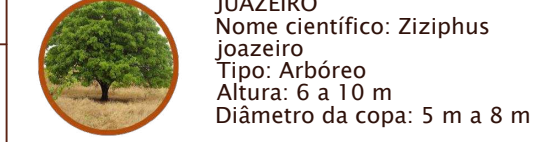
XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m



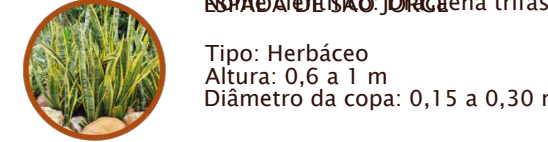
BARRIGUDA
Nome científico: Ceiba glaziovii
Tipo: Arbóreo
Altura: 10 a 20 m
Diâmetro da copa: 6 m a 12 m



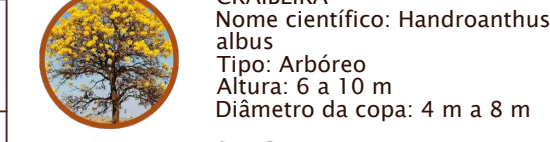
MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m



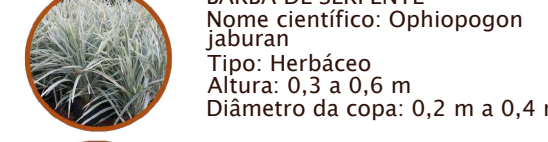
JUAZEIRO
Nome científico: Ziziphus joazeiro
Tipo: Arbóreo
Altura: 6 a 10 m
Diâmetro da copa: 5 m a 8 m



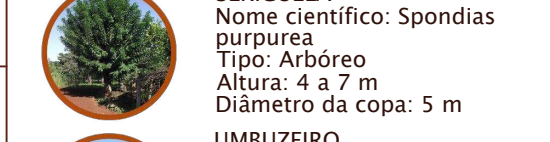
ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m



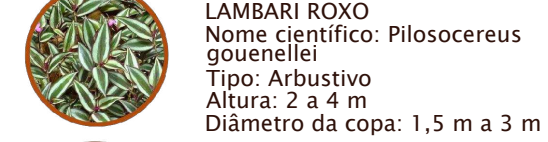
CRAIBEIRA
Nome científico: Handroanthus albus
Tipo: Arbóreo
Altura: 6 a 10 m
Diâmetro da copa: 4 m a 8 m



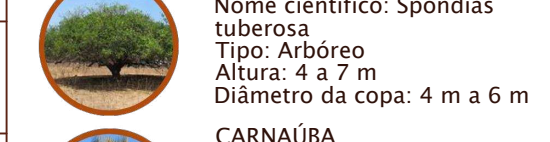
BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m



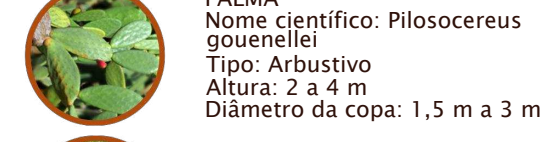
SERIGUELA
Nome científico: Spondias purpurea
Tipo: Arbóreo
Altura: 4 a 7 m
Diâmetro da copa: 5 m



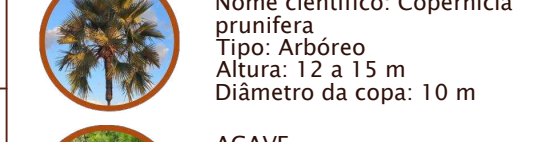
LAMBARI ROXO
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m



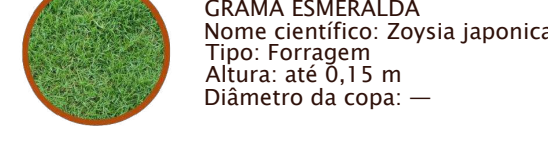
UMBUZEIRO
Nome científico: Spondias tuberosa
Tipo: Arbóreo
Altura: 4 a 7 m
Diâmetro da copa: 4 m a 6 m



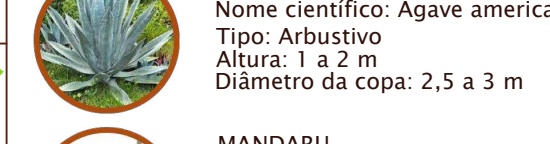
PALMA
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m



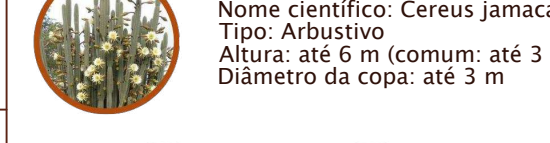
CARNAÚBA
Nome científico: Copernicia prunifera
Tipo: Arbóreo
Altura: 12 a 15 m
Diâmetro da copa: 10 m



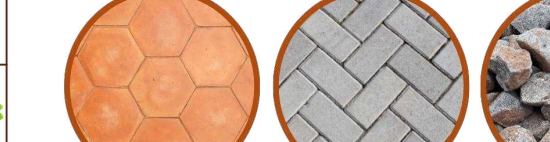
GRAMA ESMERALDA
Nome científico: Zoysia japonica
Tipo: Forragem
Altura: até 0,15 m
Diâmetro da copa: —



AGAVE
Nome científico: Agave americana
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m



MANDACARU
Nome científico: Cereus jamacaru
Tipo: Arbustivo
Altura: até 6 m (comum: até 3 m)
Diâmetro da copa: até 3 m



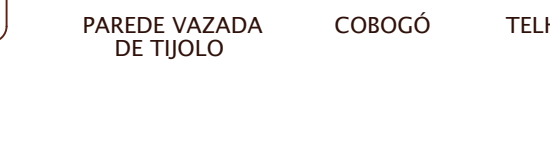
XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m



MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m



ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m



PALMA
Nome científico: Opuntia palmadora
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m



BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m

LAMBARI ROXO
Nome científico: Radscantia zebrina
Tipo: Herbácea
Altura: 0,15 a 0,20 m

GRAMA ESMERALDA
Nome científico: Zoysia japonica
Tipo: Forragem
Altura: até 0,15 m
Diâmetro da copa: —

AGAVE
Nome científico: Agave americana
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m

MANDACARU
Nome científico: Cereus jamacaru
Tipo: Arbustivo
Altura: até 6 m (comum: até 3 m)
Diâmetro da copa: até 3 m

XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m

MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m

ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m

PALMA
Nome científico: Opuntia palmadora
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m

BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m

LAMBARI ROXO
Nome científico: Radscantia zebrina
Tipo: Herbácea
Altura: 0,15 a 0,20 m

GRAMA ESMERALDA
Nome científico: Zoysia japonica
Tipo: Forragem
Altura: até 0,15 m
Diâmetro da copa: —

AGAVE
Nome científico: Agave americana
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m

MANDACARU
Nome científico: Cereus jamacaru
Tipo: Arbustivo
Altura: até 6 m (comum: até 3 m)
Diâmetro da copa: até 3 m

XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m

MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m

ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m

PALMA
Nome científico: Opuntia palmadora
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m

BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m

LAMBARI ROXO
Nome científico: Radscantia zebrina
Tipo: Herbácea
Altura: 0,15 a 0,20 m

GRAMA ESMERALDA
Nome científico: Zoysia japonica
Tipo: Forragem
Altura: até 0,15 m
Diâmetro da copa: —

AGAVE
Nome científico: Agave americana
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m

MANDACARU
Nome científico: Cereus jamacaru
Tipo: Arbustivo
Altura: até 6 m (comum: até 3 m)
Diâmetro da copa: até 3 m

XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m

MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m

ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m

PALMA
Nome científico: Opuntia palmadora
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m

BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m

LAMBARI ROXO
Nome científico: Radscantia zebrina
Tipo: Herbácea
Altura: 0,15 a 0,20 m

GRAMA ESMERALDA
Nome científico: Zoysia japonica
Tipo: Forragem
Altura: até 0,15 m
Diâmetro da copa: —

AGAVE
Nome científico: Agave americana
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m

MANDACARU
Nome científico: Cereus jamacaru
Tipo: Arbustivo
Altura: até 6 m (comum: até 3 m)
Diâmetro da copa: até 3 m

XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m

MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m

ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m

PALMA
Nome científico: Opuntia palmadora
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m

BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m

LAMBARI ROXO
Nome científico: Radscantia zebrina
Tipo: Herbácea
Altura: 0,15 a 0,20 m

GRAMA ESMERALDA
Nome científico: Zoysia japonica
Tipo: Forragem
Altura: até 0,15 m
Diâmetro da copa: —

AGAVE
Nome científico: Agave americana
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m

MANDACARU
Nome científico: Cereus jamacaru
Tipo: Arbustivo
Altura: até 6 m (comum: até 3 m)
Diâmetro da copa: até 3 m

XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m

MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m

ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m

PALMA
Nome científico: Opuntia palmadora
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m

BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m

LAMBARI ROXO
Nome científico: Radscantia zebrina
Tipo: Herbácea
Altura: 0,15 a 0,20 m

GRAMA ESMERALDA
Nome científico: Zoysia japonica
Tipo: Forragem
Altura: até 0,15 m
Diâmetro da copa: —

AGAVE
Nome científico: Agave americana
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 2,5 a 3 m

MANDACARU
Nome científico: Cereus jamacaru
Tipo: Arbustivo
Altura: até 6 m (comum: até 3 m)
Diâmetro da copa: até 3 m

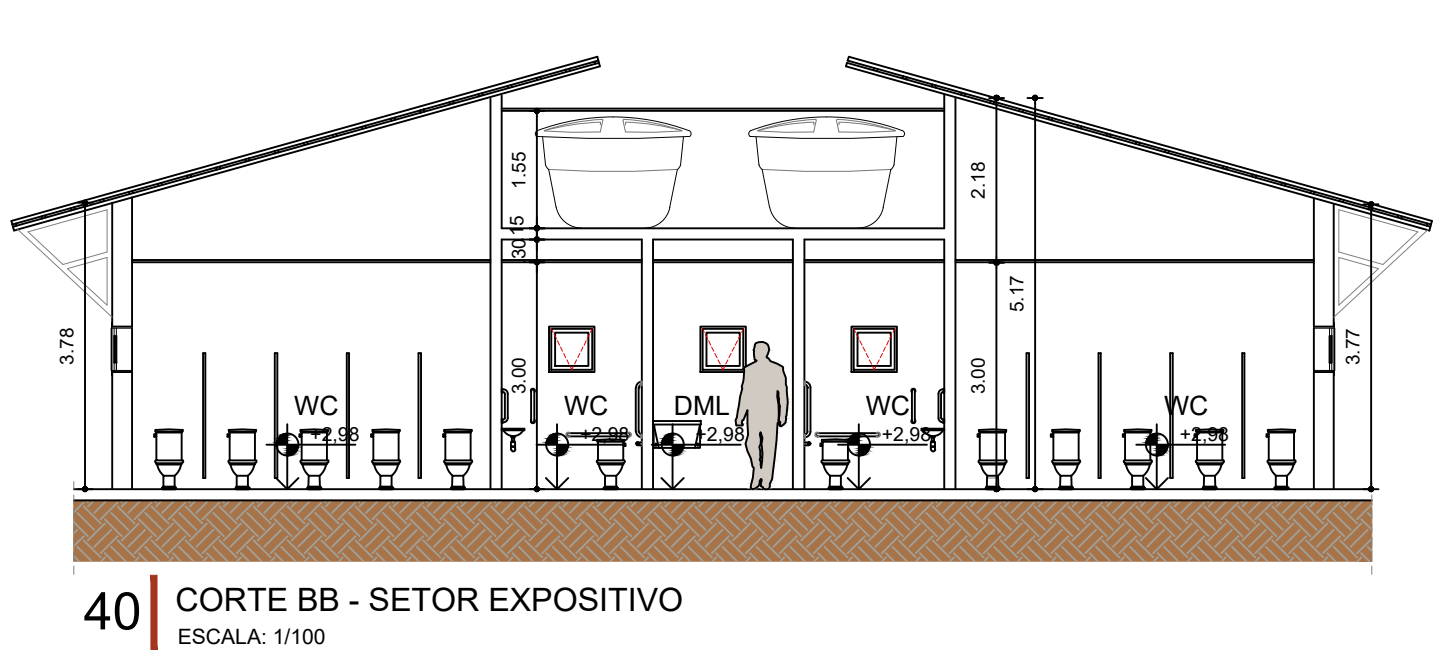
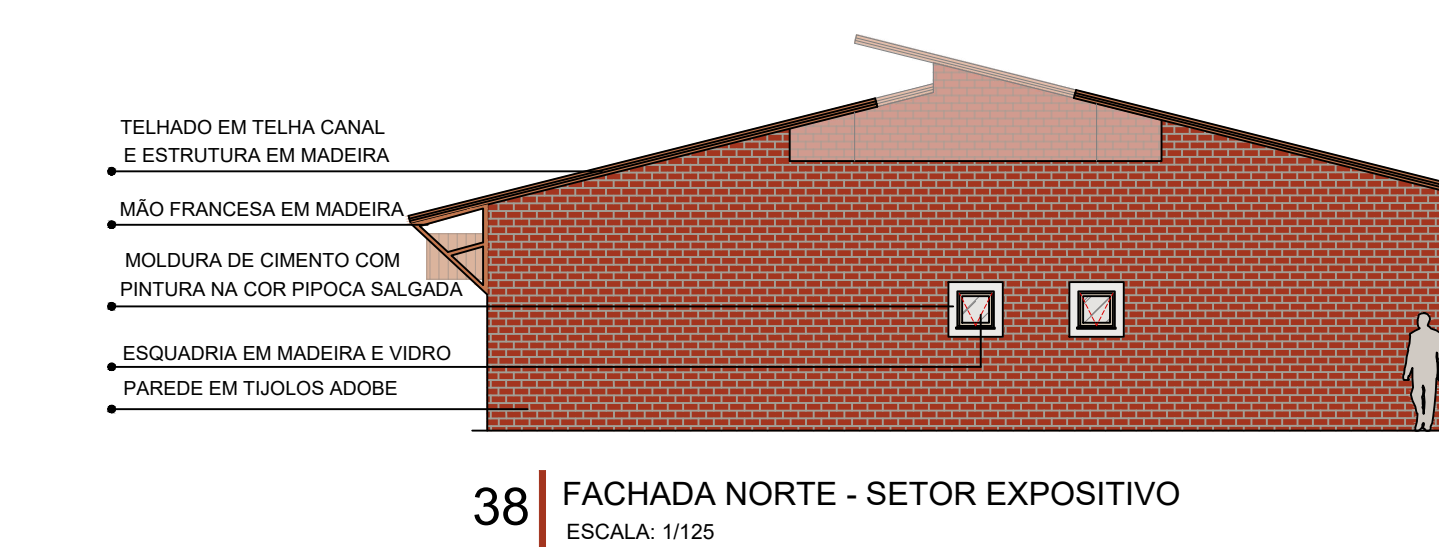
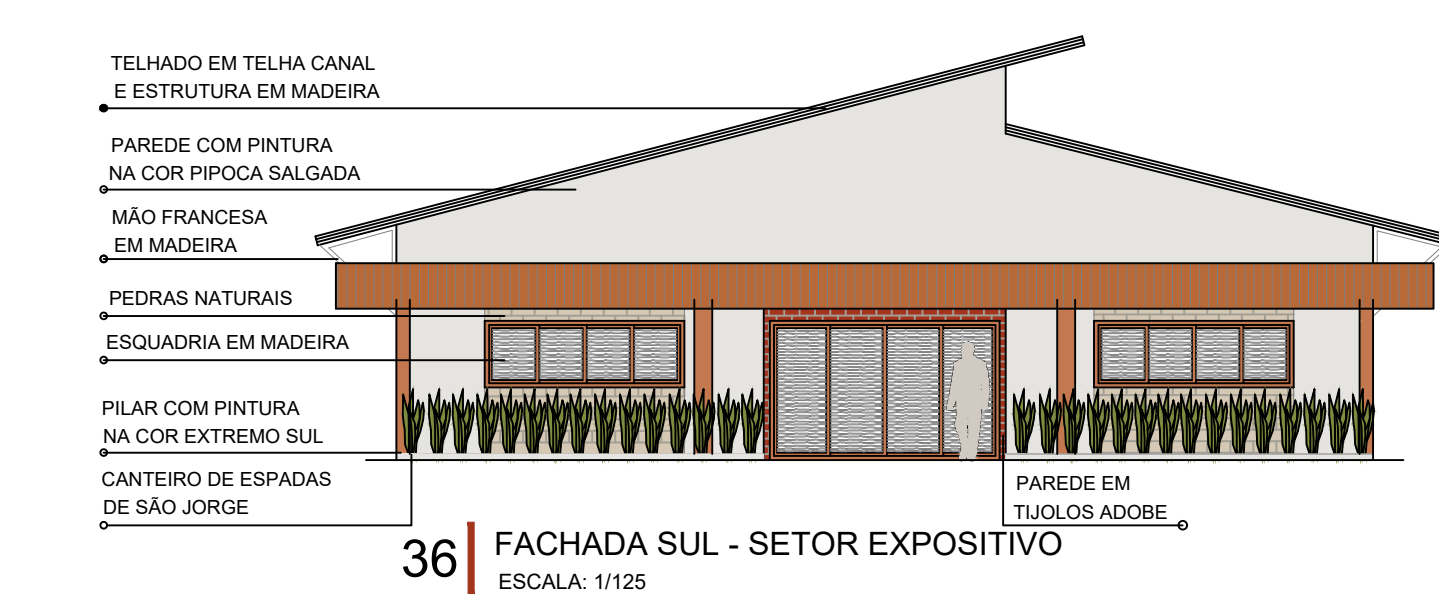
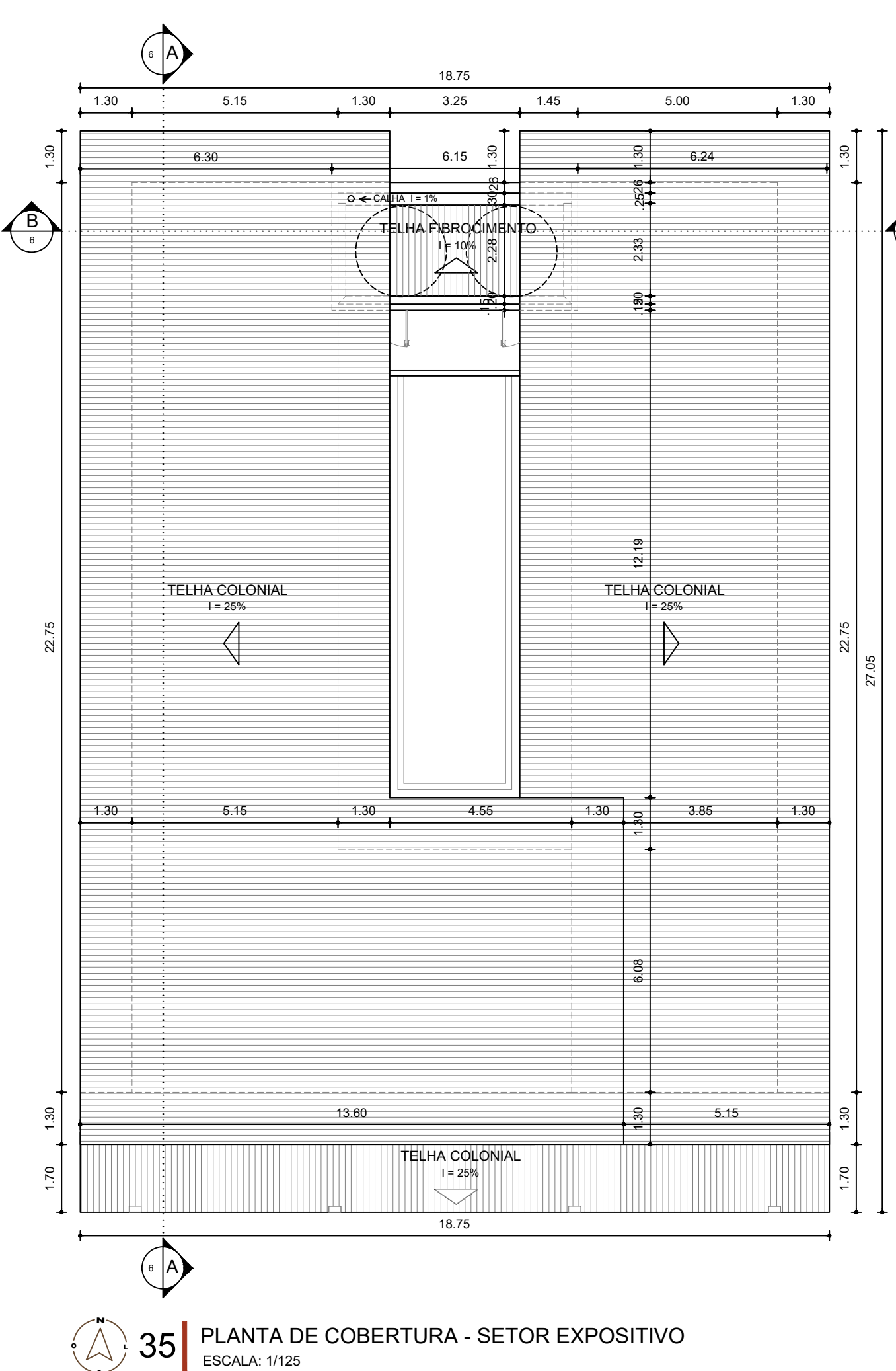
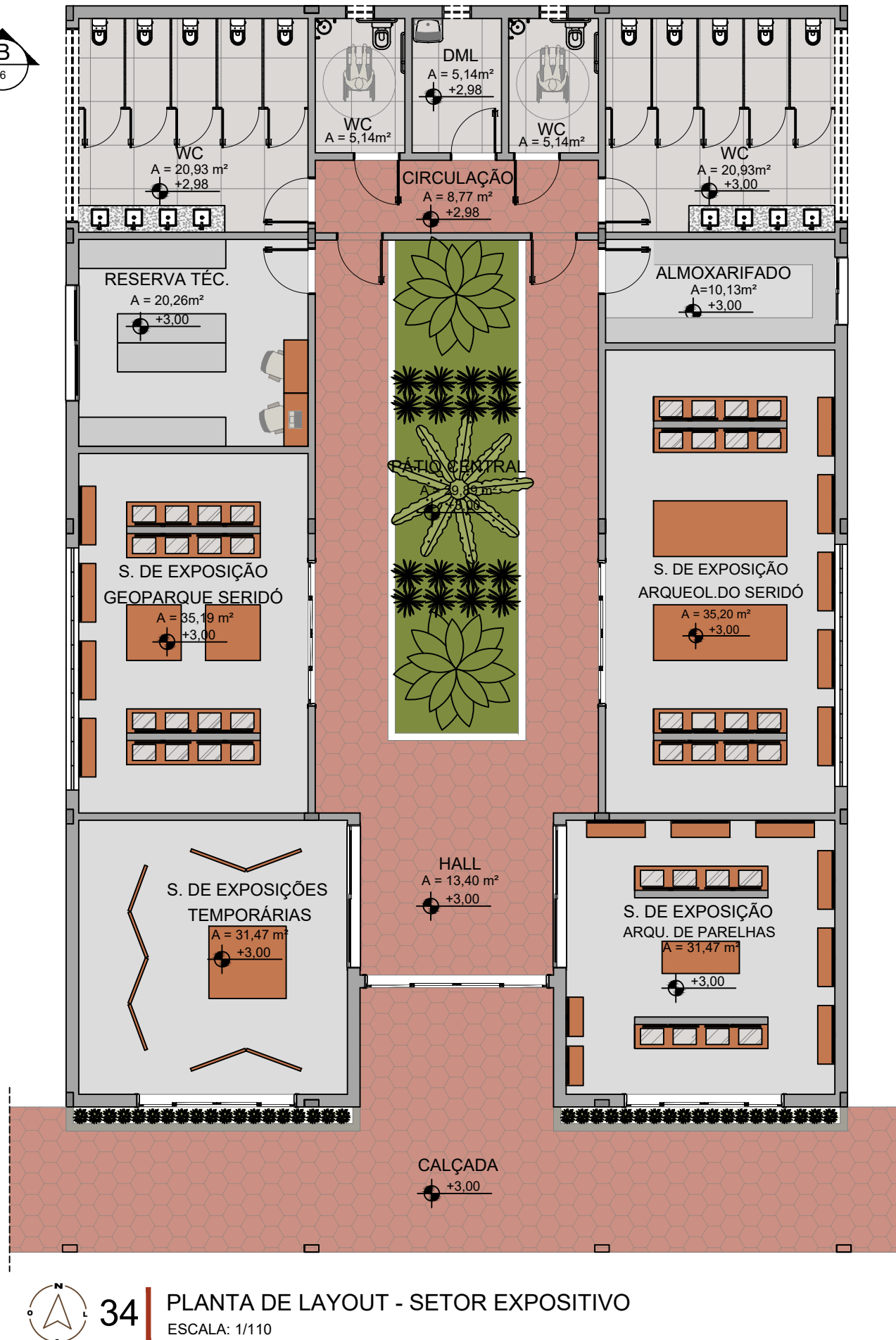
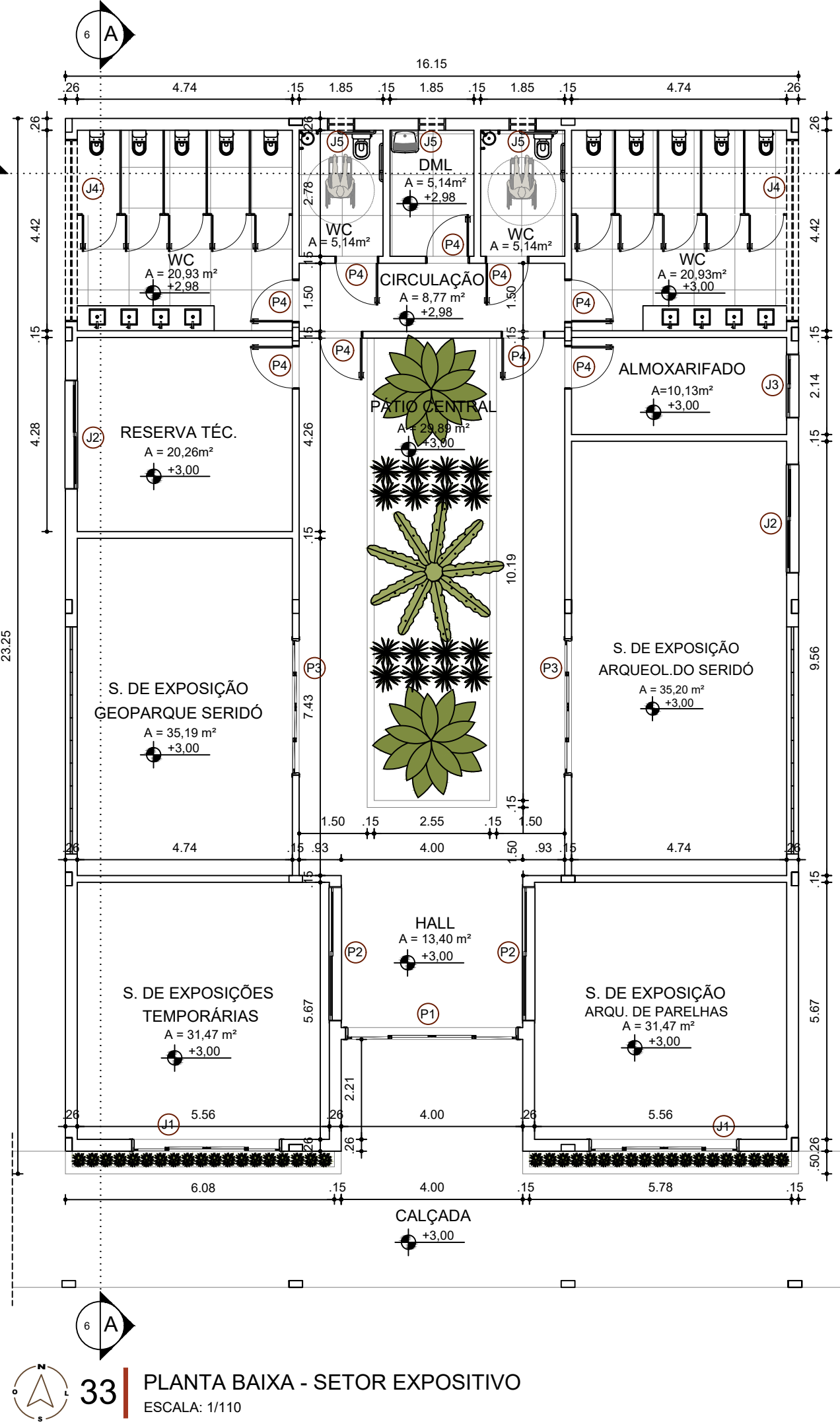
XIQUE-XIQUE
Nome científico: Pilosocereus gounellei
Tipo: Arbustivo
Altura: 1 a 2 m
Diâmetro da copa: 1,45m a 3,27m

MACAMBIRA
Nome científico: Bromelia laciniosa
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,70 m a 1,30 m
Diâmetro da copa: 0,66 a 0,74 m

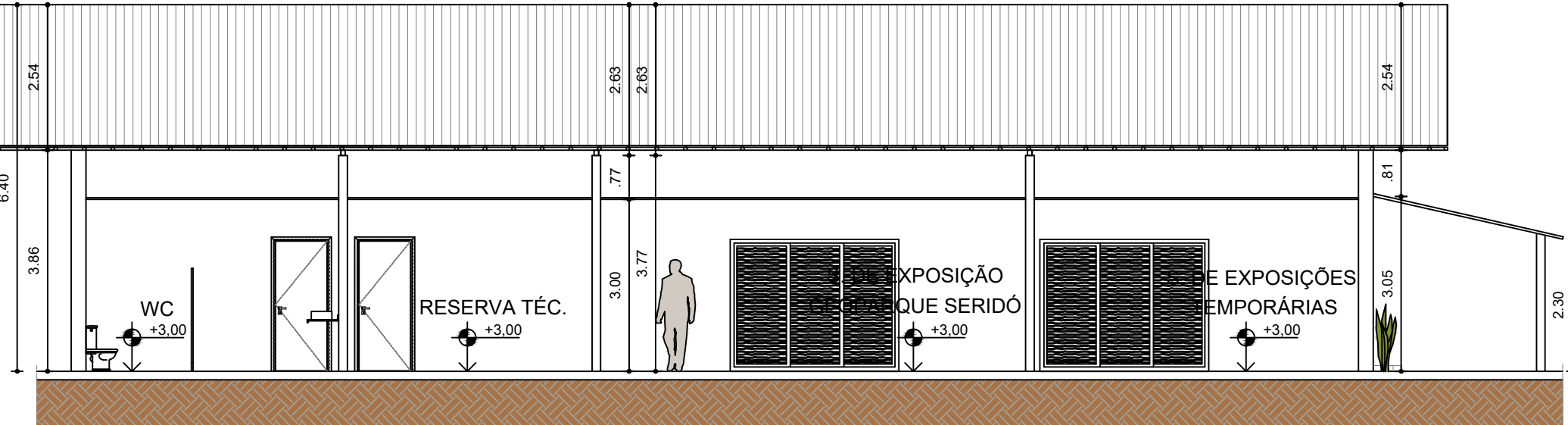
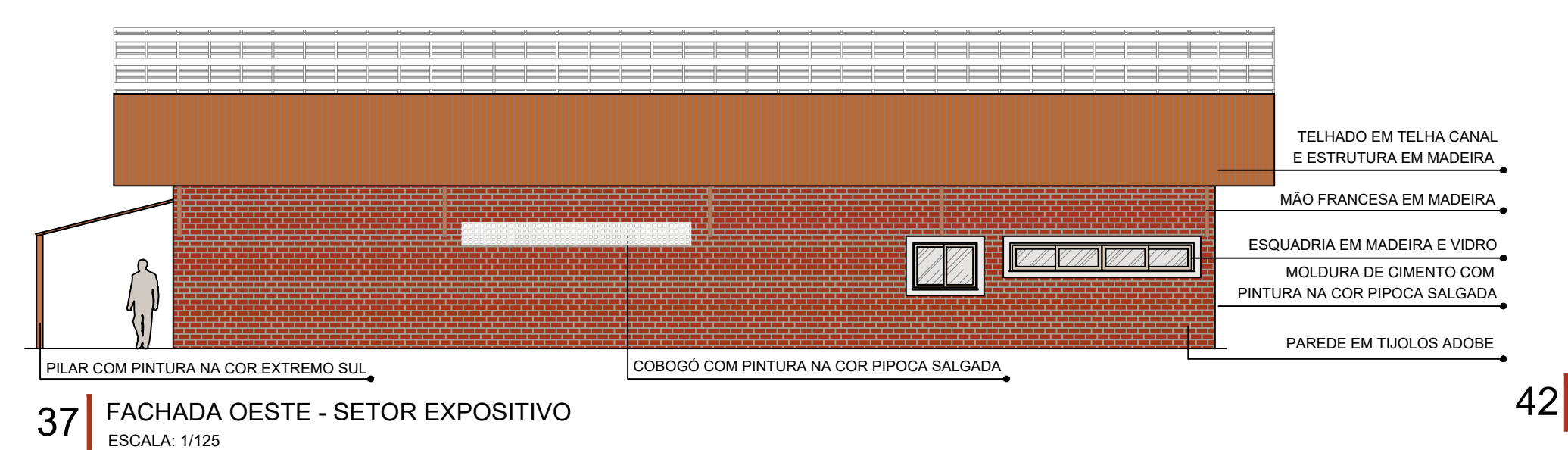
ESPADA DE SÃO JORGE
Nome científico: Dracaena trifasciata
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,6 a 1 m
Diâmetro da copa: 0,15 a 0,30 m

PALMA
Nome científico: Opuntia palmadora
Tipo: Arbustivo
Altura: 2 a 4 m
Diâmetro da copa: 1,5 m a 3 m

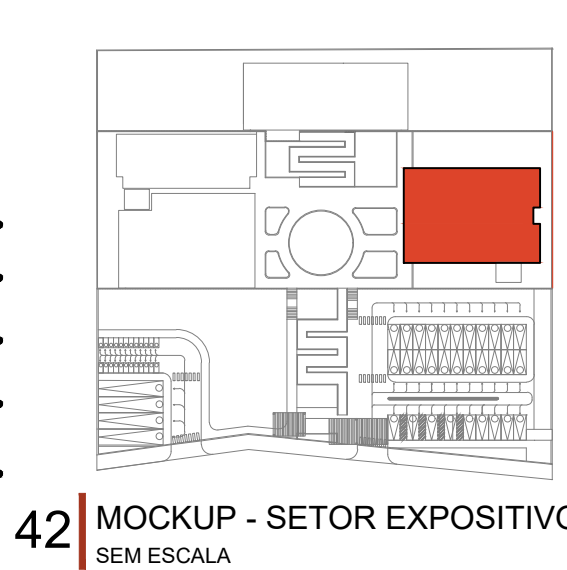
BARBA DE SERPENTE
Nome científico: Ophiopogon jaburan
Tipo: Herbáceo
Altura: 0,3 a 0,6 m
Diâmetro da copa: 0,2 m a 0,4 m



MATERIAIS DA FACHADA



QUADRO DE ESQUADRIAS - SETOR EXPOSITIVO					
CÓDIGO	TIPO	LARGURA (m)	ALTURA (m)	PEITORIL (m)	MATERIAL
P1	4 fls. de correr	3,80	2,30	-	Madeira natural
P2	3 fls. de correr	2,95	2,30	-	Madeira natural
P3	3 fls. de correr	3,00	2,30	-	Madeira natural
P4	1 fls. de giro	0,96	2,30	-	Madeira natural
J1	4 fls. de correr	3,30	2,30	1,20	Madeira natural
J2	2 fls. de correr	2,40	2,30	1,30	Madeira e vidro incolor
J3	2 fls. de correr	1,40	2,30	1,30	Madeira e vidro incolor
J4	4 fls. de correr	4,02	2,30	1,68	Madeira e vidro incolor
J5	1 fl. basculante	0,60	2,30	1,68	Madeira e vidro incolor



CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITAÇÃO
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITAÇÃO
Memórias ancestrais

DISCENTE:
Luana Degraça do Nascimento Fernandes

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Damiano Edras Arraes

ASSUNTO: Setor expositivo: Planta baixa, planta
de layout, planta de cobertura,
fachadas e cortes

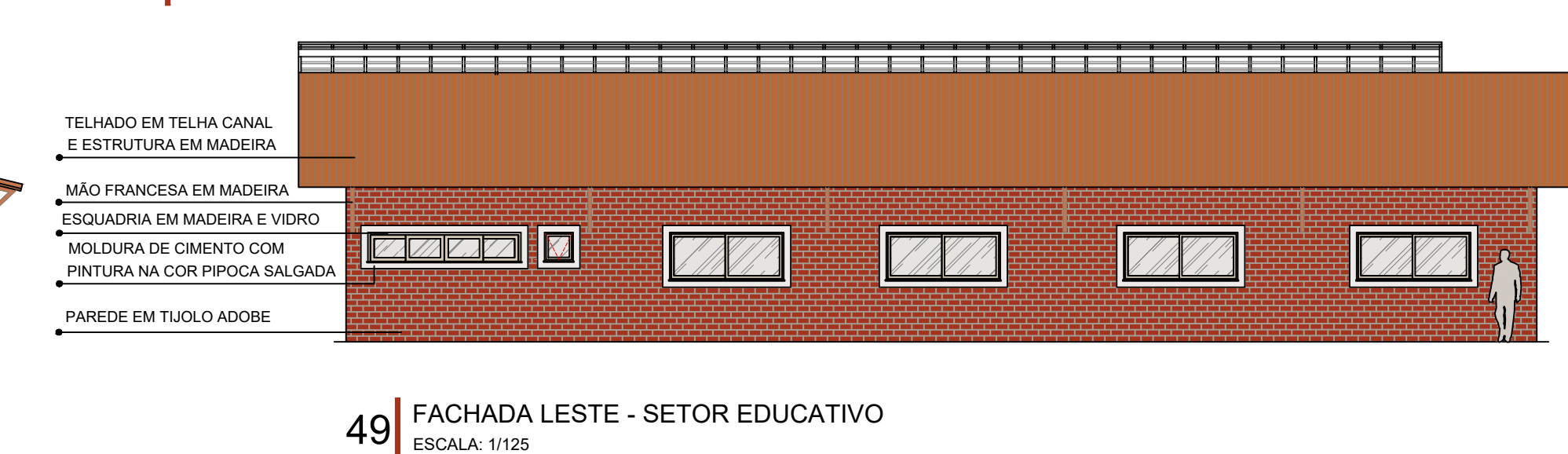
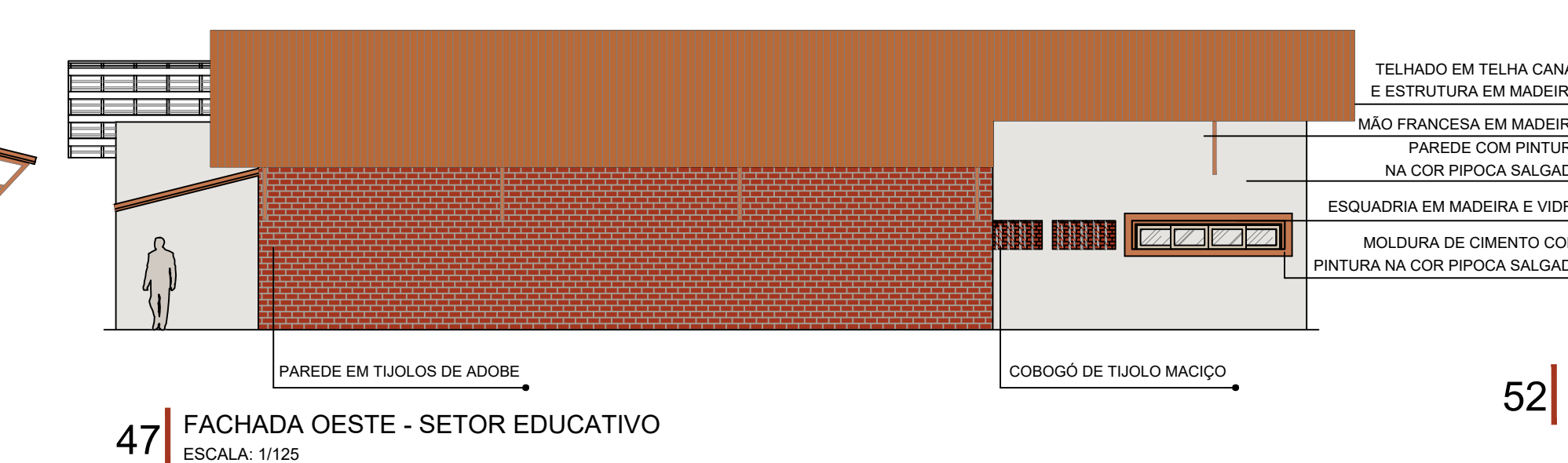
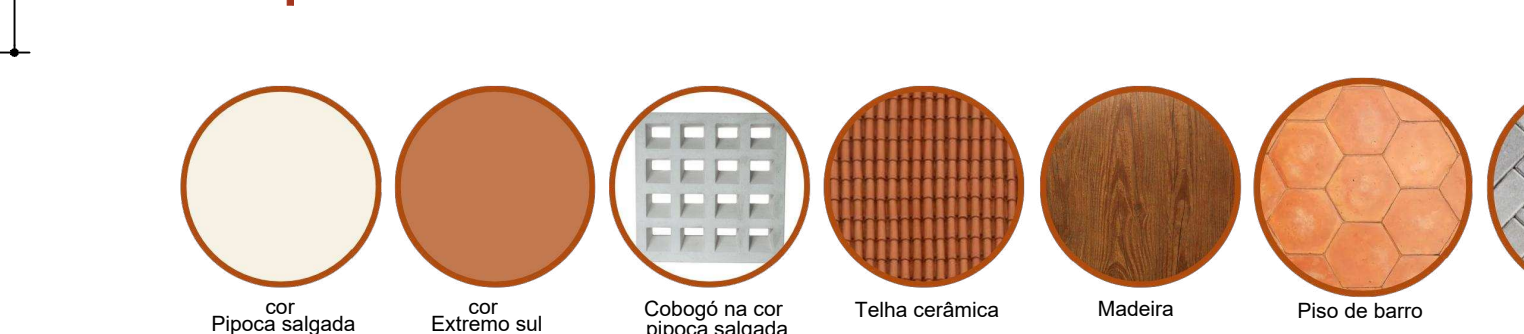
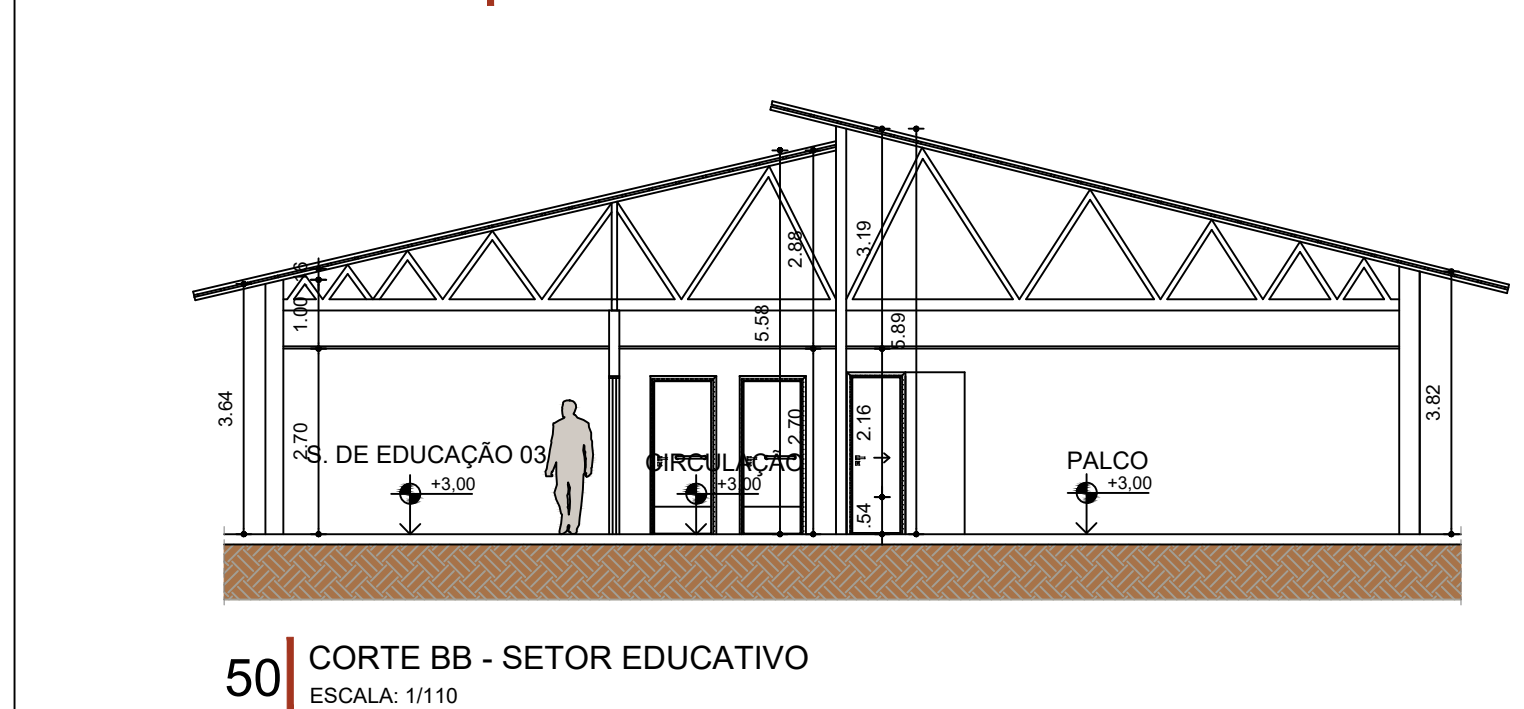
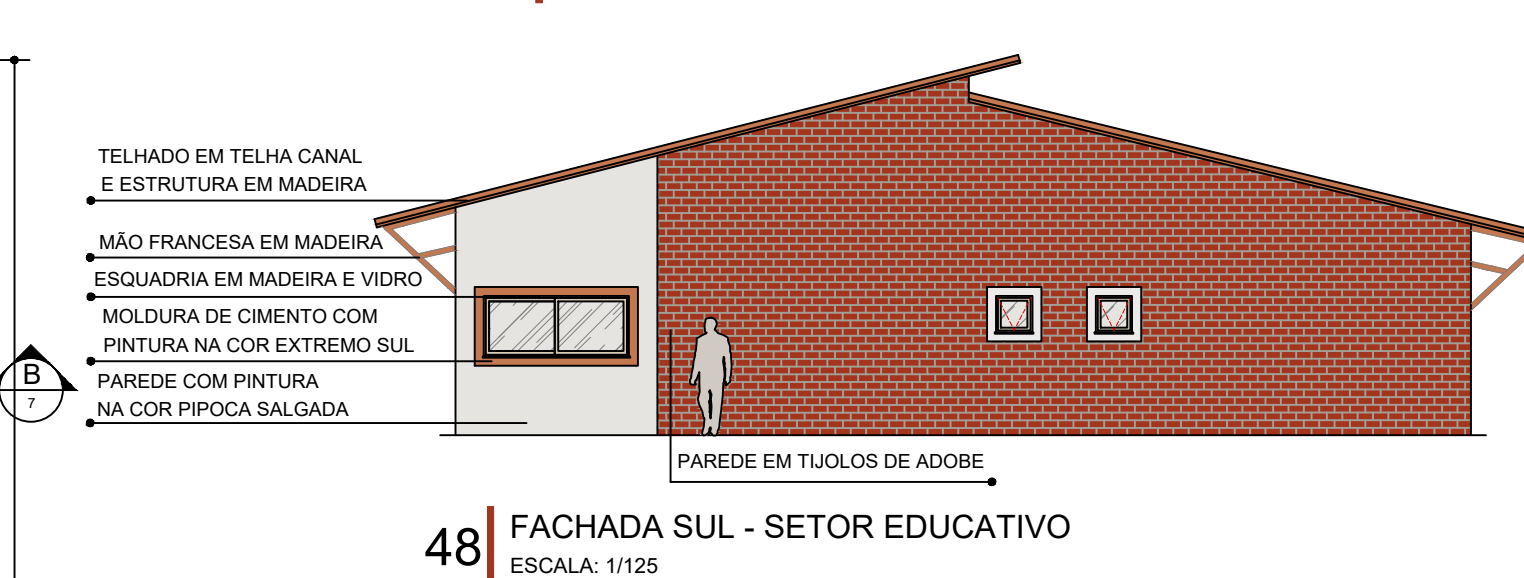
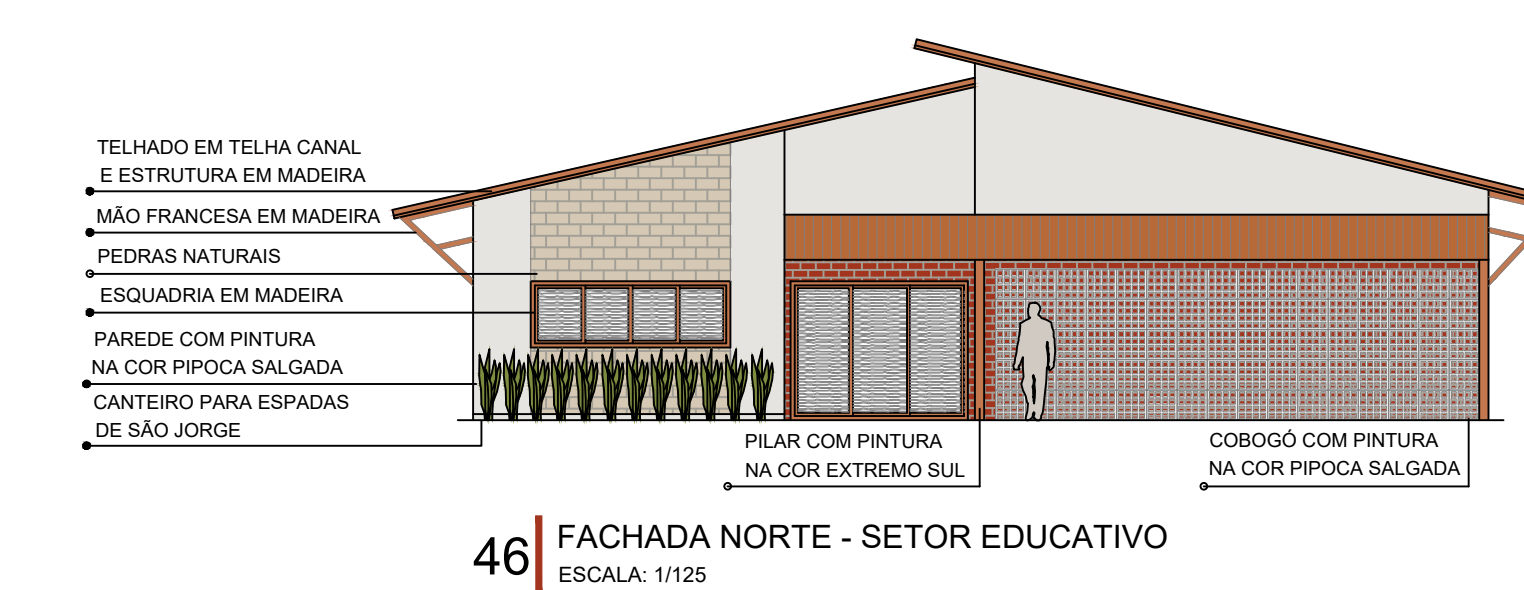
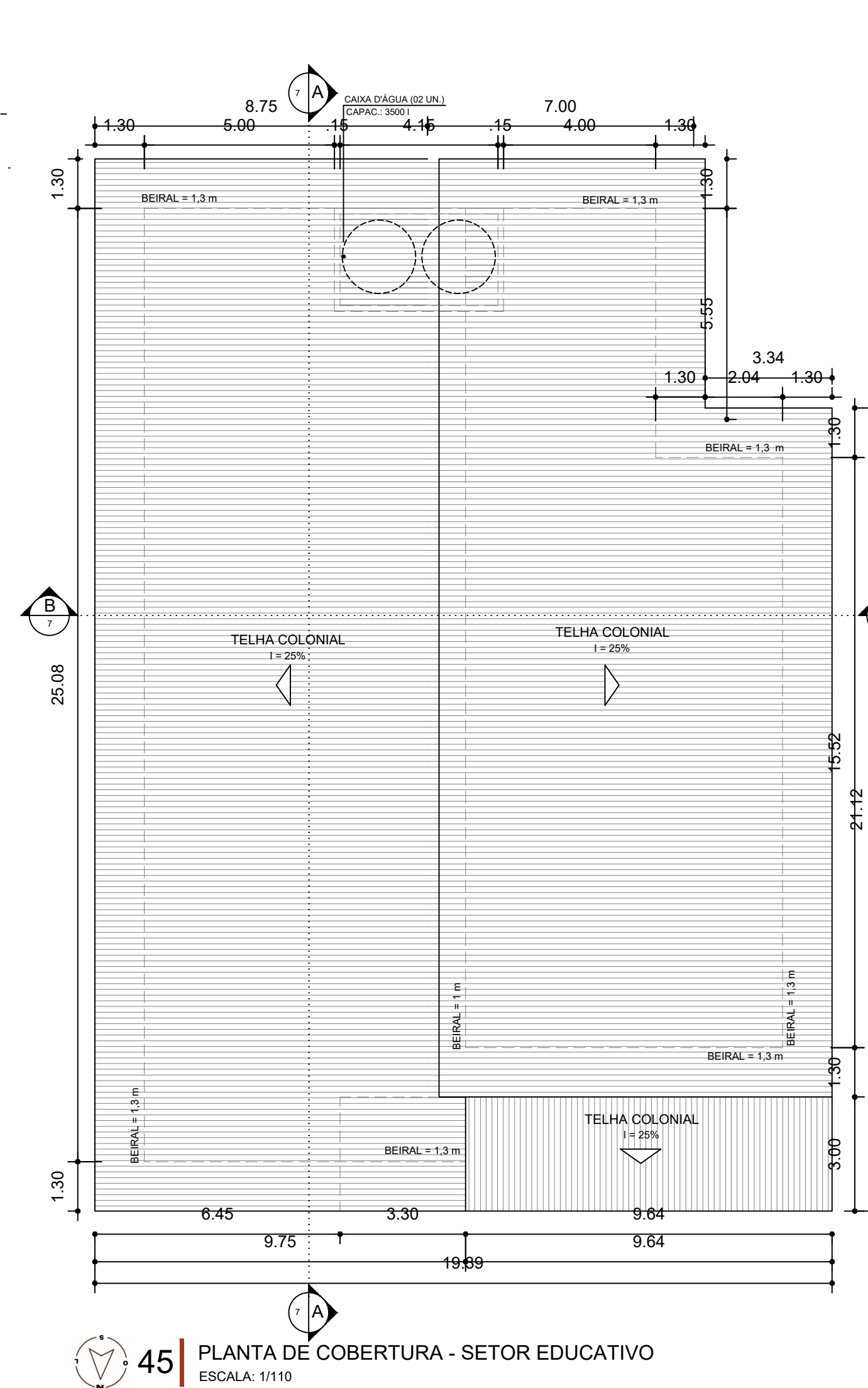
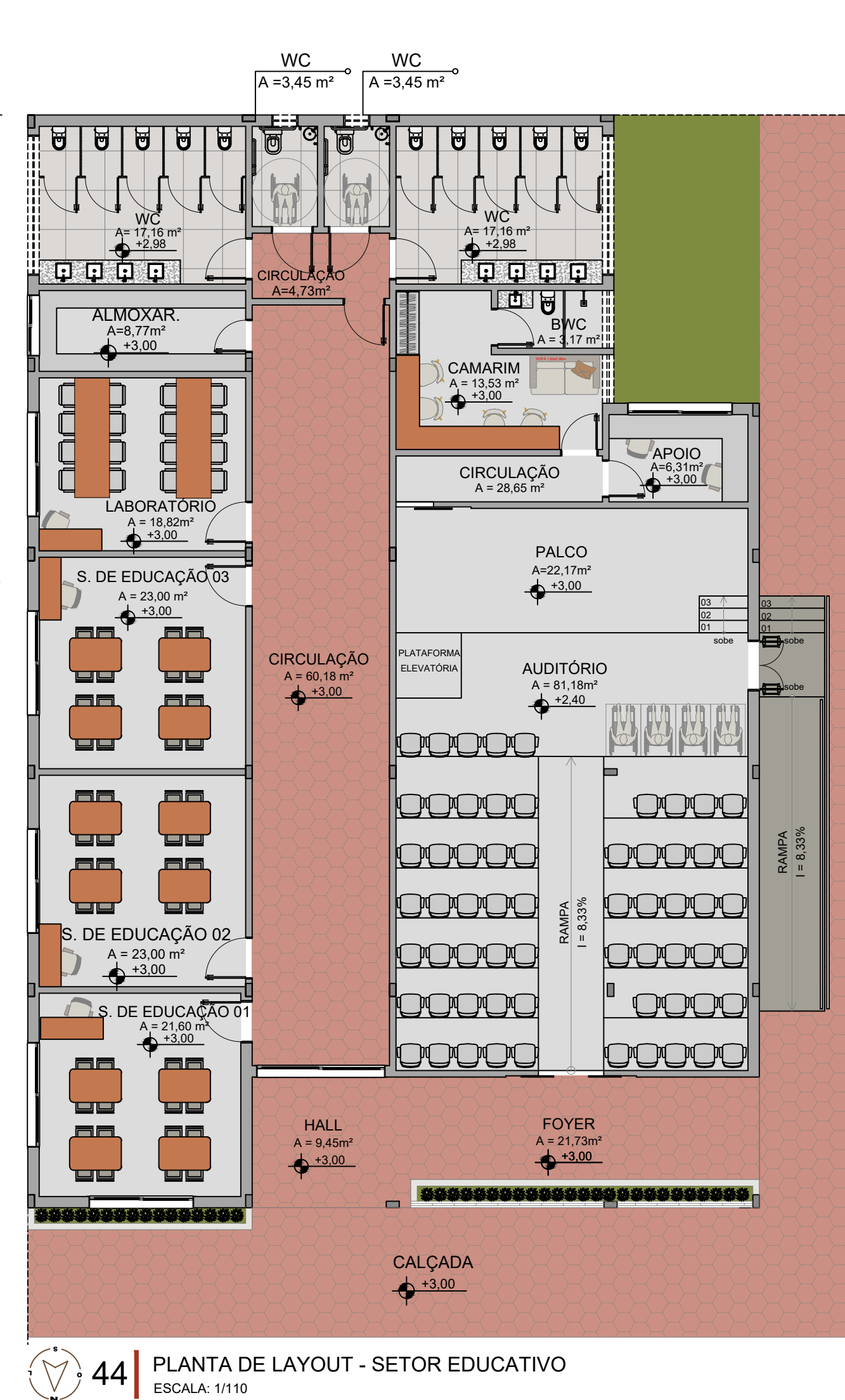
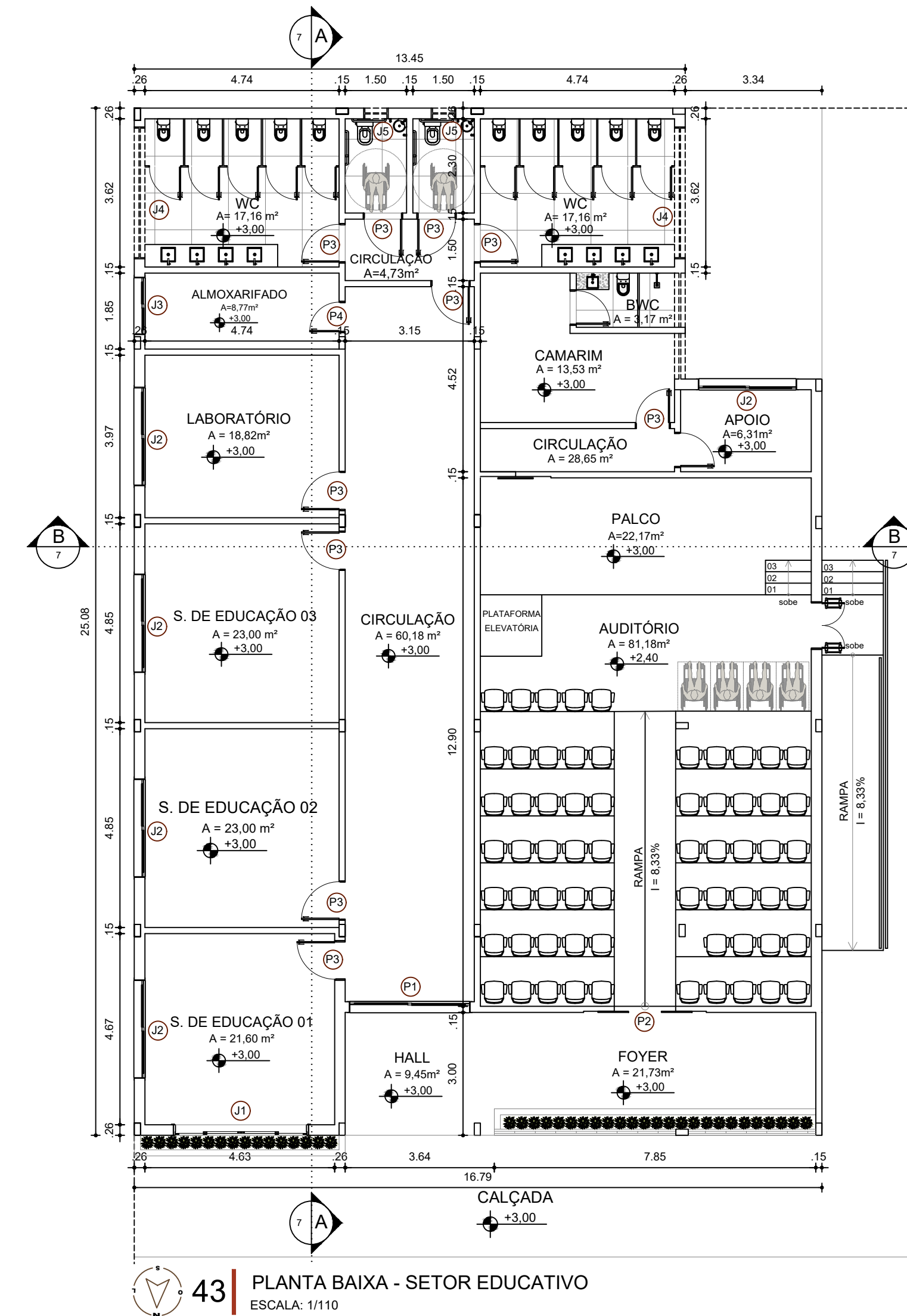
ESCALA: Indicada

DATA:
JUN/2026

ARQUITETURA
E URBANISMO

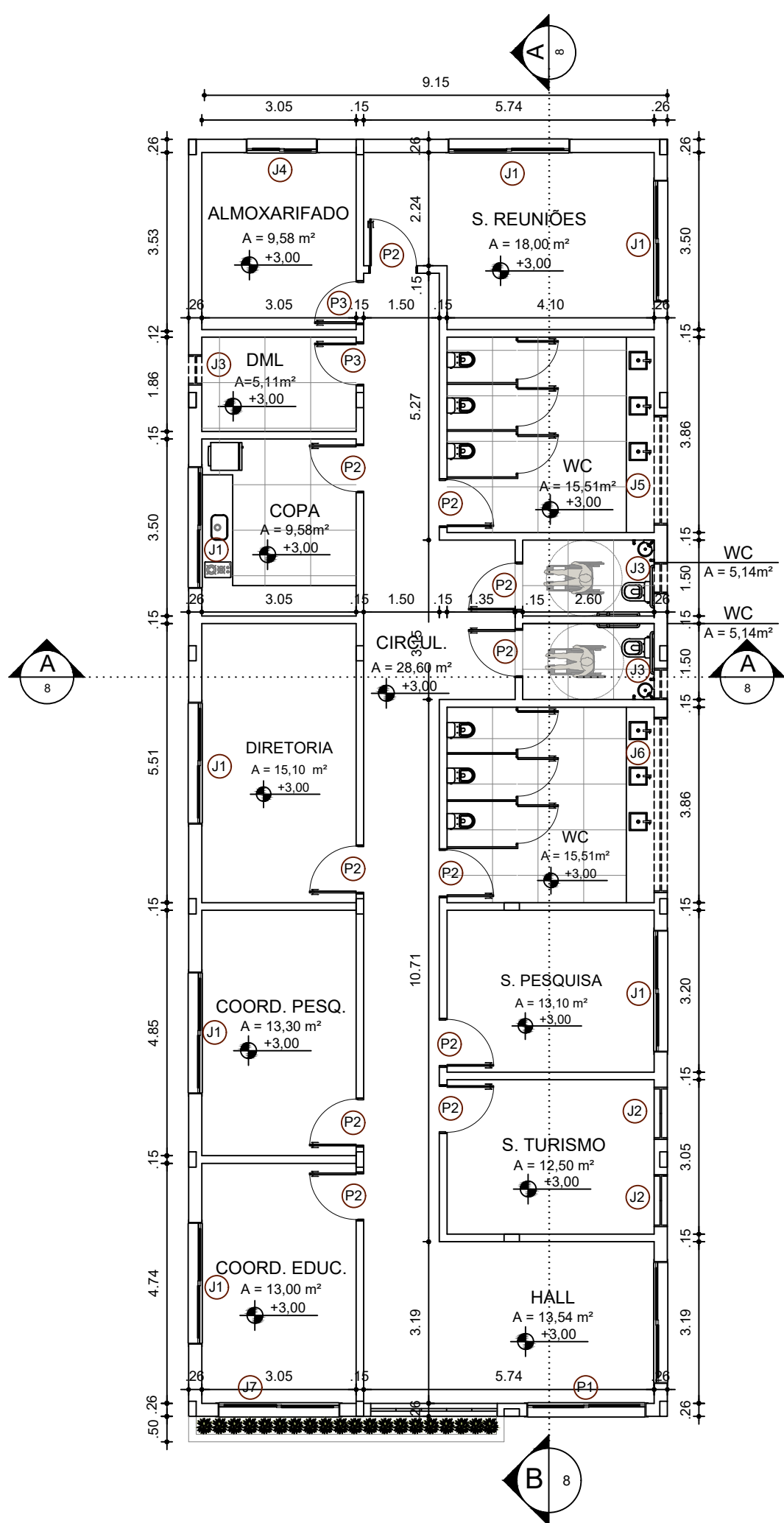
DEOGRÁCIA
ARQUITETURA E URBANISMO

06/09

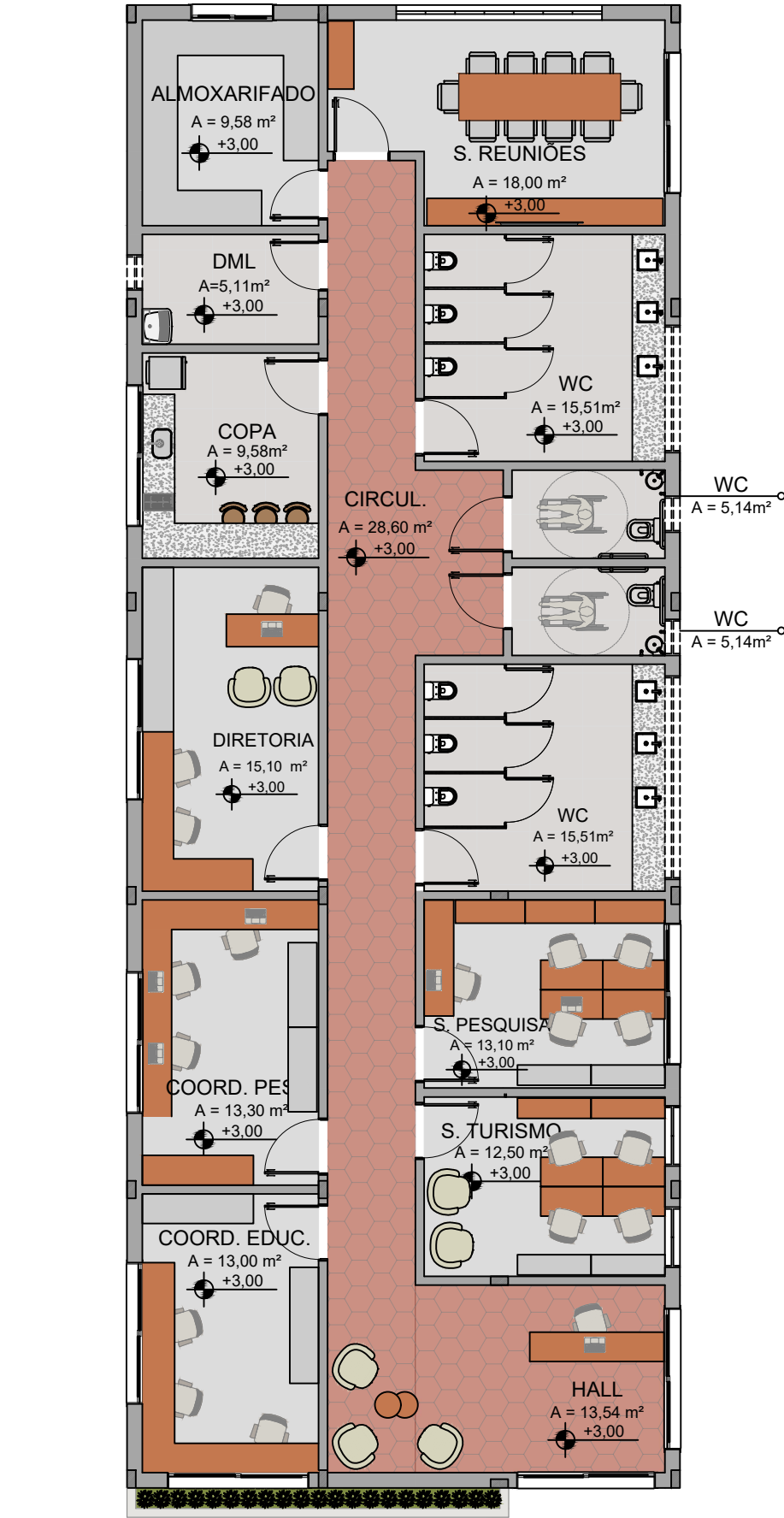


QUADRO DE ESQUADRIAS - SETOR EXPOSITIVO

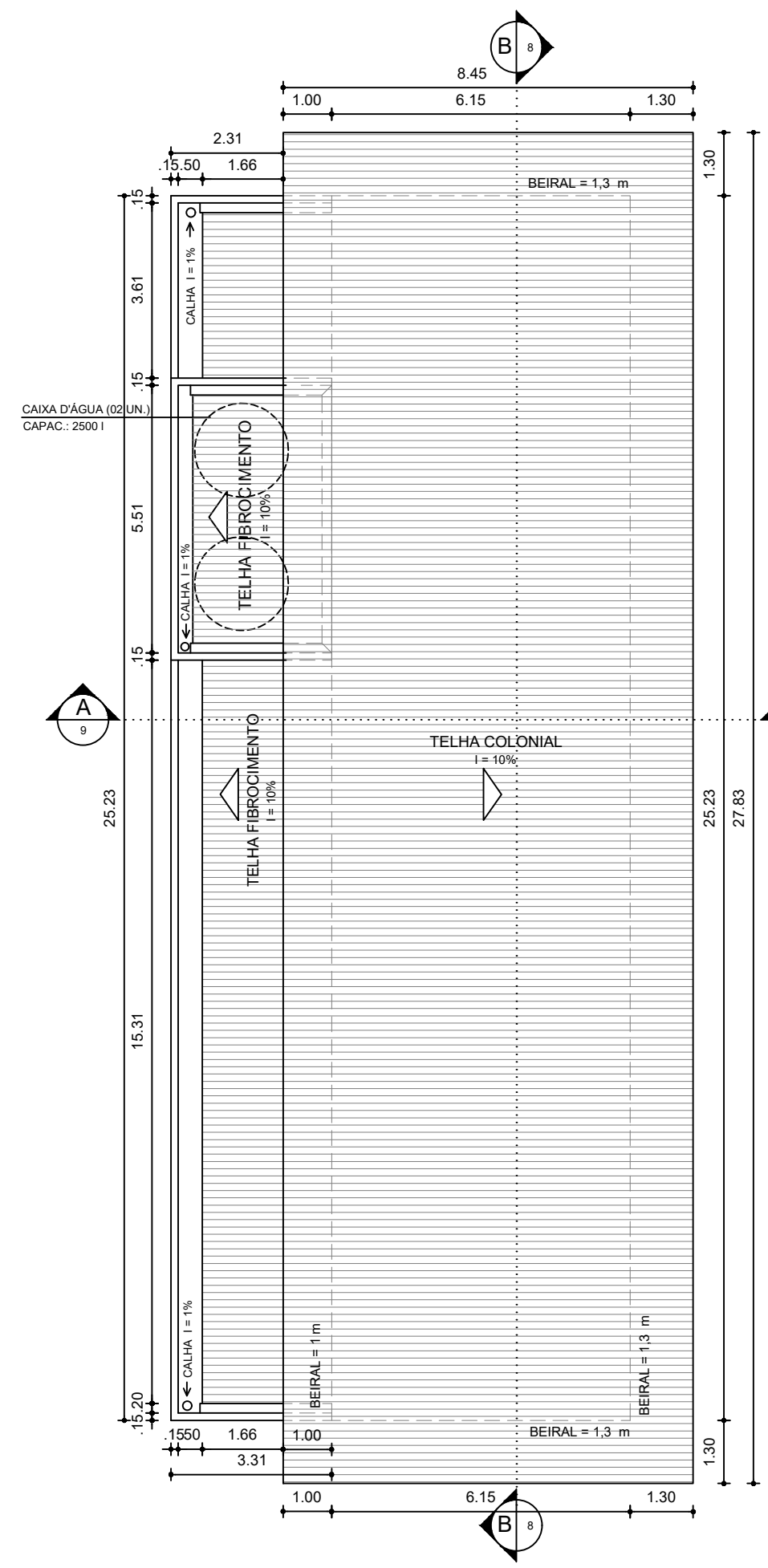
CÓDIGO	TIPO	LARGURA (m)	ALTURA (m)	PEITORIL (m)	MATERIAL
P1	3 fls. de correr	2,95	2,30	-	Madeira natural
P2	2 fls. de correr	1,50	2,30	-	Madeira natural
P3	1 fl. de giro	0,96	2,30	-	Madeira natural
P4	1 fl. de giro	0,86	2,30	-	Madeira natural
J1	4 fls. de correr	3,30	2,30	1,20	Madeira natural
J2	2 fls. de correr	2,40	2,30	1,30	Madeira e vidro incolor
J3	2 fls. de correr	1,40	2,30	1,30	Madeira e vidro incolor
J4	4 fls. de correr	3,22	2,30	1,68	Madeira e vidro incolor
J5	1 fl. basculante	0,60	2,30	1,68	Madeira e vidro incolor



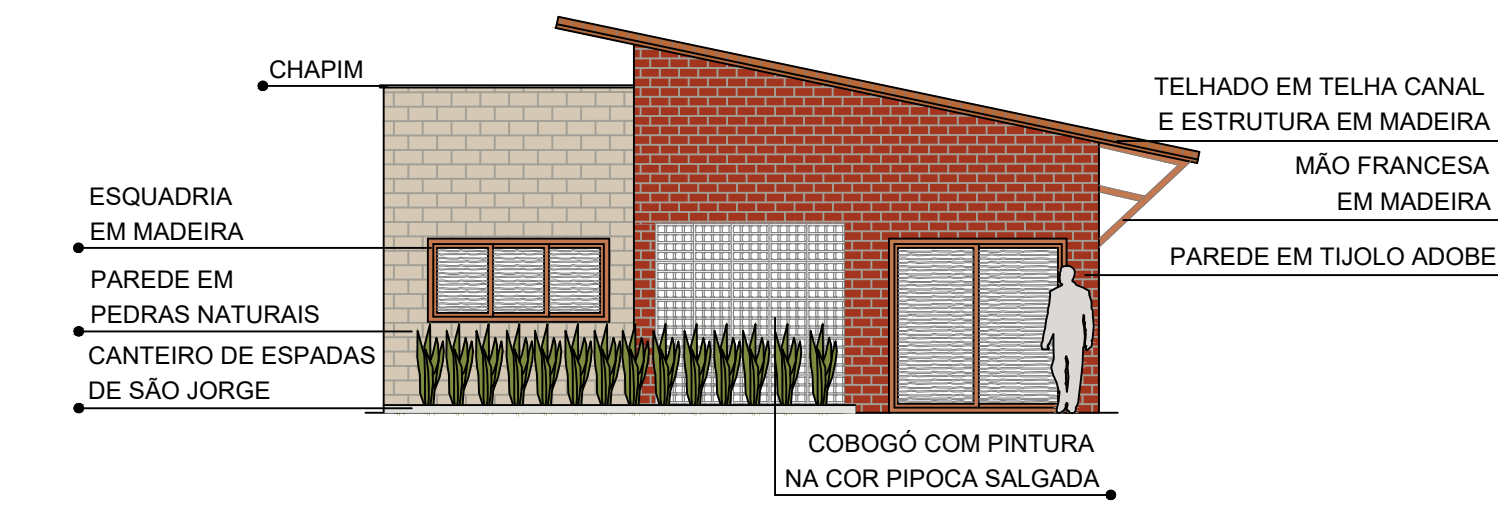
53 PLANTA BAIXA - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/110



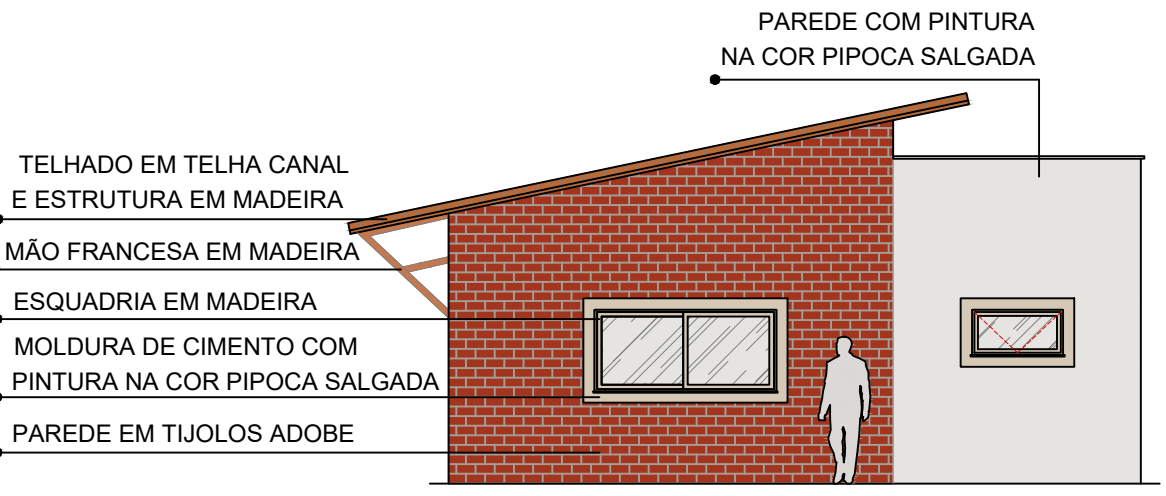
54 PLANTA DE LAYOUT - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/110



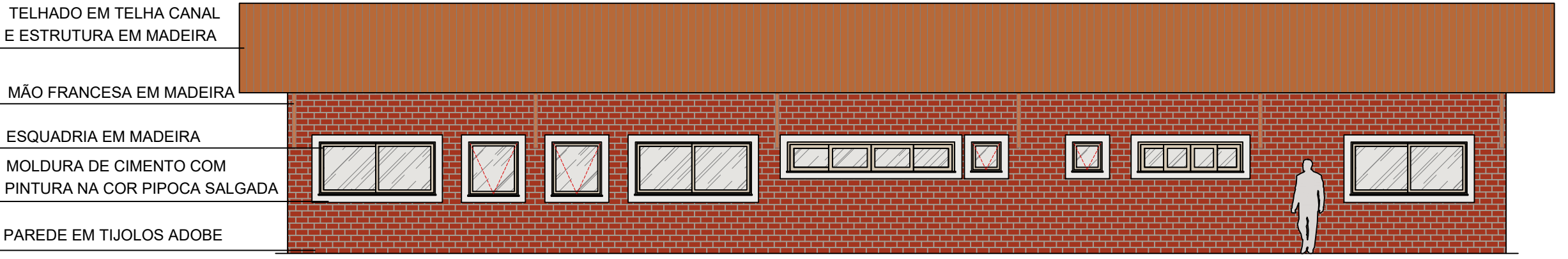
55 PLANTA BAIXA - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/110



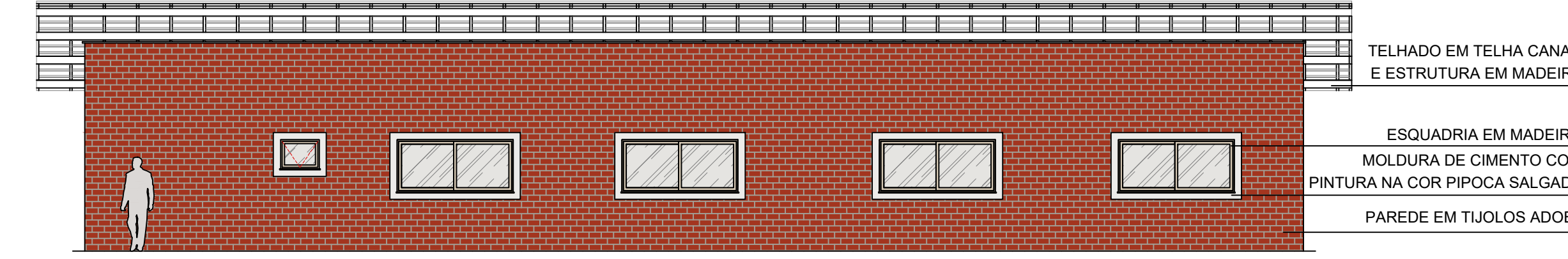
56 FACHADA NORTE - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/100



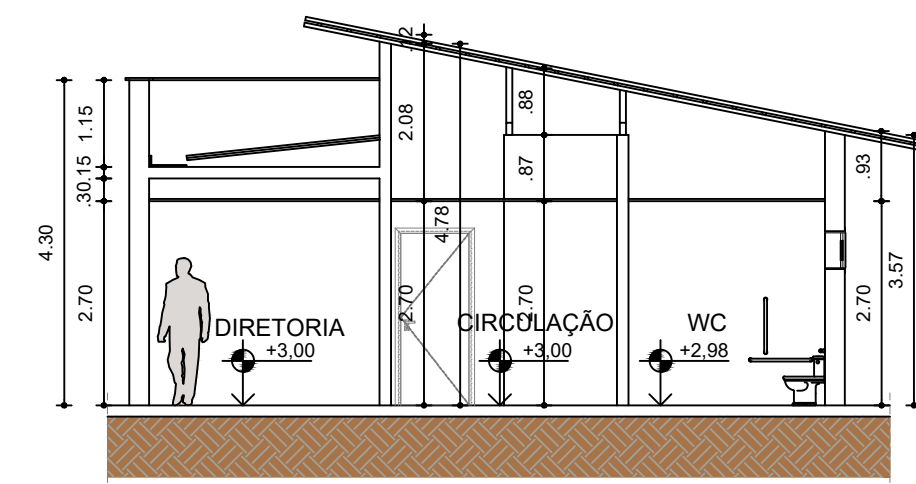
58 FACHADA NORTE - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/100



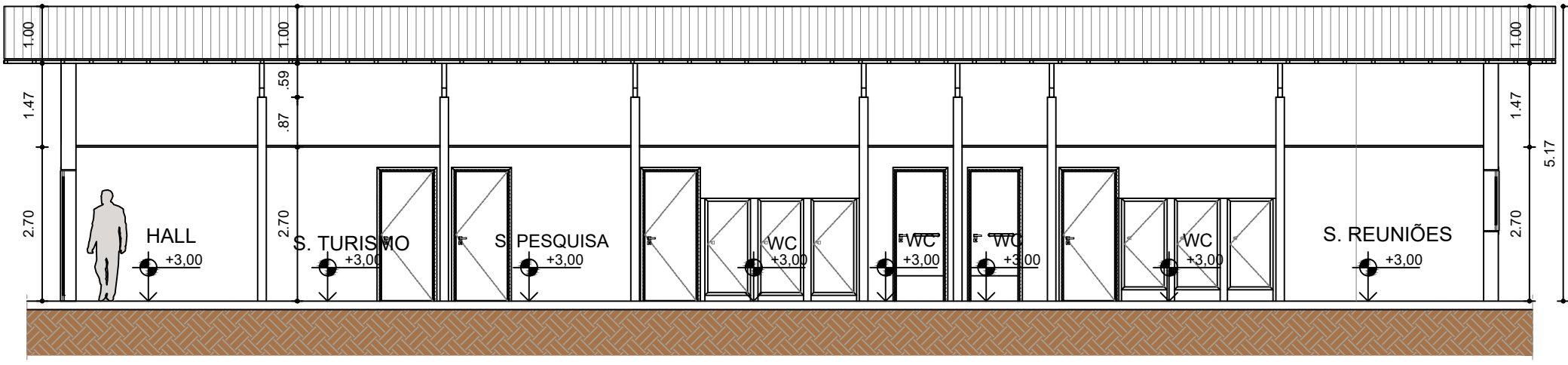
57 FACHADA NORTE - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/100



59 FACHADA NORTE - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/100



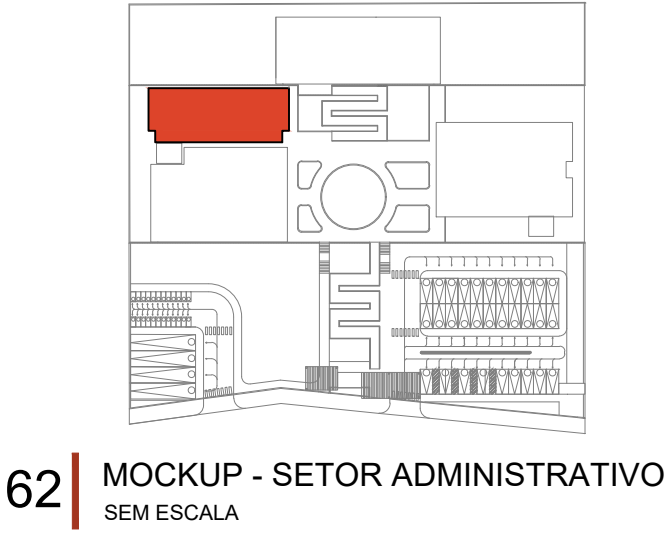
60 CORTE AA - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/100



61 CORTE BB - SETOR ADMINISTRATIVO
ESCALA: 1/100



QUADRO DE ESQUADRIAS - SETOR EXPOSITIVO				
CÓDIGO	TIPO	LARGURA (m)	ALTURA (m)	PEITORIL (m)
P1	2 fls. de correr	2,35	2,30	-
P2	1 fl. de giro	0,96	2,30	-
P3	1 fl. de giro	0,86	2,30	-
J1	2 fls. de correr	2,40	2,30	1,30
J2	1 fl. basculante	1,02	2,30	1,30
J3	1 fl. basculante	0,60	2,30	1,68
J4	2 fls. de correr	1,40	2,30	1,30
J5	4 fls. de correr	2,17	2,30	1,68
J6	4 fls. de correr	3,46	2,30	1,68
J7	2 fls. de correr	2,40	2,30	1,30



62 MOCKUP - SETOR ADMINISTRATIVO
SEM ESCALA



CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITANTES:
Memórias ancestrais

DISCENTE:
Luana Deagracia do Nascimento Fernandes

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Damiano Edras Arraes

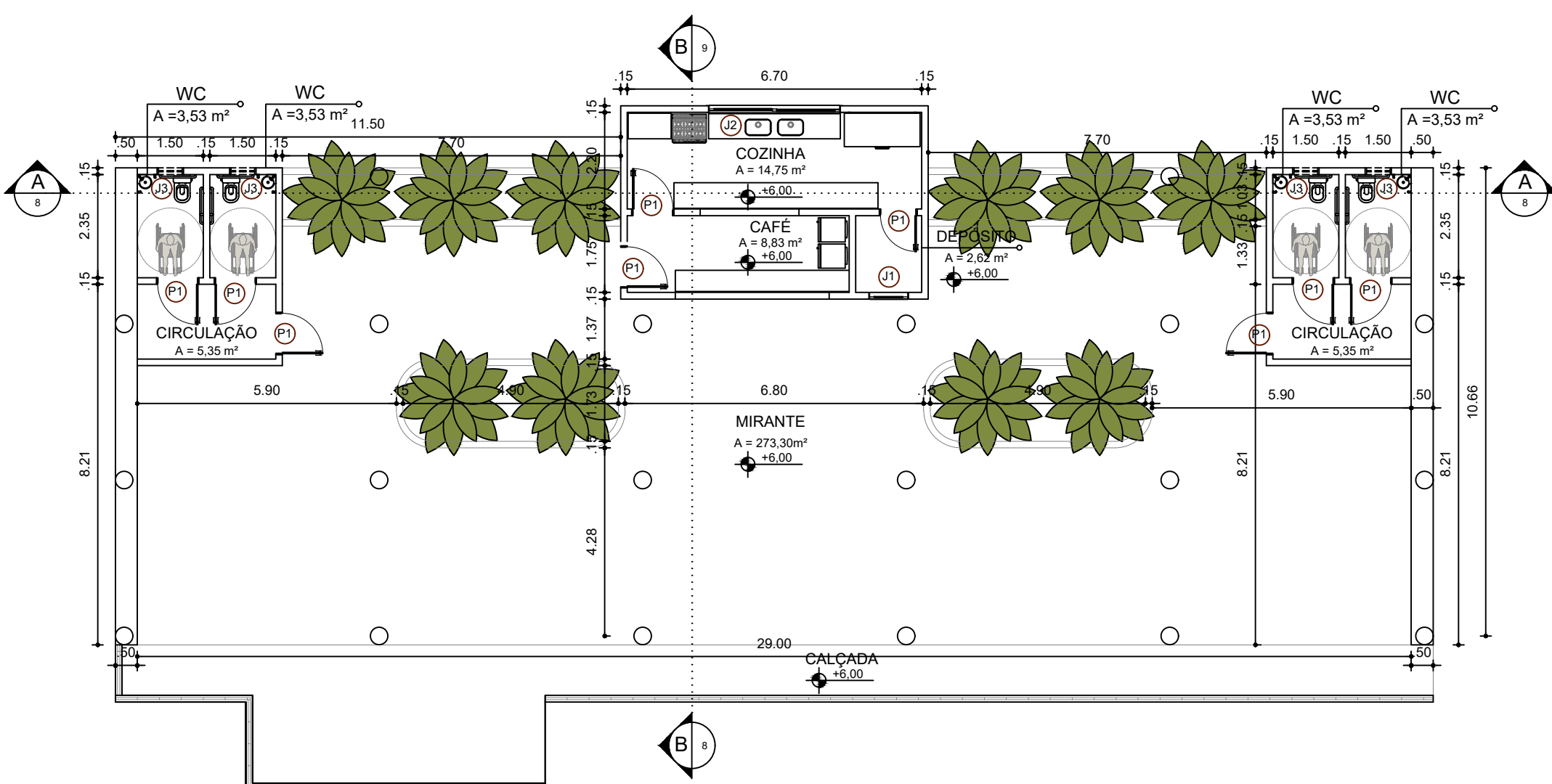
ASSUNTO: Setor administrativo: Planta baixa,
plant de layout, planta de cobertura,
fachadas e cortes.

ESCALA: Indicada

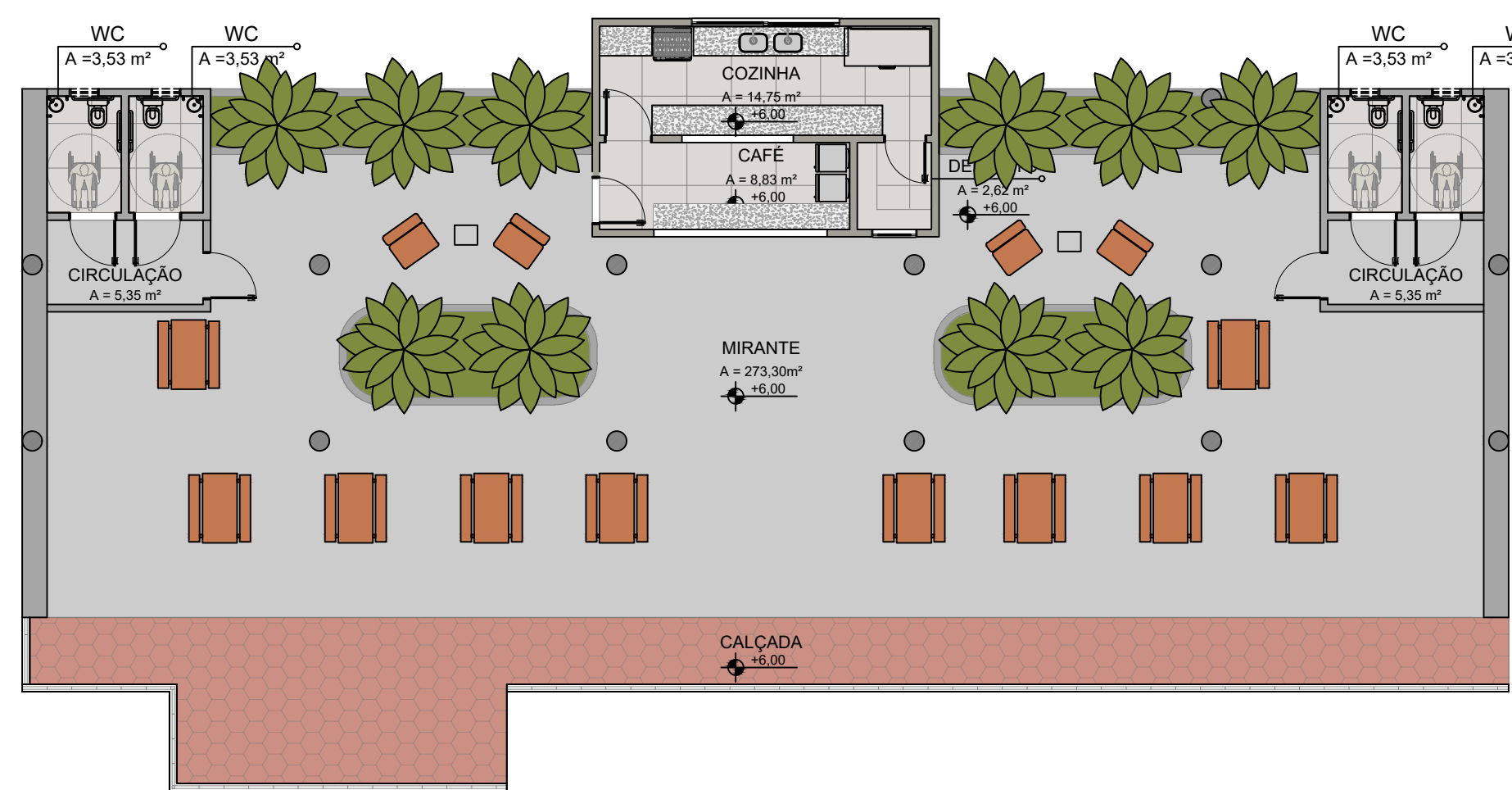
DATA:
JUN/2026

ARQUITETURA E URBANISMO
08/09

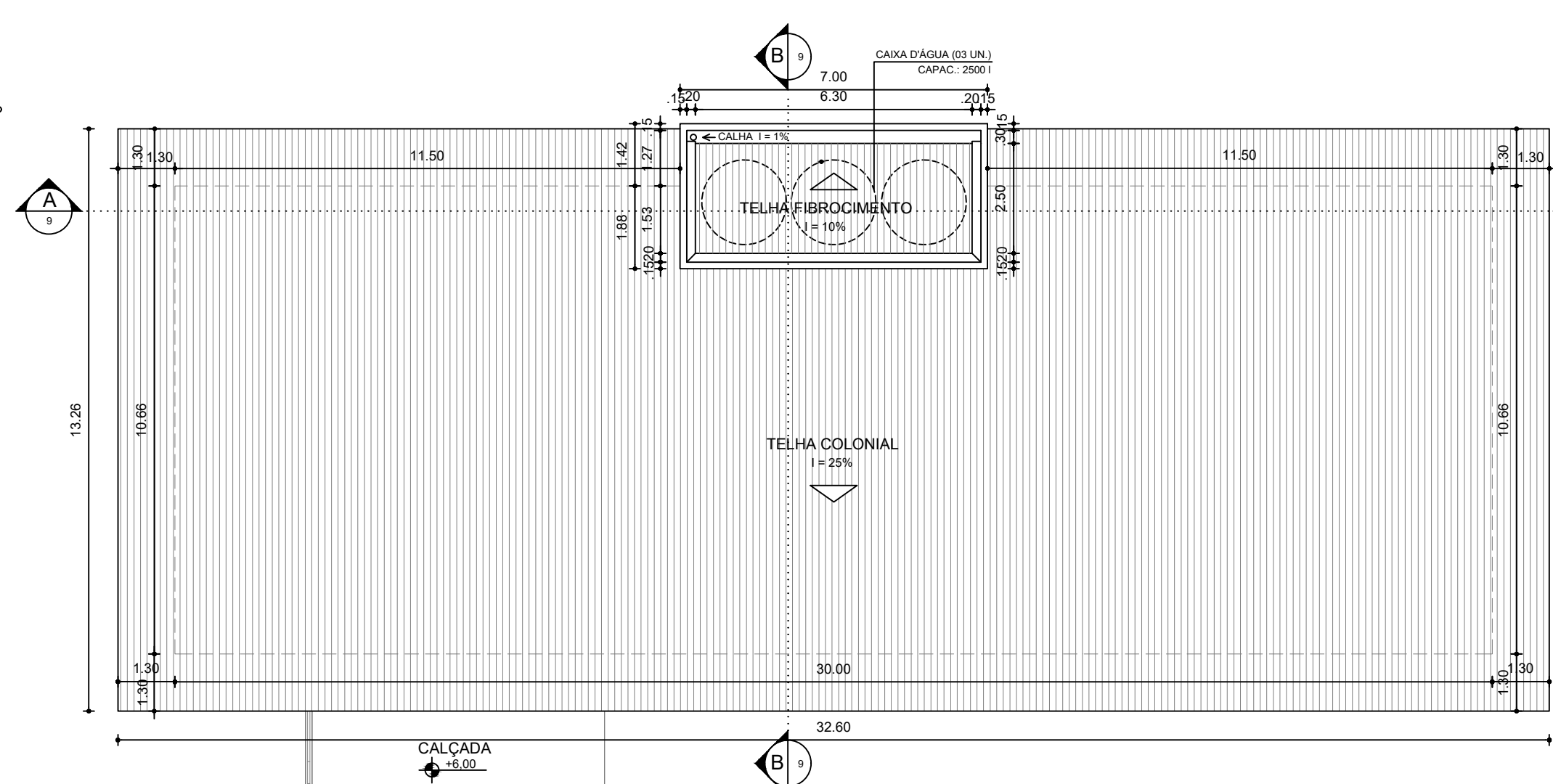
DEOGRÁCIA
ARQUITETURA E URBANISMO



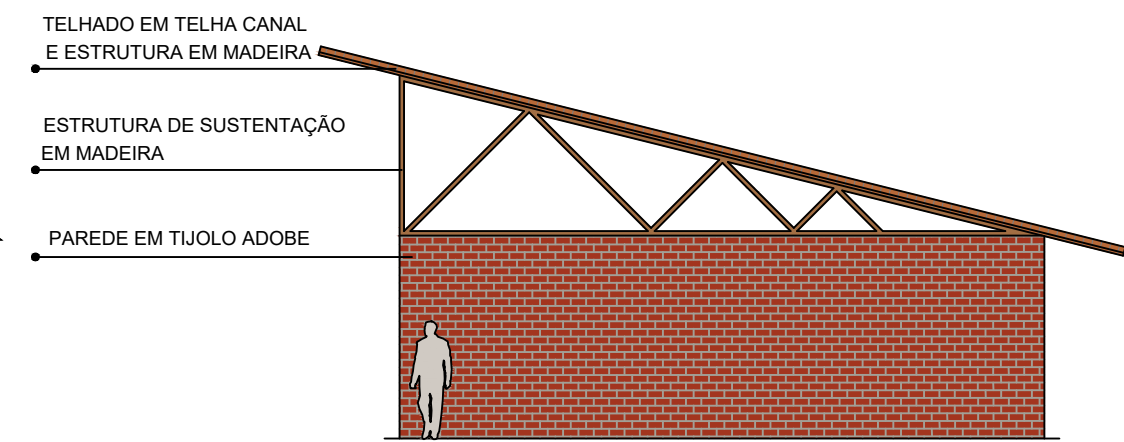
63 PLANTA BAIXA - MIRANTE
ESCALA: 1/125



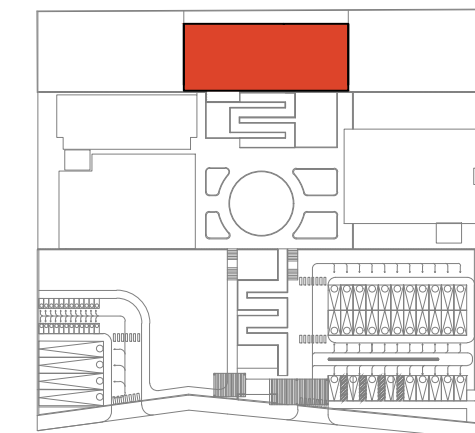
64 PLANTA DE LAYOUT - MIRANTE
ESCALA: 1/125



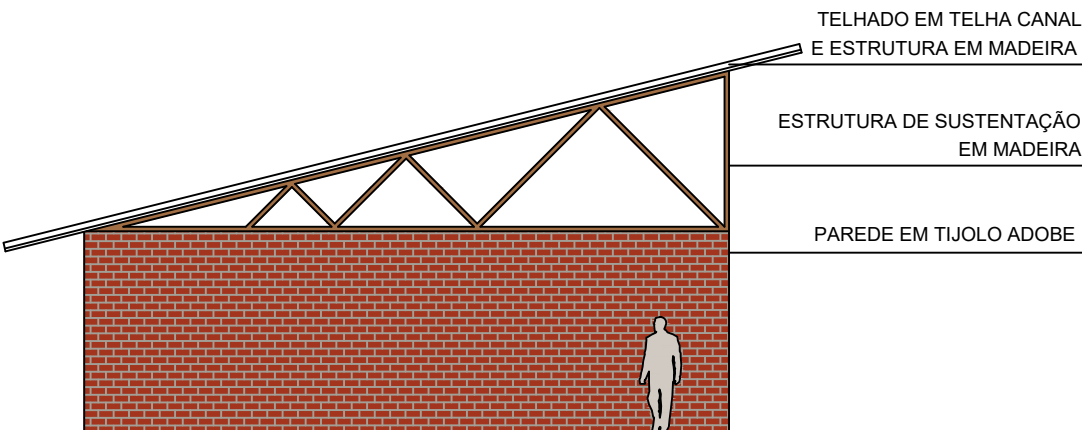
65 PLANTA DE COBERTURA - MIRANTE
ESCALA: 1/125



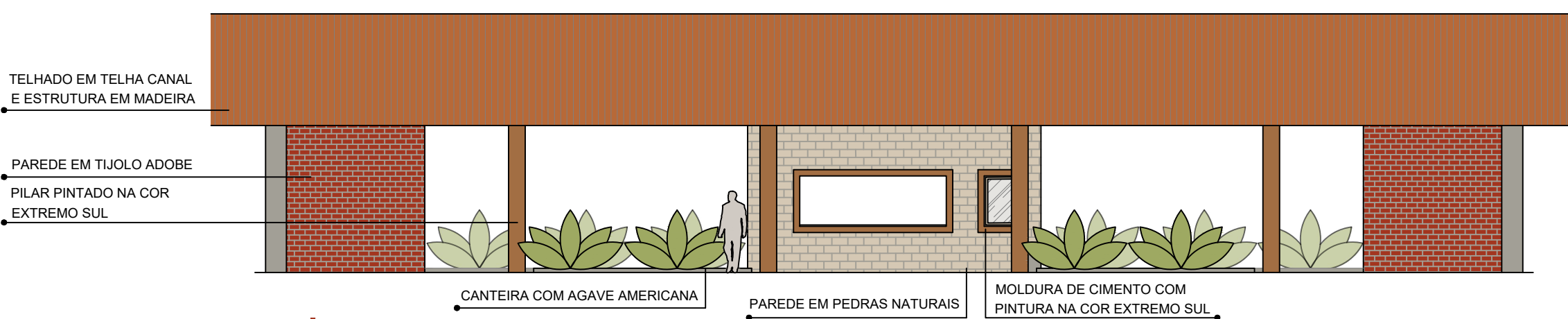
66 FACHADA SUL - MIRANTE
ESCALA: 1/125



72 MOCKUP - MIRANTE
SEM ESCALA



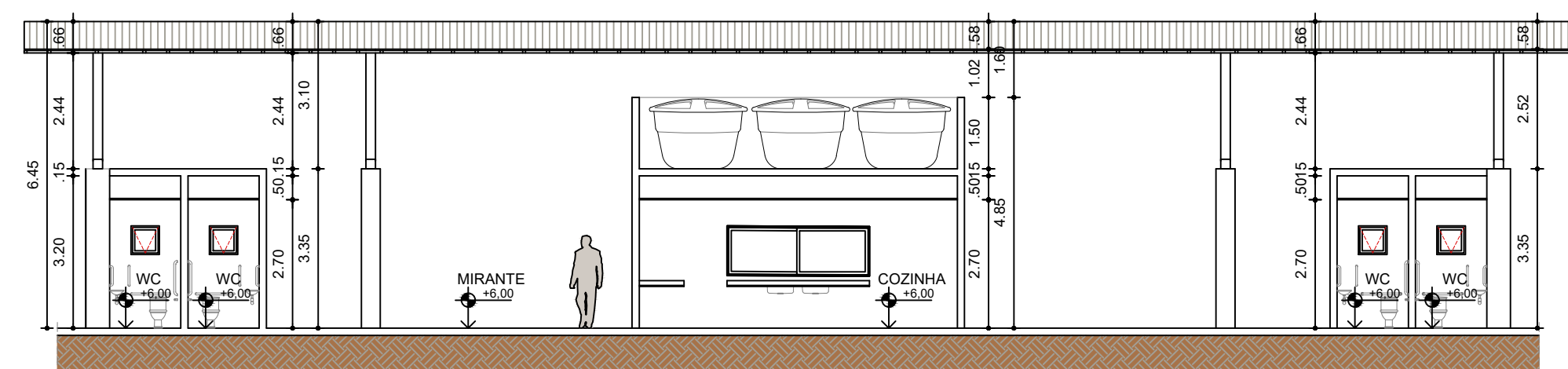
67 FACHADA NORTE - MIRANTE
ESCALA: 1/125



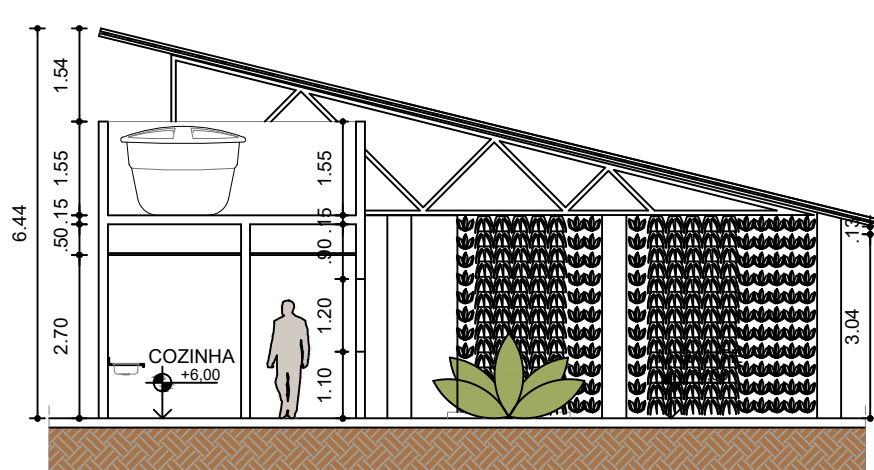
68 FACHADA LESTE - MIRANTE
ESCALA: 1/125



69 FACHADA OESTE - MIRANTE
ESCALA: 1/125



70 CORTE AA - MIRANTE
ESCALA: 1/125



71 CORTE BB - MIRANTE
ESCALA: 1/125



QUADRO DE ESQUADRIAS - SETOR EXPOSITIVO					
CÓDIGO	TIPO	LARGURA (m)	ALTURA (m)	PEITORIL (m)	MATERIAL
P1	1 fl. de giro	0,96	2,30	-	Madeira natural
J1	1 fl. basculante	0,90	2,30	1,10	Madeira natural
J2	3 fls. de correr	3,00	2,30	1,30	Madeira e vidro incolor
J3	1 fl. basculante	0,60	2,30	1,68	Madeira e vidro incolor



CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITAÇÃO
MEMÓRIAS ANCESTRAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO:
CENTRO DE EDUCAÇÃO A VISITAÇÃO:
Memórias Ancestrais

DISCENTE:
Luana Deagracia do Nascimento Fernandes

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Damiano Edras Arraes

ASSUNTO: Mirante: Planta baixa, planta de layout, planta de cobertura, fachadas e cortes

ESCALA: Indicada

DATA:
JUN/2026

ARQUITETURA E URBANISMO
09/09

DEOGRÁCIA
ARQUITETURA E URBANISMO











